

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**



GIL PASSOS DE MATTOS

**“JUNTO COM NOSSOS AMIGOS AONDE TEM CHURRASCO E CHIMARRÃO EU
SOU GAÚCHO DE CORAÇÃO”: ETNOARQUEOLOGIA E MEMÓRIA DO
TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAZENDA CACHOEIRA EM
PIRATINI, RIO GRANDE DO SUL**

Pelotas - RS

2015

GIL PASSOS DE MATTOS

**“JUNTO COM NOSSOS AMIGOS AONDE TEM CHURRASCO E CHIMARRÃO EU
SOU GAÚCHO DE CORAÇÃO”: ETNOARQUEOLOGIA E MEMÓRIA DO
TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAZENDA CACHOEIRA EM
PIRATINI, RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira

Co-orientador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira

Pelotas - RS

2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M435I Mattos, Gil Passos de

“Junto com nossos amigos aonde tem churrasco e chimarrão eu sou gaúcho de coração” : etnoarqueologia e memória do território da comunidade Quilombola Fazenda Cachoeira em Piratini, Rio Grande do Sul / Gil Passos de Mattos ; Jorge Eremites de Oliveira, orientador ; Lúcio Menezes Ferreira, coorientador. — Pelotas, 2015.

227 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Arqueologia. 2. Comunidade Quilombola Fazenda Cachoeira. 3. Etnoarqueologia. 4. Rio Grande do Sul. 5. Território. I. Oliveira, Jorge Eremites de, orient. II. Ferreira, Lúcio Menezes, coorient. III. Título.

CDD : 930.1

GIL PASSOS DE MATTOS

**“JUNTO COM NOSSOS AMIGOS AONDE TEM CHURRASCO E CHIMARRÃO EU
SOU GAÚCHO DE CORAÇÃO”: ETNOARQUEOLOGIA E MEMÓRIA DO
TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAZENDA CACHOEIRA EM
PIRATINI, RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia.

Banca examinadora:

Orientador: _____

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira – Universidade Federal de Pelotas

Examinador interno: _____

Prof. Dr. Claudio B. Carle – Universidade Federal de Pelotas

Examinadora externa: _____

Prof^a. Dr^a. Jane Felipe Beltrão – Universidade Federal do Pará

Examinadora suplente: _____

Prof^a. Dr^a. Loredana Ribeiro – Universidade Federal de Pelotas

Pelotas - RS

2015

*À comunidade quilombola Fazenda
Cachoeira.*

AGRADECIMENTOS

Poder compartilhar o sentimento de agradecimento para com tantas pessoas que, de maneira direta ou indireta, atuaram para que este trabalho fosse apresentado, é reconhecer o papel que tiveram nessa realização e a consciência de que o apoio recebido foi imprescindível na superação dos diversos obstáculos que surgiram ao longo desse caminho.

Agradeço à Eslair Rodrigues da Silva, Edegar Rodrigues, Roberto Rodrigues da Silva (Beto), Osmar Rodrigues da Silva, Ronaldo Rodrigues da Silva, Fernanda Dorneles da Silva, Meridiane Eslair Barcelos da Silva, Giovane Valdemar Barcelos da Silva, Elias Osmar Barcelos da Silva, Amada Herotildes Barcelos da Silva, Rebeca Rosa Barcelos da Silva, Zilda Esperança Barcelos da Silva e a todos os demais quilombolas de Fazenda Cachoeira, pelo tempo dedicado à realização desse trabalho, pela amizade e experiência de vida que me proporcionaram.

Faço meus agradecimentos, também, a quatro pessoas residentes de Piratini que auxiliaram nessa pesquisa, participando, como interlocutores, na busca pelo entendimento do contexto de Piratini e do conhecimento de histórias e atualidades das comunidades remanescentes de quilombos desse município. São elas: irmã Marisa, da Pastoral Afro da Igreja Católica; Eva Maria Pinheiro, representante do Conselho da Comunidade Negra de Piratini; Franciele Domingues, que trabalha no Museu Municipal Barbosa Lessa, no centro de informações turísticas e, finalmente, a João Manoel Ferreira, que trabalha na biblioteca pública municipal de Piratini.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas e a todo corpo docente e técnico do referido programa. Em especial, a meu orientador, Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, pela parceria realizada e pelos conhecimentos compartilhados no campo da etnoarqueologia, como também, ao co-orientador dessa pesquisa, Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira, o qual é o responsável pela minha entrada no campo da arqueologia. Agradeço, também, à Pr^a. Dr^a. Rosane Rubert e à Pr^a. Dr^a. Erica Collischonn, essa segunda, do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPEL. Foi o trabalho com elas que possibilitou o encontro com a comunidade quilombola Fazenda Cachoeira, onde, pela primeira vez, tive contato com a experiência etnográfica.

Por fim, agradeço à minha família, em especial, à minha mãe, Maria Luísa Passos de Mattos, pelo carinho, paciência e estímulo, e ao meu pai, João Alberto de Mattos, que embora tenha falecido no início da realização dessa pesquisa, foi de vital importância para o ingresso

no referido programa. E agradeço à minha namorada, Aline Vargas, pela compreensão aos diversos fins de semana em que não pode contar com minha companhia em virtude de trabalho e, também, por sua ajuda em algumas atividades de campo, no trabalho de entrevistas e registros fotográficos na comunidade quilombola.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um trabalho etnoarqueológico junto à comunidade quilombola Fazenda Cachoeira, localizada em Piratini, na região meridional do Rio Grande do Sul. Através da observação participante e do uso da ferramenta SIG, procurou-se delinear o território tradicionalmente ocupado pelos quilombolas, tomando, como base, locais e elementos da cultura material de relevância para a formação, história e realidade social dessa comunidade. As memórias dos quilombolas, atreladas ao mapeamento de taperas, passos, cemitérios, antiga sede de estância, entre outros elementos da cultura material, ajudaram a entender o passado desse coletivo e o processo de ocupação de seu território tradicionalmente utilizado. Também foram mapeados importantes espaços de convivência do cotidiano da comunidade, espaços de caça, pesca e coleta de frutas e plantas com fins terapêuticos, também, seus cercados, hortas e outros espaços de plantio e criação de animais, que possibilitaram entender o modo como os quilombolas vivem e usam, de modo sustentável, esse espaço, desse modo, valorizando seus saberes tradicionais. Porém, a comunidade quilombola Fazenda Cachoeira tem posse de apenas uma pequena parcela desse território. A falta de terra, para o plantio e criação, vem ameaçando segurança de tal grupo. Assim, esse trabalho pretende dar visibilidade a essa difícil situação vivida por esse coletivo. Almeja-se, ainda, que a comunidade possa se utilizar desse como instrumento político para recuperar o território que ocupou historicamente.

Palavras chave: Arqueologia; Comunidade Quilombola Fazenda Cachoeira; Etnoarqueologia; Rio Grande do Sul; Território.

ABSTRACT

This paper presents an ethnoarcheological work along the Fazenda Cachoeira (Cachoeira Farm) maroon (quilombola) community, established in Piratini, in the southern region of Rio Grande do Sul, Brazil. Through participant observation and the GIS tool use, the traditionally occupied territory by slaves descendants maroons was delimited, taking locations and material culture elements that are relevant to this community social reality, history and formation as basis. Their memory, along the “taperas” (abandoned houses), paths, cemeteries, old stanzas settlements, among other material culture elements have helped to understand this collective past and the used territory occupation process. The most important daily community social spaces were also mapped, as well as hunt, fishing, medicinal fruit and plant collection, paddocks, kitchen gardens and other spaces of planting and breed, what allowed to understand their way of life and use, in sustainable way, of these spaces, and, this way, highlighting their traditional knowledge. However, the Fazenda Cachoeira community only owns a small part of this territory. The land for harvest and animal growing lack has been threatening this group safety. Thus, this work intends to give visibility to this difficult situation faced by that collective. It is also intended that the community user this as a political instrument to recover their territory that has historically occupied.

Key words: Archeology; Fazenda Cachoeira Maroon Community; Ethnoarcheology; Rio Grande do Sul; Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem IKONOS da área da comunidade e entorno.....	42
Figura 2 – Rancho.....	62
Figura 3 – Mangueira de Pedra.....	62
Figura 4 – Lanceiros Negros	67
Figura 5 – Lenço Farroupilha.....	67
Figura 6 – Diagrama genealógico de Eslair Rodrigues da Silva	88
Figura 7 – Diagrama genealógico de Valdemar da Silva.....	94
Figura 8 – Carta que demonstra o conflito existente entre a comunidade e a empresa, decorrente do mal uso de agrotóxicos.....	103
Figura 9 – Desenho representando o quilombola trabalhando na terra para o plantio	115
Figura 10 – Desenho representando a Casa de Pedra	115
Figura 11 – Desenho representando o Cerro da Maneia	115
Figura 12 – Morfologia da paisagem na antiga área do quilombola Rosalino	176
Figura 13 – Desagregação do maciço cristalino	181

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Pesquisador na lida com os cavalos na prática de observação participante	38
Fotografia 2 – Prédio do antigo Palácio do Governo Farroupilha.....	61
Fotografia 3 – Comunidade quilombola Fazenda Cachoeira	82
Fotografia 4 – Dona Esclair Rodrigues da Silva, atual presidente da associação quilombola de Fazenda Cachoeira, com dois de seus filhos (Edemar e Beto).....	85
Fotografia 5 – Serra das Asperezas.....	90
Fotografia 6 – Mapeamento de estrutura remanescente de tapera quilombola	91
Fotografia 7 – Passo do Alfaiate.....	92
Fotografia 8 – Vestígios de uma tapera em local atualmente utilizado como lavoura	95
Fotografia 9 – Cemitério dos Gastucci	96
Fotografia 10 – Jazigo onde foi enterrado o quilombola Valdemar da Silva.....	97
Fotografia 11 – Cemitério da Cruz	98
Fotografia 12 – Jazigo no Cemitério da Cruz.....	99
Fotografia 13 – Padrão majoritário do tipo de sepultamento realizado no Cemitério da Cruz	99
Fotografia 14 – Reunião para recadastramento das famílias da comunidade dos remanescentes de quilombo Fazenda Cachoeira junto a Fundação Cultural Palmares.....	108
Fotografia 15 – Entrevista realizada com as representantes da Pastoral Afro e do Conselho da Comunidade Negra de Piratini	109
Fotografia 16 – As crianças do quilombo	112
Fotografia 17 – Elias brincando com alguns materiais descartados	114
Fotografia 18 – A arapuca do Elias	116
Fotografia 19 – Pequenas fogueiras para gerar fumaça pra espantar mosquitos.....	117
Fotografia 20 – Amada e Fernanda limpando peixes	118
Fotografia 21 – Casa da dona Alzira (Esclair)	119
Fotografia 22 – Casa do Osmar	120
Fotografia 23 – Casa do Beto	120
Fotografia 24 – Casa do Edemar	121
Fotografia 25 – Casa do Ronaldo e Fernanda	121
Fotografia 26 – Casa da Cleni	122
Fotografia 27 – Casa da tia Chinoca (Edite)	123

Fotografias 28 e 29 – Antiga tapera de Valdemar e Eslair atualmente utilizada como galpão	123
Fotografia 30 – Inscrição nas rochas em local de convivências dos quilombolas	124
Fotografia 31 – Rochas utilizadas como abrigo para descarte de materiais.....	126
Fotografia 32 – Local de descarte, aos fundos da casa do quilombola Ronaldo.....	127
Fotografia 33 – Local de descarte de Beto e Edegar, junto a um agrupamento de matacões	128
Fotografia 34 – Lavoura de feijão e milho do Beto.....	130
Fotografia 35 – Plantio de milho realizado por Degar, Beto e Elias	131
Fotografia 36 – Cercado quilombola com a terra em descanso.....	132
Fotografias 37 e 38 – Horta do Ronaldo	133
Fotografia 39 – Horta do Edegar	133
Fotografias 40 e 41 – Plantação de mogangas.....	134
Fotografia 42 – Plantio de abóboras pelo quilombola Osmar	135
Fotografia 43 – Piquete de ovelhas.....	135
Fotografia 44 – Carnear de ovelha.....	136
Fotografia 45 – Pelego da ovelha	137
Fotografia 46 – Pesagem da lã para comercialização	138
Fotografia 47 – O boi do quilombo	139
Fotografia 48 – Elias na lida com os cavalos	139
Fotografia 49 – Figueiras onde repousam frangos, galinhas e galos	140
Fotografia 50 – Coleta de limões.....	141
Fotografia 51 – Coleta de banana do mato.....	142
Fotografias 52 e 53 – Plantas com fim terapêutico, trançagem e marcela	142
Fotografia 54 – Coleta de galhos com folhas de eucalipto cidrão.....	143
Fotografia 55 – No rastro da caça.....	144
Fotografia 56 – A pegada do javali.....	145
Fotografia 57 – Pelo de veado no arame farpado	145
Fotografia 58 – O carnear da caça	146
Fotografia 59 – Cachoeira (Lagoão).....	148
Fotografia 60 – Cachoeira das antigas taperas	148
Fotografia 61 – Curso d’água no quilombo.....	149
Fotografia 62 – Cacimba do Osmar.....	150
Fotografia 63 – Açude do quilombo	150

Fotografia 64 – Molontial	151
Fotografia 65 – Blocos de rochas	152
Fotografia 66 – Corte de lenha	153
Fotografia 67 – Entrada para o “mato grande”	154
Fotografia 68 – Antigo forno de barro e pedra.....	158
Fotografia 69 – Tapera assombrada.....	163
Fotografia 70 – O Cerro da Maneia	166
Fotografia 71 – Estrutura de fundação de uma antiga construção no Cerro da Maneia	167
Fotografia 72 – Antiga estrada no interior do Cerro da Maneia.....	167
Fotografia 73 – O lajeado.....	174
Fotografia 74 – A simpatia para curar frieira de lavar os pés na água que verte do lajeado..	175
Fotografia 75 – Horta com cercado de pedras arranjadas naturalmente	177
Fotografia 76 – Curral cercado de pedra.....	178
Fotografia 77 – Pedra estilo mesa, para carnear porco	178
Fotografia 78 – Eira de pedra	179
Fotografia 79 – A Casa de Pedra	180
Fotografia 80 – Sistema de barramento articulado de rochas para conter a erosão do solo em frente à Casa de Pedra.....	182
Fotografia 81 – Interior da mangueira de pedra	186
Fotografia 82 – Estrutura da mangueira de pedra.....	187
Fotografia 83 – Estrutura de uma antiga venda.....	190
Fotografias 84 e 85– Duas fácies de um fragmento de material em grês encontrado próximo a possível senzala	192
Fotografia 86 – Possível senzala de uma antiga venda	193
Fotografia 87 – Eucalipto do tempo da escravidão.....	197
Fotografia 88 – Eslair Rodrigues da Silva	201
Fotografia 89 – Edeimar Rodrigues da Silva	201
Fotografia 90 – Ronaldo Rodrigues da Silva	202
Fotografia 91 – Roberto Rodrigues da Silva (Beto)	202
Fotografia 92 – Osmar Rodrigues da Silva	203
Fotografia 93 – Elias Osmar Barcelos da Silva.....	203
Fotografia 94 – Giovane Valdemar Barcelos da Silva.....	204
Fotografia 95 – Rebeca Barcelos da Silva	204

Fotografia 96 – O casal Ronaldo e Fernanda	205
Fotografia 97 – A dupla inseparável: Beto e seu sobrinho Elias.....	205
Fotografia 98 – Dona Esclair e seus netos, Meridiane e Elias	206
Fotografia 99 – Beto contando casos sobre o quilombo para a geração mais nova	206
Fotografia 100 – Arrumando o cercado	207
Fotografia 101 – O esticador de arame	207
Fotografia 102 – A troca de olhares entre a Evinha e a ovelha.....	208
Fotografia 103 – O trato com o cavalo	208
Fotografia 104 – A lida com as ovelhas.....	209
Fotografia 105 – A retirada do pelego na carneada de ovelha	209
Fotografia 106 – Limpando os miúdos da ovelha	210
Fotografia 107 – Balança utilizada para pesagem de carne e lã.....	210
Fotografia 108 – O plantio do milho com plantadeira manual.....	211
Fotografia 109 – Plantando abóboras	211
Fotografia 110 – A vista do lajeado.....	212
Fotografia 111 – O lazer na cachoeira das antigas taperas	213
Fotografia 112 – Explorando a Casa de Pedra	213
Fotografia 113 – As figueiras e rochas centrais do quilombo	214
Fotografia 114 – O forno de barro e pedra e antiga roda de junta de boi	214
Fotografia 115 – Ronaldo em frente às pinturas rupestres.....	215
Fotografia 116 – Roda de mate e conto de causos ao cair da noite	215

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa dos quilombos RTID e demais quilombos da região.....	27
Mapa 2 – Exportações de Pelotas entre os anos de 1817 e 1819.....	50
Mapa 3 – Importação em Pelotas entre os anos de 1817 e 1819.....	51
Mapa 4 – Município de Piratini.....	55
Mapa 5 – Rio Grande do Sul em 1751, com destaque para os grupos indígenas.....	58
Mapa 6 – Comunidades remanescentes de quilombos de Piratini na interface dos afrodescendentes (censo 2010/IBGE).....	79
Mapa 7 – Rotas até o quilombo Fazenda Cachoeira.....	81
Mapa 8 – Áreas em posse quilombola.....	84
Mapa 9 – Distribuição espacial das taperas de negros e dos cemitérios com enterramentos quilombolas.....	101
Mapa 10 – Pleito territorial Fazenda Cachoeira.....	106
Mapa 11 – Mapa com buffers de distância das casas quilombolas, destacando também um local de convivência quilombola e os locais de descarte de materiais.....	125
Mapa 12 – A localização da empresa e das fontes de materiais que chegam ao quilombo ...	129
Mapa 13 – Organização espacial de locais relativos a práticas quilombolas.....	156
Mapa 14 – Imagem do Google Earth do Cerro da Maneia.....	168
Mapa 15 – Sonhos, escravidão, guerras, fantasmas e tesouros.....	172
Mapa 16 – Mangueirão de Pedra.....	185
Mapa 17 – Caminhos quilombolas até uma antiga construção com possível senzala.....	189
Mapa 18 – Antigas estruturas dos Gastucci.....	194
Mapa 19 – Marcos das memórias da escravidão.....	199
Mapa 20 – Faixa de ocupação do território tradicionalmente ocupado e deslocamento da comunidade quilombola Fazenda Cachoeira.....	219

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População piratinense em 1814	60
Tabela 2 – Atribuição de nações/categorias africanas dos(as) escravos batizados(as) em Piratini (1810-1819).....	63
Tabela 3 – Tamanho dos plantéis de escravos com base nos dados assentos de batismos de Piratini (1810-1819).....	64
Tabela 4 – Quantidade de escravos em Piratini nos anos de 1815, 1839, 1844, 1885 e 1887.	70
Tabela 5 – Famílias/casas da associação quilombola	83

LISTA DE SIGLAS

- ABA – Associação Brasileira de Antropologia;
- ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade;
- CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor;
- CF – Constituição Federal;
- CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Quilombolas;
- CPT – Comissão Pastoral da Terra;
- CTG – Centro de Tradições Gaúchas;
- DPI – Dots Per Inch (Pontos Por Polegada);
- GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global);
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- LÂMINA – Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica;
- MG – Minas Gerais;
- MNT – Modelagem Numérica do Terreno;
- OIT – Organização Internacional do Trabalho;
- PEC – Projeto de Emenda Constitucional;
- PL – Partido Liberal;
- PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia;
- PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- PLC – Projeto de Lei da Câmara;
- PEC – Proposta de Emenda à Constituição;
- RS – Rio Grande do Sul;
- RTID – Relatório Técnico de Identificação e delimitação;
- SIG – Sistema de Informação Geográfica;
- SIGs – Sistemas de Informações Geográficas;
- SRTM – Shuttle Radar Topography Mission (Missão Topográfica Radar Shuttle);
- STF – Supremo Tribunal Federal;
- TIEs – Tecnologias da Informação espacial;
- UFPEL – Universidade Federal de Pelotas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	29
1.1 DE QUILOMBOS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS ...	29
1.2 ETNOARQUEOLOGIA NA INTERFACE DO MÉTODO ETNOGRÁFICO E DA FERRAMENTA SIG	32
1.3 ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO, RESISTÊNCIA E A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS NA REGIÃO MERIDIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	43
1.4 A PRESENÇA NEGRA NO CONTEXTO DE PIRATINI E SUAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS.....	54
2. ETNOARQUEOLOGIA, TERRITÓRIO E IDENTIDADE.....	80
2.1 O PRIMEIRO CONTATO	80
2.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAZENDA CACHOEIRA.....	83
2.3 A FORMAÇÃO DO QUILOMBO E A REDE DE PARENTESCO NA INTERFACE DAS TAPERAS E CEMITÉRIOS	85
2.4 O CONFLITO COM A EMPRESA QUE CERCA A ÁREA DA COMUNIDADE E A LUTA PELO TERRITÓRIO.....	102
2.5 O APOIO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NEGRA E DA PASTORAL AFRO AOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE FAZENDA CACHOEIRA E O ACESSO A POLÍTICAS SOCIAIS	107
2.6 CRIANÇAS E JOVENS QUILOMBOLAS.....	112
2.7 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E O MODO DE VIDA QUILOMBOLA	119
2.7.1 Casas quilombolas, galpão e espaço aberto de convivência com rochas e figueiras	119
2.7.2 Os locais de descarte.....	126
2.7.3 Os cercados e a prática da agricultura	129
2.7.4 A criação de animais.....	135
2.7.5 A atividade de coleta	141
2.7.6 A caça no quilombo	144
2.7.7 O uso da água, do barro, das rochas e de madeira em Fazenda Cachoeira.....	147

2.7.8 Considerações sobre o mapeamento de espaços de uso quilombola	154
3. MEMÓRIAS, USO TRADICIONAL E CULTURA MATERIAL	157
3.1 EM BUSCA DA MATERIALIDADE	157
3.2 SONHOS, ESCRAVIDÃO, GUERRAS, FANTASMAS E TESOUROS	158
3.2.1 As taperas assombradas	162
3.2.2 O Cerro da Maneia	165
3.2.3 O mito do dinheiro enterrado nas três restingas da Serra das Asprezas	170
3.2.4 Mapeando o imaterial	171
3.3 O SIGNIFICADO DAS PEDRAS	173
3.3.1 O lajeado	173
3.3.2 A horta e o curral cercados de pedras	177
3.3.3 A eira natural de pedra, para bater e secar grãos.....	179
3.4 A CASA DE PEDRA	179
3.5 LUGARES E MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO.....	183
3.5.1 A mangueira de pedra	184
3.5.2 Antiga construção com possível senzala	188
3.5.3 O eucalipto centenário e o mangueirão de vala do tempo da escravidão	196
3.5.4 Considerações sobre o mapeamento dos marcos das memórias da escravidão no quilombo Fazenda Cachoeira.....	198
4. ENSAIO PARA A ANTROPOLOGIA DA IMAGEM: “JUNTO COM NOSSOS AMIGOS AONDE TEM CHURRASCO E CHIMARRÃO EU SOU GAÚCHO DE CORAÇÃO”, ETNOARQUEOLOGIA E MEMÓRIA DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAZENDA CACHOEIRA	200
CONCLUSÃO.....	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	221

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por um capítulo de exploração e opressão desde o início de seu processo de colonização, principalmente em relação aos povos nativos indígenas e aos povos oriundos da África, no processo de diáspora africana. No entanto, frequentes foram os processos de resistência dessas populações. Uma dessas formas de resistência foram os quilombos. É bom destacar o fato de que, além dos quilombos, foram inúmeras as formas de resistência empunhadas pela população negra vinda da África, assim como dos afrodescendentes nascidos no Brasil.

Ainda hoje, passado mais de quinhentos anos da chegada dos colonizadores e mais de cento e vinte anos da abolição da escravatura, a opressão continua intensa sobre indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, como quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, seringueiros, ribeirinhos, faxinais (ALMEIDA, 2008), entre outros coletivos.

Segmentos, historicamente excluídos da população (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2010, p. 185), que se colocaram na cena política constituída, consolidaram seus movimentos e articularam estratégias de defesa de seus territórios (ALMEIDA, 2008, p. 19). Logo, o maior foco de tensão desses grupos, historicamente excluídos dentro de um ambiente colonialista (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2010), tem sido a luta pelo território tradicionalmente ocupado.

O colonialismo não é somente um período do passado histórico, mas uma característica necessária para o capitalismo em sua dinâmica de acumulação incessante de capital, o qual implica, inclusive, expansão geográfica para regiões tradicionalmente ocupadas (PORTO-GONÇALVES e CUIN, 2013, p. 18). Eremites de Oliveira e Pereira (2010, p. 190) caracterizam como “ambiente colonialista” o cenário político marcado por várias formas de violência e tentativas de dominação contra as minorias étnicas, sitiadas e constrangidas por diversos mecanismos de sujeição.

Numa situação que remete ao paradigma de *colonialismo interno* (OLIVEIRA, 1978; CASANOVA, 2007; NOELI e FERREIRA, 2007; EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2010), o qual se caracteriza pela ação de grupos hegemônicos, dentro da fronteira, podendo se valer do Estado, da economia, da ciência ou tecnologia para explorar nativos e ou outras etnias historicamente subalternizadas, latifundiários, articulados ou não, a bancadas do Congresso Nacional, se organizam, quando não agem com violência armada, contra a demarcação de terras indígenas e quilombolas (FERREIRA, 2013, p. 97).

Para Almeida (2010, p. 12), há uma campanha de desterritorialização perpetrada pelas agroestratégias das entidades patronais, conglomerados industriais e, também, pelas ações jurídicas de partidos políticos da chamada “bancada ruralista”, entre outros demais grupos conservadores, fechando ainda mais o cerco sobre os territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas e coletivos tradicionais. Em carta aberta, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), manifestando a sua opinião contrária à ADI 3239/04, que é a ação direta de inconstitucionalidade contra o Decreto 4487/03, o qual será destacado um pouco mais à frente, salienta a atual situação vivida no país em relação a esse embate entre forças reacionárias e as comunidades tradicionais:

...na medida em que o país avança com ele grupos excluídos asseguram direitos, concomitantemente, grupos reacionários emergem da obscuridade. O modelo de desenvolvimento econômico do país pautado na produção de commodities para exportação força a expansão da fronteira agrícola, conseqüentemente amplia a grilagem no campo, tornando a vida nesse espaço muito mais tensa e insegura e colocando as comunidades tradicionais muito mais expostas às várias formas de violência impostas por um conjunto de forças conservadoras articuladas entre si, representadas majoritariamente pelo agronegócio e seus interesses. (CONAQ, 2015).

No decorrer de 2013, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou dados de conflitos por terra no Brasil, referentes a esse ano. De acordo com esses dados, do montante total de ocorrências registradas, 60% se tratam de conflitos envolvendo populações tradicionais. Segundo o CPT (2013), entre as categorias sociais que sofreram ações violentas, as populações tradicionais são as que mais se destacam desde a metade dos anos 2000. Sendo que, no ano de 2013, do total de vítimas fatais (assassinatos), 61,3% pertencem a grupos/classes sociais/etnias caracterizados como tal. E essa violência sempre é acompanhada de processos expropriatórios, prática que remonta às origens da formação territorial do país (PORTO-GONÇALVES e CUIN, 2013, p. 23).

Um marco jurídico para essas populações tradicionais, em especial aos povos indígenas e comunidades quilombolas, foi a Constituição Federal de 1988. Um conjunto de novos direitos foram assegurados aos negros e negras e a outros grupos submetidos ao descaso do Estado, para que esses pudessem acessar políticas públicas instituídas, dando-lhes dignidade e condições de reprodução plena de suas vidas (CONAQ, 2015).

A construção do Estado Democrático (art. 1º da Constituição Federal) no Brasil deu validade ou positividade jurídica às minorias étnicas (PIOVESAN e SOUZA, 2006, p.2). O novo texto constitucional passou a exigir a mobilização do aparato estatal para atuar no

sentido de assegurar direitos sociais a essas coletividades (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2010, p. 186). Segundo Ilka Boaventura Leite (2010, p. 36), o direito quilombola que a Constituição Brasileira visa alcançar é o direito sobre o lugar, o direito não exclusivamente à terra ou às condições de produção, mas, sobretudo, o reconhecimento na ordem jurídica que é, antes de tudo, uma política de direitos humanos.

Almeida, ao abordar a questão quilombola, atenta para o fato de que a Constituição de 1988 é resultante de intensas mobilizações, acirrados conflitos e lutas sociais:

Entendo que o processo social de afirmação étnica, referido aos chamados quilombolas, não se desencadeia necessariamente a partir da Constituição de 1988 uma vez que ela própria é resultante de intensas mobilizações, acirrados conflitos e lutas sociais que impuseram as denominadas “terras de preto”, “mocambos”, “lugar de preto” e outras designações que consolidaram de certo modo as diferentes modalidades de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos. Neste sentido a Constituição consiste mais no resultado de um processo de conquistas de direitos e é sob este prisma que se pode asseverar que a Constituição de 1988 estabelece uma clivagem na história dos movimentos sociais, sobretudo daqueles baseados em fatores étnicos (ALMEIDA, 2008 p.44).

Outro aparato jurídico, resultado de intensas mobilizações e luta, inclusive, até hoje em disputa, é o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, expedido pelo Presidente da República, e que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Ilka Boaventura Leite (2010, p. 24) destaca que o referido decreto decorre de novas reflexividades e proposições advindas de setores menos conservadores da sociedade. Do ponto de vista dos direitos humanos, ele é inovador porque repõe a esses grupos marginalizados um direito que é, antes de tudo, um direito à voz.

Recentemente, mais precisamente, no dia dezessete de março de 2015, o Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) emitiu uma nota referente ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra o Decreto 4887. A ação foi ajuizada em 2004. pelo antigo PFL (hoje DEM), e discute a constitucionalidade desse decreto. Nessa nota, o Comitê Quilombos da ABA alerta para o fato que essa mesma Ação coloca em risco, também, uma série de medidas correlatas de outros dispositivos legais. A seguir, é apresentado um trecho dessa nota, a qual destaca a preocupação desse comitê em relação a essa situação e eminentes riscos dessa Ação supracitada:

A ADI Nº 3.239/2004 abala conquistas consolidadas na Constituição Federal de 1988, sobretudo quanto à garantia do direito à propriedade de territórios (art. 68, ADCT) e à proteção dos “modos de fazer, criar e viver” das comunidades quilombolas no país, (artigos 215 e 216 da CF/88). A mesma Ação coloca em risco também o alcance de conquistas correlatas de outros dispositivos legais, tais como a Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial, a Convenção 169 da OIT, e o próprio artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição. Assim, a Associação Brasileira de Antropologia, através do seu Comitê Quilombos, vem, a público, externar sua preocupação com a votação do Supremo, defendendo sua manutenção e plena efetivação. (COMITÊ QUILOMBOS/ABA, 2015).

O objetivo, ao destacar essa nota da ABA, foi evidenciar que o momento atual é de acirrada disputa entre esses setores conservadores, representados na política nacional em contraponto às comunidades tradicionais, no caso exemplificado, quilombolas.

A situação dos povos indígenas também não é diferente. O momento atual é de pleno conflito, tanto no que diz respeito a conflitos localizados pelo território brasileiro, assim como no âmbito político e jurídico. Um exemplo de violência que está em curso no campo político contra os povos indígenas e populações tradicionais é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, a qual pretende transferir do governo federal para o legislativo a prerrogativa de formalizar terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas. O que, segundo especialistas, considerando a força da bancada ruralista, na prática, significaria a paralização definitiva de oficialização dessas áreas. À PEC 215, somam-se dezenas de outros projetos de lei, que tentam impedir o reconhecimento de terras indígenas e favorecer o uso delas pelo agronegócio (CPT, 2013, p. 168).

Pra não ficar só nesses dois exemplos, outra ameaça, que atualmente tramita no Senado, que fere os direitos de povos indígenas e populações tradicionais, é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 2 (antigo PL 7735/2014), que trata dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. Conforme aponta o Instituto Socioambiental (2015), esse projeto tem contado com o lobby, ou seja, pressão sobre os congressistas, da chamada “Coalização Empresarial pela Biodiversidade”. Esse PLC pretende facilitar o acesso e exploração dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais da biodiversidade e da agrobiodiversidade, justificando-se como medida necessária ao avanço da pesquisa no país.

Como já salientado, existe um embate entre populações tradicionais e os setores conservadores da sociedade brasileira, setores esses que, historicamente, vêm adotando práticas colonialistas de opressão a essas coletividades. E um modo de realizar justiça social e de garantia de sustentabilidade para esses coletivos é a garantia de posse de seus territórios tradicionalmente ocupados. A então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (2007), ao

tratar do Decreto Nº 6040, de sete de fevereiro de 2007, o qual institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), salienta, além da necessidade de dar visibilidade a esses povos e comunidades, a importância do acesso ao território para a existência e identidade dessas coletividades:

Assegurar o acesso ao território significa manter vivos, na memória e nas práticas sociais, os sistemas de classificação e de manejo dos recursos naturais, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção. Isso, além de sua dimensão simbólica: no território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo, como a base material de significados culturais que compõem sua identidade social. (SILVA, 2007, p.8).

A questão territorial é primordial para esses povos e comunidades tradicionais. A demora na demarcação e homologação de terras indígenas e no cumprimento do Decreto 4.887 que trata dos procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos aumenta a insegurança dessas coletividades, deixando-os numa situação ainda maior de vulnerabilidade social. Essa demora também implica, muito em função da indefinição, um cenário de conflito e violência contra esses povos e comunidades tradicionais. Leite (2010, p. 29) destaca que a criminalização das lutas camponesas resultou em repressões policiais e militares e diversos massacres registrados na história do país, portanto, não é de admirar que os processos de titulação instaurados pelo Decreto 4887 venham a reavivar esses antigos métodos de repressão a esses grupos historicamente explorados.

Um exemplo desse tipo conflito, que apresenta essa situação de perigo da demora na definição do reconhecimento e efetivação do território quilombola, destacado pelo CPT (2013), é o caso do território quilombola do Brejo dos Crioulos, do povoado de Araruba, em São João da Ponte (MG). O processo de reconhecimento e titulação tramitou por cerca de doze anos em órgãos governamentais e, mesmo concluído, não era assinado. Diante dessa morosidade, no fim de 2011, os quilombolas acamparam em frente ao Palácio do Planalto. Alguns, acorrentados, gritavam que, enquanto não tivessem a área, continuariam presos à escravidão. Como resultado dessa manifestação, a Presidenta Dilma Rousseff assinou um decreto de desapropriação, no dia 29 de setembro de 2011. Em função da demora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em concluir o processo, em setembro de 2012, 350 famílias ocuparam uma área de três fazendas, num total de 2.100 hectares. Nessa

ocasião, houve conflito com pistoleiros, que resultou na morte de um deles e prisão de cinco quilombolas.

Os quilombolas desocuparam a área, mas, três meses depois, no fim do ano de 2012, a ocuparam novamente, porém, um juiz federal, sem tomar conhecimento do Decreto Presidencial, desengavetou um processo de 2009 e emitiu a ordem de despejo dos mesmos (CPT, 2013, p. 155). A situação territorial desses segue indefinida, causando grande prejuízo para as famílias dessa coletividade. Faz-se necessária maior pressão sobre o INCRA e outros órgãos governamentais envolvidos nessa temática de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

Para Lima (2013, p. 188), a prática de uma arqueologia socialmente responsável implica em colocar os remanescentes do passado a serviço da luta por reconhecimento, respeito, justiça e direitos fundamentais de grupos étnicos historicamente discriminados, podendo contribuir para políticas sociais emancipatórias, contrariando uma antiga visão de neutralidade na ciência arqueológica que, hoje, após a penetração de um pensamento crítico na disciplina (LIMA, 2013, p.179), se sabe que nunca existiu. A seguir, as palavras da arqueóloga, ao destacar a natureza essencialmente política da arqueologia:

A arqueologia, durante muito tempo, convenientemente protegida por uma aura de suposta neutralidade e inocência, foi cruamente desnudada nas últimas décadas de século XX. Por baixo de sua aparente ingenuidade, foi mostrada sua verdadeira face, a de uma disciplina cuja natureza é intrínseca e essencialmente política, como tão bem atesta sua trajetória, onde quer que ela tenha sido praticada no tempo e no espaço. (LIMA, 2013, p.186)

Eremites de Oliveira e Pereira (2010) destacam, entre vários aspectos relevantes, o importante papel que a arqueologia pode exercer no processo de reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas. Mais especificamente, o subcampo da arqueologia, conhecido como etnoarqueologia, que trata do estudo arqueológico de sociedades contemporâneas, que será abordado, com mais detalhe, na sequência dessa dissertação.

O trabalho arqueológico pode contribuir nas situações e contextos contemporâneos em que envolvem povos e comunidades tradicionais do Brasil (MORAES, 2012, p. 21). Pode atuar como uma ferramenta de visibilidade à cultura das comunidades remanescentes quilombolas. Pode promover a justiça social, inclusive, atuando como instrumento para essas coletividades, em caso de comprovação de seu território, para fins de título de propriedade coletiva da terra. Essa contribuição pode se dar, mais efetivamente, através da participação em laudos antropológicos com vistas à identificação, delimitação e titulação de um território

tradicional utilizado. Ou, como no caso desse trabalho, atuar no sentido de dar visibilidade para esse tema, ser mais um instrumento a favor dos quilombolas no que tange à questão da comprovação de um território tradicional ocupado.

Com o intuito de melhor contextualizar os futuros leitores desse trabalho, intitulado *“Junto com nossos amigos aonde tem churrasco e chimarrão eu sou gaúcho de coração”*: etnoarqueologia e memória do território da comunidade quilombola Fazenda Cachoeira, em Piratini, Rio Grande do Sul, são apresentados, de maneira sucinta, alguns caminhos percorridos, na trajetória pessoal, os quais levaram à elaboração dessa dissertação, no Mestrado em Antropologia, com concentração em Arqueologia, pela Universidade Federal de Pelotas.

Com formação de origem em Geografia, no ano de 2011, quando cursava Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas, surgiu a oportunidade de integrar um grupo de pesquisa sobre arqueologia da escravidão, mais especificamente, no projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*, coordenado pelo arqueólogo Prof. Dr. Lucio Menezes Ferreira, vinculado ao Departamento De Antropologia e Arqueologia da UFPEL. A partir desse acontecimento, se teve o primeiro envolvimento com a ciência arqueológica. Importante, também, foi a participação no Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA), com coordenação do professor Lúcio Menezes Ferreira. Nesse laboratório, teve-se a oportunidade de conhecer e trabalhar com diversos acadêmicos, de maneira multidisciplinar, já que o laboratório conta com professores e alunos de diferentes áreas, como arqueologia, antropologia, história, geografia, biologia, museologia e conservação e restauro.

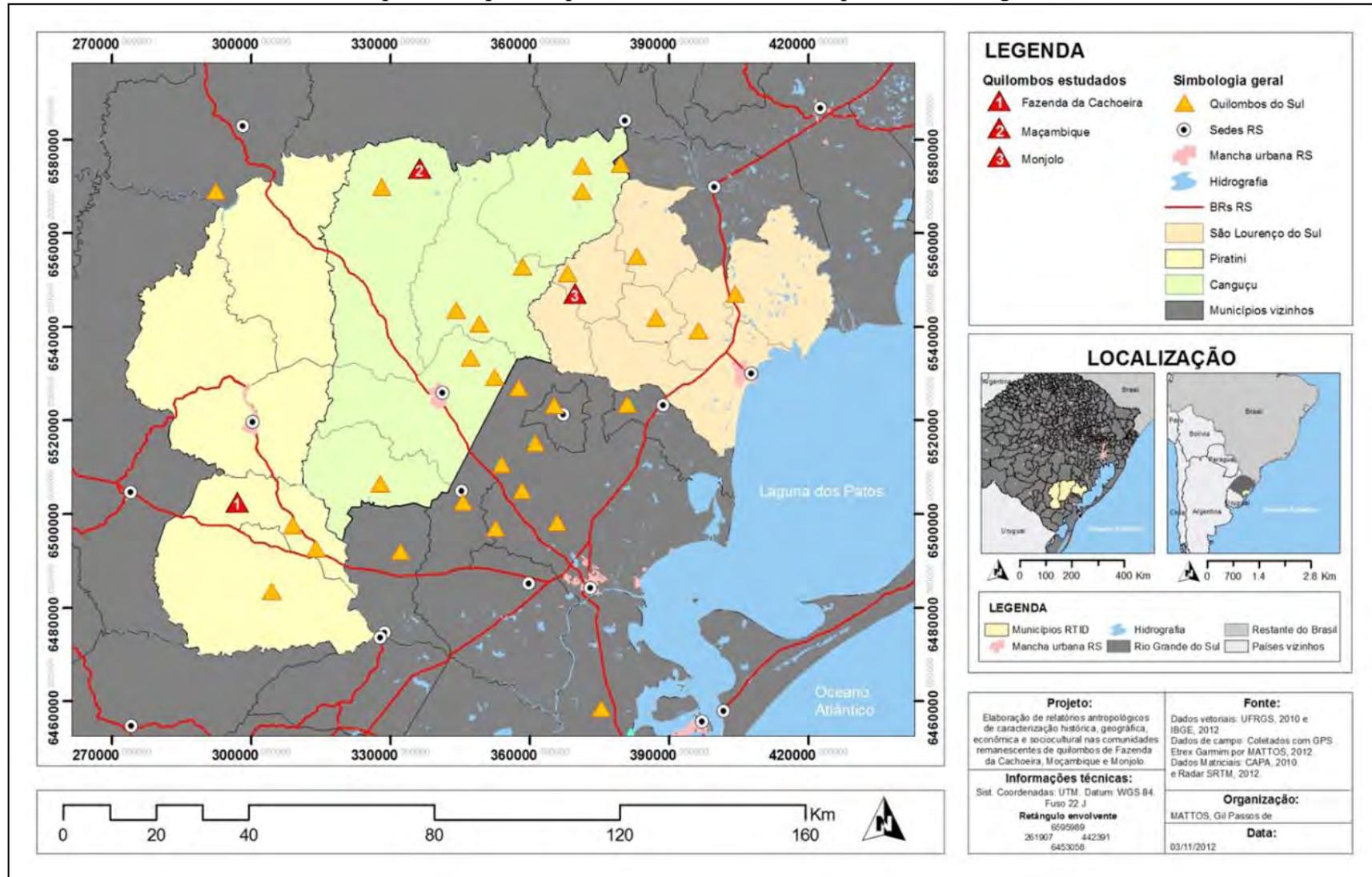
Também, no ano de 2011, teve-se o privilégio de integrar um projeto relacionado à ciência antropológica, vinculado ao projeto *“Territórios negros na região central e na região das antigas charqueadas do RS: fluxos de memórias e fronteiras étnicas em uma perspectiva comparativa”*, vinculado ao subprojeto *“Elaboração de relatórios antropológicos de caracterização histórica, geográfica, econômica e sociocultural nas comunidades remanescentes de quilombos de Fazenda Cachoeira, Moçambique e Monjolo”*, coordenado pela antropóloga Profª. Dra. Rosane Rubert, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPEL, projeto esse que ainda está em curso. Como o próprio nome sugere, trata da elaboração de um RTID – Relatório Técnico para Identificação e Delimitação de terra para comunidades tradicionais remanescentes de quilombos.

A inserção nessas duas pesquisas se deu em função da experiência com as TIEs (Tecnologias da Informação Espacial), especialmente no trabalho de análise espacial, com o uso da ferramenta SIG (Sistema de Informação Geográfica). Então, a partir da afinidade adquirida com a arqueologia e antropologia, somada à experiência na geografia, é que se desenvolveu essa dissertação.

Logo, esse trabalho tem como objetivos principais a análise da materialidade e o mapeamento de marcadores territoriais e locais de interesse arqueológico na comunidade remanescente de quilombos Fazenda Cachoeira, localizada no município de Piratini, no Pampa gaúcho, mas em uma área de relevo fortemente ondulado, nas proximidades da Serra das Asprezas, situada numa região formada por diversos quilombos, conforme pode ser visto no mapa apresentado a seguir (Mapa 1), confeccionado no trabalho realizado nas três comunidades tradicionais em que se trabalhou. Cabe frisar o fato de que, quando se destacam os termos quilombo ou comunidade quilombola, estar-se-á referindo ao termo jurídico comunidade remanescente de quilombos.

No Mapa, destacam-se os três municípios, Piratini, Canguçu e São Lourenço do Sul, os três quilombos, com os quais se teve a oportunidade de trabalhar e as demais comunidades quilombolas da região, mapeadas pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), no ano de 2010.

Mapa 1 – Mapa dos quilombos RTID e demais quilombos da região



Autor: Gil Passos de Mattos, 2012.

A metodologia, qual será mais bem esmiuçada em seus detalhes mais à frente, no decorrer do trabalho, teve um caráter interdisciplinar, baseada, principalmente, na observação participante e no uso da ferramenta SIG. Também, baseou-se em alguns procedimentos típicos da arqueologia, em especial relacionados à etnoarqueologia e aos estudos da arqueologia da escravidão, subcampos da arqueologia esses, que forneceram grande parte dos preceitos teóricos e metodológicos utilizados nessa pesquisa.

Essa dissertação foi organizada da seguinte maneira: além dessa breve introdução, conta com quatro capítulos mais a conclusão. No capítulo I, são apresentadas as bases teóricas e metodológicas para a realização de tal pesquisa, buscando uma relação mais estreita com a etnoarqueologia e a arqueologia da escravidão. Além do contexto histórico e atual de Piratini, principalmente no que diz respeito à presença negra nesse local e região.

No segundo capítulo, são abordados aspectos relacionados à formação desse quilombo, atrelando-se ao processo de gênese dessa comunidade as evidências materiais de taperas e cemitérios. Também é destacada uma série de locais e recursos de uso tradicional dos quilombolas, evidenciando um pouco o modo de vida e territorialidade dessa comunidade tradicional.

No capítulo III, buscou-se, principalmente, a partir da memória dos quilombolas, identificar uma série de elementos da cultura material importantes para a formação da identidade coletiva desse grupo, assim como para o entendimento da materialidade existente nesse lugar.

Em seguida, no capítulo IV, é apresentado um ensaio fotográfico, destacando imagens dos quilombolas e um pouco do dia a dia da comunidade. E, por fim, é apresentada a conclusão, a qual abarca as considerações e perspectivas em relação a esse estudo da comunidade de remanescentes do quilombo Fazenda Cachoeira.

1. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Esse primeiro capítulo, que trata das bases teórico-metodológicas do trabalho, divide-se em quatro partes. Primeiramente, será abordado o processo de ressemantização pelo qual passou o termo quilombo. Em seguida, serão abordados os princípios metodológicos utilizados nessa pesquisa, destacando a teoria e método etnoarqueológico e a ferramenta SIG. Na sequência, as contribuições das teorias da arqueologia da escravidão para tal estudo e o contexto de formação dos quilombos na região meridional do Rio Grande do Sul. E, finalizando esse primeiro capítulo, será apresentado o contexto de Piratini e suas comunidades remanescentes de quilombos.

1.1 DE QUILOMBOS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Ao que tudo indica, a palavra quilombo é de origem africana. Há estudos arqueológicos sobre quilombos africanos. Segundo Munanga, (2005, p. 58), a palavra é seguramente originária dos povos de línguas bantu (*kilombo*, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos. Ilka Boaventura Leite (2000) também destaca que “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos (...)”. Quer dizer acampamento guerreiro na floresta. Logo, se entende que o quilombo brasileiro é uma cópia do quilombo africano, reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos (MUNANGA, 2005, p. 63).

O quilombo brasileiro também foi uma forma de aglutinação de pessoas que resistiam à opressão do Estado, independente da raça, unificando negros, brancos e índios, o que se configurou num modelo de democracia plurirracial. Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, foi morto quase no fim do século XVII. Coincidentemente, a formação da instituição *kilombo* no continente africano, na área cultural bantu, aconteceu nos séculos XVI e XVII, conforme pode ser visto nas palavras de Munanga (2005, p. 63)

Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, foi morto em 1695, quase no fim do século XVII. Coincidentemente, a formação da instituição *kilombo* no continente africano, especificamente na área cultural bantu, aconteceu também nos séculos XVI e XVII.

O quilombo africano, no seu processo de amadurecimento, tornou-se uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação. A iniciação, além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recrutados das linhagens estrangeiras ao grupo de origem (MUNANGA, 2005, p. 63).

A ressemantização desse termo percorreu um longo caminho, tanto temporal quanto discursivo (MARQUES, 2009, p.345). De acordo com Pereira (2002, p. 283), no período colonial do Brasil, “para o Conselho Ultramarino, em resposta à consulta, quilombo ou mocambo seria toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Pereira (2002, p. 3) destaca, também, que, normativamente, o conceito resulta também do Alvará de três de março de 1741 e provisão de seis de março do mesmo ano, segundo os quais “era considerado quilombo, desde que se achavam reunidos cinco escravos.” (PEREIRA, 2002, p. 283).

Até alguns anos atrás, o termo *quilombo* era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas que, por meio da documentação, procuravam construir novas abordagens e interpretações sobre o passado (O'DWYER, 2002, p. 13). Porém, conforme destaca Price (2000), os antropólogos brasileiros têm utilizado a ressemantização da palavra *quilombo* para designar os segmentos negros de diferentes regiões e contextos do Brasil, que têm o sentimento de ter e pertencer a um lugar e um grupo específico.

Almeida (2002) defende o uso da observação etnográfica para romper com uma visão de quilombo congelada no passado. Uma importante direção apontada por parte dos antropólogos nessa discussão foi o fato de indicarem a necessidade de os dados serem percebidos a partir de uma dimensão que venha a incorporar o ponto de vistas dos grupos sociais. Perspectiva essa que foi adotada, principalmente, a partir das contribuições de Barth (2000), segundo as quais as diferenças culturais adquirem um elemento étnico não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas, sim, quando as diferenças culturais são percebidas como importantes e socialmente relevantes para os próprios atores sociais.

O'dwyer (2005) destaca o fato de que, na Constituição de 1988, na seção dedicada à cultura, de que a nacionalidade brasileira se forma a partir de grupos étnicos diferenciados, com histórias e tradições diversas. Cabendo ao Estado, além de protegê-los, garantir o espaço e permanência para essa diferenciação. Essa seção aborda a Cultura, não mais uma acepção meramente folclórica, mas como “conjunto de valores, representações e regulações de vida

que orientam os diversos grupos sociais, numa visão que não se remete mais ao passado, mas, ao contrário, se orienta e se renova no presente” (PEREIRA, 2002).

É nesse contexto de luta por direitos que o quilombo, como categoria histórica, se reorienta na atualidade, para se tornar uma categoria jurídica, agora sob a denominação de “comunidade remanescente de quilombos”. Para a CONAQ (2015), a garantia desses direitos começa pela regularização e segurança de seus territórios tradicionalmente utilizados. Daí a importância do Decreto de Lei 4.487 de 2003, pois esse, além de tratar da regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas por quilombolas, valoriza a auto-atribuição por parte desses grupos:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, DECRETO DE LEI Nº 4.487, 2003).

Segundo esse mesmo decreto, consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Esse representa uma política de reconhecimento dessas comunidades e de exercício das próprias comunidades em refletirem sua própria cultura, valorizando a memória oral e uma série de práticas de seu cotidiano.

A caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombos será atestada mediante auto-definição, sendo certificada pela Fundação Cultural Palmares, mediante Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos da referida fundação. E uma das funções da Fundação Cultural Palmares é formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente, desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania.

De acordo com alguns grupos sociais afro-brasileiros e do governo brasileiro, existem mais de 4.000 comunidades descendentes quilombolas no Brasil. Destaca-se a Fundação Cultural Palmares que presta assistência jurídica aos quilombos, desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (2014), mais de 1.500 comunidades de remanescentes de quilombos possuem certificação pela Palmares, sendo 94 dessas no Rio Grande do Sul. Certificado que garante uma série de direitos a essas comunidades tradicionais junto a Estado Brasileiro.

Em publicação do CAPA, intitulada *Revelando os quilombos no sul*, do ano de 2010, foram observadas 43 quilombos na região sul do Rio Grande do Sul. Assim, “a criação do mapa temático das comunidades quilombolas muda a auto percepção de toda uma região que começa a enxergar sua história e realidade de maneira mais realista e inclusiva” (CAPA, 2010, p.3). Dessas comunidades quilombolas mapeadas, quatro foram em Piratini, entre elas a Fazenda Cachoeira.

1.2 ETNOARQUEOLOGIA NA INTERFACE DO MÉTODO ETNOGRÁFICO E DA FERRAMENTA SIG

Por se tratar de um estudo arqueológico de uma comunidade tradicional viva, foram adotadas práticas já usadas em pesquisas etnoarqueológicas. Foi realizada pesquisa bibliográfica, principalmente, em publicações de arqueólogos e arqueólogas do Brasil e América Latina, que trabalham nessa linha de investigação. Um autor de referência foi Jorge Eremites de Oliveira, primeiro, por esse ser um arqueólogo renomado no campo da etnoarqueologia, possuindo diversas publicações, entre livros e artigos publicados. E, também, pela proximidade com o mesmo, algo natural, já que ele é orientador dessa pesquisa de dissertação e foram diversas as trocas de experiência em orientações e trabalhos de campo realizados em parceria.

A etnoarqueologia é um subcampo da arqueologia, entendida como o estudo arqueológico de sociedades contemporâneas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012). De acordo com Fabiola Silva (2011), além de uma especialidade da arqueologia que estuda as sociedades contemporâneas, também estuda a relação dessas sociedades com o mundo material.

Outro motivo pelo qual se buscou a aproximação com esse subcampo da arqueologia, é que esse se aproxima do estudo etnográfico, já que incorpora muitas de suas práticas, porém, voltadas para o trabalho arqueológico, que é o caso nessa pesquisa com a comunidade remanescente de quilombos da Fazenda Cachoeira. As reflexões acerca das relações entre a Arqueologia e a Etnografia ganham cada vez mais espaço na literatura arqueológica (BEZERRA, 2011, p. 61). Fabiola Silva (2011) ressalta uma importante questão no que diz respeito ao debate existente na relação entre a etnoarqueologia e analogia etnográfica, a qual se deve levar em consideração:

...a etnoarqueologia não deve ser entendida como analogia, mas como um campo investigativo que visa trazer referenciais etnográficos como subsídio às interpretações arqueológicas sobre o passado e, ao mesmo tempo, como uma possibilidade de “arqueologia do presente”. (SILVA, 2011)

Politis (2010), ao abordar as aplicações da etnoarqueologia para interpretar o registro arqueológico, traça um breve panorama da evolução deste subcampo da arqueologia. É importante conhecer os caminhos que a abordagem etnoarqueológica vem percorrendo nas últimas décadas, sobretudo para ter consciência dos avanços e dificuldades ocorridas ao longo desse percurso.

Segundo ele, o primeiro a abordar esse tema, de maneira sistemática, na década de 1970, foi Lewis Binford, um dos maiores expoentes da arqueologia processual. Primeiramente, Binford realizou a analogia etnográfica, posteriormente, desenvolveu, teoricamente, o enfoque etnoarqueológico em suas pesquisas com os Nunamiut, povo que vive na região do Alaska.

Politis destaca que, já na década de 1980, se amplia o enfoque sobre os estudos etnoarqueológicos, com o surgimento da arqueologia pós-processual, destacando os trabalhos de Ian Hodder. Buscaram-se níveis maiores de complexidade do que os aplicados na abordagem processualista, a qual se dedicava, principalmente, ao estudo dos aspectos técnicos e econômicos, não enfatizando da mesma maneira do que os pós-processualistas, as questões simbólicas da cultura material. Nessa nova abordagem, pós-processualista, se ampliou o leque de possibilidades, buscando o entendimento dos aspectos cognitivos, sociais e ideológicos da cultura material.

Na década de 1990, multiplicaram-se os estudos etnoarqueológicos, em variados tipos de sociedade, foram desenvolvidos projetos em grandes regiões do mundo, alcançando diferentes perspectivas teóricas. Segundo o mesmo autor, já na década de 2000, ao fim dessa década, vive-se uma situação paradoxal, pois, à medida que se incrementa o interesse por esse tipo de estudo, cada vez mais diminuem as sociedades tradicionais, conforme pode ser visto nas palavras de Politis:

La década que está finalizando nos encuentra en una situación paradójica ya que en la medida que se incrementa el interés por este tipo de estudios y se valoriza su aporte para el proceso de inferencia arqueológica, cada vez más disminuyen las sociedades “tradicionales” (POLITIS, 2010, p. 278).

Para Eremites de Oliveira (2012), a prática etnoarqueológica assegura o conhecimento do sistema de assentamentos regional percebido como um conjunto de lugares

de ocupação histórica. Um dos muitos avanços possibilitados pela abordagem etnoarqueológica é que ela possibilitou a compreensão de que o sítio arqueológico pode ser composto por uma série de locais, que vão além das habitações de um determinado grupo, podendo ser composto por locais de plantio, de caça, coleta e etc..

Um exemplo desse tipo de situação pode ser visto no trabalho de Lewis Binford (1980) com os esquimós no Alasca. Em seu texto, traduzido para o português, *Fumaça de salgueiros e rabos de cachorros: sistemas de assentamento de caçadores-coletores e formação de sítio arqueológico*, ele apresenta diferentes espaços existentes dentro de um sistema logístico num assentamento de um grupo de caçadores-coletores, composto por locais de acampamento, de observação, de abate de armazenamento de alimentos, de locais de armadilha, além de aldeias de verão e de inverno. A percepção de que o sítio arqueológico é bem maior do que parece a uma primeira impressão ocorreu em função da pesquisa etnográfica e no acompanhamento do *modus vivendi* de populações tradicionais. Esse trabalho de observação de populações tradicionais vivas vê a possibilidade de *insights* que podem auxiliar na interpretação arqueológica, inclusive, auxiliando na inferência ao comportamento humano (TRIGGER, 2004).

No trabalho com a comunidade remanescente de quilombos Fazenda Cachoeira é encontrada uma situação semelhante, no que diz respeito às dimensões do sítio arqueológico. Embora o lugar onde se situe as atuais moradias seja pequeno, o espaço historicamente ocupado por essa comunidade é muito maior, envolvendo áreas de caça, pesca, coleta, de plantio e antigos lugares de moradia, entre outros diversos locais de valor histórico e cultural para o grupo.

No que se refere à pesquisa etnoarqueológica, vem sendo utilizados diferentes procedimentos metodológicos. Para Carvalho (2011, p. 15), a adoção da metodologia etnoarqueológica tem contribuído para levantar e organizar os elementos que se percebem na relação dos quilombolas com a paisagem e sua ligação com o pensamento ancestral.

Eremites de Oliveira e Pereira (2010), no trabalho *Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas*, destacam-se a interrelação de alguns métodos aplicados à prática etnoarqueológica para a identificação de áreas tradicionalmente ocupadas. O primeiro é o da observação direta ou observação participante. O segundo é o método genealógico e de histórias de vidas, associados à tradição oral, ao estabelecimento de cronologias e ao levantamento de antigos assentamentos humanos, cemitérios, elementos da

paisagem de valor religioso, como morros, etc. O terceiro diz respeito ao método interdisciplinar da etnohistória, método que se dá, dentre outras coisas, a partir do levantamento de fontes textuais existentes em cartórios, arquivos públicos, museus e etc. Eles também destacam alguns procedimentos a serem adotados em campo.

Acontece que o estudo dos sistemas de assentamento implica, dentre outras coisas, no devido registro fotográfico dos locais vistoriados em campo e a necessária descrição etnográfica, georreferenciamento com auxílio de GPS e análise da cultura material ali encontrada. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2010, p. 204).

Já Silva (2011), no trabalho com populações indígenas, destaca que a metodologia etnoarqueológica se desenvolve a partir de um conjunto de estratégias de natureza diversificada, mas complementares entre si. Consideramos alguns desses procedimentos metodológicos aplicáveis no trabalho com comunidades quilombolas. Para a autora, essas estratégias incluem pesquisa bibliográfica e museográfica, pesquisa experimental e pesquisa de campo etnográfica:

a) Na bibliográfica, o arqueólogo procura informações a respeito do modo de vida das populações “nativas” como, por exemplo, a produção e a significação da sua cultura material, padrão de subsistência e assentamento, uso do espaço, deslocamentos territoriais e contatos com outras populações;

b) Na pesquisa museográfica, pode-se trabalhar com artefatos coletados dessas populações e adquirir informações sobre o seu uso e fabricação e as possíveis transformações ocorridas ao longo do tempo, em relação à utilização de matérias-primas e processos produtivos;

c) Com a pesquisa experimental é possível tentar replicar, em condições controladas, a produção e o uso de determinados artefatos, bem como os diferentes processos de preservação e transformação que podem afetar e condicionar a formação de determinados registro materiais;

d) Com a pesquisa de campo etnográfica, podem-se adquirir informações detalhadas no próprio local de campo.

A arqueologia trabalha com a materialidade de relações sociais no tempo e espaço (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012). Segundo Funari (1988), a arqueologia “estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade”. Essa totalidade material se refere, basicamente, a três elementos:

- a) Artefatos (ferramentas, instrumentos, tecnologia em geral);
- b) Ecofatos (paisagens humanizadas, por exemplo, como palmeirais de origem antrópica);
- c) Biofatos (outras evidências materiais sobre a presença humana em determinado lugar, como sementes de plantas e ossos de animais descartados como restos de alimentação).

Eremites de Oliveira (2012), em um trabalho que trata da produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas no Mato Grosso do Sul, destaca uma série de tipos de locais tradicionais possíveis de serem registrados em campo, no caso, com comunidades indígenas. Mas segundo o autor, tais contribuições também podem ser aplicadas para estudos ligados à demarcação de territórios de comunidades remanescentes dos quilombos. Fato esse confirmado nessa pesquisa em Fazenda Cachoeira, conforme será visto mais a frente nesse trabalho. A seguir, as considerações de Eremites sobre o uso da etnoarqueologia aplicado ao registro de locais tradicionalmente utilizados:

Do ponto de vista da etnoarqueologia, torna-se possível registrar esta situação por meio do levantamento e plotação de antigos lugares inseridos em sistemas de assentamento regionais: moradias permanentes e sazonais; cemitérios; roças, caminhos e trilhas; paisagens humanizadas como palmeirais de origem antrópica; morros percebidos como moradias de seres espirituais; etc. Nesses lugares foram encontradas evidências de um conjunto de relações sociais culturalmente materializadas: pinguelas de madeira para transpor córregos, esteios de habitações abandonadas, cercas colocadas para a proteção de sepulturas humanas, palmeiras e outras árvores manejadas pelos índios e elementos tecnológicos da sociedade industrial (latas, fragmentos de vidro, tijolos maciços queimados e outros) etc. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p.28).

Eremites de Oliveira e Pereira (2010, p.193) também salientam, em relação à conduta do pesquisador, ao menos, dois procedimentos básicos na aplicação de conhecimentos na identificação de territórios étnicos. O primeiro consiste em *descolonizar* e *desessencializar* saberes relativos à antropologia social e à arqueologia. No caso, os autores criticam uma busca exagerada por uma essência da primitividade de povos indígenas e comunidades quilombolas. E em segundo, o estabelecimento de uma relação de alteridade para com os interlocutores indígenas e quilombolas.

Por se tratar, nesse estudo, de uma comunidade tradicional viva, buscou-se realizar uma arqueologia do presente. Alfredo Gonzáles Ruibal (2012) defende vários preceitos para uma nova arqueologia, entre esses, uma arqueologia sem limites temporais e mais do que isso, uma arqueologia multitemporal, que abarque diferentes concepções sobre o tempo, concepção

adotada por muitas populações ameríndias, as quais concebem o tempo como algo cíclico e não linear.

Cristóbal Gnecco (2009) atenta para o fato de ser necessário haver uma descolonização do conhecimento, isto é, que se passe a produzir um conhecimento capaz de superar a violência epistêmica causada pelo conhecimento científico branco europeu, valorizando o saber local. Ele destaca, principalmente, a necessidade da academia abrir espaço para o diálogo e inserção de saberes de comunidades tradicionais. No caso, ele destaca o saber das populações ameríndias, mas o fato seguramente se aplica, também, a comunidades quilombolas, ribeirinhos, entre outros coletivos de saber tradicional.

De acordo com Thomas (1999), na sociedade ocidental, a paisagem é tida como algo visual e separado do ser humano. Segundo o mesmo, o homem se opôs à natureza, em condição para se apropriar dela, em forma adaptada às suas necessidades. Porém, em algumas sociedades não ocidentais, como no caso de sociedades africanas, essa “alienação” em relação à paisagem não existe e a incorporação da paisagem pode se dar de diferentes formas (CARVALHO, 2011). Bruno Latour (1994) salienta o fato de que o conhecimento científico europeu separou a natureza da sociedade. Esse fato, por si só, já vai contra o modo de pensar das populações indígenas, as quais não concebem essa separação entre homem e natureza. De certo modo, os Sistemas de Informação Geográfica conseguem superar essa barreira, já que podem inserir todos os elementos do sistema, humanos e não humanos, sociedade e natureza, em pé de igualdade, destacando e ou relacionando um ou outro de acordo a sobreposição de planos de informação desejados.

Realizou-se uma série de saídas de campo em Fazenda Cachoeira, as quais contaram com ampla participação da comunidade no levantamento dos dados, a atuação se deu no âmbito da escuta e da conversa. A comunidade se mostrou disposta ao diálogo, fato indispensável para o sucesso do trabalho; além disso, a comunidade pareceu bem disposta a encarar essa luta pela valorização de suas raízes culturais e de reconhecimento de sua história e de seu território. O que permitiu mais do que o entendimento da cobertura do solo e da organização espacial da produção e dos usos dos recursos naturais, mas, também, a elucidação do modo como os quilombolas se relacionam com o meio em que vivem e como se organizam no gerenciamento do uso coletivo da terra.

A inserção no cotidiano da comunidade, por meio da observação participante, teve por objetivo considerar o “repertório de práticas e autodefinição dos agentes” (ALMEIDA, 2002, p. 63), relacionando a sua trajetória histórica enquanto grupo etnicamente diferenciado

e suas relações com o território. As entrevistas realizadas e sistematizadas no trabalho, de cunho etnográfico, aliadas ao mapeamento de materiais, objetos e lugares relevantes, também serviram como importante suporte no entendimento do uso dessas áreas no presente e no passado, permitindo uma abordagem não meramente descritiva desses ambientes, mas, sim, qualitativa.

Considera-se a etapa de conversa com os quilombolas a mais importante durante a pesquisa, tanto pelo fato de se acreditar que ninguém melhor do que a própria comunidade para saber sua história, seus costumes e práticas cotidianas, como em função de se buscar valorizar o saber quilombola, algo que é considerado, desde já, imprescindível para a realização desse trabalho.

Em relação à utilização do método de observação participante, esse possibilitou, além de quantidade e qualidade de dados, boas experiências. A inserção no cotidiano da comunidade, participando na realização de suas atividades, onde em muitos casos, foi como se os papéis se invertessem, o pesquisador assume o papel do quilombola na realização de tarefas do dia a dia da comunidade, e a comunidade, por sua vez, analisa a atuação do pesquisador na realização desses afazeres. A seguir, é apresentada uma imagem (Fotografia 1) que reflete em parte tal situação; no registro fotográfico do quilombola Giovane Valdemar Barcelos da Silva, aparece o autor desse trabalho na lida com os cavalos:

Fotografia 1 – Pesquisador na lida com os cavalos na prática de observação participante



Foto: Giovane Valdemar Barcelos da Silva, em 10/12/2014.

Legenda: Na imagem registrada pelo quilombola, aparece Gil Passos de Mattos, autor desse trabalho, na atividade de lida com os cavalos.

Aliando-se ao método etnográfico, foram utilizadas as Tecnologias da Informação Espacial (TIEs), em especial o SIG, na busca do entendimento da materialidade existente nesse espaço dessa comunidade tradicional. As TIEs são todas as tecnologias aplicadas à análise do espaço geográfico, como imagens de satélite, de radar, GPS, SIGs, entre outras tecnologias. Para o gerenciamento e integração dessas duas poderosas fontes de informação, que são a etnografia e os SIGs, montou-se de um banco de dados alicerçado nas Tecnologias da Informação.

A princípio, o banco de dados nada mais é do que um arquivo no computador, no qual são organizados todos os dados levantados durante a pesquisa, num processo permanente de coleta de informações e de aprimoramento desse sistema de gerenciamento. Trata-se de um sistema de informação aberto, tendo como seu maior limitador o pesquisador, incapaz de acompanhar todos os avanços tecnológicos da ciência da computação, capazes de qualificar ainda mais esse sistema de armazenamento. Os SIGs e os dados etnográficos são os maiores abastecedores de informação desse sistema.

A principal ferramenta desse sistema é o SIG, em função de esse possibilitar a sobreposição de diferentes planos de informações. O modo pelo qual são articulados esses planos pode gerar diferentes interpretações, sendo assim um excelente instrumento no auxílio à interpretação arqueológica. No trabalho arqueológico, são múltiplas as aplicações dos SIGs. Essa ferramenta pode ser utilizada tanto no planejamento de trabalho de campo, como suporte para a tomada de decisão na escolha de locais de interesse arqueológico, principalmente quando utilizado o Sensoriamento Remoto, com o uso de imagens de satélite e de radar. Uma das aplicações mais recorrentes dos SIGs é no trabalho de espacialização e catalogação de materiais arqueológicos, processo que pode ser potencializado quando utilizadas as ferramentas de consulta espacial e de atributos, podendo servir como uma ferramenta de auxílio no reconhecimento de antigos e atuais padrões de assentamento.

Os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) utilizam métodos estatísticos e matemáticos para o processamento dos dados de entrada, espaciais e numéricos. Esses dados podem ser armazenados e ou trabalhados no interior do SIG, através de cinco categorias de análise e processamento de dados, são elas: Cadastral, Imagem, MNT, Redes e Temática.

Na Categoria Cadastral, como o próprio nome indica, se trabalha com dados de cadastros. Por exemplo, as casas dos quilombolas foram tratadas dentro dessa categoria. Os dados espaciais, cuja entidade é um ponto, possuem atrelados a eles, dentro do sistema, tabelas com informações, referentes ao domicílio e seus moradores.

Na Categoria Temática, são comuns dados que são distribuídos em classes, como por exemplo, tipos de solo, vegetação, tipos de plantio. Está intimamente ligada com dados tipológicos, classificáveis. Nesse trabalho, por exemplo, ela foi utilizada em relação aos diferentes tipos de locais de descarte de materiais.

A Categoria Imagem é a que trata os dados matriciais inseridos no sistema, isto é, dados tipo imagem, ou de satélite ou de radar, ou ainda, imagens georreferenciadas, como cartas do exército ou mapas antigos.

Na Categoria MNT (Modelagem Numérica do Relevo), trabalham-se os dados relativos ao relevo, como altimetria, declividade, perfis de vertente entre outros. A simulação 3D de uma antiga área de posse quilombola, a qual será apresentada mais a frente nesse trabalho, foi realizada dentro das operações disponíveis dessa categoria.

Por fim, a Categoria Redes, que nesse trabalho não chegou a ser utilizada, muito em função do curto espaço de tempo, pois tal categoria é complexa e em geral necessita de uma equipe para estruturação de seus dados, trata de dados que envolvam fluxos de matéria e ou energia, como por exemplo, fluxos de cursos d'água, linhas de transmissão e sistemas viários.

Os mapas gerados pelos SIGs também podem servir “como forma de afirmar direitos territoriais” (VIANNA, 2008), como no exemplo do projeto, *Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)*, coordenado por Alfredo Wagner de Almeida. A disseminação social dos mapas, decorrente do advento das geotecnologias na produção cartográfica, tem sido entendida como portadora de múltiplos efeitos, desde a multiplicação democratizante das formas de interpretar o mundo, até o acirramento dos mecanismos autoritários de controle (FOX et al, 2008)..

Fox et al., defendem a hipótese de que as tecnologias de informação espacial ultrapassam a fronteira de sua utilidade, elas se tornarão praticamente imperativas e começarão a gerar efeitos paradoxais ou “de revanche”. Os mesmos destacam o fato de que, em um Workshop, realizado em 2003, na Tailândia, sobre Tecnologias da Informação Espacial (TIEs), os participantes consideram úteis TIEs para vários propósitos. “As comunidades podem planejar melhor a gestão de seus recursos, acompanhar a implementação de projetos de desenvolvimento e resolver conflitos por recursos no interior de suas comunidades” (FOX et al., 2008, p. 75).

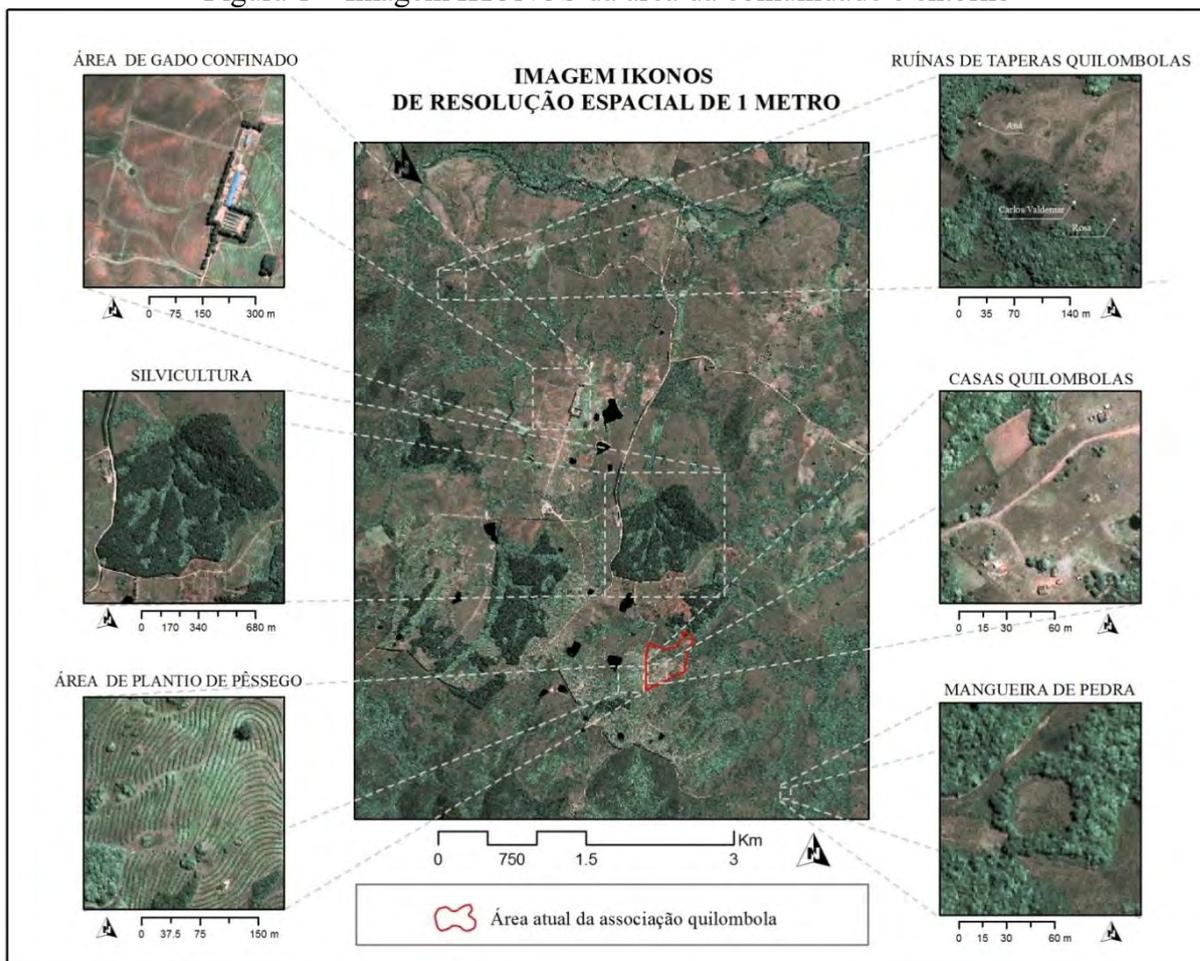
O trabalho do arqueólogo é de natureza interventiva, desde o momento de sua chegada ao local, onde as pesquisas de campo terão lugar, até as interpretações dos vestígios arqueológicos e a consequente construção de uma dada visão do passado (BEZERRA, 2011,

p. 62). Realizou-se uma série de caminhamentos pela área historicamente ocupada pela comunidade, num trabalho semelhante ao de prospecção superficial.

Renfrew e Bahn (2007), ao se referirem a esse modo de investigação arqueológica, afirmam ser preciso buscar dados em escala compatível com a região analisada, de modo a conseguir o máximo de informação, com o menor esforço e gastos possíveis. Entre outras considerações, os mesmos enumeram uma série de recursos e tecnologias que podem auxiliar nesse trabalho de reconhecimento da superfície, dentre os quais se destacam alguns que serão utilizados nessa pesquisa, como fotografias aéreas, imagens de satélite e de radar e, também, o recurso de mapeamento planimétrico e altimétrico.

Para as atividades de campo, além de ferramentas habituais, como caderno de campo, caneta, smartphone (com gravador e câmera fotográfica) e GPS, foram utilizadas, também, carta topográfica do Exército, folha SH.22-Y-C-V-2, denominada Passo do Coutinho. E se utilizou uma imagem do satélite IKONOS (Figura 1), com uma resolução espacial de 1 metro. Essa imagem foi impressa em um banner de 1 metro por 90 centímetros, para o uso em campo. A mesma auxiliou muito no trabalho de campo, como, também, na atividade de laboratório, auxiliando no entendimento do contexto espacial em que em que estão inseridos os quilombolas de Fazenda Cachoeira, fato esse que possibilitou a visualização e consequente mapeamento, com auxílio dos integrantes da comunidade, das áreas sem condições de acesso.

Figura 1 – Imagem IKONOS da área da comunidade e entorno



Fonte: IKONOS, imagem de satélite; Organizado por: Gil Passos de Mattos, 2013.

Na imagem de satélite foram destacadas algumas áreas a fim de ilustrar como essa ferramenta foi e é útil no trabalho de campo e na atividade de gabinete. Podem ser vistas, na imagem, construções e vestígios de construções, como as casas dos quilombolas, taperas e uma antiga mangueira de pedra. Essa não é propriamente vista, mas, em função de sua forma circular, pode ser identificada, na imagem e em campo. Também podem ser vistas áreas relacionadas à atividade agropastoril realizada pela comunidade ou pela empresa Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda., que cerca a atual área dos quilombolas de Fazenda Cachoeira. Nessa, foram destacadas áreas de cultivo de pêsego, silvicultura e criação de gado confinado, sendo essas três atividades citadas realizadas pela empresa. Mais a frente, nesse trabalho, será apresentada em maiores detalhes a relação entre a comunidade e a empresa supracitada.

É importante levar em conta que a comunidade está inserida num contexto social e histórico mais amplo. De acordo com a abordagem contextual adotada por arqueólogos pós-processualistas, a cultura material possui significados (CARVALHO, 2011), “são

culturalmente específicos, e os mesmos artefatos podem ter diferentes significados em diferentes contextos” (SYMANSKI, 2009, p. 288).

A seguir, será abordado o contexto da formação dos quilombos na metade sul do Rio Grande do Sul, em especial na região compreendida entre Pelotas e Piratini. Tal contextualização será realizada em consonância com a teoria dos estudos da arqueologia da escravidão, por se acreditar que esse tipo de abordagem, além de trazer discussões que podem contribuir para a interpretação arqueológica, consegue transitar facilmente do contexto local para o global, aspecto esse, aplicável a essa pesquisa, já que a formação dos quilombos se relaciona com a escravidão e, conforme será apresentado nessa contextualização, faz parte de um processo global de circulação de pessoas e mercadorias, principalmente na faixa conhecida, nos estudos da arqueologia da escravidão, como o Atlântico Negro.

1.3 ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO, RESISTÊNCIA E A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS NA REGIÃO MERIDIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

A escravidão de africanos e afrodescendentes, no Brasil, durou desde o início da colonização portuguesa, no século XVI, até fins do século XIX. Estima-se que aproximadamente onze milhões e meio de africanos desembarcaram nas Américas e na Europa e, desse total, quatro milhões e meio desembarcaram no Brasil (SOUZA, 2013, p.9). Ou seja, o Brasil foi o maior mercado escravagista do mundo. Para Souza (2007, p. 62), não houve no Brasil, e tampouco nas Américas, um único e monolítico modelo de escravidão. As formas pelas quais essa se expressou variaram de região para região e, ao longo tempo, inclusive, essa capacidade de transformação foi um aspecto determinante para a manutenção dessa instituição por esse longo período.

O estudo da arqueologia da escravidão, ramo da arqueologia histórica, pode ser considerado recente, tendo se iniciado nos Estados Unidos na década de 1960. O surgimento dessa disciplina foi influenciado por um contexto social efervescente, de reivindicações de negros pelos seus direitos civis. Processo esse que contou com estímulo de forças sociais, políticas e intelectuais (SINGLETON, 1995). Um dos principais tópicos da arqueologia da escravidão é a diáspora africana (FERREIRA, 2009, p. 10). Segundo Ferreira (2009), um dos precursores no estudo desse tópico foi Merrick Posnansky, quem realizou suas primeiras

campanhas na África, entre as décadas de 1960 e 1970, e propugnou a comparação entre os contextos arqueológicos africanos e aqueles das plantations nos EUA.

Para Carvalho (2011, p.2), os estudos da diáspora africana tratam das movimentações de africanos durante o tráfico negreiro no Atlântico e da emergência das identidades culturais dos afrodescendentes. Um dos traços mais salientes dessa arqueologia está no fato dela envolver o deslocamento forçado e em uma escala global, de um número muito grande de pessoas (SOUZA, 2007, p.9). Sua história se refere, principalmente, às experiências e processos de resistência escrava (SINGLETON e SOUZA 2009).

Estudos recentes da arqueologia da escravidão mostram como os escravos reagiam ao regime escravocrata modificando as dinâmicas de controle social (FERREIRA, 2009), como elaboraram estratégias de sobrevivência, atando quilombos a senzalas, formando um campesinato articulado por quilombolas, pequenos lavradores, taberneiros, roceiros livres e libertos (GOMES, 1998).

Souza (2013), ao abordar a questão da arqueologia da diáspora africana no Brasil, destaca algumas linhas de pesquisa e atuação que vem sendo desenvolvidas no país. Para o autor, um dos temas mais vibrantes e complexos da arqueologia da diáspora africana envolve as transformações culturais pelas quais os escravos transplantados para o Brasil passaram. Destaca, também, que um tema, igualmente popular, em relação a esses estudos, diz respeito às relações de poder estabelecidas entre senhores e escravos. Para o mesmo, uma questão que tem imposto crescente relevância diz respeito a algumas limitações dos modelos explicativos baseados na oposição dominação versus resistência, na medida em que existe um enorme campo de possibilidades entre esses dois extremos. Argumenta, por fim, sobre a crescente dimensão política da diáspora africana, utilizando como exemplo o caso do trabalho arqueológico desenvolvido no Quilombo dos Palmares, na década de 1990, um projeto de projeção internacional.

Para Souza, os quilombos ainda são estudados de maneira muito tímida na arqueologia. O autor destaca, negativamente, em função da carência de estudos dentro da arqueologia, as questões da arqueologia em quilombos, assim como em relação ao período de transição entre escravidão e pós-abolição, na transição de trabalho escravo para o trabalho livre.

Um dos primeiros estudos arqueológicos realizados sobre quilombos no Brasil foi ao final da década de 1970, em Minas Gerais, relativo ao estudo de assentamentos quilombolas, realizados por Guimarães e Lanna (FERREIRA, 2009; SYMANSKI, 2009 e SYMANSKI e

GOMES, 2013). Mas, como afirma Symanski (2009, p. 13), foi a partir da década de 1990 que os arqueólogos começaram a dar maior atenção aos sítios e vestígios materiais relacionados à escravidão africana. De maneira muito hábil, Symanski (2009), ao realizar uma revisão dos últimos vinte anos de produção em arqueologia histórica no Brasil, tece um resumo das principais pesquisas realizadas envolvendo a cultura material escrava e afrodescendente no país:

Os estudos em sítios escravos, conforme discutido, remontam ao trabalho pioneiro sobre os padrões de assentamento de quilombos de Minas Gerais, realizado por Guimarães e Lanna (1980). No final dos anos 80 Guimarães et al. (1990) realizaram escavações no Quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais, evidenciando vestígios de construções de pau-a-pique e recuperando itens de uso cotidiano, como cachimbos e vasilhames cerâmicos, além de restos alimentares. Infelizmente essas pesquisas não tiveram continuidade, resultando apenas na publicação de seus resultados iniciais. Nos anos de 1992 e 1993 Orser e Funari (ver Orser e Funari 1992; Funari 1996 e 1999) realizaram prospecções arqueológicas e escavações exploratórias na Serra da Barriga, Alagoas, no local do assentamento do Quilombo dos Palmares, recuperando amostras de cerâmicas indígenas, cerâmicas coloniais e faianças europeias. Ainda no começo da década de 90, Lima realizou escavações na senzala da Fazenda São Fernando, em Vassouras (RJ), porém recuperando basicamente elementos construtivos, com uma frustrante ausência de itens relacionados às práticas cotidianas dos grupos escravos (Lima et al. 1993). Outros estudos têm focalizado classes específicas de artefatos associadas aos escravos, tais como cerâmicas (Dias Jr. 1988, Jacobus 1996, Agostini 1998a, Allen 1998, Morales 2001; Souza 2002; Souza e Symanski, no prelo; Zanettini 2005), cachimbos (Agostini 1998a), vidros lascados (Symanski e Osório 1996), e sapatos (Lima 2008), encontrados em contextos diversos, tais como unidades domésticas urbanas e rurais, engenhos, povoados de mineração, quilombos e lixeiras coletivas urbanas. Pesquisas mais recentes incluem senzalas de engenhos de açúcar de Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso (Symanski e Souza 2006, Symanski 2006), as senzalas do Engenho São Joaquim, em Pirinópolis (GO) (Souza 2007, no prelo), e novas escavações no Quilombo dos Palmares (Allen 2000, 2006). (SYMANSKI, 2009, pp. 13-14)

Como pode ser constatado na citação anterior, a maioria dos trabalhos ocorre na região sudeste e centro-oeste do Brasil. E, de fato, na pesquisa bibliográfica realizada nessa dissertação, em relação à linha de investigação da arqueologia da escravidão, a maioria dos estudos ocorre nessas duas regiões do país. Mas é importante ressaltar a existência de estudos na região norte, nordeste e sul do país, porém, de acordo com o referencial teórico levantado, esses ocorrem em menor quantidade. Outro aspecto relevante é que, embora haja relatos de estudos em área urbanas, a maioria ocorrem no meio rural, especialmente envolvendo a pesquisa em engenhos e suas senzalas ou em quilombos.

Souza (2013, p. 10) destaca que, apesar de o escravo participar de atividades bastante diversas e, portanto, ter acesso a uma variada gama de lugares e espaços, exige atenção o fato de que muitas das suas esferas de interação se situavam além da paisagem dominante.

Agostini (2002) em seu trabalho intitulado *Entre senzalas e quilombos: “comunidades do mato” em Vassouras do oitocentos*, destaca o que ela denominou de “espaços de liminaridade”, referindo-se a um espaço social intermediário entre as comunidades das senzalas e as comunidades quilombolas (AGOSTINI, 2002, p.2). Segundo Souza (2013. P. 11), tratam-se de lugares geralmente constituídos como espaços subalternos, espaços alternativos ou espaços de contestação.

A suposta “invisibilidade” dos sítios e estruturas relacionados aos grupos escravos parece ser uma questão já superada (SOUZA, 2013, p.10). Pensando mais a frente nesse trabalho de dissertação, se considera importante, as contribuições desses estudos da arqueologia da escravidão, principalmente, quando esses exemplificam a cultura material encontrada nesses espaços de presença escrava. Foram observadas, nessa pesquisa bibliográfica, além de quilombos, engenhos, sedes de fazendas e senzalas, os seguintes materiais: elementos construtivos, casas de pau-a-pique, cachimbos, vasilhames, panelas e frigideiras de cerâmica, cerâmicas coloniais, faianças europeias, vasilhames em grês, vidros lascados, restos alimentares, indícios de fogueiras, lixeiras coletivas urbanas, entre outros elementos da cultura material.

No caso, chamam a atenção os aspectos relativos a senzalas, visto que há relatos dos quilombolas de Fazenda Cachoeira sobre a existência de uma senzala no local onde há ruínas de uma antiga fazenda em que e os ascendentes quilombolas trabalharam, tanto na época da escravidão, como no pós-abolição.

Symanski e Souza (2007), ao abordarem o artefato senzala, destacam que, no Brasil, existiram diferentes modelos, predominando um estilo ou outro conforme a região. A senzala estilo cabana, a qual se caracterizava pelo formato retangular, com um ou dois cômodos, paredes de pau-a-pique e cobertura de palha. O estilo construções germinadas, formadas por três ou quatro compartimentos. O modelo pavilhão, que iria se popularizar no sudeste brasileiro, a partir de 1830. Formada por cubículos, abrigava escravos casados, enquanto alojamentos menores eram usados para solteiros, possuindo na sua parte frontal janelas e portas, para ventilação e iluminação. E construções em quadra, constituídas por extensos pavilhões, que formavam uma espécie de pátio interno.

Procurou-se buscar algumas referências em relação a diferentes modelos de senzalas, com o intuito de enriquecer essa discussão e também de modo a que essas informações possam auxiliar, via comparação, no trabalho realizado na comunidade quilombola Fazenda Cachoeira. Um desses estudos observados foi o de Souza (2007) no Engenho São Joaquim,

em Goiás, nesse caso, o mesmo encontrou evidências arqueológicas da existência de uma senzala estilo pavilhão com formato em “L”.

Outra pesquisa, de cunho arqueológico, que apresenta senzala do tipo pavilhão, porém com formato em “U” pode ser conferida no trabalho de Symanski e Gomes (2013), em Campos dos Goytacazes (RJ), na Fazenda do Colégio dos Jesuítas. Trata-se de uma senzala de enormes proporções, já que, como afirmam os autores, no inventário do proprietário Sebastião Gomes Barroso, datado de 1843, consta um total de 1240 cativos (SYMANSKI e GOMES, 2013, p. 318). Também, na região de Campos dos Goytacazes, porém, na Fazenda dos Beneditinos, Symanski e Gomes destacam um sítio, no qual, a habitação dos escravos era formada por um arruamento no formato em “U”, composto por 110 senzalas.

Um dado importante que foi encontrado nessa pesquisa bibliográfica foi em relação as dimensões de uma senzala. Symanski e Hirooka, (2013), na pesquisa arqueológica no Engenho Bom Jardim (MT), ao tratarem de uma estrutura, possivelmente de uma senzala, estilo cabana, indicam que essa possui uma área de dezessete por nove metros.

Em relação à senzala, outra pesquisa que apontou dados interessantes, foi a de Agostini (2013), em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo. Nesse trabalho, a pesquisadora aponta algumas situações diferenciadas. Primeiro, a localização da casa senhorial, numa encosta íngreme, quando o comum é em áreas planas. Segundo, a inexistência de senzala em sua proximidade. Porém, Agostini aponta a existência de três estruturas, a cerca de um quilometro de distância da casa senhorial. A questão que interessa para essa dissertação é que a mesma indica a quantidade possível de indivíduos que habitavam uma dessas estruturas, segundo ela, a mais provável de ter sido uma senzala. Essa estrutura possui apenas uma construção, dividida em três cômodos, dois quadrangulares, intermediados por um salão maior, com um forno e marcas de fogueira. Para Agostini, das três, essa é a unidade que apresenta a maior possibilidade de ter abrigado escravos, por ter compartimentos simétricos e tamanhos compatíveis com senzalas que abrigavam cerca de quatro escravos nos cômodos menores e de sete a quinze no salão maior.

No Rio Grande do Sul, embora crescentes, ainda são escassos, no âmbito de pesquisa da arqueologia da escravidão, dados relativos a senzalas. Porém, Rosa (2012), em projeto desenvolvido pelo Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA), sob coordenação de Lúcio Menezes Ferreira, destaca uma possível senzala, na escavação da estrutura remanescente da charqueada Santa Bárbara, qual fazia do complexo saladeiro pelotense. Trabalho arqueológico esse do qual se teve a oportunidade de participar das

escavações e da montagem de bancos de dados em SIG. No caso, se trataria de uma senzala doméstica, numa construção ao fundo do prédio da charqueada. Essa possui uma medida, aproximadamente, de nove metros de frente, por cinco metros de lado. Nessa, foram abertas duas quadrículas de um metro quadrado. Conforme destaca Rosa (2012, p. 168), nessas foram encontrados diversos fragmentos de cultura material, tais como, louças, vidros, metais, ossos, cerâmicas, entre outros, dos quais se destacam, contas de colar, um cachimbo cerâmico e uma moeda imperial, datada de 1869.

Ainda são recentes os estudos relacionados à arqueologia da escravidão na região sul do país. Merecendo destaque, nesses últimos anos, o LÂMINA como fomentador desse tipo de pesquisa. Porém, a maioria dos trabalhos realizados nesse laboratório é relacionada a antigas estruturas existentes do complexo charqueador pelotense. Sendo ainda poucos os trabalhos aplicados às comunidades remanescentes quilombolas. Cabe ressaltar a participação nesse laboratório de Claudio Batista Carle, que já trabalhou com esse tema, e, no ano de 2005, defendeu sua tese de doutorado intitulada *A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX*. Porém, atualmente, quem vem trabalhando com a temática quilombola, no âmbito do LÂMINA, tem sido Lúcio Menezes Ferreira. Realizou, por exemplo, trabalho, no ano de 2011, na comunidade quilombola Maçambique, localizada no interior do município de Canguçu (RS). E, a partir de 2014, na comunidade quilombola Alto do Caixão, a qual se localiza na zona rural do município de Pelotas (RS).

A região sul do estado do Rio Grande do Sul concentrou boa parte da mão de obra escrava vinda para a parte sul do Atlântico Sul. Destaca-se a indústria saladeira como atividade econômica propulsora da região. Muitos dos quilombos foram formados por escravos fugidos da indústria saladeira. Na área de planície do município de Pelotas, existiram aproximadamente 40 charqueadas (GUTIERREZ, 2001), a maioria situada às margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo, dois dos principais corpos hídricos do município.

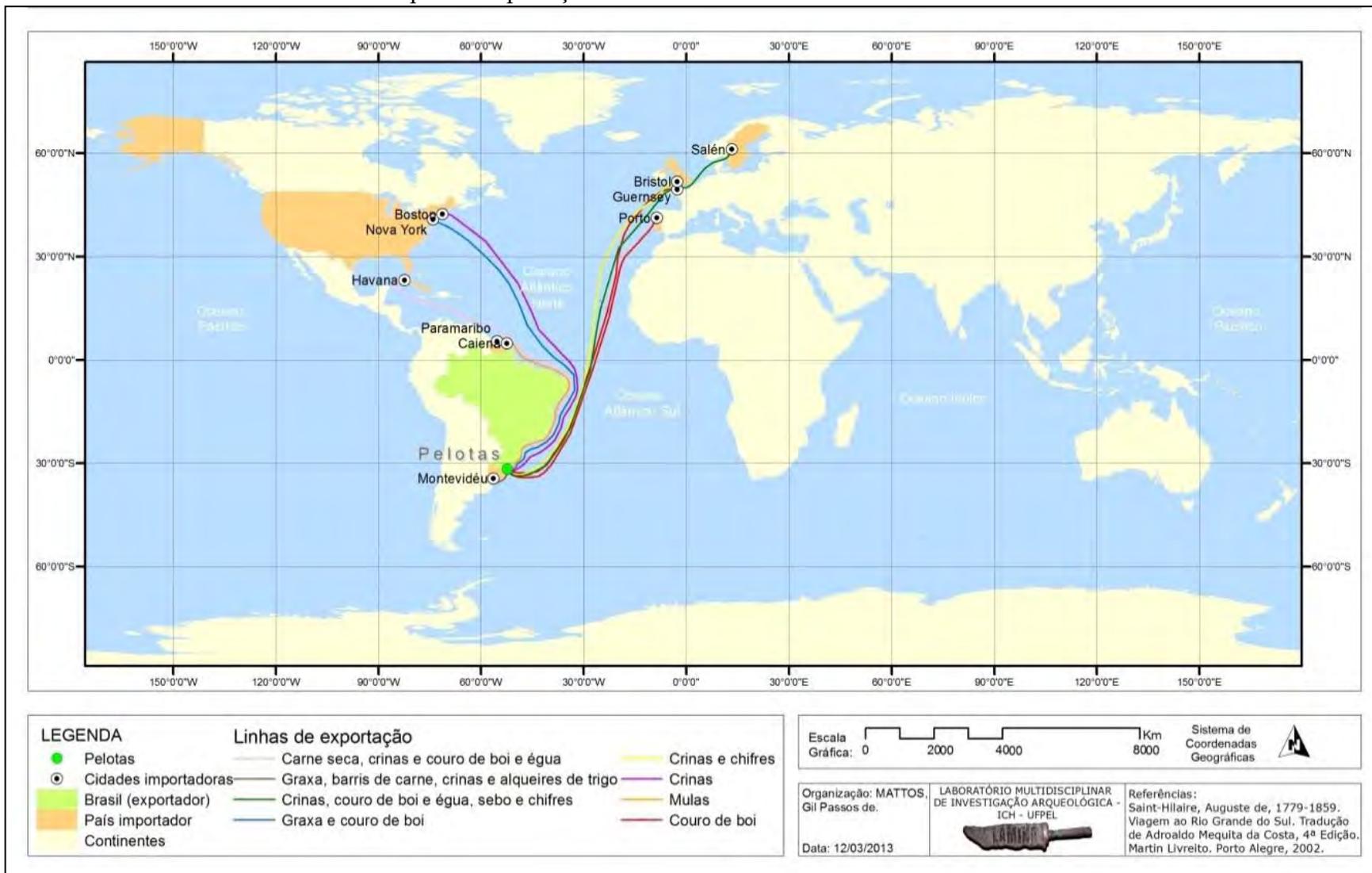
A formação dessa indústria só foi possível após o fim das disputas entre espanhóis e portugueses, no final do século XVIII e em função da enorme quantidade de gado disponível nos arredores, em boa parte, oriundo da região conhecida como “campos neutrais”, área que, como o próprio nome sugere, foi um espaço neutro, nem português, nem espanhol, onde se desenvolveu grande quantidade de gado xucro (GUTIERREZ, 2001), que viria, mais tarde, a abastecer as charqueadas pelotenses e da região.

A indústria do charque inseriu Pelotas e região na economia global, tanto pela exportação do charque, como por seus derivados. No início de 2013, no ambiente do LÂMINA, no âmbito do projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*, em parceria com, na época mestrando, agora mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel, Marcelo Garcia da Rocha, orientando de Lúcio Menezes Ferreira, especializou-se a circulação de produtos de Pelotas com outras regiões do globo terrestre.

Foram mapeadas transações comerciais com a América do Norte e Europa, oriundos da indústria saladeira, entre os anos de 1817 e 1819, obtidos através de levantamento bibliográfico, em especial, da obra *Viagem ao Rio Grande do Sul*, de Alguste de Saint-Hilaire (1779-1859).

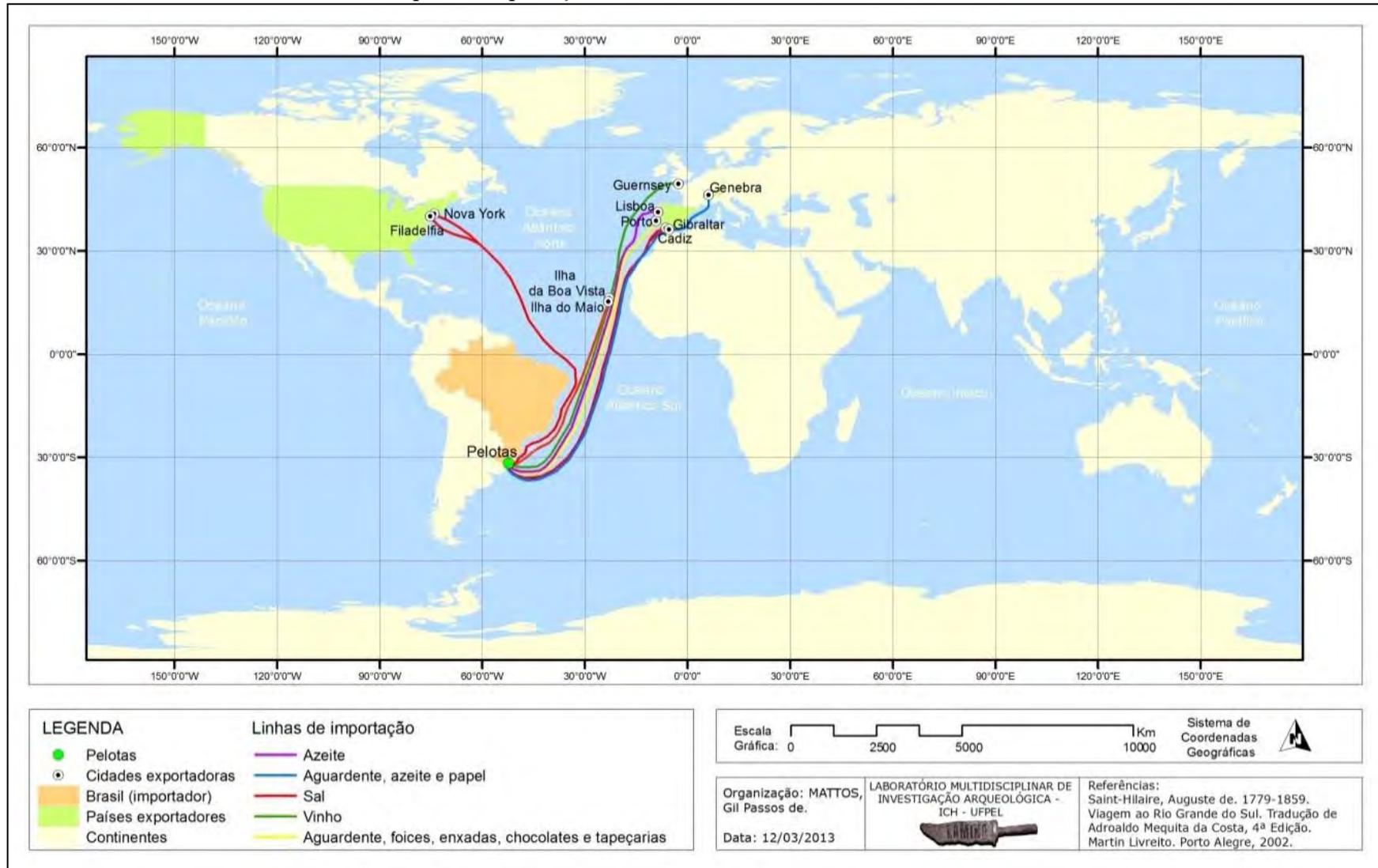
A seguir, é apresentado dois dos produtos cartográficos desse projeto supracitado, os quais foram utilizados na dissertação de mestrado de Rocha (2014), intitulado *Arqueologia da Escravidão e Patrimônio cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)*. Esses mapas mostram a inserção da região numa rede de comércio mundial. O primeiro referente às exportações de Pelotas entre 1817 e 1819 (Mapa 2), sendo essas exportações majoritariamente de produtos derivados da indústria do charque. O segundo, do mesmo período, porém, relativo às importações de Pelotas (Mapa 3). Destacando-se, além da importação de produtos manufaturados, grande volume de sal, matéria prima indispensável para a indústria do charque.

Mapa 2 – Exportações de Pelotas entre os anos de 1817 e 1819



Autor: Gil Passos de Mattos, 2013.

Mapa 3 – Importação em Pelotas entre os anos de 1817 e 1819



Autor: Gil Passos de Mattos, 2013.

A consolidação da indústria saladeira, no final do século XVIII, estruturou, no sul, um modo de produção efetivamente escravista (MAESTRI, 1984, p. 74). O escravo era personagem fundamental no contexto da região (ANJOS e DOMANSKI, 2011, p.2). Informações essas que, de certo modo, revelam uma realidade diferente da qual se estava acostumado a ouvir na escola ou ler em livros, sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul, como um estado majoritariamente branco. Um dos primeiros estudos a abordar essa questão foi a obra de Fernando Henrique Cardoso (1977), *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Reconduzindo a produção historiográfica sobre a temática nos anos seguintes, sobretudo em função de lançar um novo olhar em relação a influência da mão de obra escrava na formação econômica desse estado. Porém, sob a óptica desse trabalho, foi a partir do trabalho de Maestri, *O escravo no Rio Grande do Sul – a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*, de 1984, é que, de fato, começou a se dissipar a cortina de fumaça que existia em relação à escravidão no Rio Grande do Sul. Não obstante a notória evolução desses estudos nos últimos anos, vácuos historiográficos ainda se mantêm (CARLE, 2014, p. 80).

Onde houve escravidão, houve resistência. Os estudos das últimas décadas têm mostrado como os escravos não eram passivos, mas, ao contrário, não havia tentativa de dominação que não fosse contrastada (FUNARI e ORSER, 2004). Conforme indica Ferreira (2009), existiu uma série de práticas diárias de resistência, incluindo fugas, quilombos, esconderijos urbanos e sociedades de alforria.

Maestri (1984), ao tratar da resistência do escravo no Rio Grande do Sul, exemplifica algumas formas de contestação dos escravos ao regime escravocrata. A resistência individual e passiva em relação ao trabalho era o nível primário de oposição do escravo ao regime opressor. Outra forma muito comum de resistência foi o suicídio. Segundo Maestri, as situações que levavam a esse fim eram múltiplas: duras condições de vida, a miséria efetiva, uma vida sem perspectiva, entre outras razões e circunstâncias. O historiador também apresenta, como forma de resistência, o “justiçamento do senhor”, que era o levante armado do escravo, contra o senhor, sua esposa, família ou capatazes. Essas medidas podiam ocorrer em diversas circunstâncias, desde um ato incontido de fúria, até uma ação necessária em um momento da fuga. Um acontecimento cotidiano do mundo escravista era a fuga de escravos, a forma individual ou coletiva, mais contundente de oposição ao escravismo.

Segundo Carle (2014, p. 76), a maioria dos escravizados que fugiam era do sexo masculino, estando na faixa etária entre os 18 e 40 anos. Carle adverte que existiam problemas

para as fugas em massa: a diversidade étnica, a dispersão geográfica, a vigilância, a polícia, a Guarda Nacional, a denúncia, o controle ideológico da Igreja, entre outros (CARLE, 2014, p. 76). E apesar de todos os perigos e ameaças, o escravo fugia (MAESTRI, 1984, p. 120):

Fugia aproveitando um descuido do capataz, a liberdade de movimentos que uma tarefa ou profissão lhe facilitava. Fugia quando o mundo dos senhores se desorganizava, com uma guerra, uma revolução, quando o senhor fechava os olhos. Na verdade, o escravo não perdia tempo, fugia sem olhar para trás, muitas vezes, sem saber para onde (MAESTRI, 1984, p. 120).

Na luta pela liberdade qualquer oportunidade era boa (CARLE, 2014, p. 73), logo, as fugas eram frequentes, causando enormes prejuízos aos seus senhores. Isso já valia o esforço do africano e afrodescendente em fugir, pois sabia dos prejuízos que poderia causar aos seus senhores. Conforme destaca Carle (2014), eram dispendiosas as fugas e em muitos casos não valia a pena o processo de captura dos cativos:

As fugas causavam um prejuízo grande aos senhores, alguns não eram mais capturados, sendo despendidos novos valores para a compra de um novo escravizado. O tempo de trabalho despendido na procura do escravizado também não era compensado. Presos os fujões continuavam causando prejuízos aos seus donos, pois também pagavam os apesadores, desde 1574. (CARLE, 2014, p. 73-74).

Como a fuga de escravos era constante, a formação de quilombos foi recorrente na região. Junto com a insurreição a formação de quilombos foi a forma mais conhecida de reação social contra a escravidão e de questionamento efetivo da sociedade escravocrata (MAESTRI, 1984). A formação de quilombos subvertia a ordem escravocrata. Diante dos olhos dos escravos, levantava-se uma sociedade onde o homem vivia de seu trabalho, das suas plantações, da caça e suas arapucas (MAESTRI, 1984, p. 125). À medida que as fugas eram frequentes e multiplicavam-se a formação de quilombos, intensas, também, eram as investidas por parte da sociedade escravocrata contra os quilombos. Carle (2014, p. 79) destaca a função do 8º Batalhão do Rio Grande de São Pedro, o qual possuía, entre outras atribuições, a de captura de quilombolas.

No Rio Grande de São Pedro existia o 8º Batalhão de Caçadores, que tinha a função de patrulhar, procurar e resgatar os quilombolas. A contradição entre quilombos e sociedade escravista só poderia ser eliminada com a destruição de um dos dois. Não era uma questão apenas de terra, o africano e descendente tinha valor dentro da sociedade escravista. Quanto maior o quilombo, maior a cobiça dos escravagistas. Os caçadores teriam bom lucro com a venda dos aquilombados, apesar do direito de posse dos antigos proprietários não se extinguir com a fuga (CARLE, 2014, p. 79)

Uma das principais rotas de fuga no sul do Rio Grande do Sul foi a Serra dos Tapes. Segundo Maestri (1984, p.132), esse complexo de cochilas e serras, com sua rica vegetação, era, na região, o melhor habitat para a constituição de concentrações quilombolas. Essa serra não era favorável à criação de gado devido ao terreno montanhoso e a mata densa, com locais pouco habitados. Possuía, contudo, abundância de caça, água e madeira para a construção de casas, além de boas terras para a agricultura (OLIVEIRA e CARLE, 2011). Em muitos quilombos, foram apreendidos animais de montaria que serviam à mobilidade dos quilombolas. Embora aquilombados, mantinham contatos com segmentos econômicos e sociais ligados diretamente à sociedade escravista, fazendo negócios. (CARLE, 2014, p. 78)

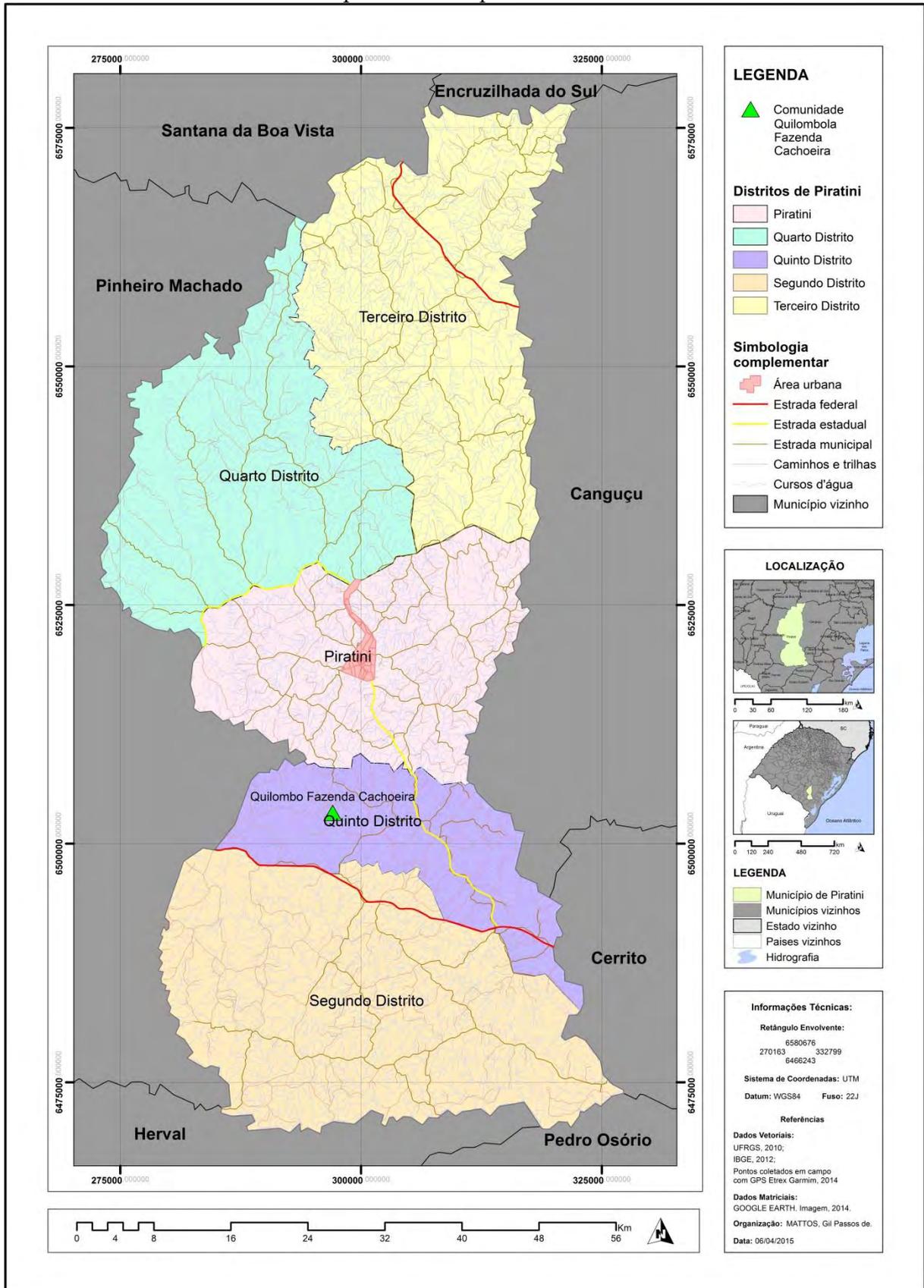
Mais que uma formação geológica, essa serra pode ser considerada um refúgio para diversas comunidades quilombolas, formados tanto durante o período escravista como no pós-abolição. Não se encontrou referência que definisse com certeza os limites da Serra dos Tapes, contudo, com base na literatura estudada, acredita-se que essa serra abranja parte dos municípios de Pelotas, Capão do Leão, Morro Redondo, São Lourenço do Sul, Cerrito e Pinheiro Machado e Piratini, ou seja, municípios situados entre os rios Camaquã e Piratini.

Faz-se necessário, agora, maior aprofundamento sobre o contexto de Piratini, onde se situa a comunidade quilombola pesquisada. Sendo assim, a seguir será apresentado um pouco da história desse município, sobretudo no que tange à presença de afrodescendentes. Destacando, além da formação desse município, as guerras que ali ocorreram, já que muitas das memórias dos quilombolas de Fazenda Cachoeira se referem a essas guerras, buscando, principalmente, dados relativos à participação dos negros nesses conflitos. Por fim, serão apresentadas, ainda que de maneira sucinta, as comunidades remanescentes de quilombos de Piratini.

1.4 A PRESENÇA NEGRA NO CONTEXTO DE PIRATINI E SUAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Atualmente, o município de Piratini (Mapa 4) conta com uma área de 3.561,5 Km², sendo subdividida em cinco regiões administrativas, sendo elas: o Distrito de Piratini, 2º Distrito, 3º Distrito, 4º Distrito e o 5º Distrito, sendo o distrito sede localizado a 347 km de distância da capital Porto Alegre.

Mapa 4 – Município de Piratini



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

Cabe ressaltar, que nessa apresentação do contexto histórico de Piratini, além de pesquisa bibliográfica, também se utilizou as narrativas de três piratinenses, com os quais foram realizadas entrevistas. Trata-se de Franciele Domingues, uma jovem que trabalha para a Secretaria de Cultura e Turismo do Município, no centro de informações turísticas de Piratini, local onde funcionou o Palácio do Governo Farroupilha, o qual abriga a secretaria supracitada e o Museu Municipal Barbosa Lessa. Outra pessoa foi João Manoel Ferreira, morador da zona rural do município, mas que trabalha na Biblioteca Municipal Dr. Joaquim Vieira da Cunha. E a professora e assistente social Eva Maria Pinheiro, atual presidente do Conselho da Comunidade Negra de Piratini.

A economia é essencialmente baseada na atividade agropastoril, característica essa presente, desde os primórdios da formação do município, assim como boa parte da metade sul do estado do Rio Grande do Sul, que também é caracterizada por grandes latifúndios e enorme desigualdade social. A população de Piratini é de 19.841 habitantes (IBGE, 2010). Um aspecto marcante de Piratini, é sua paisagem natural, formada por diversos acidentes geográficos, contando com diversos cerros e a marcante Serra das Asprezas, como destaca o historiador local, Davi Almeida:

O município é atravessado pela Serra dos Tapes, nele chamado de Serra das Asprezas, a qual, alongando-se para leste, toma o nome de Espírito Santo, Santo Antônio, mais ao Norte, centro divisor dos cursos d'água que banham a comuna; Serra das Mercedes, Serra dos Garcia, do Bica, Algodão e etc. E conta com cerros do Sandin, Ubaldo, dos Madrugas, Antas, da Liberdade, Alegre, Vigia, e outros (ALMEIDA, 1997, p. 10).

Para Almeida (1997, p. 10), a paisagem de Piratini explica a própria história do município, ao ver-se o quão servido de serras e cerros está o município, logo, avalia-se o quanto esses acidentes geográficos devem ter atuado como “sentinelas vigilantes”, que mantinham o controle das coxilhas e das planícies onduladas, especialmente em tempos de guerras ou revoluções. A cidade de Piratini apresenta uma altitude de 349 metros, sendo o Cerro do Sandim o ponto mais alto do município, com 510 metros de altitude. Piratini apresenta, assim como o relevo, hidrografia marcante. Do ponto de vista geológico, essas formações fazem parte do Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense, que compõe o núcleo mais antigo do continente sul-americano (STORCHI e ROMAN, 2012, p. 26). Do ponto de vista da fisiografia do Rio Grande do Sul, essa região é denominada por Serra do Sudeste, a qual, a leste, junto com a Encosta do Sudeste, forma a região tradicionalmente conhecida como Serra

dos Tapes, já citada anteriormente, como local onde se formaram diversas comunidades quilombolas.

O clima é subtropical, contando com verões amenos. Destacam-se, também, na paisagem do município, dois grandes rios que cruzam seu território, o Camaquã e o Piratini, os quais são abastecidos por diversos arroios, tais como: Piratinzinho, Basílio, Solidão, Piratini-Mirim, entre outros. Outro aspecto marcante na paisagem e na história de Piratini, são os “passos”, resultado da interação entre relevo e a hidrografia. São antigos lugares de passagem em cursos d'água, por onde, geralmente, atravessavam os tropeiros. Esses “passos” também tiveram presenças marcantes nas revoluções Farroupilha e Federalista no município, tendo sido locais de conflitos, agrupamentos, acampamentos e reuniões.

Embora a paisagem originalmente predominante nas estancias seja de vegetações baixas e esparsas, o modo de vida pampeano incorporou maciços de vegetação à paisagem, na busca por sombra e abrigo dos ventos (STORCHI e ROMAN, 2012, p. 26). De acordo com Storchi e Roman (2012, p. 26), a vegetação nativa apresenta ocorrência de corticeiras, pitangueiras, caronilhas, canelas brancas e pretas, butiás, branquinhos, araucárias, aroeiras pretas, aroeiras cinzentas e aroeiras periquitas. Há, também, vegetação exótica, como por exemplo, nas matas de reflorestamento, com eucaliptos, pinhos e acácias.

Storchi e Roman (2012, p. 26) apresentam as espécies de animais características da região, sublinhando tipos de mamíferos, aves, répteis e peixes. Quanto aos mamíferos, são destacados o veado-virá, veado-campeiro, lebre, tatu, raposa, gambá, capivara e graxaim (sorro). Com relação às aves destacam, chimango, perdiz, caturrita, quero-quero, jacu, ema, seriema, pomba do mato (pombão), cardeal-de-topete-vermelho, periquito, tico-tico e João-de-barro. Descrevem, ainda, os répteis, como lagarto, cobras cruzeira e verde e peixes como traíra, jundiá e lambari.

Os padres jesuítas foram os primeiros colonizadores do Rio Grande do Sul, embora os primeiros habitantes foram alguns grupos indígenas pampeanos, Charruas, Minuanos e Tapes. Em 1626, padres jesuítas, vindos das reduções do Paraguai, penetraram no território rio-grandense, para fundarem reduções na chamada zona do “Tape”, na qual estava inserida Piratini. Ali, desenvolveram agricultura e criação de gado. Em 1640, abandonaram a região em função dos ataques bandeirantes. O gado abandonado se reproduziu a solta. Nesse contexto, desenvolveu-se o gado xucro, base para a exploração das terras gaúchas e conseqüente desenvolvimento econômico. De acordo com Almeida (1997), documentos cartográficos e primários apontam relações entre sacerdotes e índios no setor de Piratini. O

Interessados na expansão dos territórios, no contrabando da região do Prata e na exploração do couro, já que o gado se reproduzia naturalmente, à solta no Rio Grande do Sul e no Uruguai, os portugueses fundaram a Colônia de Sacramento em 1680 (DALLA VECCHIA, 1994, p. 13)

Já o início do povoamento luso-brasileiro de Piratini se deu por militares em posto montado no Rio Piratini, mais precisamente, no Passo do Acampamento (STORCHI e ROMAN, 2012, p. 30), por delimitação do Tratado de Santo Ildefonso (1777). O rio Piratini foi o limite sul dos domínios portugueses na América (ALMEIDA, 1997, p.15). Ao final do século XVIII, Piratini ainda fazia parte do município de São Pedro de Rio Grande (atual Rio Grande), sob a denominação de Distrito do Cerro Pelado (ALMEIDA, 1997, p.15).

Naquele fim de século, Piratini contava com as terras dos sesmeiros José Antônio Alves e Ubaldo Pinto Bandeira, esse último irmão de Rafael Pinto Bandeira, de quem teria recebido a doação dessas terras. Também contava com os estabelecimentos do “Pires” e do pai do capitão Astrogildo Pereira da Costa (ALMEIDA, 1997). A concessão de sesmarias, assim como em outras regiões, foi o artifício utilizado pelos portugueses para ampliarem seu território no sul do Brasil, apesar de muitos dos criadores que ocupavam terras não possuírem títulos legítimos (STORCHI e ROMAN, 2012, p. 30). Segundo Dalla Vecchia (1994, p. 21), entre 1730 e 1800, foi concedida uma sesmaria em Piratini; de 1800 a 1810, nenhuma; já de 1810 a 1820, teriam sido concedidas quinze sesmarias no território de Piratini.

De acordo com Monquelat e Marcolla (2010, p. 99-101), o primeiro estabelecimento saladeiro instalado na região teria sido do português João Cardoso da Silva, chegado ao Brasil no quarto final do século XVIII. Um comissário espanhol para a demarcação dos limites que passou por Piratini, em 1785, observou que havia estabelecimentos portugueses instalados na margem meridional do rio Piratini, ou seja, dentro dos limites da coroa da Espanha, e solicitou ao vice-rei da Colônia portuguesa que estes fossem desalojados daqueles terrenos, com o gado e outros animais que ali possuíam. Dentre estes estabelecimentos, além de quatro estâncias, o documento registra três charqueadas. Uma destas charqueadas, a de João Cardoso da Silva.

Em 1789, por ordem da Rainha Dona Maria I, o governo português permutou com o sesmeiro José Antônio Alves as três léguas de campo que possuía. Obedecendo a ordens do Vice-rei do Brasil, D. Luiz de Vasconcelos de Souza, foi realizada a divisão dessas áreas em “datas” (272 hectares e 25 ares) de iguais tamanhos, concedidas a 48 casais, vindos das ilhas dos Açores (ALMEIDA 1997), ocorrendo, entre 1789 e 1807 a instalação desses casais, no local denominado “Capão Grande de Piratinin”, local esse que, hoje em dia, estaria situado

entre o Distrito Sede e o 4º Distrito de Piratini. Em seguida à instalação, os açorianos fundaram uma pequena capela em honra a Nossa Senhora da Conceição, padroeira dessa povoação. A capela, posteriormente, deu lugar a um templo maior, o qual, depois de destruído, deu lugar a Igreja Matriz (STORCHI e ROMAN, 2012, p. 30), situada no centro da cidade Piratini.

Cabe salientar que os açorianos, ao virem para Piratini, trouxeram escravos afrodescendentes e com a prosperidade das lavouras, vieram a adquirir mais escravos. Vindos de um ambiente insular, estreito e pobre, onde cada montanha lhes mostrava o oceano como limite intransponível, os açorianos encontraram, na vastidão do pampa gaúcho, as condições espaciais para se tornarem criadores (STORCHI e ROMAN, 2012, p. 29).

O desenvolvimento da população e da atividade agropastoril era próspero, segundo atesta Almeida (1997, p. 21), muito em função da qualidade do solo e do clima temperado, destacando-se a criação de gado e o cultivo de cereais e do algodão, o que chamou a atenção do governo português, que elevou Piratini a qualidade de freguesia em 03 de abril de 1810.

O entreposto comercial que se delineou estabeleceu seu desenvolvimento em torno da concorrência de três linhas, que são hoje as três estradas principais que dão acesso ao núcleo urbano. A população da freguesia crescia progressivamente e, em 1814, já contava com 3.673 habitantes (ALMEIDA, 1997, p. 24). Conforme pode ser visto na tabela a seguir, a população de escravos representava o maior percentual da população.

Tabela 1 – População piratinense em 1814

Branco de ambos os sexos	1439
Índios de ambos os sexos	182
Livres de cor de ambos os sexos	335
Escravos de ambos os sexos	1535
Recém-nascidos daquele ano	182
TOTAL	3673

Fonte: ALMEIDA, 1997, p. 24.

A produção implantada no Brasil Colônia, bastante atrelada a interesses capitalistas europeus, exigia o fornecimento de mão de obra em abundância e com relativa regularidade, sendo esta constituída, principalmente, por cativos de origem africana. Com a região voltada para o abastecimento interno, o trabalho escravo passa, então, a ser utilizado na agricultura, nas charqueadas, nas estancias de criação e nos centros urbanos (AMARAL, 1994 p. 64).

Embora muitos escravos fossem utilizados na lida campeira, também era grande a utilização desses no contexto urbano, atuando desde o trabalho de abastecimento de água até a construção de prédios na área urbana do município. Franciele Domingues, atendente do centro de informações turísticas de Piratini e do Museu Municipal Barbosa Lessa, sublinha que, além de outras atribuições, era massiva a utilização de mão de obra escrava na construção dos prédios da cidade:

Os escravos eles eram objetos, claro, na época. Eram vendidos a valores muito altos. E muitos eram utilizados, principalmente, para a criação dos filhos, cuidados da casa e também na questão das lidas campeiras. O povo negro foi responsável pela construção dos prédios, inclusive esse que nós estamos que é o Palácio do Governo, que foi construído em 1826 por mão de obra escrava. Era pedra sobre pedra, junto com barro, esterco e sangue de animal. Como não havia tintas coloridas, havia o cal de cor branca, os escravos batiam com sangue do animal o cal branco, para pintar as portas e janelas. Alguém arquitetava, mas toda a execução era dos escravos e isso chama a atenção, toda a inteligência que eles tinham nas construções. (Entrevista realizada em 07/04/2015).

A seguir, é apresentado o prédio citado por Franciele Domingues, onde funcionou o Palácio do Governo Farroupilha (Fotografia 1), que, atualmente, abriga a Secretaria de Cultura e Turismo de Piratini e o Museu Municipal Barbosa Lessa. Esse edifício é tombado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tal construção foi realizada por mãos negras, assim como boa parte dos prédios históricos de Piratini. Desses destacam-se vinte e dois prédios, entre tombamentos no âmbito federal, estadual e municipal.

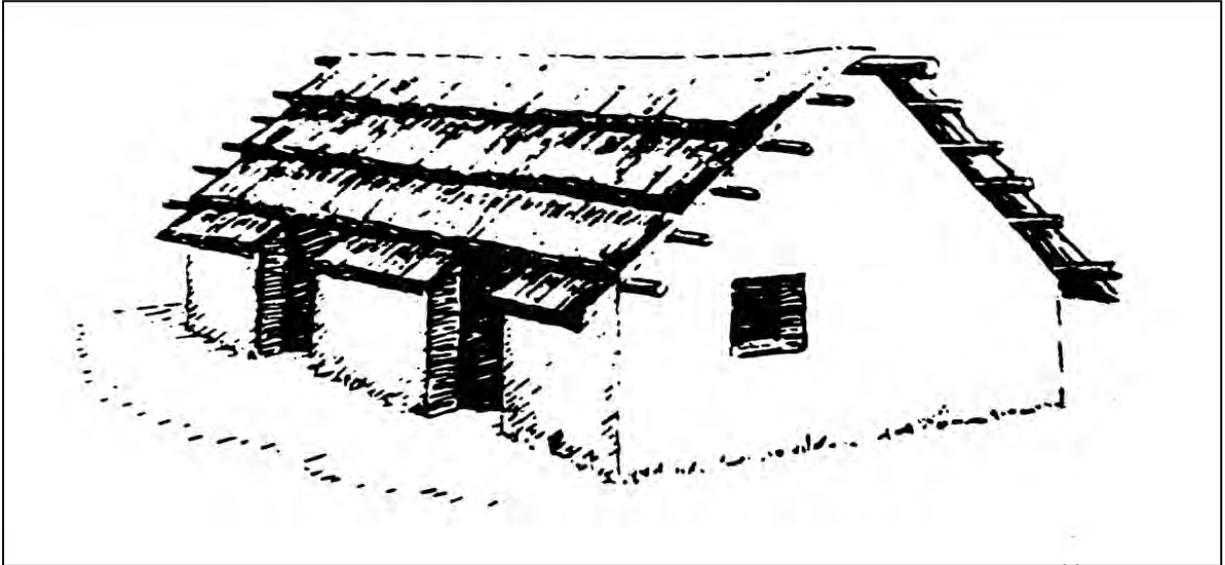
Fotografia 2 – Prédio do antigo Palácio do Governo Farroupilha



Foto: Gil Passos de Mattos, em 08/04/2015.

Assim como no meio urbano, os negros escravos também atuavam em edificações no meio rural, conforme visto em Dalla Vecchia (1994). Em sua maioria, as edificações no campo eram mais simples do que na cidade. Embora houvesse imponentes casarões de estancias, o predomínio nessa época era de ranchos de barro (Figura 2), principalmente quando de pessoas mais simples, escravos e negros libertos.

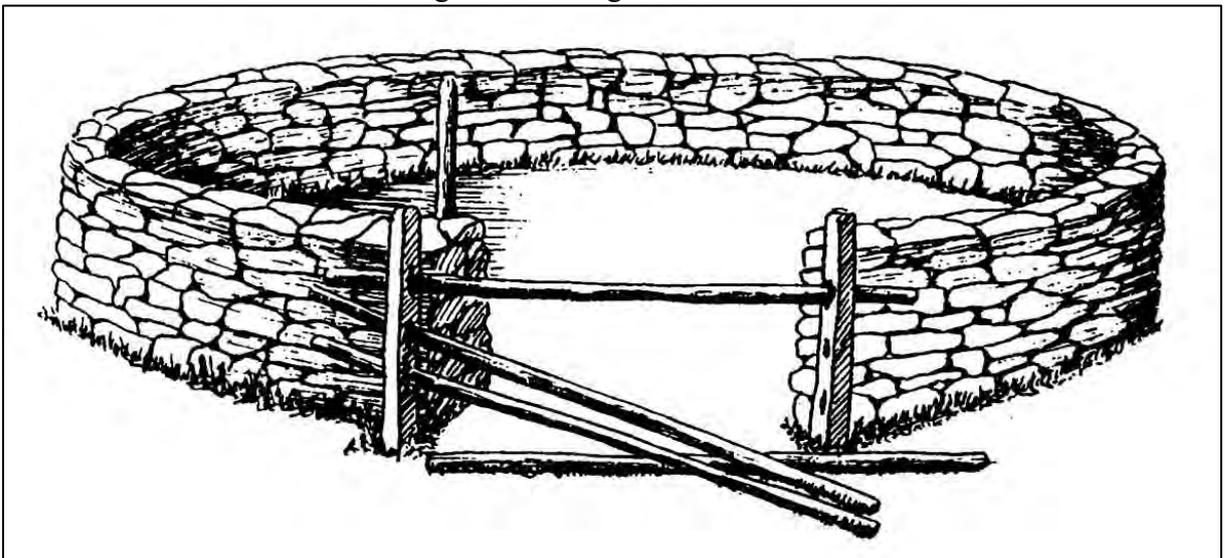
Figura 2 – Rancho



Fonte: DALLA VECCHIA, 1994, p.202.

Os escravos atuavam na construção de edificações de divisas de campo, feitas com pedras, abertura de valas e mangueiras de pedra (Figura 3), típicas da região, usadas na pecuária para o confinamento de animais.

Figura 3 – Mangueira de Pedra



Fonte: DALLA VECCHIA, 1994, p.61.

Segundo Amaral (1994, p. 67), os senhores de escravos davam preferência à compra de escravos oriundos do continente africano, pois a terra estranha e a dificuldade de comunicação dificultavam a fuga. Por outro lado, os crioulos, escravos nascidos no Brasil, tinham a vantagem de conhecerem a produção, adaptando-se mais facilmente às lavouras. Destaca, também, que não eram muitos os casamentos entre escravos e que convinha mais aos senhores de escravos, comprá-los robustos e crescidos.

No trabalho do laudo antropológico da Comunidade Fazenda Cachoeira, destacou-se a pesquisa realizada pela antropóloga Rosane Rubert (2013), a partir de seus levantamentos historiográficos dos registros de batismo de escravos, Livro A1 Cúria Diocesana de Pelotas, da Igreja Matriz de Piratini, entre 1810 e 1819, em relação às categorias que denotam origem africana. Obviamente, o número de escravos existentes era muito maior do que o total de 261, apresentados por Rubert, porém esses dados servem como uma amostra indicadora da origem dos escravos que vieram para Piratini. Em sua maioria, vindos de Banguela, Angola e Congo:

Tabela 2 – Atribuição de nações/categorias africanas dos(as) escravos batizados(as) em Piratini (1810-1819)

Categorias que denotam origem africana	Quantidade de atribuições
Banguela	57
Angola	51
Congo	41
Rebolo	17
Costa do Leste	17
Caçange (cassange)	16
Cabinda	14
Mina	12
Nação Africana (ou ‘de nação’)	11
Preto(a) da Costa	10
Lubolo	4
Da costa	3
Guiné	3
Monjolo	1
Luanda	1
Cambuta	1
Maumbe	1
Fula	1
Total	261

Fonte: Cúria Diocesana de Pelotas. Igreja Matriz de Piratini. Batismos de Escravos, Livro A1. Sistematização e organização: Rosane A. Rubert (2013).

Outro dado relevante para essa pesquisa, levantado por Rubert (2013), a partir, também, dos registros de batismo de escravos, Livro A1 Cúria Diocesana de Pelotas, da Igreja Matriz de Piratini, entre 1810 e 1819, é em relação ao número de escravos por plantéis. Observando esses dados, pode-se constatar que a maior parte desses plantéis era composta por dois escravos e que, de um modo geral, em Piratini, eram mais comuns os senhores de escravos possuírem poucos cativos. Do mesmo modo que, eram poucos os plantéis com muitos escravos. Por exemplo, dos 280 plantéis registrados, somente dezoito possuíam mais que 10 escravos. Número que fica ainda mais reduzido entre os que possuíam planteis entre 20 e 30 escravos, constando somente 4 nessa situação e, por fim, dois com mais de 30 escravos.

Tabela 3 – Tamanho dos plantéis de escravos com base nos dados assentos de batismos de Piratini (1810-1819)

Número de Escravos/plantel	Quantidade de Plantéis	Total de indivíduos
1 escravo(a)	53	53
2 escravos(as)	99	198
3 escravos(as)	35	105
4 escravos(as)	20	80
5 escravos(as)	18	90
6 escravos(as)	13	78
7 escravos(as)	8	56
8 escravos(as)	9	72
9 escravos(as)	7	63
10 escravos(as)	5	50
11 escravos(as)	3	33
12 escravos(as)	2	24
14 escravos(as)	1	14
19 escravos(as)	1	19
22 escravos(as)	1	22
26 escravos(as)	1	26
27 escravos(as)	1	27
28 escravos(as)	1	28
30 escravos(as)	1	30
34 escravos(as)	1	34
Totais	280	1.103

Fonte: Cúria Diocesana de Pelotas. Igreja Matriz de Piratini. Batismos de Escravos, Livro A1. Sistematização e organização: Rosane A. Rubert, (2013).

A circulação de pessoas, nessa época, era bem intensa, tanto em função da escravidão, como pelos conflitos na região platina, assim como no resto do país. Havia um fluxo interno por onde permeava a escravidão, atrelando uma rede portuária a diversas regiões do país que precisavam de mão de obra escrava.

Por ocasião da Guerra Cisplatina (1825-1828), o exército argentino penetrou na fronteira com Bagé, fazendo com que boa parte da população residente nessa fronteira se deslocasse para o litoral. Nesse percurso, muitos acabaram se fixando em Piratini. Na Batalha do Ituzaingó, o comando brasileiro sofreu uma derrota que culminou, em 27 de Agosto de 1828, com a independência da banda oriental. A perda da Cisplatina gerou um descontentamento com o Governo Imperial e desconfiança de sua viabilidade política (ALMEIDA, 1997, p. 25).

Em 15 de Dezembro de 1830, a freguesia é elevada à categoria de Vila, desmembrando-se de São Pedro de Rio Grande (atual Rio Grande), ficando com a denominação de Vila de Piratinim. Naquela época, o município contava ainda com um “m” a mais no nome. Sua área era compreendida pelos atuais municípios de Piratini, Canguçu, Cerrito, Pedro Osório, Arroio Grande, Jaguarão, Herval, Pinheiro Machado, Candiota, Hulha Negra e parte de Bagé. A elevação à categoria de Vila fez prosperar ainda mais Piratini, tanto do ponto de vista da infraestrutura urbana como, também, de sua estrutura política. As fecundas terras do município proporcionavam abundantes colheitas e sua população se adensava, os habitantes, além de algodão, colhiam trigo, cevada, linho e criavam gado (ALMEIDA, 1997, p. 48). Muitas foram as estratégias buscadas pelo Estado e a elite em busca da expansão econômica e defesa de seus interesses.

Na primeira metade do século XIX, acompanhamos a emergência de processos novos, como a conflituosa construção do Estado Imperial, a proposição de projetos de soberania próprios em diversos recantos do Brasil, e o surgimento de novas práticas e instituições políticas e jurídicas. Ao mesmo tempo, a economia seguia tendo suas bases na produção agrária e no comércio, expandidos e principalmente de forma extensiva, através de incorporação de terras e mão-de-obra, e da abertura de novas fronteiras. (FARINATTI, 2011, p. 1)

No dia 20 setembro de 1835, irrompe o movimento na Capital da Província e já a 08 de outubro, debaixo de grandes aclamações, 100 homens comandados pelo Capitão de Milícias, Antônio José de Oliveira Nico e Domingos de Souza Neto, ocupam a vila (ALMEIDA, 1997, p. 48). Em poucas horas, as autoridades imperiais que a ocupavam foram depostas. Piratini, dada a sua posição estratégica e ao entusiasmo com que seus habitantes

receberam o movimento, é escolhida, então, para centro das operações, começando a ser, já no início, o verdadeiro abrigo da República que viria (ALMEIDA, 1997, p. 48 a 50). O “Passo do Acampamento”, sob o Rio Piratini, no atual 5º Distrito, se constitui num dos locais mais importantes e estratégicos do período farroupilha, sendo local de encontro das tropas e descanso da cavalaria (ALMEIDA, 1997, p. 50).

No “Passo do Seival”, local a margem da BR 293, na altura do Km 178, ocorreu uma das mais importantes vitórias obtidas pelos revolucionários, comandados pelo Coronel Antônio de Souza Neto, no dia 10 de setembro de 1836. O local recebe esse nome, porque, ali onde há um arvoredo secular, as árvores liberam grande quantidade de seiva. O Coronel Antônio de Souza Neto, à frente da Brigada Liberal, contou com o importante reforço do 1º Corpo dos Lanceiros Negros, como o próprio nome indica, esse batalhão era formado por negros, e prestou relevantes serviços militares à República Rio-grandense.

O 1º Corpo de Cavalaria de Lanceiros Negros foi constituído um pouco antes da Batalha do Seival e contava com mais de 400 homens. Era formado por negros livres ou libertos pela República, com a condição de lutarem pela causa republicana, ou por escravos pertencentes aos imperiais. Em sua maioria, recrutada entre negros campeiros e domadores das Serras dos Tapes e do Herval (CARRION, 2007, p.7).

Franciele Domingues, uma das interlocutoras dessa pesquisa, no que se refere ao contexto da presença negra em Piratini, relata a importante participação dos negros nessa revolução, além da contribuição dos Lanceiros Negros. Frisando, também, a participação de outros negros que tiveram importante papel nesse momento histórico de Piratini e do Rio Grande do Sul como um todo:

Esses lanceiros eram a frente de batalha. As batalhas eram batalhas acirradas, como eles eram homens fortes porque vinham da agricultura, de trabalho muito pesado, Eles eram colocados, como a chamada “bucha de canhão”... Outra curiosidade que a gente tem é que o hino do Rio Grande do Sul foi criado, composto a música, pelo maestro Joaquim José Mendanha. E ele era mulato. A bandeira do Rio Grande do Sul foi criada por Bernardo Pires da Rosa e José Mariano de Mattos, os dois negros. E o lenço farroupilha, que é símbolo da Revolução Farroupilha e que teve posteriormente o brasão implantado na bandeira, ele também foi criado por Bernardo Pires da Rosa, baseado em sugestões de José Mariano de Mattos, negros. E José Mariano de Mattos, ele era Vice Ministro da Fazenda Interior. Ele tinha condecorações, ele era o capitão José Mariano de Mattos e ele era negro. Naquela época muitos dos outros generais ficavam ofendidos, porque os negros também estavam ganhando patentes. Eles eram valorizados pelo caráter e a capacidade e não pela cor. Esse lenço (lenço farroupilha) foi criado por Bernardo Pires da Rosa, que era um símbolo de rebeldia total. Trazia uma homenagem a Revolução Francesa de 1789, o gorro ou barre que era símbolo de liberdade usado pelos lanceiros. (Entrevista realizada em 07/04/2015).

A seguir são apresentadas duas imagens, uma referente ao 1º Corpo de Cavaleiros de Lanceiros Negros (Figura 4) e outra destacando o lenço farroupilha (Figura 5).

Figura 4 – Lanceiros Negros



Fonte: IPHAN, 2007.

Figura 5 – Lenço Farroupilha



Fonte: <http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2012/11/simbolos-civicos-em-exposicao-no-museu-julio-de-castilhos>

Apesar de omitido por parte da historiografia tradicional, os negros desempenharam papel fundamental para as forças rebeldes farroupilhas. Estima-se que os negros tenham composto de um terço a metade do exército farroupilha (IPHAN, 2007). Cabe destacar dois aspectos. Primeiro, a participação das mulheres negras nesse conflito: embora esse tema seja pouco abordado pela historiografia, pode-se afirmar que as mulheres negras tiveram importante papel. Dentre suas atribuições no exército, podemos elencar o trato dos animais, trabalho na cozinha, costura, cuidado dos feridos e doentes. Segundo, o fato de que muitos escravos aproveitaram esse momento histórico para realizarem fugas do regime escravocrata. Mario Maestri (1984) destaca que os escravos resistiam ao regime cotidianamente e que aproveitavam toda e qualquer fragilidade do aparato repressivo, como as crises políticas, as guerras, revoluções e mudanças no mercado para realizarem suas fugas.

Após a vitória da batalha do Passo de Seival, foi declarada a “Proclamação da República Rio-grandense”. Essa resistiu por praticamente nove anos, tendo diversos desdobramentos dentro desse período. O General Bento Gonçalves foi o maior líder desse movimento. Piratini foi, por duas vezes, a capital da República Rio-grandense; além de Piratini, houve outras cinco capitais diferentes que migravam conforme as investidas da Guarda Imperial.

Almeida (1997, p. 74-76) aponta as áreas de serra da região como lugares estratégicos nos embates entre as forças em confronto durante a Revolução Farroupilha. A Serra das Asperezas e o Passo do Alfaiate constituíram rotas de passagem das tropas farroupilhas, sendo que esta Serra servia de esconderijo para os revolucionários, inclusive Bento Gonçalves e Souza Neto, quando as forças imperiais passaram a fechar o cerco sobre as farroupilhas. Foi para “restabelecer o domínio da Serra dos Tapes” que, em 1843, as forças imperiais se estabeleceram nas cercanias de Canguçu, local a partir do qual passaram a fazer incursões sobre a vila de Piratini.

Antes do fim do embate, houve o lamentável episódio do Massacre de Porongos. Estavam suspensas temporariamente as hostilidades entre farroupilhas e imperiais e o fim da começava a ser negociado. Na madrugada de 14 de novembro de 1844, no Cerro dos Porongos, então município de Piratini, hoje pertencente a Pinheiro Machado, os lanceiros negros foram atacados pelas tropas imperiais lideradas pelo Coronel Francisco Pedro de Abreu, o “Moringue” (IPHAN, 2007).

Os lanceiros negros estavam acampados na localidade, juntamente com as demais tropas de Davi Canabarro, o qual, segundo apontam algumas fontes, teria sido avisado da

aproximação das tropas imperiais. A única providência que Canabarro teria tomado foi desarmar e separar os lanceiros negros do resto das tropas acampadas no Cerro dos Porongos, sob a alegação de um suposto motim. As tropas imperiais, comandadas por Francisco Pedro de Abreu, entraram no campo de batalha sob a ordem, ditada pelo Barão de Caxias de poupar brancos e índios, mas não os negros. O Corpo dos Lanceiros Negros, desarmado, foi praticamente dizimado. Tal episódio ficou conhecido como “Batalha”, “Surpresa” ou, ainda, "Traição dos Porongos" e "Massacre dos Porongos" (IPHAN, 2007).

O que sobrou do Corpo de Lanceiros Negros, comandados por Teixeira Nunes, foi enviado para uma missão temerária em Arroio Grande, onde novamente foi atacado de surpresa pelas tropas imperiais sob o comando do coronel Abreu, que mais uma vez se saiu vencedor. Esse episódio resultou na morte de vários lanceiros negros e de seu comandante máximo.

O fim do embate e a pacificação só vieram a ocorrer no dia 1º de março de 1845, após quase dez anos de conflito, com o “Tratado de Poncho Verde”, muito em função do enfraquecimento das forças revolucionárias, mas, também, pelas habilidades políticas de Barão de Caxias que conseguiu, finalmente, desarmar os espíritos, após prévios entendimentos, recomendando ao Governo Imperial a aceitação das condições apresentadas pelos farroupilhas (ALMEIDA, 1997, p. 77 a 78).

Na prática, “os termos do acordo firmado, não necessariamente, passaram a ser respeitados: os negros, por exemplo, que lutaram na revolução e que deveriam ser considerados livres, foram enviados para o Rio de Janeiro e vendidos como escravos” (ALMEIDA, 1997, p. 79).

Segundo Almeida, após o término da revolução, o município entrou em uma fase de declínio, de acordo com o mesmo, em função das represálias do Governo Imperial:

Piratini, como centro irradiador e operacional do movimento republicano, passou a sofrer as mais duras represálias do Governo Imperial da Província. Como preço pela rebeldia ao Governo Imperial, por ato de 1º de março de 1845, é a cidade rebaixada à categoria de Vila, e, por esse Ato, ficou assinalado na História o declínio do outrora município. (ALMEIDA, 1997, p 80).

Conforme destacaram Almeida (1997) e Storchi e Roman (2012), em 1845, a cidade de Piratini foi rebaixada a categoria de Vila. E de 1846 a 1878, perdeu grande parte do vasto território que possuía, com as emancipações de Bagé, Canguçu, Cerrito e Pinheiro Machado.

Cabe destacar o fato apresentado por Moreira (2011, p. 5), da ocorrência de uma rebelião envolvendo escravos em Piratini. O autor faz referência a um Relatório relativo ao ano de 1859 do Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão, o qual relatava casos de insurreição por parte de escravos, sendo um deles em Piratini:

Já estava por assim dizer esquecida a tentativa dos Botelhos quando em Piratini correu o boato de que se tramava outra insurreição. Fiz seguir para ali uma força de polícia; as autoridades locais porém com a atividade e zelo que desenvolveram, e as providências que tomaram, fizeram desaparecer os receios, que se tinham manifestado. Alguns escravos comprometidos no plano de insurreição foram convenientemente corrigidos; todas as combinações se desfizeram, e a confiança voltou de novo ao ânimo dos habitantes de Piratini (MOREIRA, 2011, p.5).

A história de Piratini está marcada por sua participação nos principais eventos políticos por que passou o estado do Rio Grande do Sul (STORCHI e ROMAN, 2012, p. 30). Piratini, posteriormente, também foi palco de outras revoluções: Federalista, Revolução de 1923 e no Combate da Estância da Olaria, como afirmam Storchi e Roman (2012, p. 33):

A cidade foi palco de outras revoluções: a Federalista (1893), conflito entre picapaus (Partido Republicano Rio-Grandense de Júlio de Castilhos) e maragatos (revolucionários federalistas liderados por Gaspar da Silveira Martins, defendia, um sistema parlamentar de governo – identificados por um lenço vermelho); a Revolução de 1923, o descontentamento da oposição com o governo republicano de Borges de Medeiros, no poder havia 25 anos; e o Combate da Estancia da Olaria (1932), entre seguidores de Borges de Medeiros e Batista Luzardo.

À medida que o fim da escravidão foi se aproximando, o número de escravos foi caindo no município, dados esses compatíveis com o resto do Brasil. Baseado nos dados de Almeida (1997), Amaral (1994, p. 67) e Bakos (1983), segue uma tabela, a qual apresenta alguns dados sobre a quantidade de escravos em Piratini, em cinco momentos diferentes do período escravocrata:

Tabela 4 – Quantidade de escravos em Piratini nos anos de 1815, 1839, 1844, 1885 e 1887

Ano	Quantidade de escravos
1815	1535
1839	3064
1844	1422
1885	638
1887	401

Fonte: ALMEIDA (1997), AMARAL (1994, p. 67) e BAKOS (1983).

Conforme pode ser visto na tabela, entre 1839 e 1844, em apenas cinco anos, houve uma considerável redução no número de escravos, caindo mais da metade esse número, passando dos 3064 para 1422 escravos. Provavelmente, essa queda no número de escravos deve ter ocorrido em consequência da Revolução Farroupilha. Pois, durante esse episódio, muitos escravos receberam carta de alforria, sendo que muitos desses alforriados foram mortos em combates, também houve a transferência de escravos para outras regiões, por exemplo, para o Uruguai.

Segundo Amaral (1994, p. 67), principalmente nos anos finais da periodização apresentada, a queda no contingente de escravos se deu principalmente em função dos aumentos de taxas e impostos relativos à posse dos cativos, embora as taxas de posse de escravos sempre foram caras. Fato que fez com que muitos senhores libertassem seus escravos para evitar despesa, embora o liberto tenha permanecido preso ao senhor, mediante a obrigação de cumprir mais alguns anos de serviço. Já Matheus (2013, p. 26), ao abordar a questão da diminuição de escravos, referindo-se ao período entre 1858 e 1872, anos em que ocorreram recenseamentos no Rio Grande do Sul, afirma que, em geral, muitos autores explicam essa diminuição em função da crise da economia pecuária-charqueadora.

De acordo com Bakos (1983, p. 95), muitas Assembléias Municipais apresentaram, entre 1887 e 1889, uma série leis que visavam a regularização do trabalho urbano e rural no Rio Grande do Sul, em especial, regulamentos dos serviços dos criados. Houve uma necessidade de intervenção do Estado, através das Câmaras Municipais, na organização do relacionamento empregado/empregador, gerado, principalmente, a partir das libertações dos escravos negros.

Bakos (1983, p; 98) destaca o conceito de “criado” utilizado nos “regulamentos dos criados” produzidos em algumas Câmaras Municipais do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1887 e 1889. A seguir é apresentado, um trecho, do regulamento dos criados, confeccionado pela Câmara Municipal de Piratini:

São considerados criados todos os indivíduos de ambos os sexos que, mediante salário, se colocarem na dependência de outrem, como peão, cozinheiro, hortelão, lacaio, servente, ama seca e em geral que estiverem obrigados por um contrato a qualquer serviço doméstico ou inerente a condição de fãmulos (BAKOS, 1983, p. 98).

Della Vecchia (1994), ao abordar a questão do pós-abolição na região meridional do Rio Grande do Sul, destaca o êxodo, ocorrido em muitas estancias, e a dificuldade dos recém-libertos e seus descendentes, nesse novo caminho a ser percorrido.

As condições em que ocorreu a libertação, em nossa região, causaram um verdadeiro êxodo de ex-escravos e seus descendentes. Porém, a caminhada realizou-se em direção a uma terra negada. Um destino difícil e incerto não demorou a se configurar. Ganharam ou conquistaram a libertação, mas não tinham casa, não tinham terra, não tinham especialização. Ir para onde? A sociedade reservara para eles um estreito mercado de trabalho. A terra estava apropriada e dividida em grandes porções. Imediatamente, emergiram as dificuldades de quem estava despojado e tinha que encontrar espaço numa sociedade discriminatória e hostil, carregada, havia centenas de anos, de toda a sorte de preconceitos (DELLA VECCHIA, 1994, p. 160)

De acordo com Amaral (1994, p. 67), os escravos libertos continuaram, em sua maioria, servindo aos antigos donos num regime de semi-escravidão, havendo em Piratini vários relatos de que pessoas negras, principalmente nas fazendas, obedeciam e trabalhavam para os patrões como se ainda vigorasse o sistema escravista, décadas após a extinção do antigo regime. Dalla Vecchia (1994, p. 158) apresenta o caso do marido de uma das interlocutoras utilizadas em seu trabalho *Os filhos da escravidão*, o qual teria sido escravo até os 60 anos de idade, tendo saído dessa condição somente em 1940, após realizar uma fuga. O autor também faz referencia a situações onde os ex-escravos eram perseguidos, sem ter onde morar e até casos de morte as beiras das estradas.

Dalla Vecchia (1994, p. 159) também cita casos em que fazendeiros alojaram ex-escravos com seus descendentes, reorganizando a rotina anterior à abolição. Para ele, foi nesse contexto que se estruturou um modelo de relações patriarcais entre os senhores, os ex-escravos e seus filhos. A servidão foi vivida pelos filhos e filhas-de-criação (DALLA VECCHIA, 1994 p. 191). Houve, também, raros casos, em que ex-escravos se tornaram herdeiros de uma parcela de terra. E casos onde os ex-escravos e descendentes se deslocaram para outras estancias, trabalhando como agregados. Outros ex-escravos e descendentes, como é o caso da comunidade quilombola Fazenda Cachoeira, obtiveram, em meio ao sistema patriarcalista, pequenas propriedades rurais.

Nesse trabalho de Dalla Vecchia (1994, 164-191), entre outros aspectos, não menos relevantes, destaca-se, com base na memória oral dos interlocutores utilizados, em geral descendentes próximos de ex-escravos, uma série de tipos de atividades, realizadas nos contextos rural e urbano, por esses e seus descendentes no pós-abolição, na região meridional

do Rio grande do Sul. Em geral, no meio urbano havia atividades mais comuns aos homens, como barbeiro, jardineiro, laboratorista, comerciário, vigia, caseiro, operário de fábrica, oleiro, brigadiano (policia militar), ferroviário, jóquei, operário dos transportes, estafeta (espécie de carteiro a cavalo), cozinheiro e safrista do charque. E atividades mais comuns às mulheres: lavadeira, manicure, costureira, cozinheira, copeira, confeiteira, empregada doméstica, faxineira e ama-de-leite.

Também foram destacadas algumas atividades que se vinculavam à interface entre o meio rural e o urbano, sendo elas carroceiro, quitandeiro e leiteiro. Em relação às atividades relacionadas ao trabalho no campo, serão abordados com maior detalhe a seguir, destacando-se essas atividades e suas atribuições. Umas mais e outras menos, conforme a proximidade desse tipo de trabalho com os observados na pesquisa com a comunidade quilombola Fazenda Cachoeira, a partir das práticas e memórias dos quilombolas. A seguir, são apresentadas as profissões, relativas ao trabalho no campo, observados no trabalho de Dalla Vecchia (1994):

Campeiro – dedicado às atividades gerais de lida com os animais no campo;

Domador – encarregado de domar animais arredios, geralmente eram campeiros;

Jóquei de carreiras – dedicava-se a corridas de cavalos, normalmente homens magros;

Posteiro – tratava-se de uma espécie de vigia do campo, normalmente fixado aos limites do campo;

Arrendatário – trabalhador que arrendava terras para o plantio ou cria de animais;

Alambrador – mão-de-obra relativamente escassa e valorizada, dedicada a confecção de cercados;

Caseiro – profissão necessária a partir do momento em que o fazendeiro passa a morar na cidade, ou adquire outras fazendas;

Capataz – Em muitos é o administrador da fazenda; é responsável entre outras atribuições pela chefia dos peões.

Peão – trabalhador comum nas estancias de gado, assemelha-se ao campeiro;

Tropeiro – era responsável pela condução das tropas de gado pelo estado do Rio Grande do Sul e até outras regiões do país, atividade normalmente relacionada à indústria da carne, atividade muito valorizada na memória dos interlocutores, função que possibilitava um maior conhecimento do mundo e exigia percurso por longos trajetos, normalmente com paradas em mangueirões de pedra para o confinamento dos animais;

Agricultor – dedicado ao plantio, boa parte dos ex-escravos dedicaram-se a essa atividade;

Agregado – relação na maioria dos casos não assalariada, baseada em recompensas, ou parcela, relativamente baixa, do ganho obtivo em certa atividade, por exemplo, numa carneada, o agregado ganhava as partes menos valorizadas do boi, tais como a cabeça, o espinhaço, entre outros cortes de menor valor;

Safrista – atividade temporária normalmente relacionada à safra do arroz, ou outras culturas de grão ou frutíferos, como laranja e pêssago;

Meeiro/Empreiteiro – também chamado de patriarcalismo, uma espécie de sociedade com o fazendeiro, onde o trabalhador entra com o trabalho e o fazendeiro com a terra, ao fim a produção é dividida, não necessariamente em partes iguais;

Lenhador – atividade dedicada ao corte e transporte de lenha;

Casa de bailanta – relacionado a serviços gerais envolvidos na realização de um baile.

Dalla Vecchia (1994, p. 191) salienta o fato de que era grande a discriminação com os negros no ambiente de trabalho e que existia uma diferença no tratamento em relação a trabalhadores negros e brancos. Segundo o autor, trabalhos mais duros e de maior esforço braçal e menos valorizados eram direcionados aos negros. Em relação às mulheres, trabalhadoras em casas de família, essas eram tratadas sobre as mais duras exigências, a exemplo do período escravocrata.

De acordo com dois dos interlocutores que contribuíram com essa pesquisa de dissertação, no que se refere ao contexto social da presença negra em Piratini, por volta de trinta anos atrás, o preconceito ainda era muito grande, em diferentes esferas de circulação do município. Não que atualmente não exista mais preconceito em Piratini, muito pelo contrário. No dia oito de abril de 2015, em entrevista com Franciele Domingues, no Museu Municipal Barbosa Lessa, essa destaca a situação da separação racial que ocorria nos clubes e Centro de Tradições Gauchescas (CTGs) da cidade de Piratini:

A nossa cidade. Ela tem uma história de uma família que não teve filhos e optou por deixar sua herança a uma escrava, e essa história até se tornou uma lenda, porque anos mais tarde, quase cem anos depois, houve em Piratini o clube dos brancos e o clube dos negros. O “Treze de Maio”, que era o clube dos negros foi no local que dizem ter sido doado a uma escrava. E essa divisão existe. Nos CTGs também, nos tínhamos o “Negrinho do Pastoreio” e o “Vinte de Setembro”. Há pouco tempo, ainda existia essa divisão. O clube Vinte de Setembro tinha um baile para os brancos e o baile para os negros, não é? Esses grilhões ainda persistem para algumas pessoas. Meu pai diz que eles avaliavam o cabelo dos que entravam “o teu cabelo é ruim tu não vai entrar, com as minhas filhas tu não dança” que eles diziam. (Entrevista realizada em 07/04/2015).

João Manoel Ferreira, adepto do movimento tradicionalista gaúcho e responsável pela Biblioteca Municipal de Dr. Joaquim Vieira da Cunha, em conversa realizada no mesmo local, relata acerca da separação racial existente nos CTGs de Piratini:

Nós temos em Piratini, dois CTGs e dois clubes. O clube Treze de Maio e Piratiniense e o Treze de Maio; e o CTG Vinte de Setembro e o Negrinho do Pastoreio. O Negrinho do Pastoreio foi fundado não é? Por uma questão do filho de uma senhora que não deixaram entrar. Porque o avô dele, que era de criação, era branco e o menino era filho de um casal negro. E foi com o padrinho num baile e não deixaram entrar, e aí que criou toda a polêmica, esse problema. Uma vez o meu irmão. Olha isso aí faz pouco Tempo! Foi coisa de 72, 73? O meu irmão estudava no CAVG (Centro Agrotécnico Visconde da Graça) em Pelotas, hoje é professor, já tá aposentado. E eles dançavam uma internada artística, o Grupo de Dança Carreiros do CAVG. E eles vieram fazer uma apresentação e tinha uma menina que era negra. E não deixaram fazer a apresentação no CTG. E aí disseram “que eles entravam, mas a menina não podia entrar”. Isso agora, em setenta e poucos, entre 74, 75, por aí? A ninguém entrou, professor nem nada, ninguém entrou. Aí vieram pra praça. Passaram a noite na praça, cantando e tocando violão. E a brigada (policia militar do Rio Grande do Sul) por perto. Isso a gente vivenciou... E eu lembro que tinha uma dupla gaúcha que animava bailes, fandangos na região, chamada “Nelson e Janete”, uma dupla de Porto Alegre, e vinham muito aqui. Inclusive a mulher cantora ainda existe, uma senhora, toca acordeom muito bem. Janete ela é negra e eles vinham muito em bailes aqui. Só que ela se produzia tanto, botava uma peruca, que quase não parecia que era negra, se pintava muito, aí não tinha problema, Mas, enfim. Eu fui num baile uma vez, sábado era baile de branco e todo domingo era baile de negros. Aí chegavam naquele baile dos brancos, os negros ficavam na janela olhando, né? E vice-versa, se fosse um baile de negro os brancos não entravam, às vezes tinham permissão de ir até a copa pra comprar uma bebida, mas no salão não entrava. (Entrevista realizada em 08/04/2015).

Dalla Vecchia (1994, p. 249-250), ao destacar a situação dos salões separados em Pelotas, relata uma situação semelhante à de Piratini. Segundo o mesmo, a discriminação racial se configurava nos salões construídos e frequentemente separados, por negros, brancos e mulatos. Inclusive, nessa ocasião, o autor cita Piratini, como um local da região, o qual vivia com a mesma realidade.

Os quilombos foram uma forma da radical de resistência e contestação ao regime escravocrata. Atualmente, as comunidades remanescentes de quilombos continuam empunhando a bandeira da resistência, não ao regime escravocrata, pois esse já acabou, mas sim ao preconceito e ao sistema econômico e social vigente, que continua excluindo comunidades tradicionais, especialmente no meio rural, do acesso à terra e à cidadania.

Atualmente, com certificação da Fundação Cultural dos Palmares, o município de Piratini conta com cinco comunidades remanescentes de quilombos, sendo elas o Rincão do Quilombo, Rincão da Faxina, Rincão do Couro, Fazenda Cachoeira e São Manuel, e mais duas comunidades quilombolas em fase de organização, conforme pode ser visto na fala da

professora de história, assistente social e atual presidente do Conselho da Comunidade Negra de Piratini, Eva Maria Pinheiro:

Aqui tem cinco comunidades certificadas pela Fundação Palmares. Tem a São Manoel que fica no 1º Distrito. No 5º Distrito temos a Fazenda Cachoeira, Rincão da Faxina e Rincão do Couro. E no 2º Distrito tem o Rincão do Quilombo, que é a maior, são 55 famílias. E tem duas comunidades que estão se organizando agora, que uma é vizinha ali da Fazenda Cachoeira e uma comunidade urbana. (Entrevista realizada em 09/12/2014).

A comunidade quilombola Colônia São Manoel, constituída por 17 famílias, está localizada no 1º Distrito, distando 30 km da sede municipal. Já possui associação quilombola, embora tenha sido a última comunidade a se auto-identificar. As famílias dessas comunidades sobrevivem precariamente de benefícios do Governo Federal (Previdência Social e Bolsa Família), agricultura de subsistência e as mulheres costumam trabalhar como diaristas nas redondezas.

A comunidade remanescente de quilombos Fazenda Cachoeira, como já salientado, se localiza no 5º Distrito de Piratini, fica próxima à imponente formação rochosa Serra das Asprezas, a qual já serviu de refúgio em diversos conflitos.

Também no 5º Distrito, tem-se a comunidade da Faxina, que conta com cinco famílias, em uma área de dois hectares. A origem do nome, faxina, é em função de um arbusto muito comum na região, chamado de vassoura vermelha. Segundo o CAPA (2010, p. 35), essa comunidade teria suas origens ligadas ao Rincão do Quilombo e Fazenda Cachoeira. Em virtude do pouco espaço para o plantio e de casamentos fora da comunidade, formou-se essa nova povoação.

A comunidade do Rincão do Couro também se localiza no 5º Distrito, contando com dezoito famílias, distribuídas em uma área de 130 ha. O nome dessa comunidade tem origem num antigo local, chamado “a casa do couro”, localizado a 50 km dali (CAPA, 2010, p. 36). O trabalho na terra é de modo individual, contando com a produção de grãos, hortaliças e de animais para o próprio consumo. Ocorre também trabalho na terra na forma de arrendamento ou meia. A busca por trabalho temporário fora contribui para o aumento da renda, que é extremamente baixa (CAPA, 2010, p. 36). O traço cultural mais marcante dessa comunidade é a música, “Serenatas com bandona e violão e danças gauchescas e o tango estão entre as atividades preferidas” (CAPA, 2010, p. 36).

A comunidade Rincão do Quilombo, localizada no 2º Distrito, é a maior das comunidades de Piratini e também a de maior projeção. Contando com área de 1.500 hectares,

congrega 55 famílias. Segundo os moradores desse quilombo, “1860 é o ano no qual escravos negros começaram chegar à área de 1.500 ha, que pertencia à Fazenda Arvorezinha, originando o Rincão do Quilombo” (CAPA, 2010, p.34), a partir da doação das terras do fazendeiro português João Cardozo da Silva a dez famílias de escravos, entre essas, a do escravo Manoel Cardozo, bisavô dos atuais moradores. Muitos dos moradores dessa comunidade assinam seu nome com o sobrenome Cardozo, originário desse antigo estancieiro e charqueador, sobre o qual existem muitas histórias, inclusive nos contos gauchescos.

Como visto anteriormente, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), em 2010, mapeou a existência de quatro comunidades remanescentes de quilombos no atual território de Piratini. Segundo a Fundação Cultural Palmares, são cinco as comunidades quilombolas existentes nesse município. Mas, conforme visto no relato de Eva, além dessas comunidades certificadas pela Palmares, já há mais duas comunidades remanescentes de quilombos se organizando, inclusive uma delas, na área urbana, ou seja, na cidade de Piratini.

Com base nessas informações, pode-se concluir que há uma crescente, auto-atribuição de comunidades quilombolas na cidade, fato ocasionado pela capacidade de organização desses coletivos, motivados pela valorização de suas raízes culturais e também em virtude dos possíveis benefícios a serem adquiridos ao serem reconhecidos como comunidade remanescente de quilombos.

Em seguida, será apresentado um mapa com a localização dessas comunidades quilombolas do município. Com o intuito de realizar um exercício de projeção de auto-identificação de novas comunidades remanescentes de quilombos, esses dados foram cruzados com aqueles divulgados pelo último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010.

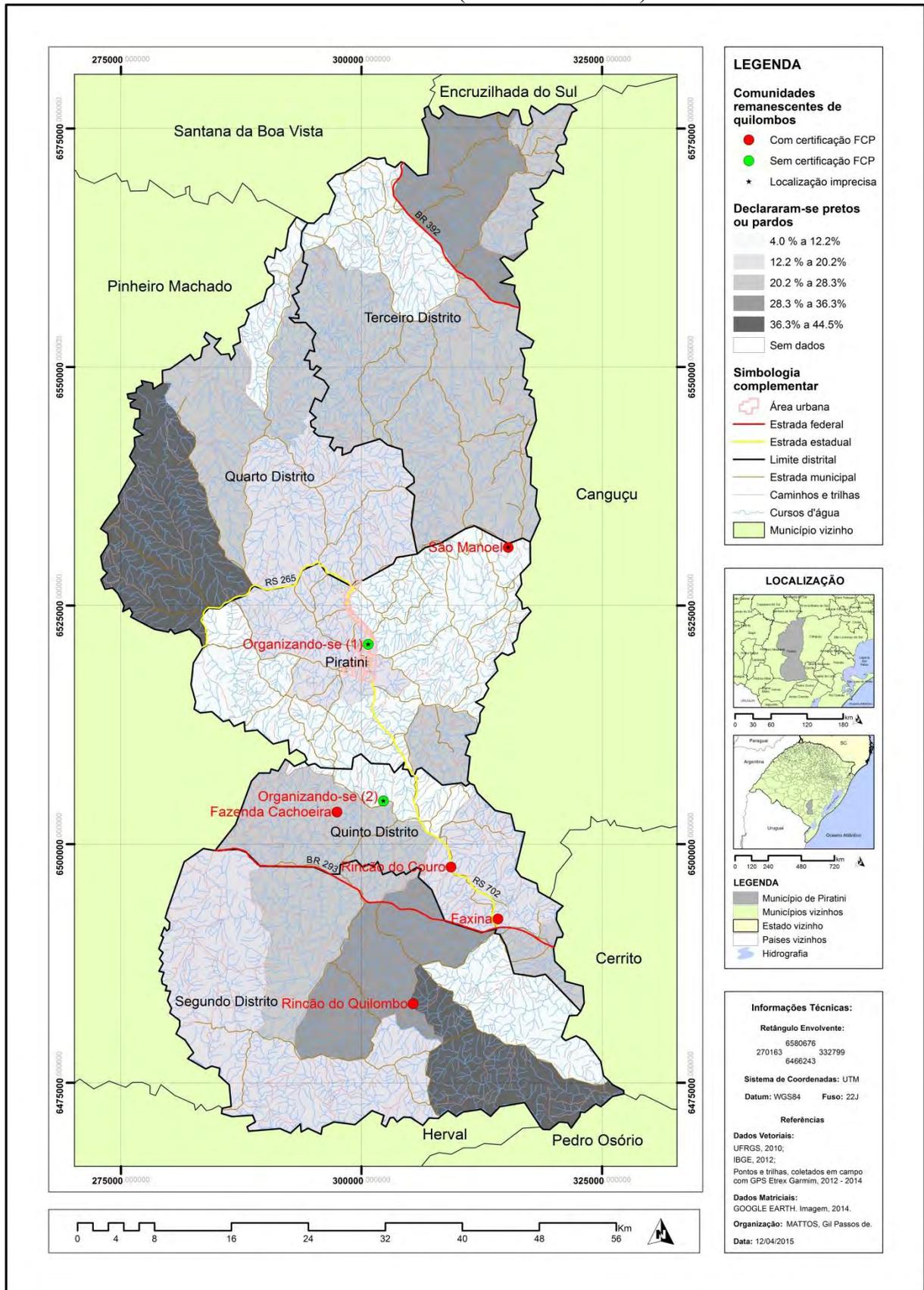
Em relação à presença negra ou parda em Piratini, segundo o Censo de 2010, foi investigada a cor ou raça declarada pela pessoa, com as seguintes opções de resposta: Branca – para a pessoa que se declarou branca; Preta – para a pessoa que se declarou preta; Amarela – para a pessoa que se declarou de cor amarela (de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana etc.); Parda – para a pessoa que se declarou parda; ou indígena – para a pessoa que se declarou indígena ou índia. A informação a respeito dessa variável pode ser analisada e representada a partir de uma unidade mínima, que é o setor censitário, para o qual estão agregados os dados de cada domicílio recenseado.

Os dados cruzados foram relativos à presença de pretos e pardos em Piratini, por setor censitário. Para a apresentação desse mapa (Mapa 6), foram divididos os resultados em

seis classes, de acordo com os respectivos intervalos de porcentagem, sendo uma dessas classes a que não se obteve dados em relação a essa variável observada. Então, relativos aos moradores de Piratini que se reconheceram como negros ou pardos, foram delimitados os seguintes intervalos de classe: de 4,0 a 12,2 %; de 12,2 a 20,2 %; de 20,2 a 28,3 %; 28,3 a 36,3 e de 36,3 a 44,5 %.

Um aspecto que poderá ser observado nesse mapa apresentado a seguir, é que, embora se tenha o fenômeno de um quilombo urbano, a maioria dos afrodescendentes está marginalizada no território, distante do centro. Outra questão que poderá ser constatada, é que há setores censitários de Piratini, que contam com uma população declarada afro-brasileira, superior aos setores que possuem comunidades quilombolas mapeadas. Com base nessa informação, não é de se surpreender com a auto-atribuição de mais comunidades quilombolas em Piratini.

Mapa 6 – Comunidades remanescentes de quilombos de Piratini na interface dos afrodescendentes (censo 2010/IBGE)



Autor: Gil Passos de. Mattos, 2015.

2. ETNOARQUEOLOGIA, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

2.1 O PRIMEIRO CONTATO

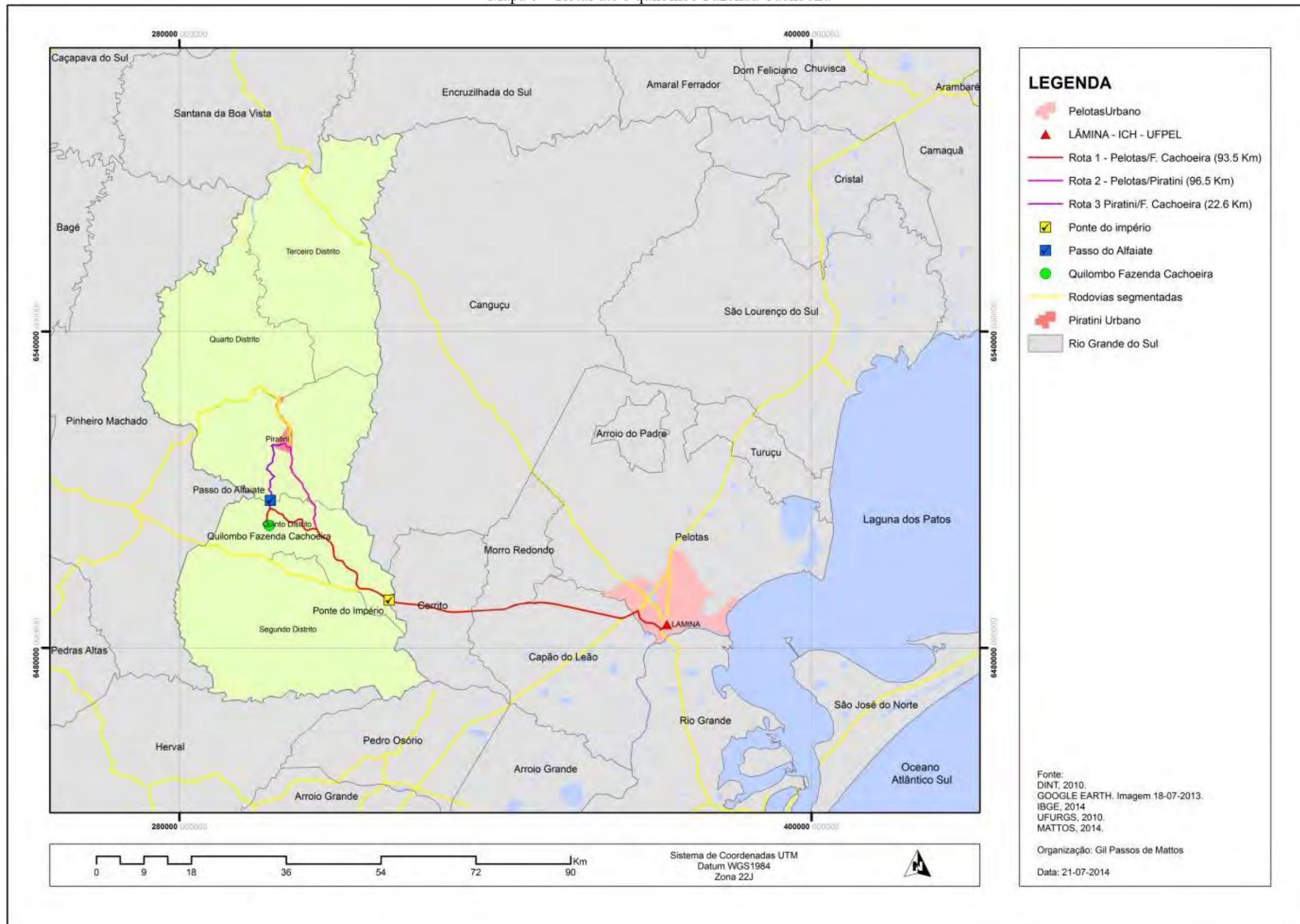
Como já citado anteriormente, foi a partir do projeto de elaboração do Relatório Técnico para Identificação e Delimitação do território tradicional ocupado é que se teve a oportunidade de conhecer a comunidade Fazenda Cachoeira. A participação nesse laudo antropológico se deu pelo trabalho de mapeamento e análise descritiva da paisagem, do qual se teve a oportunidade de trabalhar em parceria com os moradores desse quilombo no intuito obter a titulação da terra tradicionalmente utilizada pelos quilombolas.

A primeira visita à comunidade Fazenda da Cachoeira ocorreu no dia 10 de junho de 2011. Além do autor dessa dissertação, a equipe contou com os professores(as) Rosane Rubert, coordenadora do projeto, Erika Collischonn e Francisco Neto, além dos bolsistas Solange Oliveira, Thiago Hanz, Bruna Donato e Ariane Moraes. Em Piratini, somou-se a equipe Sebastião Enrique, funcionário do INCRA, e mais duas senhoras, Eva Pinheiro, representando o movimento negro de Piratini; e irmã Marisa, representante da Pastoral Negra da Igreja Católica. Piratini é como uma típica cidade do interior da metade sul do estado. Seus habitantes parecem preservar costumes e um vestuário tradicional gaúcho. Nos homens, é comum o uso de bombachas, bota e chapéu.

Chegados à Comunidade Fazenda Cachoeira, houve reunião na casa de Osmar Rodrigues da Silva, uma das lideranças dentro da comunidade. Além dele, estavam presentes, na época, sua esposa (Maria Barcelos), seus filhos, seu Valdemar da Silva (liderança mais velha da comunidade e pai de Osmar), falecido em meados de 2012, sua esposa, dona Eslair Rodrigues da Silva (herdeira da terra), bem como outro filho, Ronaldo Rodrigues da Silva, e sua esposa Fernanda, junto com suas três filhas pequenas. Num primeiro contato não apareceram, mas mais tarde também se teve a oportunidade de conhecer os outros dois filhos de seu Valdemar e dona Eslair, Edeimar Rodrigues da Silva e Roberto Rodrigues da Silva, esse último chamado pelo apelido de Beto.

Piratini está a 96.5 km de Pelotas, seguindo pela BR-293, que vai para Bagé, e, depois, pela RS-702. Não é necessário passar pela cidade de Piratini para chegar ao local. Seguindo direto para a comunidade a distancia é de 93.5 km. Já a distância entre a sede do quilombo e a cidade de Piratini é de 22.6 km (Mapa 7).

Mapa 7 – Rotas até o quilombo Fazenda Cachoeira



Autor: Gil Passos de Mattos. 2014.

As terras tradicionais dessa comunidade são caracterizadas como um local declivoso e de ocorrência de grandes matacões de rocha que afloram na superfície, característica marcante na paisagem local. Na Fotografia 3, apresentada a seguir, se podem ver algumas casas dos quilombolas e, parte da área, como se pode constatar a partir da imagem, configura-se como um terreno íngreme.

Fotografia 3 – Comunidade quilombola Fazenda Cachoeira



Foto: Gil Passos de Mattos, em 13/07/2014.

Legenda: Foto tirada de cima da “Casa de Pedra”, mostrando a declividade do relevo e as casas quilombolas.

Guiados pelas crianças do quilombo, nesse primeiro contato já se teve a oportunidade de conhecer a “Casa de Pedra”, um importante patrimônio para essa comunidade, sendo de grande valor sócio cultural para a memória coletiva desse grupo.

Nesse encontro inicial, a partir dos primeiros relatos dos quilombolas, somados à observação da paisagem, pôde-se constatar que as terras que estão atualmente de posse quilombola, representam apenas uma parcela do território historicamente ocupado pela comunidade. Provavelmente, em função do relevo declivoso e da enorme quantidade de rochas afloradas em superfície, é que essa parcela de terra tenha se mantido sob posse quilombola, pois não oferece as melhores condições para as atividades agropecuárias, desse modo, não despertando o interesse dos fazendeiros da região. Os quilombolas resistiram e partir de seu modo de vida e do trabalho deram uma ressignificação para esse local antes desprezado.

2.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAZENDA CACHOEIRA

Atualmente, o quilombo Fazenda Cachoeira conta com dois grupos, o dos quilombolas que fazem parte da associação e os que não fazem parte da associação. Cabe destacar o fato de que a pesquisa etnográfica realizada nesse trabalho ocorreu com os integrantes da comunidade Fazenda Cachoeira que fazem parte da associação quilombola.

As terras que estão de posse do quilombo totalizam 45.68 ha. Trata-se de uma porção de terra que restou de uma antiga área de 130 ha, do quilombola, já falecido, Rosalino Duro da Silva. Essa atual área que está em posse quilombola, divide-se em duas glebas de terra, a dos quilombolas da associação, a qual possui uma área de 15.41 ha, e a dos quilombolas que não fazem parte da associação, a qual contém 30.27 ha. Essa área que está em posse quilombola é resultante de uma herança deixada por Rosalino para as suas duas filhas, Eslair e Edite. Sendo que a terra que ficou para Eslair, corresponde a atual área pertencente aos quilombolas que fazem parte da associação, já, a área herdada por Edite, corresponde à parcela de terra dos quilombolas que não fazem parte da associação.

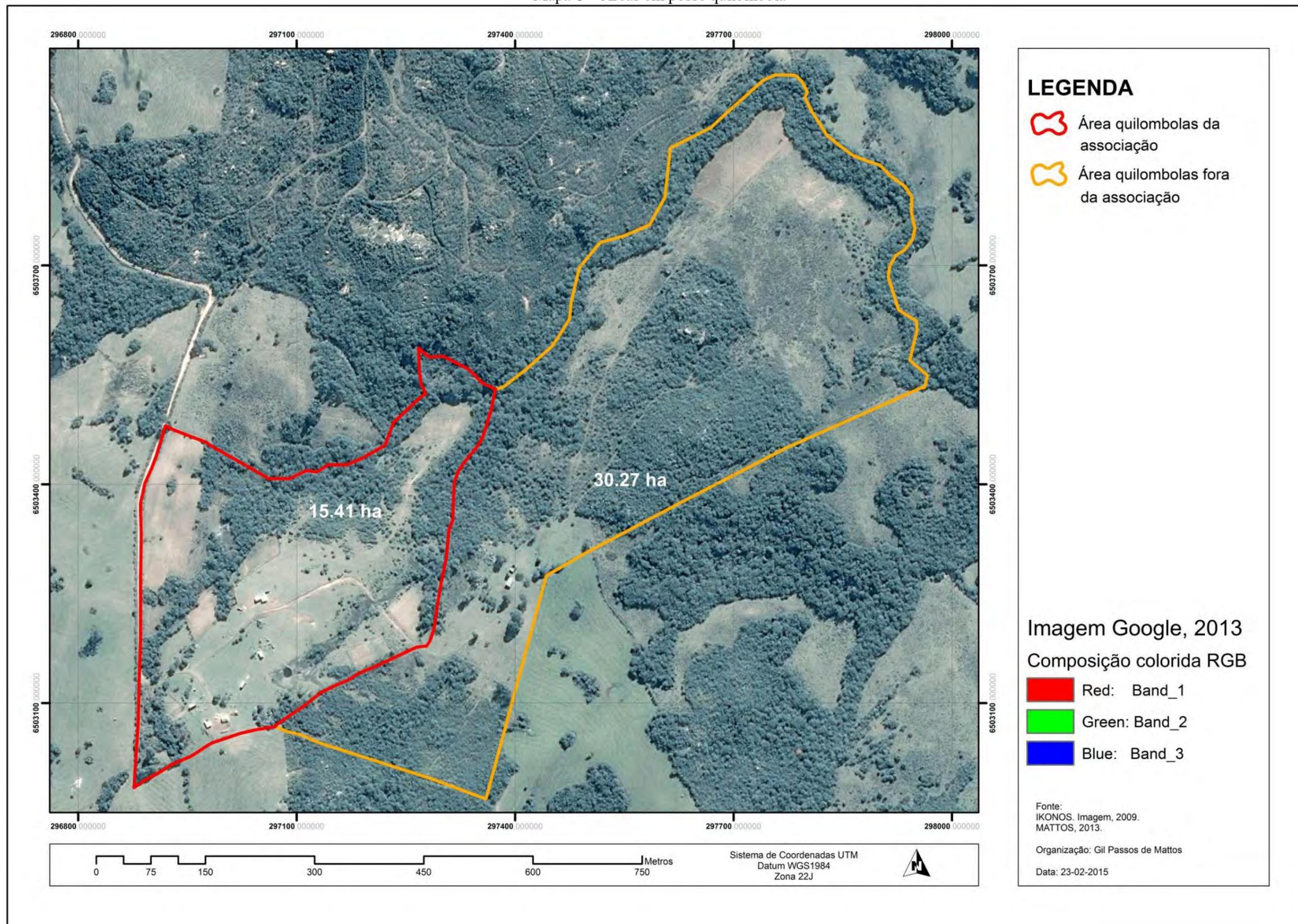
Atualmente, a associação quilombola conta com seis famílias, dessas cinco moram na área atual da associação e a outra família mora próximo a RS 702, na estrada que dá acesso às terras tradicionais do quilombo, ainda dentro do 5º Distrito de Piratini. Na verdade, trata-se de seis casas, mas em função de acesso a benefícios, como, por exemplo, materiais de construção e cestas básicas, provenientes de políticas públicas, os quilombolas denominam cada casa, como uma família, mas se trata de uma única família, contando com avó, filhos e netos. A seguir, é apresentado, na Tabela 5, o chefe da família, ou melhor, chefe da casa e número de moradores. E em seguida, um mapa com uma imagem de satélite de fundo com a divisão dessas duas áreas existentes no atual território de posse quilombola (Mapa 8).

Tabela 5 – Famílias/casas da associação quilombola

Família/casa	Nº de moradores
Eslair	1
Roberto (Beto)	1
Edemar	1
Ronaldo	5
Osmar	8
Cleni	11
Vera	3

Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

Mapa 8 – Áreas em posse quilombola



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

2.3 A FORMAÇÃO DO QUILOMBO E A REDE DE PARENTESCO NA INTERFACE DAS TAPERAS E CEMITÉRIOS

Uma das principais, se não a principal, quilombola desse trabalho é Eslair Rodrigues da Silva (Fotografia 4). Ela é liderança na comunidade e presidente da associação quilombola. Outro aspecto de vital importância a ser revelado é que, a mesma, é uma das herdeiras da atual terra de posse quilombola, no caso, herdeira das terras dos quilombolas que fazem parte da associação. Já sua irmã, Edite, chamada pelos quilombolas de Chinoca, é a herdeira da outra parte restante, no caso, das terras dos quilombolas que não fazem parte da associação. A seguir, é apresentada uma imagem (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) onde aparecem Dona Eslair, e seus dois filhos, Edeimar e Beto.

Fotografia 4 – Dona Eslair Rodrigues da Silva, atual presidente da associação quilombola de Fazenda Cachoeira, com dois de seus filhos (Edeimar e Beto)



Foto: Gil Passos de Mattos, em 15/07/2014.

Legenda: Da esquerda para direita, os quilombolas Edeimar Rodrigues da Silva, Roberto Rodrigues da Silva e Eslair Rodrigues da Silva.

Para melhor explicar a história de formação da comunidade de remanescentes de quilombo Fazenda Cachoeira, considera-se importante o uso de diagrama genealógico, no sentido de auxiliar no entendimento da constituição dessa comunidade tradicional e ocupação

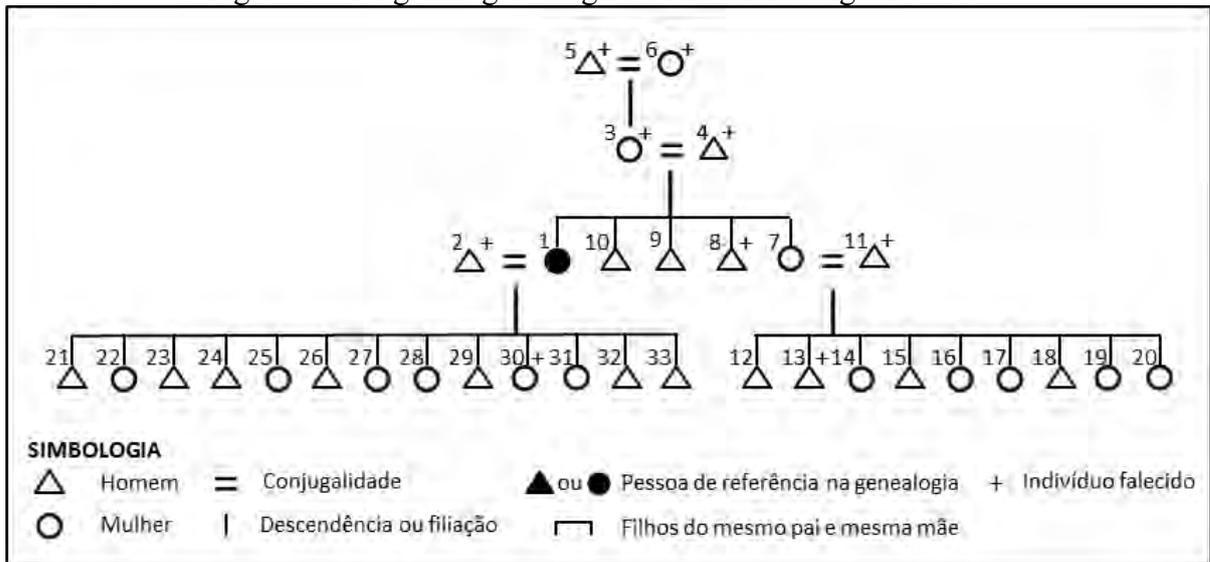
do território e, também, para o conhecimento das relações de parentesco entre algumas pessoas que serão citadas ao longo desse trabalho. Nesse diagrama (Figura 6), que tem como referência Dona Eslair Rodrigues da Silva, existem quatro gerações, a da Dona Eslair e seus irmãos, onde também, aparece seu marido e seu cunhado Odair, marido de Chinoca. Aparece, também, a geração de seus pais, de seus avós por parte materna e por fim a geração mais recente, que é a dos seus filhos e dos filhos de sua irmã Edite.

Diagrama de Eslair Rodrigues da Silva

1. Eslair Rodrigues da Silva – herdeira da terra quilombola e atual presidente da associação;
2. Valdemar da Silva – marido falecido de Eslair, conhecedor da região em função das atividades de tropeiro e peão;
3. Herotildes Rodrigues da Silva – mãe de Eslair e mulher de Rosalino (falecida);
4. Rosalino Duro da Silva – pai de Eslair e foi a pessoa que adquiriu as terras que atualmente estão de posse dos quilombolas de Fazenda Cachoeira. Chegou a trabalhar com Valdemar, como peão e tropeiro (falecido);
5. João José Rodrigues (Piá) – avô por parte de mãe de dona Eslair (falecido);
6. Rita – avó por parte de mãe de dona Eslair. (falecida);
7. Edite (Chinoca) – irmã de Eslair e herdeira da terra quilombola, não faz parte da associação;
8. Hildo – irmão de Eslair;
9. Adair – irmão de Eslair;
10. Germano – irmão de Eslair;
11. Odair – marido falecido de (Chinoca);
12. Renato – filho de Edite (Chinoca);
13. Ariano – filho de Edite (Chinoca), já (falecido);
14. Hilda – filha de Edite (Chinoca);
15. Ildomar (Nego) – filho de Edite (Chinoca);
16. Maria Alice – Filha de Edite (Chinoca);
17. Edite – Filha de Edite (Chinoca);
18. Vidalvino – Filho de Edite (Chinoca);
19. Sueli (Tetê) – Filha de Edite (Chinoca);
20. Soço – filha da Edite;
21. José Arli Rodrigues da Silva – filho de Eslair e Valdemar;

22. Cleusa Rodrigues da Silva – filha de Eslair e Valdemar e atualmente mora na cidade de Piratini com seus dois filhos;
23. Derli Rodrigues da Silva – filho de Eslair e Valdemar, atualmente reside em Porto Alegre;
24. Edeimar Rodrigues da Silva – filho de Eslair e Valdemar, atualmente mora nas terras dos quilombolas da associação;
25. Vera Rodrigues da Silva – filha de Eslair e Valdemar e mora na cidade de Piratini;
26. Roberto Rodrigues da Silva (Beto) – filho de Eslair e Valdemar e mora na terra dos quilombolas da associação;
27. Ivone Rodrigues da Silva – filha de Eslair e Valdemar;
28. Mozair Rodrigues da Silva (Moza) – filha de Eslair e Valdemar. Atualmente, mora no bairro Pestano da cidade de Pelotas
29. Ronaldo Rodrigues da Silva – filho de Eslair e Valdemar, atualmente, reside na atual área de posse dos quilombolas da associação, casado com Fernanda, com quem possui três filhas;
30. Claudete, filha de Eslair e Valdemar, falecida com um ano de idade;
31. Cleni Rodrigues da Silva – filha de Eslair e Valdemar, casada com Enrique, com quem tem nove filhos, mora a cerca de doze quilômetros de distância da comunidade, também no Quinto Distrito de Piratini;
32. Manoel Rodrigues da Silva – filho de Eslair e Valdemar, que saiu de casa ainda quando criança para morar com um fazendeiro da região, da família dos Santos, a qual a comunidade mantém relações históricas de compadrio. Atualmente reside em Piratini, mas possui um pequeno lote de terra no Quinto Distrito do município;
33. Osmar Rodrigues da Silva – filho de Eslair e Valdemar, atualmente, mora no quilombo com os cinco filhos que teve com Maria. Osmar e Maria encontram-se, agora, separados. Maria foi uma das lideranças políticas do quilombo.

Figura 6 – Diagrama genealógico de Eslair Rodrigues da Silva



Autor: Gil Passos de Mattos, 2014.

Cabe ressaltar o fato de que se tem consciência de que a rede de parentesco de Eslair é muito mais extensa, sobretudo no que diz respeito às gerações de seus pais e avós. Não foi possível aprofundar ainda mais essa trama em função do número reduzido de interlocutores, assim como, em razão das fraturas da memória oral.

Em conversa realizada no dia 14 de julho de 2014 com Dona Eslair, a mesma relata que nasceu e foi criada nas terras do quilombo, porém, em uma área que atualmente não faz mais parte das terras de posse dos quilombolas. Mais especificamente, ela morava no outro lado do corredor, isto é, do outro lado da estrada que dá acesso à comunidade, embora já tenha morado em outros locais do 5º Distrito, com seu Valdemar, o marido falecido. Nessa conversa, Eslair afirma que essa terra onde hoje está o quilombo foi comprada por seu pai, seu Rosalino, quem, nas palavras dela, “trabalhando um pouco aqui, um pouco ali, conseguiu comprar essa terrinha”.

Rosalino trabalhava nas atividades de peão e de tropeiro e, assim, conseguiu juntar economias para comprar as terras onde atualmente está situado o quilombo Fazenda cachoeira. Porém, parte da terra de seu Rosalino foi perdida.

No dia 16 de julho de 2014, em conversa com Edeimar e Beto, esses relataram que, depois da morte da avó, Herotildes, esposa de Rosalino, o mesmo passou a ter problemas com a bebida e acabou se endividando na “venda”. Como consequência, teve que passar parte de sua terra como forma de pagamento da dívida. Além de Eslair, Rosalino e Herotildes, tiveram outros quatro filhos, Edite (chinoca), Germano, Airton e Adair.

As atuais terras do quilombo ficaram para Eslair e Chinoca, sendo que as atuais terras dos quilombolas da associação são as que ficaram para a Eslair e a área quilombola fora da associação é proveniente da gleba de terra que ficou para a Chinoca.

Foi por intermédio de seu pai que Eslair conheceu seu falecido marido Valdemar, que, desde cedo, já trabalhava como peão e tropeiro, assim como Rosalino. Ambos trabalharam para os Gastucci, na lida com o gado, atividade que era predominante na região. Na época da elaboração do RTID, o Sr. Valdemar relatou muitas histórias da época em que trabalhava como tropeiro. Segundo o mesmo, muitas vezes, trabalhou no transporte de gado para Pelotas, para o abastecimento de frigoríficos da cidade. Valdemar também relatou que, assim como ele e Rosalino, havia muitos outros negros que trabalhavam nessa atividade. A atual presidente da associação quilombola Fazenda Cachoeira relatou que, quando era mais nova, existiam muitas famílias negras que habitavam nessa região e que, hoje em dia, “só se vê tapera”.

Um importante indicador arqueológico de ocupação são as taperas. Procurou-se, assim, evidências dessas taperas, a fim de materializar a presença de afrodescendentes na região, especialmente dos parentes dos quilombolas de Fazenda Cachoeira. Esses vestígios de antigas habitações de quilombolas têm papel fundamental na delimitação de um território tradicional e ajudam a remontar uma antiga rede de sociabilidade, sendo assim, um incontestável demarcador territorial.

Dona Eslair, em conversa realizada no dia sete de dezembro de 2014, afirmou não saber a origem de seu pai, isto é, onde esse nasceu e se criou antes de adquirir e morar nas terras do quilombo, mas imagina que seja na região da Serra das Asperezas (Fotografia 5). Cabe ressaltar o fato de que a localidade onde se situa o quilombo se denomina Serra das Asperezas, inclusive a comunidade de remanescentes de quilombos de Fazenda Cachoeira chamava-se, anteriormente, de comunidade quilombola da Serra das Asperezas.

A mudança do nome ocorreu na época da formação da associação, por recomendação de uma das técnicas enviadas pela Fundação Cultural Palmares para auxiliar a comunidade nesse processo. De acordo com o relato dos quilombolas, essa mudança de nome foi justificada, em função de que num mapa apresentado à comunidade, o nome da localidade onde se localiza o quilombo aparecia como “Fazenda Cachoeira”. E a equipe técnica que estava auxiliando a comunidade na organização da associação os convenceu a realizar a troca do nome.

Fotografia 5 – Serra das Asperezas

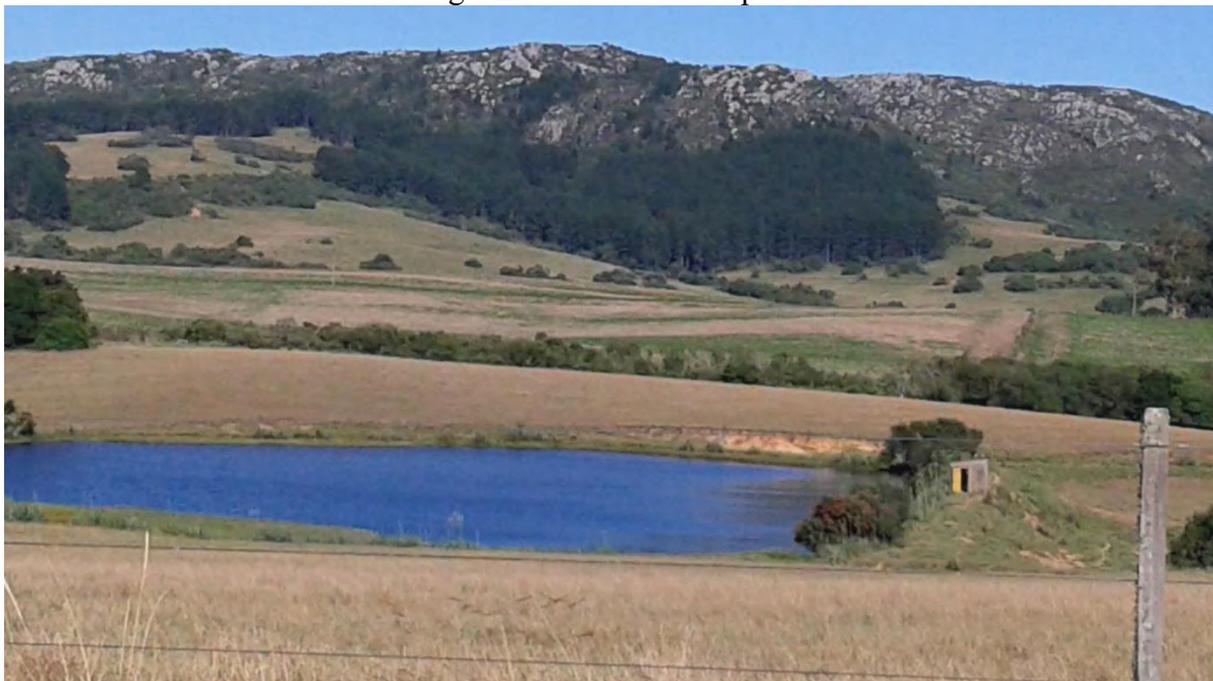


Foto: Gil Passos de Mattos, em 06/12/2014.

Legenda: Registro fotográfico realizado da estrada de acesso a atual terra em posse dos quilombolas de Fazenda Cachoeira.

Em relação a Valdemar, Eslair afirma que ele teria nascido e se criado ao pé dessa serra. Não foi possível encontrar os vestígios dessa antiga morada de seu Valdemar, pois a estrada que dá acesso a essa tapera está fechada, pois pertence à empresa Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda.

A maioria das taperas foram mapeadas na época da elaboração do RTID, identificadas em sua maioria pelo Sr. Valdemar, trabalho esse que contou com a parceria da antropóloga Rosane Rubert. Embora a maior parte das taperas tenha sido identificada, como já citado, na época do RTID, esse trabalho continuou, somando ainda mais taperas ao mapeamento, contando, principalmente, com o auxílio dos quilombolas Edemar e Osmar.

A seguir, é apresentada a imagem de um tipo de estrutura de tapera (Fotografia 6). Trata-se da fundação de uma antiga casa de Cleni, filha de Eslair e Valdemar. Tal tapera foi mapeada no dia nove de outubro de 2014 e contou com o auxílio do quilombola Edemar para a sua identificação. Segundo ele, a irmã, ao partir da área das terras tradicionais quilombolas com seu esposo Henrique e seu filhos, desmanchou a habitação, levando o material para ajudar na construção da nova casa, no local para onde havia se mudado.

Fotografia 6 – Mapeamento de estrutura remanescente de tapera quilombola



Foto: Aline Vargas, em 09/08/2014.

Legenda: Mapeamento da tapera da tapera da Cleni, realizado em parceria entre o quilombola Edegar e o mestrando Gil Passos de Mattos. Na imagem, é possível ver as fundações dessa antiga moradia.

Rosalino se casou com Herotildes, com quem teve cinco filhos, Eslair, Edite, Adair, Airtom e Germano. A data do casamento é de 04 de novembro de 1929. Indícios materiais sugerem que Herotildes tenha se criado próxima ao local denominado de “Passo do Alfaiate”, já que foi mapeada uma tapera de seus pais, Pia e Rita, isto é, avós de Eslair. Perto dali, morava um estanceiro, Alcebíades dos Santos, quem mantinha relações de compadrio e sociedade com Rosalino. Os dois mantinham relações de parceria na criação e comércio de gado. Foi Alcebíades dos Santos que vendeu para Rosalino as terras onde se localiza o quilombo.

Esse passo fica na divisa entre o Quinto Distrito e o Distrito Sede de Piratini. Os passos recebem esse nome porque, antigamente, não havia pontes, e a travessia pelo rio era feita nos locais de passada, onde a cobertura d’água do rio ficava mais baixo, daí o uso de tal denominação, pois se tratava de um local de passagem. Valdemar e Eslair também já moraram próximos a esse passo, quando eram recém casados. Segundo Dona Eslair, muitos de seus antepassados eram dessas redondezas.

O rio que cruza o Passo do Alfaiate é o Piratini. A seguir será apresentada uma imagem do local conhecido como Passo do Alfaiate (Fotografia 7).

Fotografia 7 – Passo do Alfaiate



Foto: Gil Passos de Mattos, em 14/07/2014.

Legenda: Fotografia registrada sobre a ponte sobre o Rio Piratini, no local conhecido como Passo do Alfaiate.

Como se vê na imagem, o rio Piratini, estava elevado. Muitas vezes a água do rio sobe tanto que chega a cobrir a ponte, impossibilitando a passagem pelo caminho de acesso a cidade de Piratini.

É comum, sempre que se chega ao quilombo, algum integrante da comunidade sempre pergunta “como é que está o passo?”, referindo-se, justamente, a essa situação de possibilidade de enchente nessa área. Decerto, no sentido norte, este passo delimita nossa área de estudo de campo no quilombo Fazenda Cachoeira. A oeste, as atividades são limitadas pela Serra das Asperezas.

Próximo ao pé da Serra das Asperezas, foram mapeadas três taperas antigas: a de Rosa (Rosalina), Ana e Carlos. Essa última já foi habitada, também, por Valdemar. Rosa seria avó por parte de pai de Dona Eslair. Esses outros dois também faziam parte da rede de parentesco de Eslair.

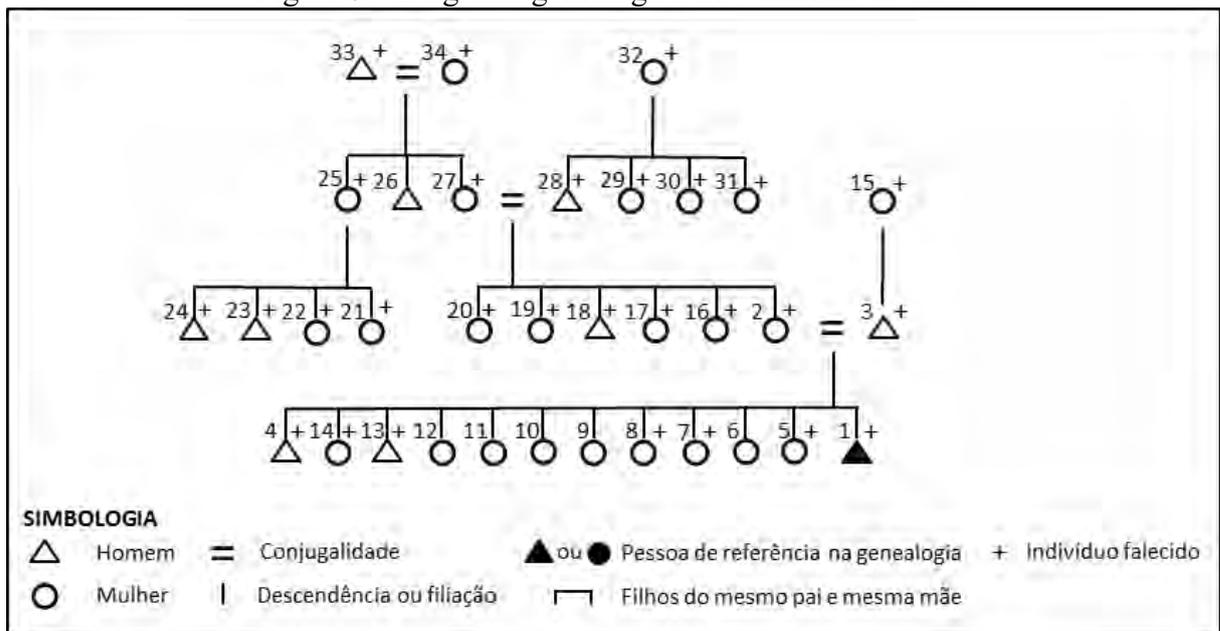
Da rede de parentesco de seu Valdemar, além das cinco taperas habitadas pelo próprio Valdemar, a maioria com dona Eslair, se conseguiu mapear a tapera de sua mãe, Clarinda, e outra de um de seus irmãos, o Antônio. A seguir, será apresentado um gráfico genealógico (Figura 7), tendo como pessoa de referência Valdemar da Silva, com base nos dados levantados pela antropóloga Rosane Rubert para o RTID de Fazenda Cachoeira.

Diagrama de Valdemar da Silva

1. Valdemar da Silva – Marido de Eslair e foi uma das maiores lideranças da comunidade (falecido);
2. Clarinda (Clara) da Silva – Mãe de Valdemar (falecida);
3. Otacílio Góes – pai de Valdemar (falecido);
4. Antônio – irmão mais velho de Valdemar, que residia no interior de Piratini, num sítio próprio, próximo ao cerro do Ubaldo, que é um dos pontos de maior altitude de Piratini (falecido);
5. Zeli – Irmã de Valdemar; quando faleceu residia em Pinheiro Machado, município limítrofe com Piratini (falecida);
6. Alice – irmã de Valdemar, atualmente, reside em Porto Alegre;
7. Enilda – irmão de Valdemar e residia no Primeiro Distrito de Piratini quando veio a falecer (falecida);
8. Valquíria – irmã de Valdemar, assim como ele, residia no Quinto Distrito de Piratini quando veio a falecer (falecida)
9. Maria – irmã de Valdemar, atualmente, reside no município de Rio Grande;
10. Loleta – irmã de Valdemar, atualmente, reside no município de Rio Grande;
11. Zilda – irmã de Valdemar, que reside, atualmente, na cidade de Pelotas;
12. Zélia – irmã de Valdemar, atualmente, reside em Porto Alegre;
13. Idemoca – irmão de Valdemar e residia no Segundo Distrito de Piratini (falecido);
14. Andralina – irmã de Valdemar; após sair do quilombo, foi morar com o marido em Rio grande (falecida);
15. Francisca Luciana Góes – avó por parte de pai de Valdemar (falecida);
16. Lili – tia por parte de mãe de Valdemar (falecida);
17. Ondina – tia por parte de mãe de Valdemar (falecida);
18. Doca – tio por parte de mãe de Valdemar (falecido);
19. Dina – tia por parte de mãe de Valdemar (falecida);
20. Amélia – tia por parte de mãe de Valdemar (falecida);
21. Ordéria – tia em segundo grau por parte de mãe de Valdemar (falecida);
22. Marcíria – tia em segundo grau por parte de mãe de Valdemar (falecida);
23. Inocêncio – tio em segundo grau por parte de mãe de Valdemar (falecido);
24. França – tio em segundo grau por parte de mãe de Valdemar (falecido);

25. Ventura (Venturosa) – tia avó, por parte de mãe de Valdemar (falecida);
26. Lela – tio avo, por parte de mãe de Valdemar (falecido);
27. Balbina Pinheiro da Silva – avó de Valdemar, por parte de mãe (falecida);
28. Manoel Maximiano Garcia – avô de Valdemar, por parte de mãe (falecido).
29. Maria Garcia – irmã do avô de Valdemar por parte de mãe (falecida);
30. Cipriana da Silva – irmã do avô de Valdemar por parte de mãe (falecida);
31. Tereza Garcia – irmã do avô de Valdemar por parte de mãe (falecida);
32. Clara Garcia – bisavó de Valdemar, pela parte do avô, pai de sua mãe (falecida);
33. Eleutério Pinheiro da Silva – bisavô de Valdemar, pela parte da avó, mãe de sua mãe (falecido);
34. Maria Amélia Soares – bisavó de Valdemar, pela parte avó, mãe de sua mãe (falecida).

Figura 7 – Diagrama genealógico de Valdemar da Silva



Fonte: Modificado de Rubert, 2013.

Dando sequência à questão do mapeamento das taperas, a tapera de Clarinda foi identificada por seu Valdemar e mapeada, próxima ao caminho que leva ao cemitério dos Gastucci, na área tradicionalmente utilizada pelos quilombolas de Fazenda Cachoeira. Já a tapera de Antônio, filho de Clarinda e irmão de Valdemar, foi mapeada em local próximo ao Cerro do Ubaldo. Nesse local, havia um grande e ainda frutífero pomar. Esses pomares são importantes indicadores de presença de taperas. Assim como os pomares, outros elementos materiais auxiliaram no trabalho de identificação de vestígios de taperas, tais como: cacimbas,

fornos de barro e pedra, antigos caminhos, restos de materiais construtivos, como tijolos, telhas, além de outros materiais, como vidro, louça e etc..

A maioria das taperas da rede de parentesco mapeadas se localiza dentro da antiga área de Rosalino. No total, dentro dessa área se identificou e se mapeou oito taperas, uma do próprio Rosalino, duas de seu Valdemar e dona Eslair, uma de Edite, outra de Germano, e as outras três de filhas de Valdemar e Eslair: Vera, Cleni e Moza. A seguir, é apresentada uma imagem onde aparecem vestígios arqueológicos, no caso, fragmentos de tijolos, bem irregulares, provavelmente de produção artesanal (Fotografia 8), do local onde seriam duas taperas, de seu Rosalino e de seu filho Germano. Atualmente, tal área é utilizada para plantio de milho e feijão. A cerca de quinze metros de distância, no costado da mata, também foram identificados vestígios de uma cacimba que era utilizada a mais de cinquenta anos atrás, na época de seu Rosalino.

Fotografia 8 – Vestígios de uma tapera em local atualmente utilizado como lavoura

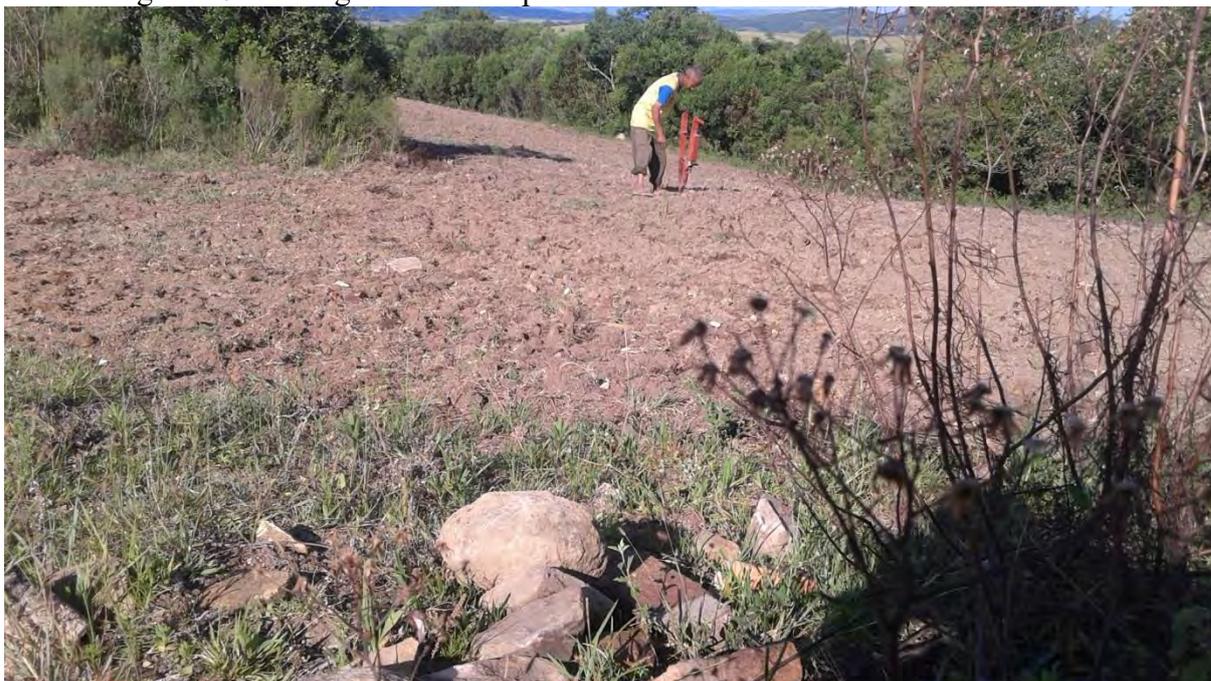


Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/12/2014.

Legenda: Fragmentos de tijolos de tapera em uma área atualmente utilizada como lavoura de milho e de feijão. Na imagem também aparece o quilombola Degar, que mora próximo ao quilombo e não integra a associação.

Da rede de parentesco, foram mapeadas mais duas taperas, de França e de Ventura (Venturosa), em local próximo a uma das cocheiras, nas terras mais baixas do território tradicionalmente utilizado pela comunidade de remanescentes de quilombos Fazenda.

Cachoeira. Nesse mesmo local, mapeou-se mais duas taperas, as de João Paraguai e de Coruja.

Da estrada de acesso às terras do quilombo até as imediações do cemitério dos Gastucci, que é o limite sul das terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas, foram mapeadas as demais taperas que foram identificadas como sendo a de Coralino (crioulo), quem possuía uma venda no local, do Gênio, do Tulinho, do França e da Polaca, do Elias, da Nair, que era benzedeira e parteira, e de sua filha Neiva, que morava com seu marido Santinho.

Além das taperas, outro tipo de artefato que se relaciona à rede de parentesco e territorialidade dessa comunidade tradicional são os cemitérios. No total, foram mapeados dois com enterramentos de quilombolas de Fazenda Cachoeira.

Um, é o Cemitério dos Gastucci (Fotografia 9), localizado a cerca de dois quilômetros de distância, a sudeste, do núcleo principal das casas quilombolas. No cemitério dos Gastucci, está enterrado seu Valdemar, sua mãe e outros primos e tios de sua parentela. Nesse local, também foram enterradas pessoas da classe patronal ligada aos quilombolas, como, por exemplo, Octalices Gastucci, inclusive é o nome dessa família, Gastucci, que dá origem ao nome desse cemitério..

Fotografia 9 – Cemitério dos Gastucci



Foto: Gil Passos de Mattos, em 21/03/2015.

Legenda: Imagem frontal do Cemitério dos Gastucci, com destaque para a porta do acesso e alguns jazigos.

Segundo seu Valdemar, em depoimento feito à época da confecção do laudo antropológico, sua avó Balbina teria passado pela escravidão e, logo após a abolição, teria se arranchado pelas vastas posses das famílias Lucas e Gastucci. Vivia, em geral, próxima à sede da fazenda. Logo, os filhos e filhas de Balbina assumiram a condição de serviçais e trabalhadores dessa propriedade. Como é o caso da Clarinda, mãe de Valdemar. Após o casamento, ela teria se mudado do local com seu marido, porém, mais tarde, retornou. Valdemar cresceu, e, posteriormente, trabalhou na propriedade dos Gastucci. Ali, passou, portanto, boa parte de sua vida.

A seguir, é apresentada uma imagem do Jazigo onde foi enterrado seu Valdemar (Fotografia 10). Nesse registro fotográfico, também aparece o quilombola Edegar, fazendo uma oração em memória de seu falecido pai.

Fotografia 10 – Jazigo onde foi enterrado o quilombola Valdemar da Silva



Foto: Gil Passos de Mattos, em 21/03/2015.

Legenda: Jazigo onde foi enterrado o quilombola Valdemar, onde também aparece seu filho, Edegar, em um momento de oração para seu falecido pai.

O outro é o Cemitério da Cruz (Fotografia 11), situado no local chamado como Passo da Cruz, às margens do Rio Piratini, na divisa entre o 5º Distrito e o Distrito Sede de Piratini. Esse cemitério está localizado, em linha reta, a uma distância de 5,7 km da área em posse quilombola. Esse cemitério recebe esse nome em função de nesse local, na época de uma antiga revolução ocorrida, Farrroupilha ou Federalista, ter havido ali uma emboscada,

resultando na morte de alguns soldados, que acabaram sendo enterrados ali mesmo e teriam sido colocadas cruzes no local, sinalizando cada um dos enterramentos.

Fotografia 11 – Cemitério da Cruz



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014.

Legenda: Imagem frontal do Cemitério da Cruz.

A visita ao cemitério, e conseqüentemente mapeamento, ocorreu no dia onze de outubro de 2014, contando com o auxílio e companhia dos quilombolas Edegar e seus sobrinhos, Elias e Giovane. Contou, também, com o apoio do arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira. Segundo o relato do quilombola Edegar, os avós maternos, Rosalino e Herotildes, estão enterrados nesse cemitério e também outros quilombolas antigos da parentela. Não se conseguiu encontrar onde esses estavam enterrados, já que Edegar não o soube informar.

Há ocorrência, generalizando, de dois tipos de sepultamento, alguns jazigos, como o apresentado na Fotografia 11, do qual foi realizado o registro fotográfico de sua parte de trás, a fim de valorizar o túmulo, no caso, de uma criança. Mas a grande maioria dos sepultamentos está localizada no chão, contando apenas com uma pequena cruz de demarcação do local (Fotografia 12) ou nem mesmo isso, tornando assim difícil a identificação dos enterramentos.

Fotografia 12 – Jazigo no Cemitério da Cruz



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014.

Legenda: Registro fotográfico do jazigo, que em função do pequeno tamanho, presume-se que seja de uma criança.

Fotografia 13 – Padrão majoritário do tipo de sepultamento realizado no Cemitério da Cruz



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014.

Legenda: Imagem Cruz de ferro, enterrado no solo, como demarcador de um sepultamento realizado no Cemitério da Cruz.

Considera-se que houve um processo de territorialização por parte dessas famílias negras, mais especificamente, das famílias de Dona Eslair e seu Valdemar, nos arredores

dessa região que compreende a Serra das Asperezas, o Passo do Alfaiate e dos domínios territoriais das estancias das famílias Gastucci, Lucas e Santos, as quais mantinham estreitas alianças umas com as outras.

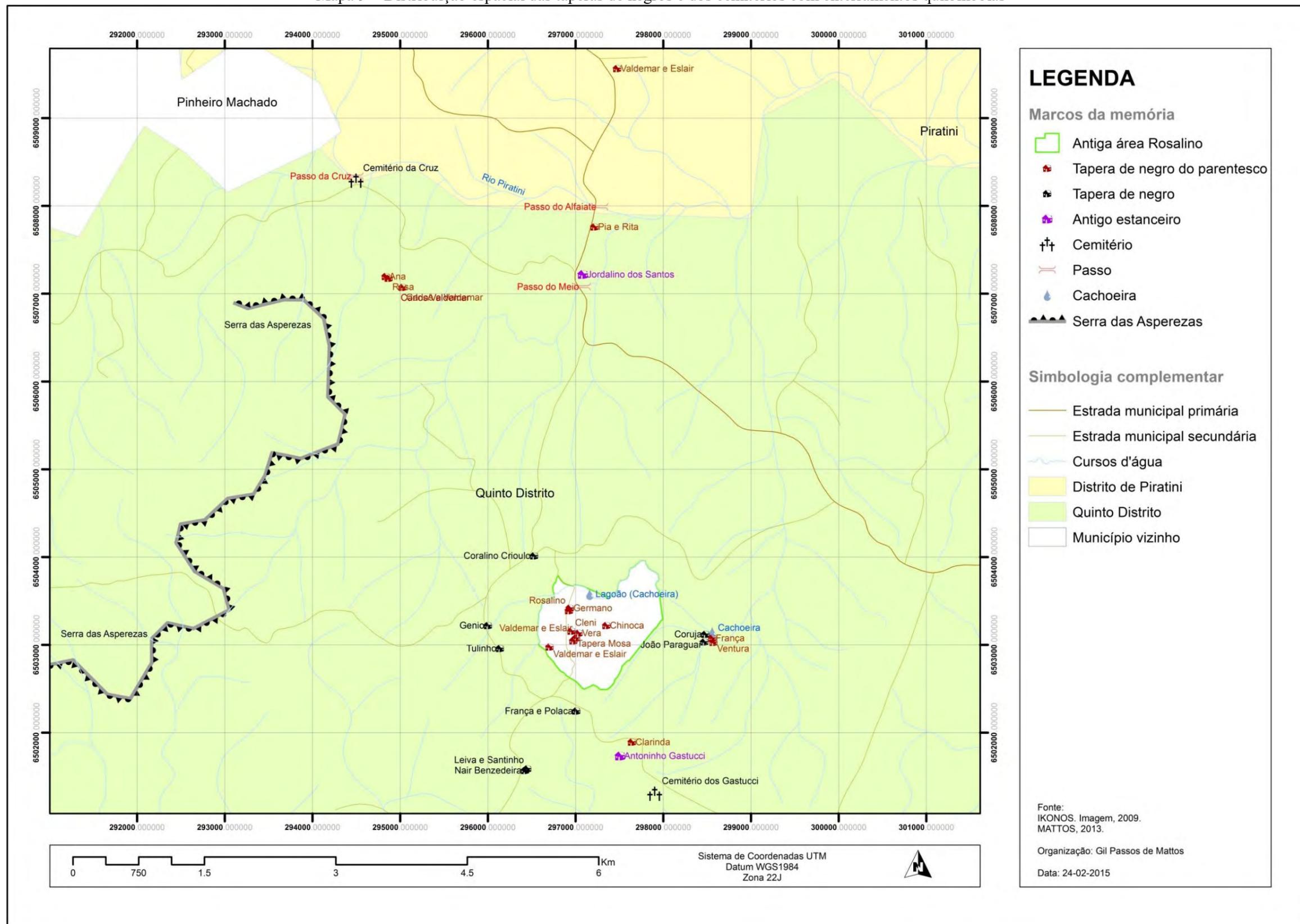
Baseando-se na materialidade e distribuição espacial das taperas e cemitérios com enterramentos de quilombolas, somados à análise dos diferentes relatos dos integrantes do quilombo Fazenda da Cachoeira, assim como a história da comunidade e de Piratini, é possível constatar que houve uma mudança na matriz produtiva no interior desse município, que desestruturou toda uma rede de relacionamentos entre os grandes, médios e pequenos proprietários, a qual, também, desestruturou toda rede de relacionamento dessa comunidade tradicional. Encontrou-se, no livro Roteiro Histórico e Sentimental do Município de Piratini, uma descrição do historiador local Davi de Almeida, o momento dessa mudança, isto é, os empreendimentos realizados, em Piratini, entre 1976 e 1977:

No decurso desse período, foram instaladas em Piratini as Empresas de Reflorestamento de Pinus “Eliottis” – AGROFIL S. A. (4º Subdistrito) e de Fruticultura: TRILHO OTERO S. A. (1º Subdistrito), ISAGRO (5º Subdistrito) e AGROCIA S. A. (4º Subdistrito). (ALMEIDA, 1997, p. 93).

A empresa citada, ISAGRO, do 5º Subdistrito, é a mesma empresa mencionada pelos quilombolas como aquela que anexou parte das antigas terras de seu Rosalino, assim como se apropriou de grandes porções de terra ao longo do 5º subdistrito de Piratini. Atualmente, essa empresa possui outro nome, que é Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda..

A seguir, no Mapa 9, é apresentada a distribuição espacial das taperas de negros, em destaque para as redes de parentesco e cemitérios e outros relevantes marcos da memória, como, por exemplo, a Serra das Asperezas.

Mapa 9 – Distribuição espacial das taperas de negros e dos cemitérios com enterramentos quilombolas



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

2.4 O CONFLITO COM A EMPRESA QUE CERCA A ÁREA DA COMUNIDADE E A LUTA PELO TERRITÓRIO

As terras atuais que estão sob o domínio quilombola são envolvidas, como já visto, pela empresa Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda. Sendo que muitos locais de uso tradicional da comunidade Fazenda Cachoeira estão localizados nesse entorno que, atualmente, pertence, oficialmente, a essa empresa.

Essa empresa possui uma vasta extensão de terra ao longo do Quinto Distrito de Piratini. Segundo as palavras do quilombola Edemar, em conversa no dia 10 de julho de 2014, “é coisa de louco a quantidade de terra que essa firma tem, para o lado que se olha, essa gente tem terra”.

A comunidade já travou uma disputa judicial contra a Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda. em função do uso de agrotóxicos. Essa disputa acabou por congregiar uma série de apoiadores nessa causa da comunidade, contando com a Pastoral Afro de Piratini, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), a Câmara de Vereadores de Piratini e a Rede de Educação Cidadã da Secretaria Especial dos Direitos humanos. Nessa época, a comunidade ainda possuía o antigo nome, comunidade quilombola da Serra das Asprezas.

O agrotóxico utilizado pela empresa, na verdade, é o Herbicida Gramocil, que contém a substância *paraquat*, que é extremamente tóxica em caso de ingestão, causando problemas gastrointestinais e pulmonares. A maior preocupação da comunidade era em relação à contaminação dos mananciais hídricos. Uma das cacimbas utilizadas pela comunidade, há mais de 20 anos, está situada na atual área da empresa.

Em entrevista realizada com a irmã Marisa, no dia nove de dezembro de 2014, na cidade de Piratini, ela relatou que se tratou de um processo muito difícil, que o veneno era despejado de avião, praticamente por cima das casas. Segundo a mesma, nessa época as crianças, filhos de Osmar e Maria, estavam sempre doentes, com problemas de pele e também respiratórios. A comunidade venceu essa disputa, sendo a empresa obrigada a remover os pessegueiros que ficassem dentro de uma área de distância mínima de 200 metros da comunidade, tendo de respeitar, também, a decisão de só aplicar esses agrotóxicos em condições climáticas específicas, pois, os agrotóxicos, mesmo aplicados em áreas mais distantes, poderiam atingir a comunidade. A seguir, será apresentada uma correspondência da câmara de vereadores para, na época, a juíza da comarca (Figura 8), que expõem tal situação.

Figura 8 – Carta que demonstra o conflito existente entre a comunidade e a empresa, decorrente do mal uso de agrotóxicos.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI**

Fone/Fax: (53) 3257-1395
Fones: (53) 3257-1576 - 3257-2009 - 3257-1260 - 3257-2584
E-mail: camara@supersul.com.br

REQUERIMENTO

ASSUNTO: ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA

O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais, requer que, após tramitação regimental, seja encaminhada correspondência nos seguintes termos à autoridade abaixo identificada:

**"EXMA. SRA. CRISTIANA MÜLLER CHATKIN,
MD. PROMOTORA DE JUSTIÇA DESTA COMARCA:**

No dia 12 de julho, sábado próximo passado, das 09h às 16h, no prédio da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Piratini, aconteceu o 2º Encontro de Formação de Políticas Públicas promovido pela Pastoral Afro de Piratini que contou com as presenças de Ledeci Lessa Coutinho (CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) e Elizabete Nogueira Pires (Rede de Educação Cidadã da Secretaria Especial dos Direitos Humanos) e membros da comunidade quilombola da Serra das Asperezas.

Já no primeiro evento realizado em data de 21 de junho, no mesmo local, realizou-se importante debate sobre a situação de comunidades de afro descendentes em nosso município e chegou-se à conclusão de que é urgente que se promova ações conjuntas no sentido de se aferir tais realidades para a devida inclusão social de tais municípios.

Em atenção a essa realidade, em 23 de junho encaminhei por meio da Câmara Municipal de Vereadores pedido ao senhor prefeito municipal no sentido da criação do Conselho Municipal das Comunidades Negras que deverá ter como principais atribuições formular diretrizes e promover em todos os níveis da administração direta e indireta atividades que visem a defesa dos direitos da comunidade negra, a eliminação das discriminações que a atingem, bem como à sua plena inserção na vida sócio-econômica e político-cultural.

No entanto, há uma situação extremamente URGENTE característica do quilombo da Serra das Asperezas - já de conhecimento de V.Exa. - que é a provável negligência da empresa de fruticultura ISAGRO, confrontante da área em torno de vinte hectares de posse da comunidade negra, visto que os relatos de tais moradores é muito

APROVADO
Em 27.1.7.2008
Manoel Rodrigues
Presidente

Rua Bento Gonçalves, 116 Centro Cep: 96490-000
"Não às drogas, sim à vida"
Conheça Piratini, orimeira e última Capital da República Rio-grandense

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI**

Fone/Fax: (53) 3257-1395
Fones: (53) 3257-1576 - 3257-2009 - 3257-1260 - 3257-2584
E-mail: camara@supersul.com.br

RECEBIDO
Em 27.1.7.2008
12h 45min
Piratini

contundente na descrição da atividade de pulverização de agrotóxicos que estariam a poluir a fonte d'água de consumo coletivo, bem como da existência de sintomas nas próprias pessoas, dentre as quais, crianças, e, especialmente, uma que precisa de aplicação de nebulizador quando da ocorrência das aplicações.

Antes da formalização de denúncia a este órgão - que deverá ser feita em breve -, tomou-se como encaminhamento na referida reunião o envio da presente correspondência por intermédio do Poder Legislativo de Piratini como forma de bem dimensionar o problema ora levantado.

Do exposto, requero à V.Exa. seja realizada COM URGÊNCIA uma visita e/ou inspeção no local onde está situada a comunidade quilombola - 5º Distrito, Serra das Asperezas (ISAGRO) -, a fim de se retratar com fotografias e outros meios probantes a grave circunstância ora relatada que envolve os direitos mais elementares da pessoa humana.

Certo de vossa especial atenção para o caso que ora se apresenta, renovo votos de êxito em vossa atividade essencial para a garantia da proteção dos direitos da sociedade como um todo."

Piratini, 14 de julho de 2008.

JUAREZ MACHADO DE FARIAS
Vereador do PSB

Rua Bento Gonçalves, 116 Centro Cep: 96490-000
"Não às drogas, sim à vida"
Conheça Piratini, primeira e última Capital da República Rio-grandense

Fonte: Pasta de documentos e materiais importantes da comunidade dos remanescentes de quilombo Fazenda Cachoeira.

Conforme pode-se ver, na situação relatada anteriormente, tem sido tensa a relação entre a empresa que é lindeira com as terras dos remanescentes de quilombo Fazenda Cachoeira. Além dessa questão relacionada ao uso de agrotóxicos, pode-se, de certo modo, responsabilizar a empresa por toda uma quebra de relações de vizinhança e, até mesmo, de contato entre parentes, uma vez que se apropriou de boa parte do território quilombola, expulsando as pessoas que ali viviam.

Também foi interrompida a rede de relacionamento nas terras distantes do quilombo e em outros municípios. O trabalho de tropeiro possibilitava aos quilombolas viajar por outras realidades, trazendo essas experiências para dentro do quilombo. E foi com o trabalho de tropeiro que Rosalino veio a adquirir recurso para a compra das terras onde, hoje, está situado o quilombo Fazenda Cachoeira. Como o trabalho, reputação e espaço de discussão política, não estavam mais acessíveis, ocorreu, assim, a desestruturação do *ethos campeiro* de sair pelo mundo, bem como, da atividade produtiva e do espaço para a discussão e negociação política.

Em conversa com Osmar, no dia 22 de julho de 2014, esse relata que, no início, havia oportunidade de trabalho com a empresa, na época de colheita de pêssego, mas, hoje em dia, não há mais. Na atualidade, só há alguns tratoristas trabalhando na empresa, que tem investido na pecuária e na silvicultura. Sem trabalho e com uma pequena extensão de terra, a comunidade se encontra numa situação de vulnerabilidade social, dependendo, em boa parte, de políticas sociais para se sustentar.

Na época em que se realizou a medição da atual área de posse quilombola junto com os quilombolas Edemar, Osmar, Ronaldo e Beto, os mesmos relataram ter ocorrido, em certo ponto, no limite norte área, o qual cruza um arroio, o deslocamento de um arame, em favor da empresa. Esse tipo de demarcação, muitas vezes ocorre, gerando tensão entre as partes envolvidas. Como será visto ao longo desse trabalho, o conflito entre a comunidade de remanescentes de quilombo Fazenda Cachoeira é constante, sobretudo em função da luta pelo território. São inúmeros os locais de uso tradicional quilombola que atualmente estão na área de empresa, sendo limitado ou cerceado o acesso tais locais.

Nesse sentido, dessa disputa existente, a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pode ser considerada uma importante arma para os quilombolas nessa luta, representando uma possibilidade real de aumento do seu território, como conseqüentemente, de sua capacidade produtiva, podendo, assim, melhorar a vida dos quilombolas.

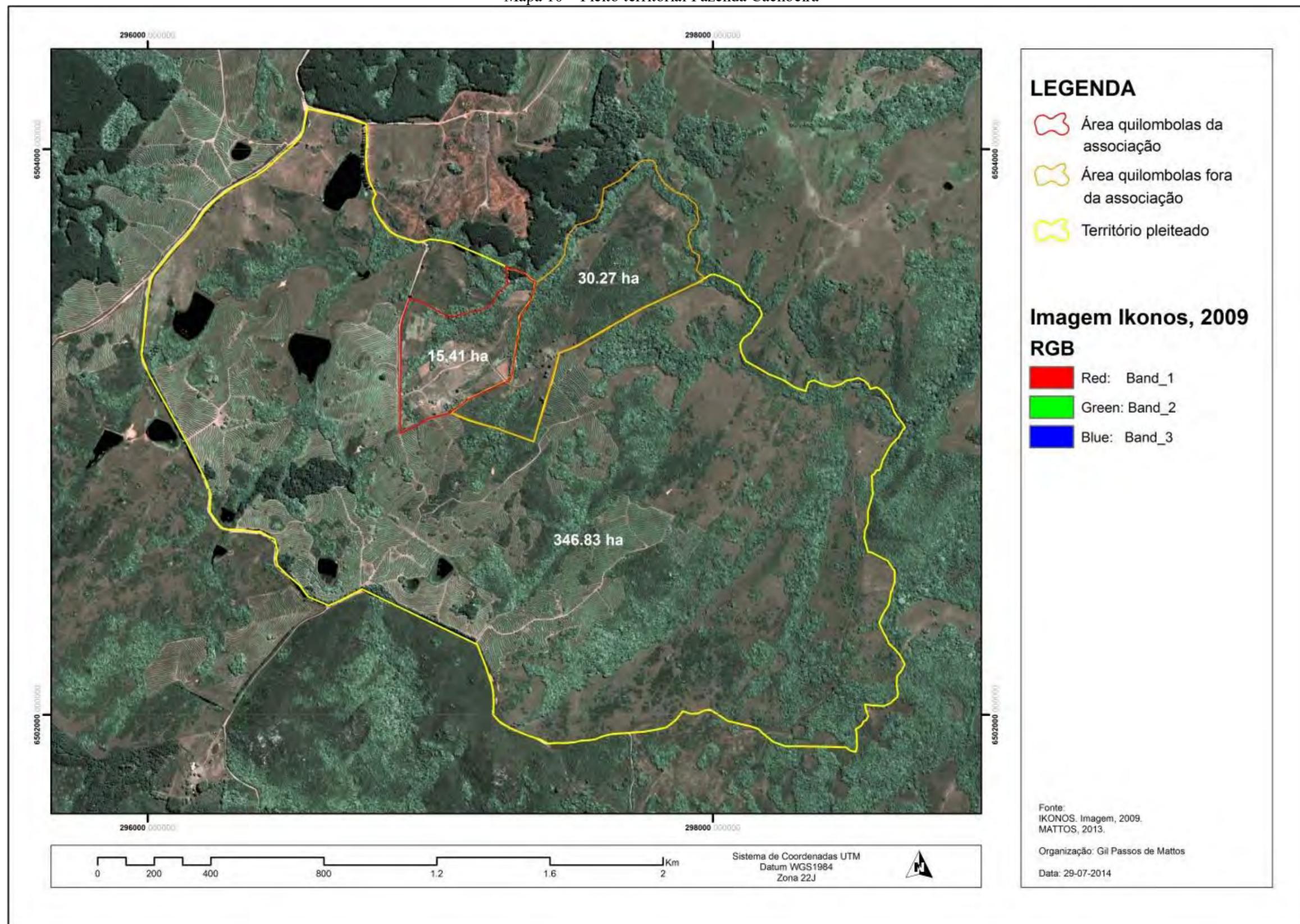
Esse Relatório é um dos produtos do Convênio formalizado, em finais do ano de 2010, entre a Superintendência Regional do INCRA (SR11) e a Fundação Simon Bolívar (UFPeI), com a interveniência da Universidade Federal de Pelotas. Trabalho esse que foi elaborado e levado a termo por profissionais do Departamento de Antropologia e Arqueologia e Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da UFPEL. Além de professores vinculados a esses departamentos, contou com a participação de auxiliares de pesquisa de várias áreas, como agronomia, antropologia, direito, geografia e história.

O Estado, muito em função da pressão realizada por grupos como o movimento negro, vem adotando medidas jurídicas para garantir e valorizar a cultura dos remanescentes de quilombos. Nesse sentido, considera-se um importante instrumento jurídico o Decreto de Lei 4.887 de 2003, o qual visa garantir o direito ao território tradicionalmente ocupado pelos quilombolas.

A caracterização dos remanescentes da comunidade de quilombos de Fazenda Cachoeira foi atestada mediante auto-definição, sendo certificada pela Fundação Cultural Palmares, mediante Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos do referido órgão, o qual presta assessoria às comunidades. No caso de Fazenda Cachoeira, regularmente, são realizados projetos desenvolvidos por essa fundação.

Foi essencial a participação do Estado nesse processo de valorização dessa comunidade tradicional, oferecendo, a esse coletivo, condições de lutar pelo seu território tradicionalmente ocupado, por intermédio, tanto de mecanismos legais, como de possibilidade de auxílio de mão-de-obra técnica e especializada, no caso da realização do laudo antropológico. A seguir, é apresentado um mapa, o qual possui uma imagem de satélite de fundo, do pleito territorial da comunidade Fazenda Cachoeira (Mapa 10), onde foi reivindicada a anexação ao seu território formal, uma área de 346.83 hectares.

Mapa 10 – Pleito territorial Fazenda Cachoeira



Autor: Gil Passos de Mattos, 2014.

2.5 O APOIO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NEGRA E DA PASTORAL AFRO AOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE FAZENDA CACHOEIRA E O ACESSO A POLÍTICAS SOCIAIS

Além do apoio governamental, através de recursos e apoio técnico de órgãos como INCRA, EMATER e as próprias universidades federais, os remanescentes desse quilombo têm contado com o apoio de algumas organizações e movimentos sociais como parceiras, destacando-se a atuação do Conselho da Comunidade Negra de Piratini e a Pastoral Afro da Igreja Católica.

Além dessas, há outras organizações envolvidas com a comunidade, inclusive, algumas já foram citadas anteriormente, por exemplo, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e a Fundação Cultural Palmares. Outra organização que se destaca é a Federação Quilombola do Rio Grande do Sul, que tem representantes por município. A representação dessa federação em Piratini fica ao cargo de dois quilombolas, ambos do quilombo da Faxina. Mas, segundo os quilombolas de Fazenda Cachoeira, a atuação dessa federação fica a desejar. Opinião essa, compartilhada por Eva, representante do Conselho da Comunidade Negra, e pela irmã Marisa, que é representante da Pastoral Afro. Segundo o ponto de vista de Eva, a federação não corresponde às expectativas.

No dia onze de julho de 2014, teve-se a oportunidade de participar de uma reunião da associação quilombola realizada no quilombo, que contou com as presenças da representante do Conselho da Comunidade Negra de Piratini (Eva) e da Federação Quilombola do RS em Piratini (Joel) e da Pastoral Afro de Piratini (irmã Marisa). Tal reunião ocorreu com o intuito de realizar o recadastramento dos quilombolas junto a Fundação Cultural Palmares, para o recebimento de cestas básicas. Tais cestas básicas são de fundamental importância para os quilombolas, pois, de certo modo, essas garantem a segurança alimentar dos mesmos, uma vez que eles têm pouco ou quase nenhum acesso à renda e espaço limitado para agricultura.

Além dos quilombolas da associação, participaram da reunião outros dois quilombolas que moram relativamente próximos ao quilombo, na estrada de acesso a RS-702, o Degar e a Evinha. A seguir, é apresentada uma imagem (Fotografia 14) dessa reunião que foi realizada na casa de dona Eslair.

Fotografia 14 – Reunião para recadastramento das famílias da comunidade dos remanescentes de quilombo Fazenda Cachoeira junto a Fundação Cultural Palmares



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/07/2014.

Legenda: Reunião para o recadastramento dos quilombolas na Fundação Cultural Palmares. Da esquerda para a direita: Amada, Beto, Ronaldo, Joel, Eva, Veridiana, Fernanda, Esclair, Edegar, Evinha.

Nessa ocasião, duas famílias não foram recadastradas para o recebimento das cestas básicas. As famílias que foram excluídas foram a da Evinha e a do Degar. Embora esses quilombolas citados não morem mais perto do quilombo, antes moravam. Inclusive, segundo Degar, seu pai e a avó moraram numa tapera próxima a uma das cachoeiras existentes dentro do território tradicionalmente ocupado pela comunidade. Degar também afirmou que seu pai trabalhou na “Fazenda Cachoeira”, antiga fazenda que dá o nome à localidade e ao próprio quilombo. Tanto Degar, como Evinha, foram vítimas desse processo de desterritorialização ocorrida no quilombo, em função dessa invasão de empresas rurais no campo e mudança da matriz produtiva.

As informações que seguem, são baseadas em uma entrevista realizada no dia nove de dezembro de 2014 com a irmã Marisa e Eva na casa das irmãs na cidade de Piratini (Fotografia 15). Nessa oportunidade se tratou, além da própria organização interna do quilombo, de temas como políticas públicas, habitação, saúde e transporte.

Fotografia 15 – Entrevista realizada com as representantes da Pastoral Afro e do Conselho da Comunidade Negra de Piratini



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/12/2014.

Legenda: Da esquerda para direita, irmã Marisa da Pastoral Afro, irmã Amada e Eva, representante do Conselho da Comunidade Negra de Piratini.

Nessa entrevista, ambas explicaram, brevemente, um pouco da missão a que se propõe a realizar nessas organizações que representam. Segundo as palavras da própria irmã Marisa, “através da Pastoral Afro que é uma das Pastorais Sociais, a gente luta e procura ajudar a superar tantas dificuldades que as pessoas, nessa busca que tenham vida e vida em abundante como Jesus quer pra todos”. Eva, por sua vez, relata:

Eu sou a Eva, sou professora, sou assistente social e acompanho o trabalho da irmã, que ela deu início, que é o trabalho com as comunidades quilombolas. Eu acompanho há vários anos essa caminhada e faço mais um trabalho de assessoria pela Pastoral Afro e Conselho da Comunidade Negra. É mais uma assessoria a eles (quilombolas), a esses encaminhamentos de organização de associações, a gente tá sempre muito nisso né, como a gente tava brincando, quando aparecem as dificuldades maiores, eles recorrem a nós pra resolver. A maioria delas tem dificuldades específicas né, cada comunidade, a gente tem estado sempre junto com eles. Enfrentamos muita dificuldade em acompanhá-los, em função de não ter um carro e a prefeitura nem sempre pode nos conceder um. (Entrevista realizada em 09/12/2014).

Como se pode constatar, a partir da fala da Eva, essa questão do transporte e da própria acessibilidade aos quilombos é precária. É muito comum nos relatos dos quilombolas de Fazenda Cachoeira a queixa pela falta de transporte público no local. Muitas vezes, sob uma taxa de dez reais, esses utilizam o ônibus escolar, sendo que na época das férias escolares esse transporte não é ofertado. E de taxi, o preço varia de cinquenta a sessenta reais. Esse foi um dos temas debatidos nessa entrevista:

Gil: Uma coisa que eu vejo são eles reclamarem muito, em relação ao transporte que não tem.

Eva: Não tem. Esse transporte, inclusive fizemos denuncia pra Procuradoria Geral do Estado. E agora a umas duas semanas eles me passaram um e-mail pedindo informação se tinham regularizado a situação deles. Olha, permanece na mesma, continuam sem ter como sair do lugar.

Gil: E isso é geral? E em todo interior do município.

Eva: Não, ali em Fazenda Cachoeira é pior.

Irmã Marisa: Todos.

Eva: Mas de uma maneira geral, todos têm dificuldade de transporte, é difícil em todas as comunidades.

Irmã Marisa: A não ser a Faxina.

Gil: Por estar na beira da faixa?

Eva: É a Faxina, por tá na beira da faixa, aí não fica tão difícil. Mas os outros todos é difícil. Só que ali na Fazenda Cachoeira é a pior situação, chega dezembro, por exemplo, terminam as aulas e eles ficam completamente isolados. (Entrevista realizada em 09/12/2014).

Trata-se de uma situação difícil para os quilombolas de um modo geral, especialmente, para os de Fazenda Cachoeira. O mais agravante é que o poder público conhece essa situação e não a resolve. Outra situação bem preocupante no quilombo é relativa à questão da saúde dos quilombolas, fato agravado justamente por essa carência de transporte. As entrevistadas frisam exatamente a questão da saúde como uma das mais preocupantes. Eva, por exemplo, comentou:

Gil: E vocês analisando um panorama, assim, vocês acham que eles estão melhores hoje, em relação a quando vocês tiveram o primeiro contato com eles?

Irmã Marisa: Ah, estão, com certeza.

Gil: E em todas as comunidades daqui vocês sentem que houve uma melhora?

Eva: Pequena, mas houve. Mais na questão do entendimento. Algumas melhoras tiveram, mas um direito que eles têm e que nós temos lutado bastante é da saúde quilombola né. O Programa da Saúde Quilombola que existe e a prefeitura daqui, a secretaria de saúde, não quis assumir o programa. E veio inclusive esse ano, a pessoa que é responsável pela saúde da população negra no estado. A gente conseguiu que ele viesse aqui e sentasse com o secretário de saúde e o presidente do Conselho de Saúde e eles não aceitaram. E isso não seria nem assim, uma questão da prefeitura dar uma contrapartida, seria um *plus* a mais pra prefeitura no atendimento a eles e a gente não conseguiu que ela aceitasse esse *plus*.

Gil: Mas por que vocês acham que ela não quis assumir esse programa?

Eva: Ah, porque eles né, pra ir nas comunidades é muito dispendioso, porque eles iam sair com unidade móvel com no mínimo dezesseis pessoas, porque é médico é dentista é enfermeiro, assistente social é psicólogo

Irmã Marisa: É umas treze, quinze pessoas.

Eva: Então era muita gente pra ir até lá e que eles achavam muito dispendioso. Aí a gente conversou com eles, bom o que a gente queria era prevenção, que a gente sabe que tem muita gente com pressão alta, diabete e tal, que fosse lá e verificasse isso assim né. Uma agente de saúde, uma enfermeira que chegasse e pudesse tá e tá verificando a pressão a diabete e levando medicação pra eles. Porque uma coisa que a gente questiona bastante eles, por exemplo, temos comunidade, essa lá do Segundo Distrito que é mais de setenta quilômetros até chegar aqui na cidade. Então, eles pagam de transporte muito mais que o valor que eles pagam por uma caixa de

medicamento pra pressão alta por exemplo. Se eles fossem até lá seria um gasto a menos pra eles. E a questão da saúde bucal e tudo né? Aí eles ficaram certo de ir, ali na Fazenda Cachoeira mesmo, ficaram de ir e até hoje não foram. (Entrevista realizada em 09/12/2014).

A impressão que foi passada nessa entrevista é de que essas comunidades de Piratini não vêm recebendo do governo municipal o apoio que tornaria a vida desses quilombolas um pouco menos árdua.

Já se encaminhando para a metade final da entrevista, aproveitou-se esse momento pra buscar esclarecer melhor a questão de como funciona o acesso e participação dos quilombolas ao programa de habitação do governo federal “Minha Casa Minha Vida”. Os quilombolas não conseguiram explicar muito bem como funciona esse programa e como a Eva presta assessoria às comunidades, se acreditou que ela poderia responder a respeito de tal questão:

Gil: Então, por exemplo, essas casas que fizeram em Fazenda Cachoeira, da onde vem essa verba? Eu pergunto para eles, mas eles não sabem dizer exatamente?

Eva: Esse foi um programa, esse “Minha Casa Minha Vida”. Só que foi uma modalidade específica pra comunidades carentes, comunidades quilombolas principalmente, praticamente é um valor irrisório que eles pagam né.

Gil: Eles têm que pagar?

Eva: Eles têm que pagar, mas eles pagam, quem paga mais paga duzentos e oitenta por ano, em quatro anos. Então até a ideia inicial é que eles não pagariam nada, mas depois acabaram que eles teriam que pagar alguma coisa. Mas é muito pouco né, diante que duzentos e oitenta reais não dá pra comprar um mil de tijolos. Então eles pagam esse valor pra toda aquela casa, porque aí já vem o material, todo o material pra construção, mão-de-obra, pagamento de mão-de-obra e tudo. Que o ideal é que eles tivessem feito a casa, porque aí eles ficariam com esse dinheiro da mão-de-obra, mas lá na Fazenda Cachoeira, por exemplo, não conseguiu acontecer, porque eles não sabiam trabalhar de pedreiro, então tiveram que pagar pedreiro pra construir as casas deles. (Entrevista realizada em 09/12/2014).

Essa entrevista foi significativa, pois extrapolou questões relativas ao quilombo Fazendo Cachoeira, apresentando, ainda que de maneira bem sucinta, um pouco da realidade e das dificuldades que as comunidades remanescentes de quilombos de Piratini enfrentam.

Por fim, quando perguntado a irmã Marisa e Eva sobre as suas expectativas em relação ao futuro do quilombo, essas se mostraram otimistas, apesar da consciência das dificuldades existentes. Ambas ressaltaram a importância da rede de parentela que mora na cidade estar se aproximando novamente da comunidade e a possibilidade de futuras incorporações de novos quilombolas à associação. Desse modo, fortalecendo a comunidade e a própria associação. E destacaram a importância dos jovens para o futuro da comunidade.

2.6 CRIANÇAS E JOVENS QUILOMBOLAS

Os jovens e crianças do quilombo (Fotografia 16) são os futuros herdeiros da terra quilombola, mais do que por essa razão, eles são de fundamental importância, pois dão vida e alegria ao dia a dia da comunidade Fazenda Cachoeira. Atualmente, morando nas terras dos quilombolas da associação, são seis, entre crianças e adolescentes, todos filhos de Osmar com Maria, sendo eles: Meridiane Eslair, Giovane Valdemar, Amada Herotildes, Elias Osmar, Rebeca Rosa e Zilda Esperança.

Fotografia 16 – As crianças do quilombo



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Na imagem, brincando, da esquerda para direita, Rebeca, Zilda e Elias.

A pesquisa etnográfica foi realizada apenas com os filhos de Osmar e Maria, no que tange à questão das crianças e jovens do quilombo, são os únicos que atualmente residem nas terras tradicionais da comunidade. Também moravam no quilombo as três filhas de Ronaldo e Fernanda, Samanta, Gabriele e Beatriz, mas, em função de um caso de violência sexual cometida a uma das meninas, Ronaldo e Fernanda, provisoriamente, perderam a guarda das meninas. Cleni, que não mora no quilombo, mas faz parte da associação, possui nove filhos com seu esposo Luis Henrique, Denise, Berenice, Cristiano, Luis Fernando, Pâmela, Bárbara, Vitória, Welliton e Tais.

Dos filhos de Osmar e Maria, estão frequentando a escola Giovane, de dezessete anos; Amada que tem dezesseis; Elias que está com dez, e Rebeca, que está com sete anos de idade. Durante o ano letivo, de segunda à sexta-feira, saem pela parte da manhã bem cedo, às 05h45m, para pegar uma Kombi que leva até o ônibus que os conduz até a escola. Só retornando por volta das 14h00m. Giovane estuda na Escola Municipal Agrícola de Ensino Fundamental Alaor Tarouco, situada na cidade de Piratini. Já os outros, Amada, Elias e Rebeca, estudam na Escola Estadual de Ensino Fundamental João Abílio Vaz.

Meridiane, de dezoito anos, segundo relato da mesma, fica em casa. Ela teve que largar os estudos para cuidar dos irmãos depois que Maria, sua mãe, saiu de casa. Zilda, a mais nova, com quatro anos, também fica em casa, aos cuidados de Meridiane, pois ainda não possui idade escolar. Meridiane relata, em entrevista realizada em 10 de dezembro de 2014, o seu cotidiano:

Gil: E aqui o que tu faz? O que tem para fazer?

Meridiane: Tipo?

Gil: Aqui no quilombo?

Meridiane: Eu? Nada.

Gil: Nada é? (risos)

Meridiane: Ah, fico em casa mesmo, cuidando a Zilda. Se não tenho nada pra fazer, fico olhando televisão, fico no face ou ouvindo música.

Gil: Ok, e as meninas brincam de que?

Meridiane: Ah, elas ficam brincando. A Rebeca mesmo fica andando naquela monareta (bicicleta) dela, tipo elas brincam de pega-pega. A Zilda é mais de correr atrás da Rebeca mesmo (risos). É a Rebeca tem medo da Zilda (risos). (Entrevista realizada em 10/12/2014).

As brincadeiras das crianças ocorrem com materiais simples, coisas que já não têm valor, descartadas pelos adultos. A comunidade Fazenda Cachoeira é bem humilde e, muitas vezes, sofre dificuldades financeiras, logo a compra de brinquedos é rara. A seguir, é apresentada uma imagem do Elias, brincando com alguns materiais descartados (Fotografia 17) no local onde sobraram as ruínas de um antigo galpão para guardar materiais.

Fotografia 17 – Elias brincando com alguns materiais descartados



Foto: Gil Passos de Mattos, em 12/10/2014.

Legenda: Na imagem aparece Elias brincando com alguns materiais em desuso, num local que era um antigo galpão.

Conforme observado na entrevista com Meridiane, as crianças, também brincam de pega-pega, de esconder ou, mesmo, com os próprios animais. Há muitos cães no quilombo, inclusive filhotes, mais propícios às brincadeiras. Há, também, o jogo com bola, comum aos meninos e meninas de todas as idades do quilombo.

Os mais novos, Zilda, Rebeca e Elias, gostam muito da atividade de desenhar. No dia onze de dezembro de 2014, foi-lhes dados lápis, borracha, apontador e lápis de cor e papel para que desenhassem. Pediu-se a eles que desenhassem coisas importantes para os mesmos no quilombo. Fizeram desenhos variados, da paisagem, das pessoas, das casas, das atividades realizadas e de locais de valor simbólico para as crianças e para a comunidade como um todo. A seguir, são apresentados três desenhos de muitos realizados. O primeiro é o de Rebeca, a qual desenhou um quilombola trabalhando, empunhando uma enxada no preparo da terra para o plantio (Figura 9). O segundo desenho, representa a Casa de Pedra (Figura 10). E por último, o desenho do Cerro da Maneia (Figura 11). Esses dois últimos, ambos desenhados por Elias, são de locais que possuem valor simbólico para os quilombolas.

Figura 9 – Desenho representando o quilombola trabalhando na terra para o plantio



Fonte: Editado de desenho de Rebeca Rosa Barcelos Da Silva, 2014.

Legenda: Desenho de Rebeca de um quilombola com um sua enxada, trabalhando a terra para o plantio.

Figura 10 – Desenho representando a Casa de Pedra



Fonte: Editado de desenho de Elias Osmar Barcelos Da Silva, 2014.

Legenda: Representação da parte externa da Casa de Pedra.

Figura 11 – Desenho representando o Cerro da Maneia



Fonte: Editado de desenho de Elias Osmar Barcelos Da Silva, 2014.

Legenda: Representação do Cerro da Maneia, local muito presente na memória coletiva do grupo, relacionado a guerras e ao passado de escravidão na região.

Algumas atividades misturam brinquedo com trabalho. Dois exemplos disso são a caça com estilingue e a caça com arapucas (Fotografia 18), práticas habituais para Giovane e Elias. Pois, ao mesmo tempo em que os dois estão se divertindo, estão tentando levar comida para casa, no caso, carne, um tipo de alimento que, muitas vezes, falta no quilombo.

Fotografia 18 – A arapuca do Elias



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Elias armando uma de suas arapucas, próximo a uma plantação de melancias do Beto.

Na manhã do dia dez de dezembro de 2014, em conversa com Elias, enquanto esse tentava armar uma de suas arapucas próxima a uma plantação de melancias do Beto, ele deu um breve relato dos tipos de caça que costuma apanhar em suas arapucas:

Gil: Mas está desarmada essa arapuca?

Elias: Tá, eu vou ajeitar ela agora.

Gil: E tu pega alguma coisa?

Elias: Pego sim.

Gil: Hein Elias e o que dá pra pegar com essas arapucas aí?

Elias: Jacu, galinha d'água, pomba, da pra pega tudo, tico-tico.

Gil: E tu estás tentando armar ela?

Elias: Acho que não vai dar pra montar essa. Pera aí vai dar sim.

(Entrevista realizada no dia 10/12/2014).

São muitas as atividades realizadas pelos jovens e crianças que podem ser consideradas como sendo de trabalho, já que ajudam no dia a dia do quilombo. Um exemplo de atividade que pode ser citada, e também considerada tradicional dos integrantes desse

quilombo, é o ato de fazer pequenas fogueiras, ao fim da tarde, para gerar fumaça em frente às casas, com o objetivo de espantar mosquitos (Fotografia 19).

Fotografia 19 – Pequenas fogueiras para gerar fumaça pra espantar mosquitos



Foto: Gil Passos de Mattos, em 07/12/2014.

Legenda: Elias ascendendo pequenas fogueiras ao fim da tarde, com intuito de espantar os mosquitos.

Amada, de quinze anos, não está mais na fase de brincar, além de estudar, tem-se dedicado às atividades de cuidar da casa. Ela relata que gosta de cozinhar e faz uma ótima macarronada. A seguir, é apresentada uma imagem do dia sete de dezembro de 2014, onde se pode ver Amada ajudando Fernanda, esposa de Ronaldo, a limpar uns peixes (Fotografia 20), pescados por Ronaldo e Beto na chamada Lagoa Negra, situada há uns dez quilômetros do quilombo. Na imagem, pode-se ver, também, a pequena Rebeca, que não participa da limpeza, mas, além de correr e brincar com Zilda, que não aparece na imagem, também observa e aprende como limpar os peixes.

Fotografia 20 – Amada e Fernanda limpando peixes



Foto: Gil Passos de Mattos, em 07/12/2014.

Legenda: Fernanda e Amada limpando peixes, enquanto Rebeca observa a atividade e brinca com Zilda (que não aparece na imagem).

Os irmãos Meridiane e Giovane, além das atividades diárias do quilombo, passam bastante tempo no *Facebook*. Dos jovens e crianças, são os únicos que possuem celular. Muitos dos trabalhos de campo realizados na comunidade foram agendados pelo *Facebook*. Tanto com Meridiane, quanto com Giovane, são comuns as conversas e busca de informações sobre a comunidade via bate-papo pela rede social.

Uma questão a se ressaltar, diz respeito aos nomes desses jovens e crianças. Com exceção de Zilda Esperança, todos os demais, receberam em seus nomes homenagem a ascendentes quilombolas. Meridiane Eslair tem, em seu segundo nome, o nome da avó por parte de pai; Giovane Valdemar, o qual tem seu segundo nome fazendo referência a seu avô por parte de pai; Elias Osmar, em seu segundo nome, carrega o nome do próprio pai; Amada Herotildes, possui, em seu segundo nome, o nome da bisavó; Rebeca Rosa, tem, em seu segundo nome, referência à bisavó por parte paterna.

Um aspecto preocupante em relação aos jovens e crianças que moram em Fazenda Cachoeira, é que a permanência dos mesmos está ameaçada no local, pois, como já citado anteriormente, Maria, a mãe deles, separou-se do marido e foi embora, prometendo que, assim que se estabelecer em Flores da Cunha, sua nova cidade, vira buscar os filhos.

2.7 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E O MODO DE VIDA QUILOMBOLA

2.7.1 Casas quilombolas, galpão e espaço aberto de convivência com rochas e figueiras

De um modo geral, as casas em Fazenda Cachoeira são simples, com pouca infraestrutura e relativamente pequenas. Na média, possuem 30 m². A principal casa do quilombo, isto é, a que agrega mais pessoas no seu interior e entorno, é a da dona Eslair (Fotografia 21). O domicílio, com telhado meia água, possui três peças, cozinha junto coa a sala, quarto e um banheiro na parte externa. É a casa que acolhe as visitas, as reuniões da associação, também, ocorrem e cultos da igreja pentecostal. É o local que consegue agregar todos os filhos e netos. Cabe destacar que, nesse momento, estão construindo uma nova casa para Dona Eslair, por meio do programa "Minha casa, Minha Vida".

Fotografia 21 – Casa da dona Alzira (Eslair)



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Imagem da frontal da casa de dona Eslair. Da esquerda para direita, aparecem Meridiane, Fernanda, Zilda, Amada, Giovane e Rebeca.

A casa de Osmar (Fotografia 22), que possui o maior número de moradores dentro da área quilombola, é a que tem a maior área, com 75 m², considerando-se as duas construções. Tratam-se de duas construções, uma mais recente, obtida através do programa do governo federal “Minha Casa Minha Vida”, e a outra casa é mais antiga e conta com um anexo. No caso dessa primeira casa, isto é, a mais antiga, foi construída com ajuda das irmãs da Pastoral Afro. Mais tarde, com verba do programa “RS Rural”, se construiu o anexo.

Fotografia 22 – Casa do Osmar



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: As duas casas de Osmar, a nova, em verde, e, em branco, a mais antiga.

As casas dos homens solteiros da comunidade são menores e mais carentes de infraestrutura. A seguir, são apresentados os domicílios dos quilombolas Beto (Fotografia 23) e Edemar (Fotografia 24). Os irmãos participaram, a cerca de dez anos atrás, de um programa do Governo do Estado, chamado "RS Rural", e puderam construir as duas casas. Segundo eles, veio faltando uma série de materiais, como por exemplo, algumas aberturas. Outra reclamação foi de que o material que veio era de baixa qualidade. Em função dos irmãos terem sido, supostamente, contemplados por esse programa de habitação do governo do estado, não podem mais se cadastrar em novos programas habitacionais.

Fotografia 23 – Casa do Beto



Foto: Gil Passos de Mattos, em 25/07/2014.

Legenda: Casa de Beto, sendo possível ver o problema com as janelas e grandes blocos de rocha ao lado.

Fotografia 24 – Casa do Edeмар



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Domicílio do Edeмар onde também é possível visualizar o problema com a janela e porta.

O quinto domicílio existente na área quilombola da associação é o de Ronaldo e Fernanda (Fotografia 25). O casal morava com suas três filhas pequenas, mas pelo fato de ter ocorrido uma situação de violência sexual contra uma das meninas, eles acabaram perdendo temporariamente a guarda das mesmas. Cabe ressaltar o fato de que tal violência ocorreu fora do quilombo, na cidade de Piratini. A casa possui um anexo, construído recentemente pelo casal. Nesse, foi construído o quarto das meninas, para dar-lhes mais conforto, quando a guarda delas for retomada.

Fotografia 25 – Casa do Ronaldo e Fernanda



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: A parte mais antiga é a com os tijolos a vista, já o recente anexo aparece em cor branca.

O sexto domicílio de quilombola da associação é o da Cleni (Fotografia 26). Situado fora das terras tradicionais do quilombo, fica próximo a RS – 702, na estrada não pavimentada que dá acesso à comunidade. Está a uma distancia de aproximadamente 12 km da sede do quilombo. É o domicílio que conta com o maior número de moradores, doze no total, a Cleni seu esposo Henrique e mais seus dez filhos. O domicílio conta com duas construções uma, nova adquirida no programa “Minha Casa Minha Vida”, e outra construção mais antiga, que era sua antiga moradia. Atualmente, a família se divide entre as duas construções.

Fotografia 26 – Casa da Cleni



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Na imagem, no centro aparece à nova casa, a direita, de forma parcial, aparece à antiga construção. Em relação às pessoas, da esquerda para direita, Henrique, Cleni, dois dos filhos do casal, um na porta e outro na janela, e por fim, Ronaldo, conversando com seu primo, que é o filho mais velho do casal.

A última casa é a da tia Chinoca (Fotografia 27), quilombola que não faz parte da associação. Trata-se de um domicílio de uso ocasional, já que a quilombola mora na cidade de Piratini. A casa é frequentada normalmente nos finais de semana e está na área quilombola que não faz parte da associação. Trata-se de uma casa com estrutura melhor, se comparada ao padrão das casas do quilombo e, além de ter duas entradas, possui um telhado duas águas.

Nessa área onde se situa tal casa, há uma área plantada por um dos filhos de Chinoca, além de algumas cabeças de gado. Segundo o quilombola Edemar, a “tia Chinoca” teria se mudado para a cidade depois de duas mortes ocorridas num pequeno espaço de tempo, a de seu marido, que se suicidou enforcando-se, numa árvore em frente da casa, e de seu filho, que morreu logo em seguida, com câncer.

Fotografia 27 – Casa da tia Chinoca (Edite)



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/12/2014.

Legenda: Visão diagonal da casa, onde é possível ver duas janelas e uma porta na sua parte frontal e, também, uma porta lateral de acesso à cozinha.

É importante destacar, também, a existência de uma tapera, próxima às casas dos quilombolas da associação. Atualmente, essa tapera, onde residia seu Valdemar e Eslair, é utilizada como galpão, onde são guardados ferramentas e materiais, principalmente de Eslair, do Beto e do Edegar, assim como alguns objetos coletivos. Essa tapera (Fotografias 28 e 29) tem um significado especial para o grupo, pois era a antiga morada de Valdemar e Eslair. Na entrada principal dessa tapera, tem há antiga roda de moer grão da época de Rosalino.

Fotografias 28 e 29 – Antiga tapera de Valdemar e Eslair atualmente utilizada como galpão



Fotos: Gil Passos de Mattos, em 07/12/2015.

Legenda: A imagem da esquerda mostra a diagonal da tapera, onde também aparece Elias com um cavalo. Já a imagem da direita apresenta uma antiga roda de moer grãos, da época de Rosalino, fixada na porta de entrada.

Em interpretação particular, a casa de Dona Eslair tem um papel central em relação às demais casas da comunidade, pois esse é o único domicílio do quilombo que consegue congrega todos os quilombolas. Foram realizadas as medida das distancia das demais casas em ralação a de Dona Eslair. A casa do Ronaldo está a 25 metros de distância; a do Edegar

está a 63 metros; a do Beto situa-se a 110 metros; a do Osmar está a 170 metros; a da tia Chinoca, fora da área da associação, é a mais distante, encontra-se a 450 metros.

A antiga tapera, atualmente utilizada como galpão, está quase ao lado da casa de Dona Eslair. Ali perto, também, a 30 metros de distância, se destaca um importante local de convivência da comunidade, onde há duas figueiras. Essas árvores fazem uma boa sombra. O local também possui um agrupamento de rochas, onde há gravado em uma das rochas inscrições rupestres (Fotografia 30). Nesse espaço, também, fica um forno de barro e pedra, o qual possui um valor simbólico para o grupo.

Fotografia 30 – Inscrição nas rochas em local de convivências dos quilombolas

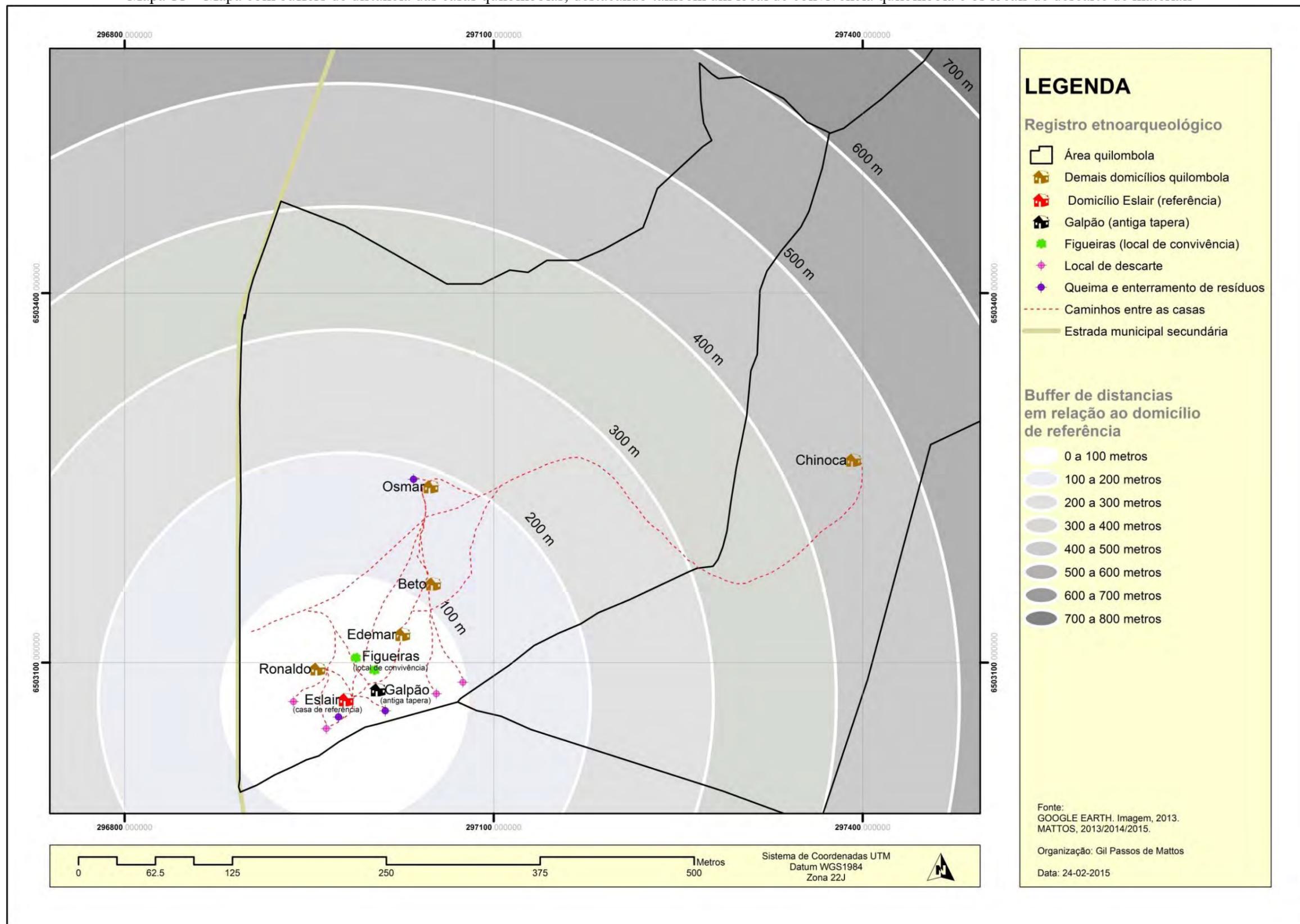


Foto: Gil Passos de Mattos, em 21/03/2015.

Legenda: Agrupamento de rochas em espaço de convivência dos quilombolas, com inscrições rupestres, onde se lê: “junto com nossos amigos aonde tem churrasco e chimarrão eu sou gaúcho de coração”.

A seguir, é apresentado o Mapa 11, destacando as casas quilombolas da área e o caminho entre elas, assim como a referida tapera de Valdemar e Eslair, que hoje funciona como galpão. Também é apresentado o local das duas figueiras supracitadas, considerado de importância no que tange a convivência do grupo. Aproveitou-se esse mapa para apresentar, também, os locais de descarte de materiais dos quilombolas, os quais serão abordados em seguida. Cabe destacar, também, a utilização de um buffer de distâncias nesse mapa, aparecendo como ponto central, à casa de dona Eslair. Esse apresenta distâncias concêntricas de 100 em 100 metros. Sua utilização é interessante, pois atua no sentido de auxiliar na análise da localização dessa casa, considerada a mais relevante do quilombo, em relação as demais casas, assim como, em relação a área pertencente a associação em um todo.

Mapa 11 – Mapa com buffers de distância das casas quilombolas, destacando também um local de convivência quilombola e os locais de descarte de materiais



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

2.7.2 Os locais de descarte

Os locais de descarte de materiais no quilombo, em geral, estão localizados próximos às casas. Podem-se observar diferentes tipos de descarte. Conseguiu-se mapear oito locais. Cabe ressaltar o fato de que há consciência da existência de muitos mais locais destinados a esse fim.

Podem-se observar diferentes práticas de descarte, conforme o tipo de material. Em geral, restos de materiais de higiene e pequenas embalagens são enterrados ou queimados. Essa prática de queimar materiais, segundo o quilombola Osmar, é cada vez menos utilizada, em função dos danos ambientais provocados por essa queima. Sendo mais comum a prática de enterramento de restos desses tipos de materiais.

Um lugar de interesse arqueológico e utilizado, tradicionalmente, como local de descarte de materiais pelos quilombolas, é um afloramento rochoso que serve como abrigo para materiais descartados (Fotografia 31). É importante destacar que foram mapeados outros sete locais de descarte, porém, esse foi o que chamou mais atenção em função de ser uma espécie de abrigo, revelando que, embora descartados, esses materiais podem vir a ser reutilizados. Nesse local foram avistados materiais como caixas plásticas, engradados de bebidas, galões e uma pia de banheiro, entre outros materiais.

Fotografia 31 – Rochas utilizadas como abrigo para descarte de materiais



Foto: Gil Passos de Mattos, em 13/07/2014.

Legenda: Agrupamento de rochas que servem como abrigo para alguns materiais descartados.

Além desse local de descarte relatado anteriormente, foram mapeados outros quatro locais que ficam em superfície. De um modo geral, nesses locais depositam materiais que podem, ou não, virem a ser reutilizados. A seguir, é apresentada uma imagem (Fotografia 32) de um local de descarte, aos fundos da casa do quilombola Ronaldo, que apresenta diferentes tipos de materiais, separados em pequenos setores. Mais a frente, é possível visualizar um agrupamento de telhas empilhadas. A esquerda da imagem, é possível ver alguns papéis e plásticos de embalagens. Ao fundo, no centro da imagem, embora de difícil visualização, podem ser visto alguns materiais plásticos e metálicos. Segundo Ronaldo, todos esses materiais descartados são dele e da esposa Fernanda.

Fotografia 32 – Local de descarte, aos fundos da casa do quilombola Ronaldo.



Foto: Gil Passos de Mattos, em 13/07/2014.

Legenda: Local de descarte, com destaque para um agrupamento de telhas empilhadas.

Há outros dois locais de descarte, que se encontram parcialmente protegidos pelas intempéries, pois estão juntos a grandes matações de rochas e cobertos pela copa de árvores, fato que sugere a existência de uma preocupação que os quilombolas têm de preservar materiais, que em alguma situação possam vir a serem reutilizados. A seguir, é apresentado na (Fotografia 33) um desses locais. Esse localizado próximo às casas dos irmãos quilombolas Beto e Edemar. Não por acaso, o local recebe os descartes desses dois irmãos. No local, há materiais do tipo metálico, plástico e também de madeira.

Fotografia 33 – Local de descarte de Beto e Edegar, junto a um agrupamento de matacões



Foto: Gil Passos de Mattos, em 12/10/2014.

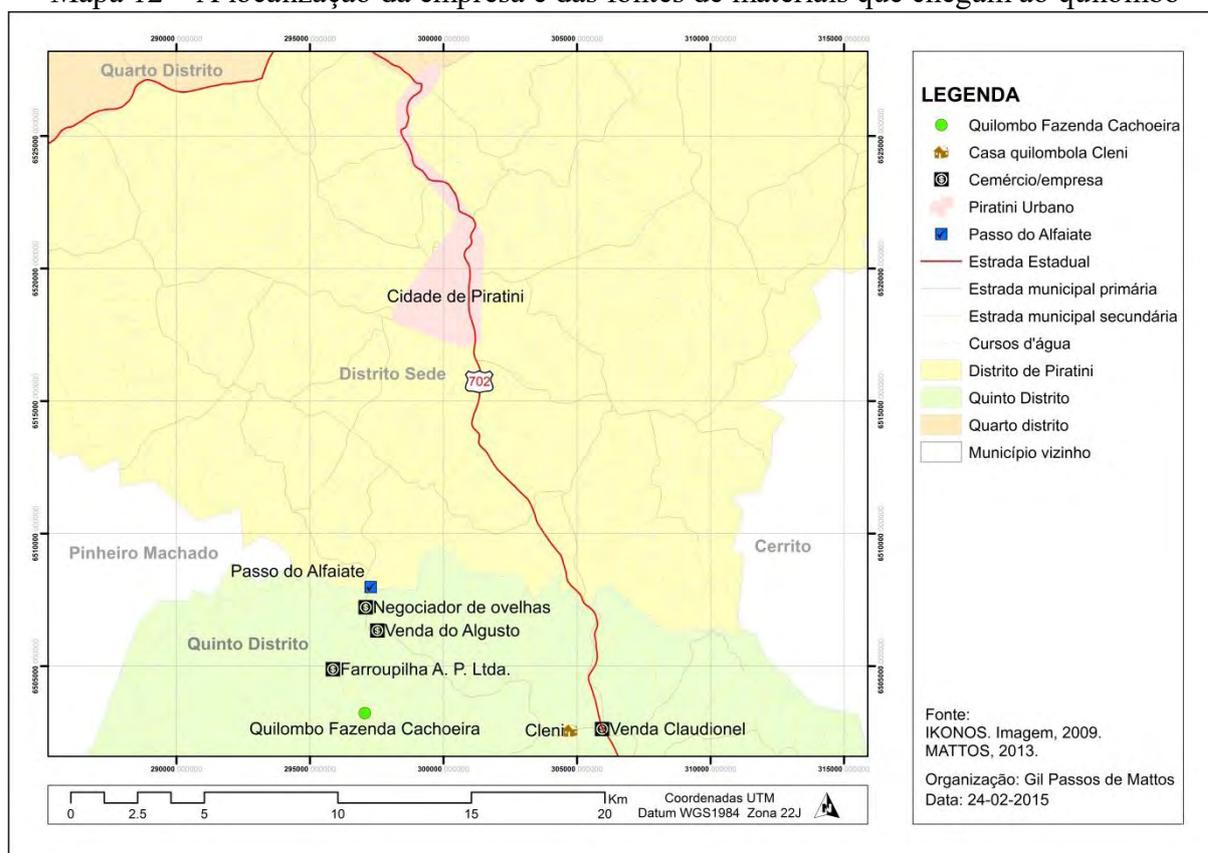
Legenda: Agrupamento de rochas no formato de meia lua, destinado ao descarte de materiais.

Boas partes desses materiais que chegam à comunidade, que geram resíduos relativos à alimentação, geralmente são, ou provenientes das cestas básicas da Fundação Cultural Palmares, ou comprados em duas vendas. A venda mais próxima é a do Sr. Augusto, localizada na estrada de acesso a RS-702, acerca de quatro quilômetros de distância do quilombo, sendo tal percurso normalmente realizado a pé, de bicicleta ou a cavalo. Mas, segundo relato de praticamente todos os quilombolas de Fazenda Cachoeira, é ruim comprar nesse local, pois, além das mercadorias não terem preço definidos, são bem caras. Já a outra venda, a do Sr. Claudionel, é um pouco mais distante, acerca de quinze quilômetros de distância, situada à margem da RS-702, na mesma estrada da venda do Sr. Augusto. Porém, a ida a essa venda é menos frequente pelos quilombolas que moram na comunidade de Fazenda Cachoeira, pois em função da distância, exige um veículo motorizado, em geral de carona ou de moto, já que o quilombola Osmar possui uma. Já por parte da família da Cleni, é mais comum o consumo de produtos dessa venda, pois se situa a pouco mais de um quilômetro desse local.

Já no que diz respeito a outros materiais, como, móveis, ferramentas e etc., chegam mais raramente no quilombo, muito em função, da carência econômica da comunidade. Sendo que esses materiais quando chegam, normalmente, são adquiridos nas lojas da cidade de Piratini ou levados de presente, por familiares ou amigos.

A seguir, é apresentando o Mapa 12, onde são destacados os locais de origem desses materiais. Aproveitando a questão da escala do mapa, nesse são destacados, também, o domicílio quilombola da Cleni, que mora próxima à venda do Sr. Claudionel, a sede da empresa Farroupilha Agricultura e Comércio Ltda. e, também, a localização de um comerciante de ovelhas, o qual vende os ovinos aos quilombolas e compra a lã, proveniente da tosa desses animais.

Mapa 12 – A localização da empresa e das fontes de materiais que chegam ao quilombo



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

2.7.3 Os cercados e a prática da agricultura

As roças nas terras de quilombolas, segundo Almeida (2002, p.68), “estão dispostas no cerne de certa maneira de existir socialmente”. Segundo os quilombolas, as áreas destinadas ao plantio, têm apresentado um rendimento cada vez menor, desse modo, ameaçando a segurança alimentar da comunidade. Outra questão é a respeito do pouco espaço de terra, que possuem para plantar, fato esse, que já gerou conflitos internos na comunidade.

Pode-se citar o conflito ocorrido, em seguida da morte do Sr. Valdemar, entre o quilombola Ronaldo e seus demais irmãos, em decorrência da disputa por espaços de plantio.

Grosso modo, pode-se caracterizar quatro tipos diferentes de locais destinados ao plantio no quilombo. As maiores áreas são as de plantio de culturas como feijão, milho e azevém. Essas áreas variam de tamanho. Há pequenas áreas, com aproximadamente 200m² até 17000m², como é caso da lavoura de feijão e milho (Fotografia 34) que está sendo preparada pelo Beto.

Fotografia 34 – Lavoura de feijão e milho do Beto



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Imagem registrada próxima às casas, do cercado do Beto, o qual é destinado ao plantio de feijão e milho.

Os quilombolas chamam suas roças de cercados. Dona Eslair, em conversa realizada no dia nove de agosto de 2014, relata que na época de recém-casada, “era a dona do cercado”, referindo-se ao fato de ser quem lidava com as roças, junto com sua irmã, a Chinoca. Eslair se refere ao tempo em que a matriz produtiva da região ainda era alicerçada na pecuária, acompanhada do campesinato de subsistência. Nesse período, seus respectivos maridos, Valdemar e Odair, trabalhavam como tropeiros. A interlocutora relata que mantinha tudo limpo e capinado. Quando perguntada sobre o que plantava, responde: “feijão, milho, batata-doce e inglesa e abóbora”.

No dia nove de dezembro de 2014, pôde-se acompanhar o plantio de milho no cercado do Beto (Fotografia 35). A atividade, além do próprio Beto, contou com a ajuda de seu sobrinho, Elias, e também com o auxílio do quilombola Degar, que não é da associação e mora e trabalha nas terras de um fazendeiro da região. A terra já estava arada, Beto havia pagado duzentos reais para um tratorista ará-la. O plantio foi realizado pelo Degar com uma plantadeira manual. Elias e Beto atuaram com o trabalho de esticar um fio, para garantir o alinhamento e distribuição equidistante das sementes. Desse modo, buscando garantir que as mudas cresçam com certo espaçamento, fato que também ajuda na posterior limpeza da lavoura, de gramíneas, ou como eles chamam “sujeiras” que venham a crescer em meio à plantação.

Fotografia 35 – Plantio de milho realizado por Degar, Beto e Elias



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/12/2014.

Legenda: plantio de milho realizado por Degar com uma plantadeira manual.

Uma ameaça aos cercados quilombolas são os Javalis, os quais, segundo Edegar e Beto, são capazes de acabar com uma lavoura. Beto destaca o fato de no início de 2014 ter utilizado uma área para o plantio de milho em parceria com seu primo, Dinho, nas terras dos quilombolas que não fazem parte da associação. Porém, tal área, por estar localizada longe das casas e perto de uma mata ciliar bem densa, próxima a um curso d'água, foi atacada sistematicamente por uma família de Javalis. Esse ataque resultou no abandono de tal lavoura.

O plantio em Fazenda Cachoeira é basicamente para o próprio consumo. Os quilombolas também têm plantado azevém, com o objetivo de alimentar os animais, em

especial, as ovelhas, tendo três áreas com a referida cultura plantada: uma área do Beto, outra do Edeimar e a última do Ronaldo.

Um segundo tipo de área que foi recorrentemente encontrada no quilombo, foi as terras de plantio, mas em descanso. Segundo o remanescente quilombola, Osmar Rodrigues da Silva, em conversa no dia nove de agosto de 2014, quando a terra “fica velha”, o procedimento adotado é “botar uma pastagem e deixar, pra terra se refazer de novo”. Ou seja, a terra se encontra em pousio, pois, embora sejam ocupadas por animais, estes a fertilizam com fezes e urina. Osmar explica que é necessário “no mínimo dois anos pra terra se refazer de novo”.

A seguir, é apresentada uma imagem de um desses cercados com a terra em descanso (Fotografia 36). Trata-se de uma área tradicionalmente utilizada com plantio de milho e batata inglesa e que, anteriormente, estava sendo cultivada por Valdemar, mas, com o seu falecimento, ficou em descanso por quase três anos. No início de 2015, será retomado o plantio na mesma. Edeimar Rodrigues da Silva, novo responsável por esse cercado, relata que adicionará 20 sacas de cal para melhorar a qualidade do solo. Igualmente a essa área apresentada, existem outros cercados, tradicionalmente utilizados como áreas de plantio, mas que, atualmente, estão em repouso.

Fotografia 36 – Cercado quilombola com a terra em descanso



Foto: Aline Vargas, em 09/08/2014.

Legenda: Cercado com a terra em descanso. Na imagem registrada por Aline Vargas, além do cercado, aparecem o mestrando e autor desse trabalho, junto com o quilombola Edeimar.

São comuns, também, espaços destinados para hortaliças, os quais possuem um importante papel no que diz respeito à qualidade da alimentação para a comunidade. Em geral, todas as casas possuem em sua proximidade uma pequena horta, que também varia de tamanho, podendo ser de poucos metros quadrados, como é caso da horta de Ronaldo (Fotografias 37 e 38). Ou um pouco maiores, como no caso das hortas do Edemar (Fotografia 39) e do Osmar. Em geral, nesses espaços são cultivadas com almeirão, alface, cebolinha, salsa e couve. E outras culturas que exigem pouco espaço, como tomate cereja e alho, como exemplifica a horta do Ronaldo.

Fotografias 37 e 38 – Horta do Ronaldo



Fotos: Gil Passos de Mattos, em 09/11/2014.

Legenda: Na imagem da esquerda aparece um alho recém-colhido por Ronaldo e na imagem da direita o mesmo lidando com a horta.

Fotografia 39 – Horta do Edemar



Foto: Anderson Pinheiro, em 09/08/2014.

Legenda: Registro fotográfico da horta Edemar, realizado pelo geógrafo Anderson Pinheiro.

Um problema mencionado pelos quilombolas é em relação a falta de acesso à sementes de boa qualidade. Muitas vezes, eles plantam, mas por usarem sementes ruins, o rendimento da plantação é baixo. Fato agravado pela baixa qualidade do solo, em decorrência da carência de minerais, ocasionada pelo uso excessivo.

Por ultimo, destacam-se os locais destinados, em geral, ao plantio de variedades de abóboras e mogangas (Fotografias 40 e 41). Esses locais são escolhidos em virtude da qualidade do solo ou pela presença garantida de umidade, além de outros fatores que os quilombolas consideram importantes para a prática de determinadas culturas agrícolas.

Fotografias 40 e 41 – Plantação de mogangas



Fotos: Gil Passos de Mattos, em 08/12/2014.

Legenda: Na imagem da esquerda aparece Elias observando da evolução do plantio de mogangas, enquanto que na imagem da direita aparece a moganga em maior detalhe.

No dia 11 de dezembro de 2014, observou-se de perto essa prática de plantio dos quilombolas de Fazenda Cachoeira. A realização de tal atividade contou com a presença de Osmar, seu filho Elias e também com o Beto. O plantio ocorreu nas terras que atualmente não estão mais de posse da comunidade, no caso, nas terras da empresa Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda.. Tradicionalmente, essas áreas já foram muito utilizadas pela comunidade, porém, hoje, são utilizadas de maneira bem mais discreta. Atualmente, trata-se de pequenos pontos destinados a cultivo de abóboras. Embora essa atividade seja realizada de maneira discreta, ela merece destaque, já que revela um processo de resistência por parte dos quilombolas.

O processo começa com uma caminhada pelo terreno, a fim de se elegerem os locais mais propícios para o plantio. A seguir, é apresentada uma imagem que ilustra essa situação: Osmar aparece jogando algumas sementes no solo (Fotografia 42), num local onde recentemente tinham sido cortados pela empresa alguns pés de eucalipto. Segundo Osmar, os resíduos desse corte, isto é, a serragem, proporciona um aumento na qualidade do solo, daí a escolha de tal local para o plantio.

Fotografia 42 – Plantio de abóboras pelo quilombola Osmar

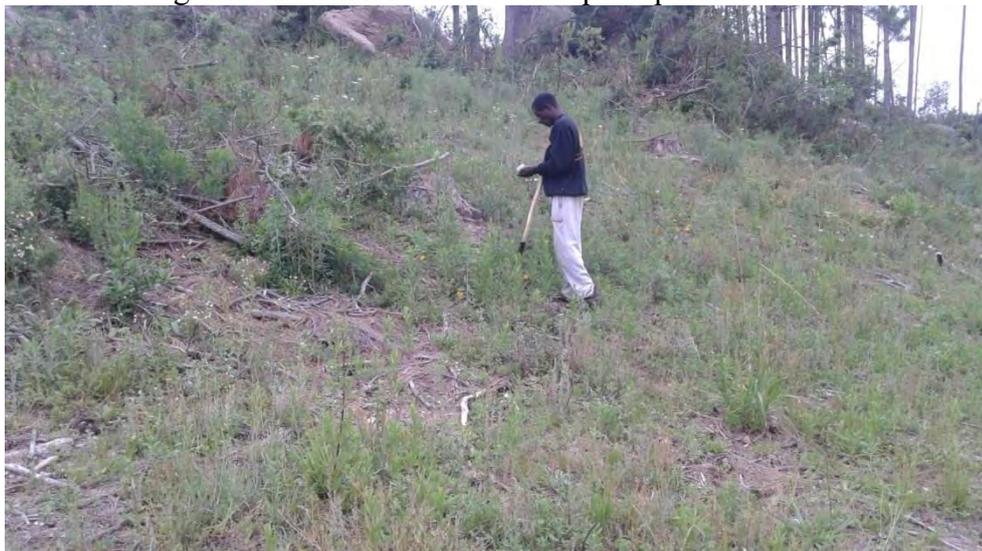


Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/12/2014.

Legenda: Osmar plantando abóboras numa área de posse da empresa, mas de uso tradicional quilombola.

2.7.4 A criação de animais

A criação de animais em Fazenda Cachoeira é praticamente para o consumo próprio. A única cultura que os quilombolas têm investido como atividade produtiva é a ovina. Em geral, os animais ficam soltos pela área da comunidade, sendo colocados no piquete das ovelhas (Fotografia 43) ao final do dia.

Fotografia 43 – Piquete de ovelhas



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Piquete de ovelhas localizado a poucos metros da casa de Dona Esclair.

Até o dia 09 de agosto de 2014, o plantel de ovinos dos quilombolas se compunha de dezenove ovelhas e quatorze cordeiros. Após algumas visitas à comunidade, pode-se concluir que a atual vocação da comunidade é o pastoreio ovino, em função do tamanho limitado da área e do relevo que possui uma declividade de moderada a alta.

Em geral, as ovelhas são para o autoconsumo. No dia dez de dezembro de 2014, assistiu-se a atividade de carnear uma ovelha (Fotografia 44), pelos quilombolas Beto e Giovane e auxílio do pequeno Elias. Mais tarde, Edemar e mais algumas crianças chegaram também para ajudar a levar e acondicionar os cortes para um freezer no interior da casa de Dona Eslair, proprietária da ovelha carneada. O processo de carnear é relativamente simples. Primeiro, ergue-se a ovelha de ponta cabeça em um galho de árvore. Depois, a ovelha é degolada e é colocada uma vasilha em baixo da mesma para armazenar o sangue que escorre. Depois, começa a retirada do pelego (Fotografia 45), que é o couro com a lã, que pode ser utilizado como montaria para cavalo, acento de cadeira, e etc.. Em seguida, começa a retirada dos órgãos internos e, por fim, o corte da carne da ovelha.

Fotografia 44 – Carnear de ovelha



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Na imagem, aparecem os quilombolas Beto e Giovane realizando a atividade de carnear a ovelha, enquanto o jovem Elias observa e aprende o processo. O local onde é realizado tal afazer, também é utilizado para a realização de outras atividades, como, por exemplo, para a realização de churrascos.

Fotografia 45 – Pelego da ovelha



Foto: Passos de Mattos em, 10/12/2014.

Legenda: Imagem do pelego, recém-extraído da ovelha que ainda estava sendo carneada.

Os quilombolas têm contado com apoio da EMATER no que diz respeito ao apoio técnico e financeiro para a criação de ovelhas. Segundo Edemar, a verba é para compra de animais, de ração e alguns materiais, como, por exemplo, tesoura utilizada na tosa. Atualmente, os remanescentes do quilombo Fazenda Cachoeira, que fazem parte de tal projeto, são os irmãos Edemar Rodrigues da Silva e Roberto Rodrigues da Silva. Em conversa com Ronaldo Rodrigues da Silva, no dia nove de agosto de 2014, o mesmo revela que também tem interesse em entrar nesse projeto da EMATER e que já está providenciando os meios para entrar na próxima etapa do mesmo projeto referido.

A lã da ovelha é comercializada pelos quilombolas com um fazendeiro da região, que também é criador de ovinos. A fazenda fica a cerca de 5 km da sede do quilombo, no mesmo local onde se situava a estância de Alcebíades dos Santos, antigo proprietário das terras quilombolas. É desse mesmo criador e comerciante que os quilombolas compram ovelhas ou cordeiros. No dia dez de dezembro de 2014, foi realizada uma pesagem de 33 kg de lã (Fotografia 46). Sendo 15 kg de lã das ovelhas do Beto, 13 kg de lã das ovelhas da Eslair e, por fim, 5 kg de lã dos ovinos do Edemar. Segundo Edemar, o preço do quilo da lã varia conforme a avaliação da qualidade da mesma, cobrando-se entre nove e doze reais.

Fotografia 46 – Pesagem da lã para comercialização



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Pesagem de lã, dentro do atual galpão que era a antiga tapera de Valdemar e Eslair, realizado em uma balança suspensa.

Há criação, também, de outros animais, como bovinos. Existe, na comunidade, um boi (Fotografia 47), uma vaca leiteira e um terneiro. O quilombola Edemar, no dia doze de dezembro de 2014, relata a necessidade que há no quilombo, de no mínimo, mais um boi, para auxiliar no arado da terra.

Fotografia 47 – O boi do quilombo



Foto: Gil Passos de Mattos, em 12/12/2014.

Legenda: Na imagem aparece o quilombola Edeimar, dando um pouco de pasto para o boi.

Relativo à suinocultura, existem dois porcos e três leitões na comunidade, todos da dona Eslair. Há, também, quatro cavalos no quilombo. Esses animais servem para o deslocamento dos quilombolas na região, em geral, para ir à venda ou para recuperar animais que porventura desapareçam. Os quilombolas Beto e seu sobrinho Elias são os que mais se envolvem no cuidado com os equinos. Segundo Elias, em conversa no dia dez de dezembro de 2014, a atividade de lida com os cavalos é a sua preferida no quilombo (Fotografia 48).

Fotografia 48 – Elias na lida com os cavalos

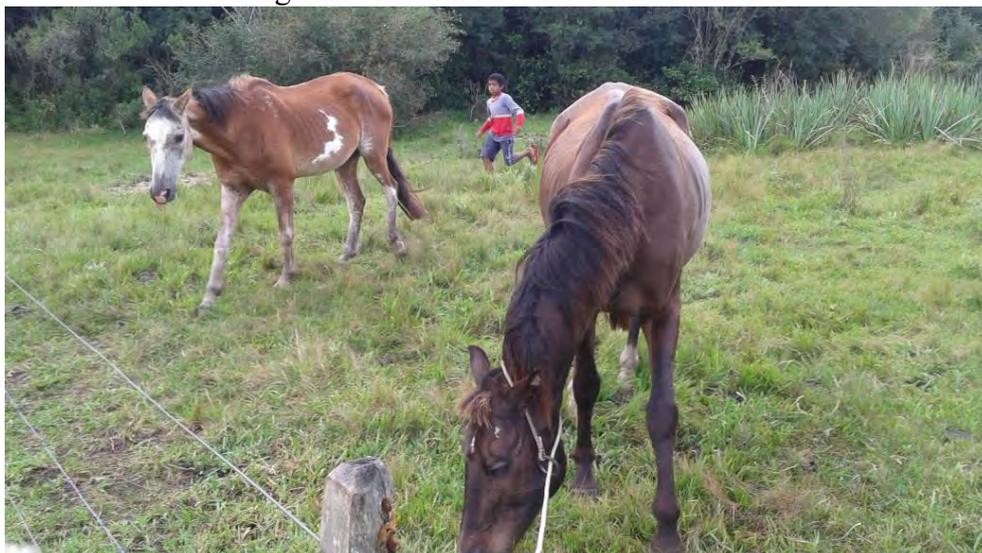


Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Na imagem, Elias corre atrás dos cavalos com o objetivo de levá-los para o piquete.

Além desses animais, os quilombolas possuem, ainda, quatro marrecos, doze patos e vinte e sete entre galinhas, galos e frangos. As galinhas ficam soltas pela área, geralmente entre uma dupla de figueiras, que lhes serve como local de repouso (Fotografia 49).

Fotografia 49 – Figueiras onde repousam frangos, galinhas e galos



Foto: Gil Passos de Mattos, em 26/07/2014.

Legenda: Na imagem aparece o agrupamento de rochas e as duas figueiras, onde repousam os frangos, galinhas e galos. .

Segundo Osmar Rodrigues da Silva, em conversa no dia vinte e cinco de julho de 2014, há um projeto de construção de um aviário para a comunidade e o quilombo já recebeu o material para a construção do mesmo, porém, não há mão de obra para levantar a construção. De acordo com Osmar, já estão comprados 300 pintos para a produção aviária, aguardando, somente, pela construção do aviário para dar início à produção. Em função da demora na construção do aviário, a comunidade corre risco de perder essa verba e ter que devolver o material já recebido.

Conforme informações obtidas com Eva Pinheiro, do Conselho da Comunidade Negra de Piratini, no dia nove de dezembro de 2014, os quilombolas, com certeza, terão que devolver tais recursos, pois está ocorrendo pressão, por parte dos órgãos competentes do governo do estado, em função da necessidade da prestação de contas.

2.7.5 A atividade de coleta

A atividade de coleta de frutos é importante no que tange à questão da segurança alimentar no quilombo. Existe uma série de árvores frutíferas espalhadas pelo território quilombola, tais como limoeiro, laranjeira, pessegueiro, ameixeira, sendo muitas dessas nativas, como por exemplo, pitangueiras, guabirobas, araçá em arbustos e do tipo rasteiro. A seguir, é apresentada uma figura que ilustra a atividade de coleta de limão, realizada por Giovane. Inúmeras são as árvores frutíferas espalhadas pelas terras tradicionais quilombolas. O limoeiro em destaque (Fotografia 50) está nas terras dos quilombolas fora da associação, próximo à casa da tia Chinoca.

Fotografia 50 – Coleta de limões



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/12/2014.

Legenda: Giovane aparece coletando limões no pomar próximo a casa de tia Chinoca.

Alguns frutos são utilizados tanto como alimentos, quanto para fins terapêuticos, a exemplo da banana do mato (Fotografia 51), que pode ser consumida como um fruto normal ou utilizado pelos quilombolas na fabricação de um xarope para o combate a resfriados ou infecção respiratória. Segundo o quilombola Edemar, em conversa realizada no dia nove de novembro de 2014, além da banana do mato, são adicionados a esse xarope folhas de guaco e mel. O pé de banana do mato, apresentado a seguir, foi coletado no interior da mangueira de

pedra, junto à vegetação que se desenvolveu junto às pedras que compõem a estrutura da mangueira.

Fotografia 51 – Coleta de banana do mato



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/11/2014.

Legenda: Edemar mostrando um cacho de banana do mato, coletado no interior da mangueira de pedra.

Entre os diversos saberes tradicionais quilombolas, um dos mais expressivos é o do conhecimento de plantas para fins terapêuticos. Pelas caminhadas realizadas nas terras tradicionais do quilombo é comum a identificação de ervas e plantas medicinais. As mais recorrentes nos percursos realizados foram carqueja, marcela e trançagem. A seguir, são apresentadas duas imagens com as plantas trançagem e marcela (Fotografias 52 e 53).

Fotografias 52 e 53 – Plantas com fim terapêutico, trançagem e marcela



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/12/2014.

Legenda: À esquerda, a trançagem, enquanto à direita, a marcela.

Em uma caminhada até uma das cachoeiras, realizada junto com os quilombolas Edegar, Giovane, Elias e Manoel, que mora na cidade, avistou-se um pé de eucalipto cidrão (Fotografia 54). Segundo Manoel, a infusão de folhas de eucalipto, além de expectorante, é boa para dor estomacal. Giovane, no auge de sua juventude, subiu na árvore para colher algumas folhas para seu tio.

Fotografia 54 – Coleta de galhos com folhas de eucalipto cidrão



Foto: Gil Passos de Mattos, em 06/12/2014.

Legenda: Giovane depois de escalar o pé de eucalipto cidrão arranca um galho repleto de folhas, enquanto Elias aguarda em terra a queda do galho para realizar a coleta.

2.7.6 A caça no quilombo

A caça, mais que um meio para a obtenção de alimentos, pode ser considerada uma atividade tradicional quilombola, pois ela envolve uma série de histórias, conhecimentos e práticas.

Geralmente, são utilizados cachorros para caçar. Esses são de grande utilidade, pois além de seguirem o rastro do animal caçado, podem ajudar na defesa no caso do ataque de um animal. Os quilombolas costumam, também, levar armas de fogo e facas. Geralmente, tal atividade é realizada por mais de uma pessoa. A seguir, é apresentada uma imagem de uma caçada realizada no fim da tarde do dia nove de dezembro de 2014 (Fotografia 55).

Fotografia 55 – No rastro da caça



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/12/2014.

Legenda: Leopoldo, Giovane, Beto e Elias seguem o rastro dos Javalis.

A foto mostra Giovane e Leopoldo, um antigo amigo da família, caçando. Ambos partiram na companhia de cinco cães. No início da caçada eles também foram acompanhados por Beto e Elias, que foram apontar o local onde haviam avistado pegadas de um Javali (Fotografia 56) no cercado de plantio de feijão e milho do Beto. A prática da caça de javalis, além de ser importante para a questão alimentar, também ajuda na manutenção da lavoura, já que esses se alimentam dos grãos da lavoura, diminuindo, assim, a sua produção ou, até mesmo, ameaçando a manutenção dessas, como já ocorrido em casos anteriores.

Fotografia 56 – A pegada do javali



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/12/2014.

Legenda: Pegada de um Javali encontrado num dia de caçada no quilombo.

Essa atividade exige bastante atenção e prática, pois são pequenos detalhes que revelam o rastro desses animais. Pode ser uma pegada, como no exemplo da imagem anterior, uma trilha ou mesmo uma pequena quantidade de pelos deixados no arame farpado, que mal podem ser vistos, como no exemplo mostrado a seguir na (Fotografia 57).

Fotografia 57 – Pelo de veado no arame farpado



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014. Editado em 2015.

Legenda: Pelos de um veado, avistados em um arame farpado. O círculo editado, destaca os pelos do veado.

No caso, trata-se de pelos de um veado, animal cada vez mais raro na região. Segundo os quilombolas, a quantidade de caça disponível varia ao longo do tempo, há épocas em que essa fica escassa, porém, no atual momento, há bastante caça disponível.

Após três dias de caçada, nos dias oito, nove e dez de dezembro de 2014, os caçadores Giovane e Leopoldo são recompensados, conseguindo abater um grande javali. A caça foi levada de arrasto até o quilombo, onde foi carneada (Fotografia 58). A carne foi dividida entre as casas dos quilombolas da associação e Leopoldo, quem ficou com o maior corte, já que havia sido ele, que, além de estimular a caçada, foi quem abateu o animal.

Fotografia 58 – O carnear da caça



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Leopoldo e os quilombolas Edemar e Giovane carneando a caça recém-abatida.

Segundo os irmãos quilombolas, Osmar e Ronaldo, em conversa realizada no dia dez de dezembro de 2014, poucas horas antes de Giovane e Leopoldo chegarem com a notícia que haviam abatido um animal, os irmãos advertiam sobre o uso de cães na caçada. Os mesmos afirmavam que, no caso do uso de arma de fogo, muitas vezes, é melhor ir caçar sem os cães, segundo as próprias palavras do Osmar, “os cachorros fazem muito alaude”, isto é, chamam muito a atenção da caça, o que pode acabar por afugentá-la. Na ocasião, os mesmos contaram alguns casos de caçadas bem sucedidas sem o uso de cães.

Um tipo de caça também muito cobiçada pelos quilombolas é a de tatu. Para tal caçada, segundo Edemar, em caminhada realizada nas terras tradicionais quilombolas no dia

onze de dezembro de 2014, o ideal é sair à noite para a caça de tatus. O mesmo afirma que para a realização desse tipo de caça são somente necessários cachorros, uma lanterna para enxergar a noite e uma pá para cavar a toca do animal. Edemar adverte que tem época para essa caça, que a mesma não pode ser realizada no período em que o tatu está com cria.

Um tipo de caça recorrente no quilombo é pela utilização de arapucas, como a do exemplo, de uma imagem apresentada anteriormente (*Fotografia 18 – A arapuca do Elias*). Pois essa não exige muito esforço por parte do quilombola. Depois de montar a arapuca usando algum barbante ou fio de arame e alguns pequenos gravetos, formando uma espécie de pirâmide, basta armá-la e deixar alguma espécie de isca, geralmente um pedaço de espiga de milho. Geralmente, essas arapucas são colocadas dentro ou nas mediações das lavouras, com o objetivo de pegar pequenas caças que possam ameaçar a lavoura.

2.7.7 O uso da água, do barro, das rochas e de madeira em Fazenda Cachoeira

É essencial ao dia a dia dos quilombolas de Fazenda Cachoeira uma série de recursos naturais, tais como água, barro, madeira e, até mesmo, as rochas. Muitos desses recursos associam-se a certos locais de uso tradicional, sendo que alguns são utilizados na atualidade e outros estão presentes na memória, pois eram utilizados antigamente.

A água na comunidade Fazenda Cachoeira, mais que indispensável à sobrevivência quilombola, possui um valor sociocultural para o grupo, já que a área tradicional de Fazenda Cachoeira conta com duas cachoeiras. Essas duas quedas d'água, em especial a chamada pelo grupo de “Lagoão”, são locais de socialização e também ajudam a contar a história dessa comunidade. O local “Fazenda Cachoeira” recebe esse nome em função dessas quedas d'água. Essas duas cachoeiras não estão mais no atual território de domínio quilombola, ambas estão localizadas na área de posse da empresa.

O chamado “Lagoão” (*Fotografia 59*) está na direção norte, em média há uns quinhentos metros de distância das casas da comunidade. Pôde-se perceber, em visita realizada no dia sete de dezembro de 2014, em companhia de Edemar, Manoel, Giovane e Elias que, embora os quilombolas ainda utilizem esse espaço, seu uso é restrito. Edemar relatou que em função dessa área hoje ser da empresa, seu uso é realizado mais nos finais de semana, isto é, nos dias em que não se trabalha na empresa.

Fotografia 59 – Cachoeira (Lagoão)



Foto: Gil Passos de Mattos, em 07/12/2014.

Legenda: Giovane e Elias tomando banho no Lagoão, situado na cabeceira da cachoeira.

A outra queda d'água existente nas terras de uso tradicional da comunidade é a cachoeira das antigas taperas (Fotografia 60), situada numa área de relevo mais baixo. Essa Cachoeira fica um pouco mais distante, estando aproximadamente há 1,7 km de distância das casas. Logo, esta é menos utilizada pelos quilombolas atualmente, tanto que as crianças Zilda, Rebeca e Elias não a conhecem. Outro aspecto que dificulta o acesso a essa cachoeira é o caminho, bem íngreme, fato que torna a chegada até esse local um pouco mais difícil.

Fotografia 60 – Cachoeira das antigas taperas



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/12/2014.

Legenda: Registro fotográfico realizado na parte central da cachoeira próxima às antigas taperas.

O “lagoão” e a cachoeira das antigas taperas fazem parte do mesmo curso d’água (Fotografia 61), que é o que, no sentido norte, atualmente, faz o limite das terras dos quilombolas com as terras de domínio da empresa.

Fotografia 61 – Curso d’água no quilombo



Foto: Gil Passos de Mattos, em 12/12/2014.

Legenda: Imagem de um dos principais cursos d’água do quilombo, obtida um pouco abaixo de um cercado do Edemar.

Há outros dois cursos d’água nas terras tradicionais quilombolas, um no sentido oeste das casas do quilombo, o qual abastecia uma antiga cacimba de uma tapera onde morou Esclair e Valdemar. E outro curso d’água que os quilombolas chamam de “Sanga do Meio”, que recebe esse nome em função de cruzar parte da atual área dos quilombolas da associação. Essa sanga já abasteceu algumas antigas cacimbas, suprimindo as necessidades hídricas no local onde se situam as antigas taperas de Rosalino e de Germano.

As três cacimbas que atualmente são utilizadas no quilombo são abastecidas por vertentes que correm do lajeado, um dos pontos com altitude mais elevada do quilombo e que funciona como um divisor de águas. Duas cacimbas estão localizadas dentro da área quilombola e, a outra, que fica próxima ao lajeado, e, assim como este, está localizada na área de posse de empresa.

A seguir, é apresentada a cacimba (Fotografia 62) que abastece a casa do Osmar. Na imagem aparece Edemar retirando, de forma manual, com a utilização de um balde, água para a limpeza de uma caça, que estava sendo carneada. Além dessa cacimba, Osmar, às vezes, faz uso de outra, próxima à sua horta.

Fotografia 62 – Cacimba do Osmar



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Edemar retirando manualmente, com uso de um balde, a água da cacimba.

Assim como as cacimbas, as vertentes que correm do lajeado abastecem uma aguada feita no próprio solo para os animais e, também, um pequeno açude (Fotografia 63) que há na área dos quilombolas da associação. Esse açude, atualmente, está com problemas na taipa. O quilombola Beto relatou o fato de, recentemente, ter ido um pessoal do governo fazer a medição para a confecção de um novo açude, mas ele não soube informar de qual projeto se tratava nem o órgão do governo que teria realizado tal visita.

Fotografia 63 – Açude do quilombo



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Imagem do açude do quilombo que se encontra com problemas de vazamento em sua taipa.

Próximo ao açude existe um local chamado pelos quilombolas de “Molontial” (Fotografia 64). É um barreiro sobre o qual a pessoa vai afundando caso fique em cima. Segundo Osmar, o gado não chega perto do “Molontial”, mesmo esse se localizando em meio ao campo. No caso, trata-se de um local em que é realizado o extrativismo de barro, em geral para a confecção de tijolos, sendo esses assados em fornos, quase sempre construídos próximos ao local de extração.

Fotografia 64 – Molontial



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Imagem do solo embarrado onde é o Molontial.

Esse barro também é usado em reparos no formo de barro e pedra existente na comunidade. Há outro “Molontial” no quilombo, sendo que esse era utilizado antigamente. Localiza-se próximo à margem da “sanga do meio” e das antigas taperas de Rosalino e de Germano.

Do ponto de vista geológico, outro importante recurso utilizado pela comunidade são as rochas, o próprio forno de barro e pedra, citado há pouco, tem, em sua composição, fragmentos de rochas, ou de pedras, como os quilombolas chamam. Há uma grande quantidade de rochas e matacões afloradas em superfície nas terras tradicionais desse quilombo, muitas dessas, inclusive, tendo valor de uso ou sociocultural para o grupo, como por exemplo, a “Casa de Pedra”, a pedra de secar grãos e o lajeado entre outros, os quais serão abordados mais detalhadamente no próximo capítulo.

Essas rochas também são utilizadas, muitas vezes, em reparos feitos na estrada de acesso à comunidade, por vezes, abrem espécies de ravinas nessa estrada e, como o governo

municipal presta pouca ou quase nenhuma ajuda no reparo a esses acessos, os próprios quilombolas tem de realizá-los.

A seguir, é apresentada uma imagem (Fotografia 65) registrada no dia nove de agosto de 2014, a partir de uma caminhada na área realizada em companhia do quilombola Ronaldo, onde é possível ver um grande bloco de rocha. Assim como esse, existem muitos outros espalhados pela superfície, tornando esse tipo de material como característico dessa paisagem.

Fotografia 65 – Blocos de rochas



Foto: Aline Vargas, em 09/08/2014.

Legenda: Imagem registrada por Aline Vargas, de um bloco de rocha aflorada em superfície, onde aparecem os quilombolas Ronaldo e o autor desse trabalho.

Por fim, é destacado o uso de madeira como recurso natural utilizado pelos quilombolas de Fazenda Cachoeira. A madeira recebe vários usos, desde móveis para casa, tais como bancos, cadeiras, camas, etc., ou, também, servindo na constituição de cercados quilombolas. Mas, o uso mais típico que foi observando, ao longo da pesquisa etnográfica, foi o uso de madeira como lenha. Fazer lenha para o fogão à lenha é uma atividade quase diária no quilombo. A seguir, é apresentada na (Fotografia 66) a atividade de corte de madeira a machado, realizada por Edemar no dia dez de dezembro de 2014, para gerar lenha para o fogão de Dona Esclair.

Fotografia 66 – Corte de lenha



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Legenda: Edeмар cortando lenha para abastecer o fogão a lenha de Dona Esclair.

São utilizadas árvores e arbustos para a produção de lenha. Foram mapeados quatro locais onde há plantio de árvores de corte nas terras dos quilombolas da associação, todos localizados próximos às casas.

Um local que tradicionalmente foi utilizado para o extrativismo de madeira, é o chamado “mato grande”. Trata-se de um lugar com uma mata bem densa, com árvores bem antigas e grandes, daí o nome do local. Situa-se, em média, entre quinhentos e seiscentos metros das casas do quilombo. Há muitos anos não vem sendo utilizado como local de extração de madeira, por um lado, em função de estar atualmente nas terras de posse da empresa e, também, por causa dos avanços da legislação ambiental.

Ainda que não mais utilizado no que diz respeito ao extrativismo de madeira, esse local ainda é frequentemente utilizado para a caça, pois é habitat de diversos animais. Segundo os quilombolas, no verão, esse lugar se torna perigoso, pois, ali, há muitas cobras no cio nessa época do ano. E as cobras, segundo os mesmos, ficam bravas e andam em grupo quando estão nesse estado.

Em visita ao “mato grande” (Fotografia 67), no dia onze de dezembro de 2014, em companhia de Giovane e Amada, foi possível observar a dimensão de tal espaço e exuberância de suas árvores. Nessa visita, Giovane identificou rastros de javali e pegadas de veado pelo solo.

Fotografia 67 – Entrada para o “mato grande”



Fonte: Gil Passos de Mattos, em 11/12/2014.

Legenda: Na imagem aparece Giovane, num local limpo, de acesso ao “mato grande”.

2.7.8 Considerações sobre o mapeamento de espaços de uso quilombola

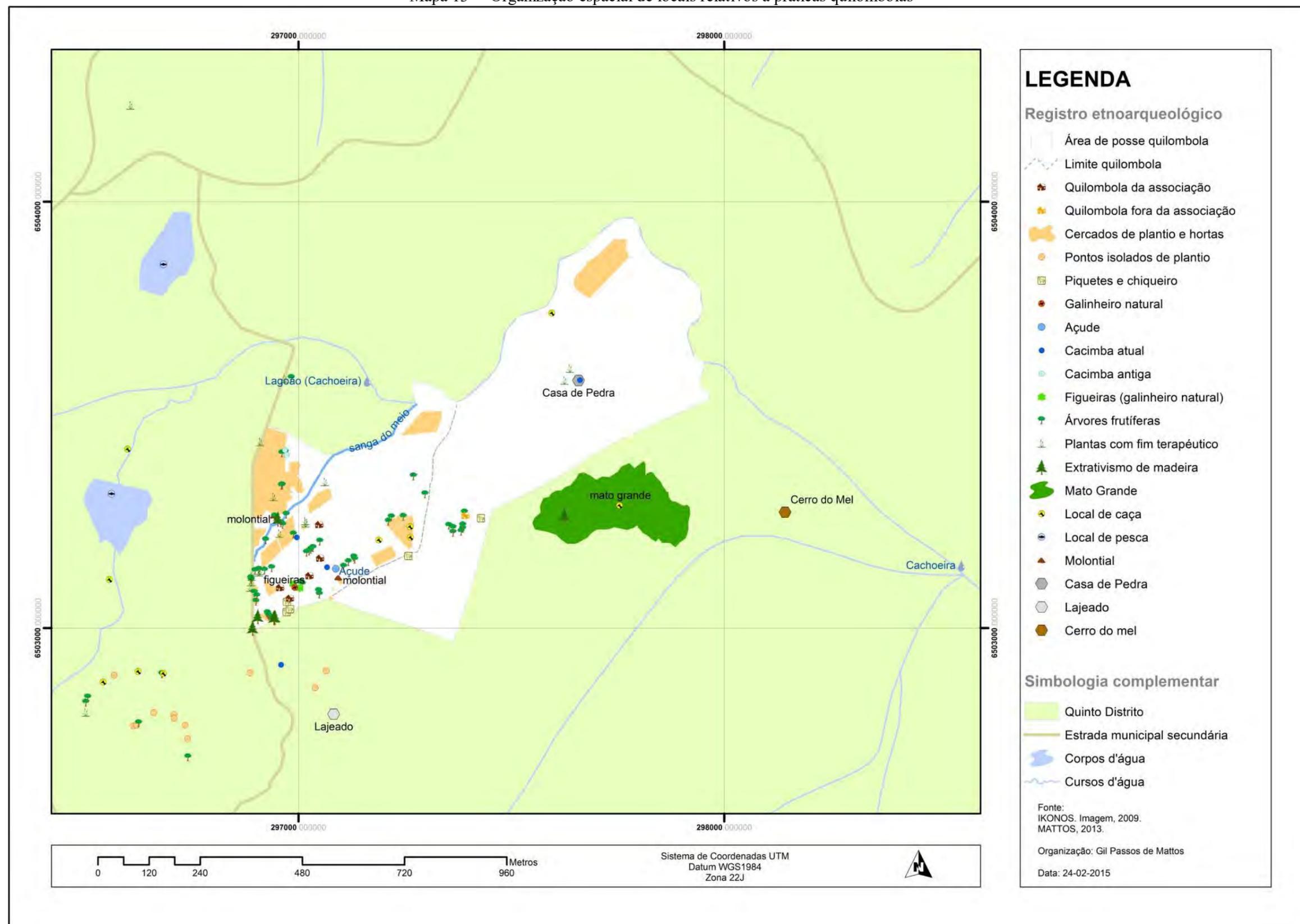
Como pôde ser visto nesse capítulo, os locais presentes na memória dessa comunidade, assim como, os de uso tradicional e cotidiano, vão muito além do atual território em posse dos quilombolas, inclusive, indo até além do que o território reivindicado no RTID da comunidade. Os quilombolas fizeram essa opção por acreditarem que, se pedissem um território menor do que o de fato tradicionalmente ocupado, seria maior a chance de conseguir a posse e titulação dessa parte das terras tradicionalmente ocupadas pelo grupo.

A relação com o agronegócio Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda. é conflituosa, pois ambos, quilombo e empresa, vêm travando uma disputa pelo território, que vem desde a instalação dessa empresa rural. Mesmo que, muitas vezes, até coexistam no mesmo espaço atividades de ambas as partes, como no exemplo da plantação de abóboras e mogangas realizada pelos quilombolas em pontos dispersos pela área da empresa, aproveitando a fertilidade do solo proporcionada pela serragem deixada pelo corte dos eucaliptos. Assim como o uso das cachoeiras, do lajeado, entre outros espaços, ligam-se, portanto, a processos de resistência.

Esse tipo de prática quilombola não é capaz de prover as condições necessárias para a sustentabilidade do quilombo. O quilombo precisa de mais terra para poder produzir e, assim, garantir o consumo próprio. Para ter, portanto, renda, e não viverem somente na dependência das políticas sociais do Governo. Políticas governamentais essas que, muitas vezes, nem mesmo ocorrem como deveriam. A renda própria, garantida pela posse do território tradicional, daria segurança para os jovens e para as futuras gerações da comunidade de remanescentes de quilombos Fazenda Cachoeira.

A seguir, é apresentado o Mapa 13, o qual destaca a distribuição espacial dos locais ligados às práticas do cotidiano quilombola. Nesse mapa, é possível observar uma série de locais usados pelos quilombolas, que vão além da área em posse da comunidade, exemplificando, assim, esse processo diário de resistência.

Mapa 13 – Organização espacial de locais relativos a práticas quilombolas



Autor: Gil Passos de Mattos. 2015.

3. MEMÓRIAS, USO TRADICIONAL E CULTURA MATERIAL

3.1 EM BUSCA DA MATERIALIDADE

Ao longo dos capítulos anteriores, viu-se um pouco da conjuntura que levou à formação dos quilombos, em especial no sul do Brasil. Também foi visto, ainda que de forma fragmentada, um pouco do processo de formação do quilombo Fazenda Cachoeira no pós-abolição. E a ocupação de um território tradicionalmente utilizado, associado ao registro de vestígios materiais desse processo, evidenciados através de taperas, cemitérios e outros locais presentes na memória dos quilombolas.

Foram mapeados diversos locais relacionados a uma série de atividades tradicionais e cotidianas, que evidenciam a relação dessa comunidade com o espaço que ocupam e que vai além de seu território formal. Buscou-se relacionar materiais e locais de uso tradicional a um modo de vida particular por parte desse grupo, buscando valorizar a materialidade existente nesse lugar. Procurou-se valorizar o saber tradicional desse grupo, buscando entender o modo como esses se relacionam com os materiais que o cercam e o valor simbólico que esses têm para a comunidade.

Um dos artefatos mais expressivos para a memória dos quilombolas é um forno de barro e pedra (Fotografia 68). Segundo relato do quilombola Edemar, esse forno foi construído há mais de cinquenta anos e, ali, é assado pão, bata doce e carne. Esse forno tem um valor sentimental para o mesmo, assim como para o grupo, pois foi construído pelo seu Valdemar, seu pai e antiga liderança da comunidade. Esse tipo de artefato tem sido encontrado em algumas antigas taperas visitadas, representando, assim, um importante indicador de habitação quilombola.

O material utilizado para a construção desse artefato foi o barro do “molontial” e fragmentos de rochas, encontrados em abundância pela área da comunidade. Esse representa muito bem a materialidade existente nesse local, onde as coisas, além do valor de uso, possuem valor simbólico.

Os quilombolas, quando usam esse forno no assado de pães, batata doce, carnes, etc., não estão apenas realizando o ato de assar um alimento com intuito de prover suas necessidades básicas de alimentação, também, trazem a tona uma série de lembranças que ajudam a fortalecer a identidade coletiva dessa comunidade tradicional quilombola.

Fotografia 68 – Antigo forno de barro e pedra



Foto: Gil Passos de Mattos, em 14/07/2014.

3.2 SONHOS, ESCRAVIDÃO, GUERRAS, FANTASMAS E TESOUROS

Ao longo das diversas conversas e entrevistas realizadas com os quilombolas de Fazenda Cachoeira, foram muito presentes os relatos relacionando sonhos, escravidão, fantasmas, guerras e tesouros. Há uma crença por parte dos quilombolas da existência de tesouros enterrados na região. E que os locais de tais enterramentos seriam revelados aos quilombolas geralmente através dos sonhos. Outra forma de revelação desses lugares seria por intermédio de manifestações sobrenaturais de assombrações. Outros modos, segundo os mesmos, que indicam a existência de tesouros escondidos, são as visões de clarões, fogos, luzes e de abelhas.

Em geral, esses tesouros enterrados, segundo os relatos dos quilombolas, em conversas na casa da anciã da comunidade e em rodas de mates, seriam provenientes ou da época da escravidão ou de tempos de guerras ocorridas no território de Piratini.

As histórias de enterramentos de tesouros, em geral, prata e ouro, do tempo da escravidão, têm em comum um triste fim, a morte de um escravo. Naquela época, segundo as histórias dos quilombolas, era comum o senhor de escravos, na hora de enterrar suas riquezas, ir acompanhado de um escravo. Esse escravo iria com uma pá e abriria uma cova para o

enterramento desse material, em seguida, o senhor matava o escravo e o enterrava no mesmo local. Daí a explicação de que esses locais são assombrados pelas almas dos escravos que perderam suas vidas em função da cobiça de seus senhores. Em geral, o local desses enterramentos era próximo ao pé de grandes árvores ou lugares marcantes na paisagem. A seguir, é apresentado um trecho de uma entrevista, onde os quilombolas Manoel, Edegar e Ronaldo relatam as histórias antigas que ouviam sobre os enterramentos de tesouros e escravidão, guerras e assombros.

Manoel: O pessoal juntava né? porque o dinheiro não era de papel antigamente. Era um mundo econômico né? tudo que pegavam juntavam né?

Gil: Sim.

Manoel: E produziam da lavoura pra comer né?

Ronaldo: Pois é, não tinham gasto.

Edegar: Nem banco existia nessa época.

Ronaldo: Diz que não.

Gil: E o que eles faziam com o dinheiro? Com, ouro, prata, moeda, o que era naquela época? (batidas de panela, Edegar começa a preparar o almoço),

Manoel: Era que nem as moeda de hoje, de bronze, tem aquelas moedinhas mais de dez centavos e eles deixavam tudo separado, o que era de mais valor eles deixavam separado, o oro por exemplo.

Gil: E eles enterravam? (várias falas ao mesmo tempo).

Manoel: Enterravam. Porque às vezes chegavam esses andantes e escoram o pessoal da casa com uma arma e ai o outro ia lá e fazia a limpeza do dinheiro, aí pessoal guardava no campo. Marcava um lugar que desse pra eles saber, que não esquecessem! Então, não ficava em casa nunca né.

Gil: Então tinha assalto naquela época?

Manoel: Ah é, quando vinham essas forças né, do exercito, vinham fazendo uma varredura e vinha brigando.

Edegar: Da guerra né.

Manoel: Eles levavam né, o que era homem que tinha em casa, tudo fazer frente.

Ronaldo: Na guarda.

Manoel: Na revolução. E aí faziam a limpeza no dinheiro que tinha também. Faziam uma limpeza geral, que tinha riqueza em casa provavelmente perdia.

Edegar: Por isso que aparece esses assombro, essas coisas né. O finado pai contava, os antigo contavam né, que muitas vezes matavam, Mandavam abrir um buraco e os negrinho ali ficavam. Matavam pra num conta pros outro.

Manoel: É.

Edegar: Os escravos né, os fazendeiro matavam.

Manoel: Eu não sei pra que, que faziam tanto segredo com dinheiro né.

Edegar: Tem muito ouro enterrado.

Manoel: Porque dinheiro e ouro enterrado, isso aí se o cara não tiver coragem morre pobre. Porque tem que passar por um processo muito corajoso, assim pra tirar um dinheiro desses né. Tu vê coisas que aconteceu quando eles, quando eles.

Edegar: Quando mataram.

Manoel: Quando eles enterram aquele dinheiro, aquilo ali vem na tua memória ali, na tua visão, tudo que eles fizeram quando tavam guardando aquele dinheiro ali. Passa um filme, eu nunca vi. Porque as vez tu tá cavando ali em cima e o cara tá gritando, aí minha costela, ai isso, ai aquilo, né, tu tá cavando ali onde o cara tá sepultado, onde ele ficou ali. Tem que ter coragem. (Entrevista realizada em 06/12/2014).

Também, são comuns relatos de enterramento de tesouros do período das guerras. Segundo os quilombolas, das histórias que lhes foram transmitidas, os soldados quando chegavam, saqueavam e cometiam outras atrocidades. E, para proteger esses pertences, entre moedas, joias, ouro e prata, seus donos os enterravam ou escondiam em lugares de difícil descoberta. Em conversa realizada com os irmãos quilombolas, Edemar, Beto e Ronaldo, no dia quinze de julho de 2014, esses relataram o caso do encontro de uma adaga, de baixo de uma pedra na área quilombola, cujo local teria sido anunciado para Edemar por intermédio de um sonho:

Edemar: E eu sonhava todo dia eu sonhava com um cavalo tordilho e o cavalo se alevantava assim um jacaré né? E os arreios do cavalo e tudo aquilo, a peitera, toda de prata. Sério, sonhava e sonhava toda noite, aí eu falei pra Ronaldo e o Ronaldo achou de baixo da pedrinha, uma faca cheia engrenagem, que faca bem linda.

Ronaldo: Às vezes eu me sentava em cima daquela pedrinha e quando é pra acontecer.

Edemar: E era São Jorge, o cavalo tordilho né, e o cavalo se atira assim, no meu sonho né o cavalo se levantava. E a pedra no mesmo local que eu sonhei né Ronaldo?

Ronaldo: É.

Edemar: O cavalo tava atado. Nem sei se tinha bainha?

Ronaldo: Bainha tinha.

Edemar: Coisa mais linda, não existia, eu nunca vi uma faca tão linda como aquela. Não sei se o Ronaldo vendeu, se tá num museu.

Ronaldo: Eu negocieei com o Leonir, que negociou por um revolver depois.

Beto: Se fosse eu, não tinha negociado uma faca daquela, do tempo antigo.

Gil: E vocês acham que tá num museu agora?

Ronaldo: Ah deve tá.

Beto: Não, o rapaz tem ela, o rapaz me falou, teve esses dias aqui, ele tem ela.

Edemar: Eu vou pedir pra olhar aquela faca, um mistério.

Beto: Aquele guri do Merquidi, ele falou pra mim, ele tem ela.

Edemar: Tava socada em baixo da pedra.

Ronaldo: De baixo da pedra.

Edemar: Em baixo da pedrinha.

Ronaldo: Lá pras baixo da casa do Osmar, ali.

Edemar: Diz que tem um armamento coisa mais séria por aí. Aí nesse rodeio nosso o que a gente achava de bala tchê. O que tinha de bala mosquetão e não sei aquela outra, acho que quarenta e quatro. Ali nessa tapera, tu achou também uma moeda né Ronaldo?

Ronaldo: Achei uma moeda, Dom Pedro I e Dom Pedro II.

Edemar: No tempo da guerra, alguém disparando, meteu ela né. Isso aí, porque acho que atravessavam muito aí, porque essa Casa de Pedra acho que era esconderijo grande deles né. (Entrevista realizada em 15/07/2014).

São diversos os locais apontados pelos quilombolas onde se pode encontrar enterramentos de tesouros, como a própria Casa de Pedra, citada ao fim do trecho da entrevista apresentada. Em conversa, no dia sete de dezembro de 2014, o amigo da família, Leopoldo, e os quilombolas Beto e Edemar falaram sobre sonhos que tiveram em relação às riquezas enterradas no entorno dessa Casa de Pedra:

Leopoldo: A Casa de Pedra, não tá lá na Casa de Pedra, eu já sonhei várias vezes que tá perto da Casa de Pedra.

Beto: Eu vi um homem tirando o dinheiro num sonho, eu vi, eu vi ele e o homem pegou o dinheiro naquela baita panela assim e deu aquele vento. E a mulher disse: Vocês querem esse dinheiro? E nós: queremos. Tava eu e outro cara. E ela disse: Então chega aqui, agora vocês não vão mais passar trabalho, vocês não vão ficar com medo? E nós: não. Então ela disse: Vocês não se assustaram, debaixo dessa pedra eu vou tirar o dinheiro pra vocês. E eu: Não, não tenho medo. E ela: então as almas vão arrepiar os cabelos de vocês. E ela virou aquela pedra e o homem pegou aquela panela de ferro, e eu me lembro bem direitinho, ele pegou e foi correndo pra baixo. E eu ó, risquei, porque ele pegou o dinheiro e agora vai me matar. E depois eu cheguei na tia Chinoca, tava o Edemar também e ele pra me socorrer com uma criancinha no colo, um anjinho. E o homem chegou lá na tia Chinoca e perguntou por que eu tinha disparado. E ele disse ter colocado o dinheiro mais lá pra baixo.

Edemar: Pode tá naquelas pedra lá pra baixo.

Beto: É, naquelas pedra que nós olhamo aquele dia. (Entrevista realizada em 15/07/2014).

Segundo os quilombolas, essa Casa de Pedra é assombrada e diversos são os relatos envolvendo assombrações ou acontecimentos estranhos nesse lugar. São comuns, nos relatos, aparições do fantasma de uma mulher de branco, clarões e vozes vindas dali. Dona Esclair, em uma entrevista realizada no dia onze de outubro de 2014, falou do fato ocorrido com seu filho, José Arli, na Casa de Pedra e, também, explica, segundo as histórias que ouviu dos mais antigos, o porquê de tal lugar ser assombrado:

O Arlzinho conta que um dia cruzou de lá pra cá por dentro da Casa de Pedra, quando ele quis entrar dentro da Casa de Pedra, aquilo gritou: Isso não é hora, da volta. E ele disse que campeou, campeou por dentro da Casa de Pedra e não viu ninguém, era a fala de homem pra ele dar volta. E o cachorro que tava com ele não fez causo nenhum. Era uma assombração que falou com ele, pra ele dar volta, que não era hora. Muito assombrado aquilo ali, muito assombrado, mais agora, aquilo ali é velho. No tempo da guerra desse lado pra cá tinha um, um negócio, faziam umas tripa pra cozinhar, butavo as panela por cima daquilo né, tudo queimado a pedra preta debaixo do fogo. E disse que quando tava muito armado vinha cada trovão e relâmpago e eles riscavam a faca no chão que saia fogo do chão e dizia cai raio aqui. Morreram tudo queimado, amontoado perto do fogo e não sei se foram enterrado ali ou donde foi. Por isso que aparece coisa ali, por isso. Né, cada relâmpago que chegava a sair chispa do fogo. Cai raio aqui eles diziam, Deus que me perdoe. Por isso que é assombrado ali, toda aquela volta é assombrada ali. (Entrevista realizada em 11/10/2014).

No mesmo dia da entrevista realizada com a presidente da associação quilombola de Fazenda Cachoeira, na qual ela relata a assombração da Casa de Pedra, conversou-se, também, com seu filho, Edemar, que contou que já escavaram o local em busca do tesouro enterrado.

Edemar: Ali tentaram cavar já, ficou as terra lá, eu não sei se tiraram, mas tentaram né. Eu não sei como é que os caras entraram ali tchê, eu nem de lado acho que entro ali e eles entraram. Taparam o fundo da entrada da Casa de Pedra de tanta terra que tiram.

Elias: Nem eu consigo entrar ali.

Edemar: Eu me apavorei. A tia Chinoca se mandou e no mesmo dia os cara cavaram. Cortaram com moto-serra uma raiz que tinha ali. Não sei se tiraram, mas cavaram ali, coisa mais séria. (Entrevista realizada em 11/10/2014).

Outro local associado pelos quilombolas a sonhos e tesouros enterrados, é a mangueira de pedra, que, assim como a Casa de Pedra, será abordado com mais detalhe na sequência do trabalho. Na época da elaboração do RTID de Fazenda Cachoeira, em visita à mangueira de pedra, o finado Valdemar relatou ter tido vários sonhos com a existência de ouro e dinheiro enterrado nesse local. Mas, segundo ele, seria muito difícil encontrar em virtude do vasto tamanho do lugar.

Além desses lugares já citados, envolvendo sonhos, escravidão, guerras, fantasmas e tesouros, se conseguiu mapear mais três locais envolvendo essas temáticas. Tratam-se de duas taperas, com relatos de assombrações, uma delas envolvendo, também, a questão de materiais preciosos enterrados. E o outro local mapeado, que se destaca nos relatos dos quilombolas, é o chamado Cerro da Maneia, envolvendo assombrações, visões de clarões e sonhos de tesouros enterrados.

3.2.1 As taperas assombradas

Como já citado, há relatos de assombrações e possíveis tesouros enterrados em relação a duas taperas. As duas se localizam na área tradicionalmente ocupada pela comunidade. A primeira tapera já foi apresentada (*Mapa 9 – Distribuição espacial das taperas de negros e dos cemitérios com enterramentos quilombolas*). Trata-se da tapera de um antigo casal que morava ali, França e Polaca. Em conversa sobre as taperas da região, com os quilombolas Edemar, Manoel e Eslair, realizada no dia seis de dezembro de 2014, eles destacaram essa tapera como muito assombrada:

Edemar: Não o cara vê cada tapera que o cara tira o chapéu, que mistério, como tem coisa pra ver pra cá.

Gil: Tinha bastante gente morando antigamente pra esses lados daqui?

Edemar: Mas tchê. era a coisa mais linda Gil, era a coisa mais linda né mãe?

Eslair: Ah é.

Edemar: Movimento Gil, era um movimento.

Eslair: Tinha movimento bastante.

Manoel: Tinha uma tapera velha também, que tinha uma árvore grande dessas “orelha de nego” logo ali em cima.

Edemar: O Gil teve comigo ali.

Gil: Essa que a gente teve nessa última vez?

Edemar: É o Gil teve lá, a que tem um forno.

Manoel: Ali diz que aparece alguma coisa também.

Edemar: Eu mostrei pro Gil, ali onde tem as cacimba, acho que nós não chegemo nas cacimba né?

Manoel: É assombrado, diz que aparecem algumas coisas ali.

Edemar: Aquilo ali é assombrado, assombrado, coisa mais séria. (Entrevista realizada em 06/12/2014).

De acordo com os quilombolas, a tapera e a estrada de acesso a ela seriam assombrados. Nesse local, cuja imagem é apresentada a seguir (

Fotografia 69), escutam-se vozes, e os quilombolas contam sobre o ataque de um grande cachorro e a aparição, nas palavras de Beto, de dois “negrinhos barrigudinhos”. Segundo o quilombola, certa vez, um amigo da família, que às vezes pousava no quilombo, ao passar na estrada à frente da tapera, foi agarrado, pelos braços, por esses dois "negrinhos". Depois, perdeu a razão, caminhou toda a noite sem rumo, chegando ao quilombo, com as roupas rasgadas, somente no dia seguinte.

Fotografia 69 – Tapera assombrada

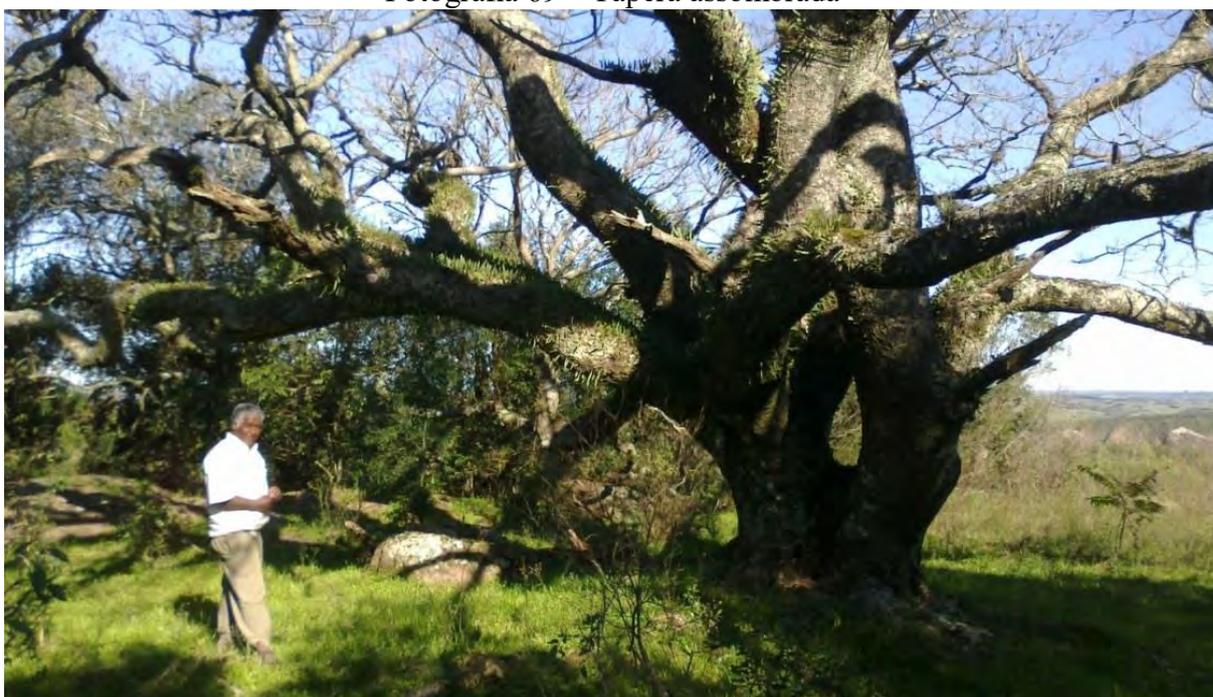


Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/08/2014.

Legenda: Na imagem aparece o quilombola Edemar e uma árvore denominada de “orelha-de-nego” nesse local que é assombrado.

Durante essa mesma conversa, do dia 06 de dezembro de 2014, poucos minutos depois de a iniciarmos, chegou o quilombola Ronaldo. Ele informou sobre a existência de outra tapera assombrada, a cerca de 700 metros de distância das atuais casas dos quilombolas, isto é, já na área pertencente à empresa Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda.. Segundo os

quilombolas, nesse local, existia outra tapera, mais antiga, a qual foi derrubada pela empresa para a construção de uma nova casa, mas que, hoje em dia, se trata de uma tapera abandonada. Conforme os relatos, esse local já era assombrado desde a época da primeira tapera. A seguir, é apresentado mais um trecho dessa conversa, em que se relata a questão da assombração e, ademais, a realização de uma prospecção com detector de metais e, também, sobre o achado de uma aliança de ouro.

Ronaldo: Aqui nessa tapera te lembra que eu falei pra ti, que apitou o, esse o...

Gil: O detector de metais?

Ronaldo: É, e aí o cara pegou, o filho do Carli que comprou e disse bem assim: Não pai, o homem me disse pra mim que se ele apitasse, que apitasse firme, que parece o ponteiro é porque era ferro. Tava muito e tava bem rasiado é metal, tava muito e bem em cima e aí nós nem quisemos cavar, mas de longe, de longe já pegou a apitar, longe pegou a apitar. E o Adilson tava numa pressa, numa pressa, coisa mais séria. Tchê e sabe-se lá se nesse lugar que apitou, pelas frestas, o Edemar olhava pelas frestas pra baixo, na altura de um alicerce pra baixo e quantidade de pedra.

Manoel: blocos de pedra.

Ronaldo: É, blocos de pedra.

Manoel: Era um alicerce né.

Ronaldo: Pois é.

Edemar: Foi ali que a mãe achou uma aliança de ouro.

Ronaldo: E foi bem ali.

Edemar: Muito rico aquele lugar ali

Gil: E onde que era?

Ronaldo: Ali onde eles passaram o aparelho. Eu não me lembro, eu era novo nessa época, mas o Manoel diz que tinha umas figueiras ali e a mãe confirmou disse que tinha quantidade de figueiras ali junto à mangueira.

Gil: E ela achou ali em cima assim?

Ronaldo: Ela tava varrendo em baixo das figueiras e achou.

Manoel: Aquela tapera que tá ali já foi construída pela ISAGRO [antigo nome da empresa]. E com o decorrer do tempo, depois a Hilda [filha de Chinoca] foi morar lá, disse que quando morava lá, diz que de vez em quando uma janela se escancarava ou quando chegasse de noitezinha uma porta se abria.

Ronaldo: Ué a Hilda tava bem louca, nem queria mais parar sozinha nas casa, não parava mais.

Manoel: Quando vê, construíram em cima de alguma coisa.

Edemar: Uma vez fui parar lá não pude dormir tchê. Era aquelas batida de uma mulher, de gente caminhando, mas nunca mais fiquei lá.

Ronaldo: Ué, aquela velha, mãe do Jacu, que trabalha na firma, a dona Tereza.

Edemar: É ela falou.

Ronaldo: Veio aqui dizer pra mãe: Eu não pude dormir essa noite, um fogo entrou pelo costado da janela e foi pro canto da parede por dentro de casa, parecia que ia incendiar tudo por de dentro de casa, clareou tudo.

Edemar: É nunca me esqueço, ela falou.

Ronaldo: Deixou até a porta encostada, isso que era uma pessoa de coragem tchê. De coragem a velinha. Aí a Hilda falou pro João Ortiz [funcionário da firma] que não aguentava mais ficar lá. Coisa mais séria, era abrindo a janela, era grito de gente.

Edemar: Ali tem.

Manoel: Esse troço tá dentro de casa. Deve tá no alicerce.

Ronaldo: Tu desconfiou ali também?

Manoel: Sabe aquela história do cavalo?

Ronaldo: Pois é.

Manoel: O cavalo do finado Ariano bufava atado na sombra. Eu não sei se os outros viram, mas na frente da casa assim, não sei por que, que ficou uma tintura, uma

pintura na parede e aquilo ali é tempo, não é coisa feita pelo homem. É tipo um corpo dum cavalo assim, o vazio, as perna, as orelha meia curva pra cima assim e amarrado na chinha, tem o sinal da chinha bem no meio da barriga. E aquilo ficou na parede.

Gil: Nesse mesmo lugar? Tudo isso nessa casa?

Ronaldo: É. Só que já tinha outra casa, mas já reformou a casa né Manoel? Fez outra casa nova em cima.

Manoel: É. Eles fizeram em cima da que tinha ali. (Entrevista realizada em 06/12/2014).

Como pode ser contatado a partir dessa conversa com os quilombolas, trata-se de uma tapera com muitas histórias de assombração. Não diferente é o caso do Cerro da Maneia.

3.2.2 O Cerro da Maneia

Para quem sai de Piratini em direção à sede do quilombo Fazenda Cachoeira, o Cerro da Maneia (Fotografia 70) fica a aproximadamente 1,2km de distância, seguindo pela estrada, até a porteira de acesso da área de posse quilombola. Mas, bem antes de chegar à comunidade, já se enxerga esse imponente morro. Inclusive, ele encobre a visão de quem está indo para a comunidade, seguindo o caminho supracitado. Em função de sua elevada altimetria, o mesmo se destaca na paisagem e, também, pode ser considerado um local estratégico, já que dispõe de uma visão panorâmica da região.

Segundo relatos dos quilombolas, esse cerro se relaciona a ascendência escrava na região. Ainda não está claro o porquê do nome “Cerro da Maneia” que foi dado a esse lugar. Nas conversas realizadas com os quilombolas, os mesmos deram diferentes informações a respeito dessa questão.

O primeiro relato obtido em relação a esse cerro é que ali os escravos eram maneados, amarrados e castigados. Também há relatos de que nesse local eram maneados cavalos. Informação bastante coerente com o significado encontrado no dicionário. Segundo o *Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2010), “maneia”, é: “correia que prende o cavalo pelas mãos, para que não corra”. Houve relato, ainda, que no Cerro da Maneia eram maneados soldados. Mas o que predomina são relatos de que esse local tem esse nome em função do maneio de cavalos.

Fotografia 70 – O Cerro da Maneia



Foto: Gil Passos de Mattos, em 26/07/2014.

Legenda: Registro fotográfico, do Cerro da Maneia, realizado da estrada que dá acesso a comunidade.

Dona Esclair, em conversa realizada no dia treze de agosto de 2014, relatou que nesse local existiu uma venda, muito antiga, do início da ocupação nessa região. Segundo a mesma, é possível ver as fundações da estrutura desse antigo estabelecimento.

Foram realizadas duas visitas nesse local. No dia quatorze de agosto, esteve-se ali em companhia do quilombola Edemar. Por estar nas terras de propriedade da empresa que circunda a terra de posse quilombola, essa vistoria na área foi bem rápida, pois esse morro pode ser avistado da sede da empresa Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda. Nessa rápida visita, não foi encontrado nenhum vestígio de estrutura ou artefato arqueológico. Já na segunda visita, realizada no dia onze de outubro de 2014, em companhia dos quilombolas Edemar, Giovane e Elias, também, do arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira, com mais calma, em função de ser um fim de semana e os funcionários da empresa não estarem trabalhando, se conseguiu encontrar os vestígios dessa antiga construção.

A seguir é apresentada uma imagem (Fotografia 71) onde é possível ver vestígios da estrutura da fundação dessa antiga edificação. Os quilombolas não chegaram a conhecê-la. Souberam de sua existência pelos relatos dos mais velhos e por indícios, tais como restos de estruturas e antigas cacimbas.

Fotografia 71 – Estrutura de fundação de uma antiga construção no Cerro da Maneia



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014.

Legenda: Registro arqueológico da estrutura da antiga edificação.

Segundo os quilombolas de Fazenda Cachoeira, esse cerro é assombrado. Entre as histórias contadas, a mais recorrente é a de um galo, o mais bonito já visto e que habita uma antiga estrada (Fotografia 72) existente no interior desse cerro, o qual foi fechada pela empresa.

Fotografia 72 – Antiga estrada no interior do Cerro da Maneia

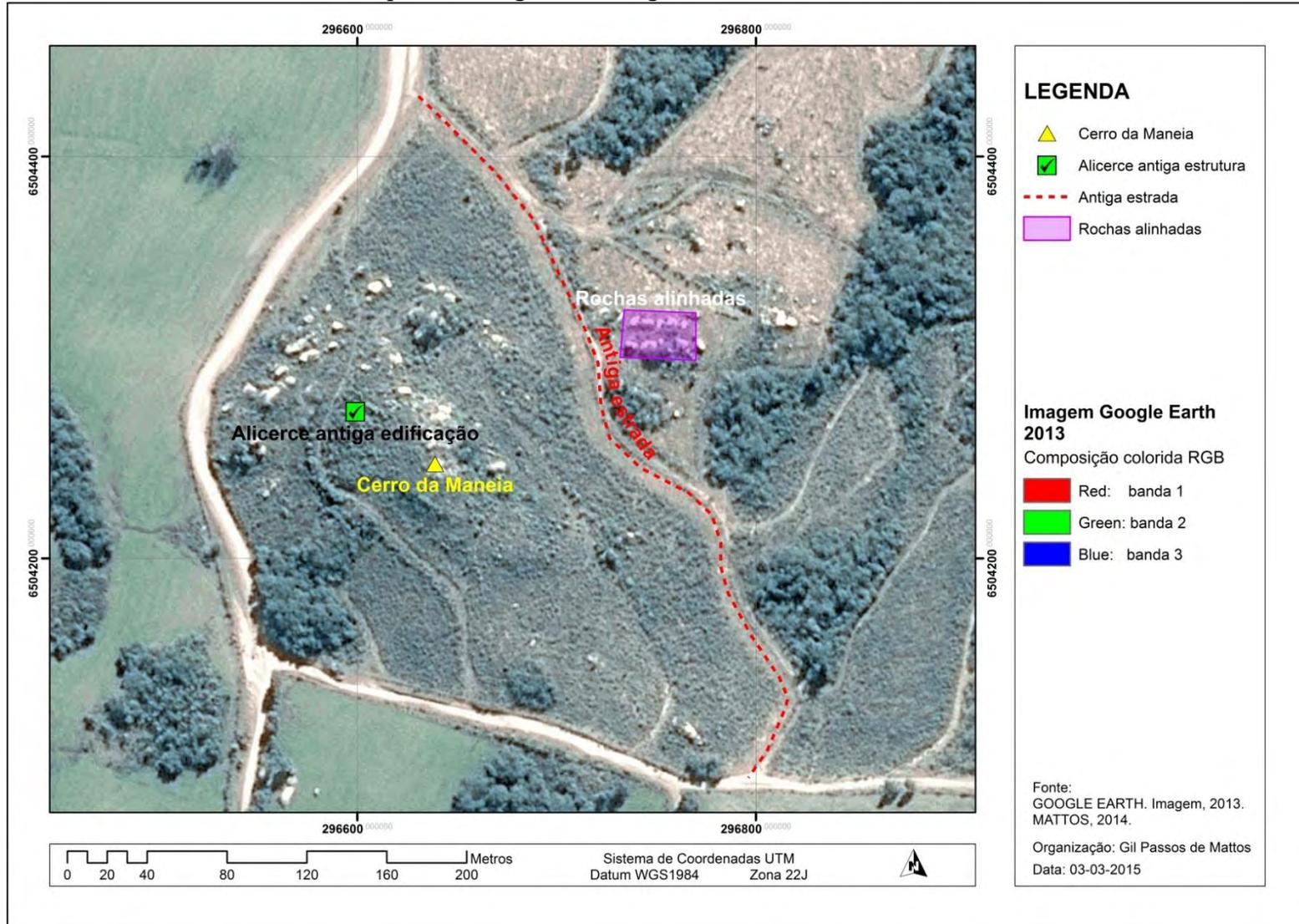


Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014.

Legenda: Estrada interna no Cerro da Maneia, atualmente em desuso, em função do fechamento de seu acesso.

A seguir, é apresentado o Mapa 14, com uma imagem de satélite de agosto de 2013, obtida no software Google Earth. Nessa, se pode visualizar o cerro, uma estrada que era utilizada antigamente antes da chegada da empresa. Pode ser visto, também, o ponto registrado do alicerce dessa antiga estrutura e blocos de rochas alinhadas, vistas por satélite.

Mapa 14 – Imagem do Google Earth do Cerro da Maneia



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

Em conversa coletiva, com diversos quilombolas, realizada no dia onze de outubro de 2014, na casa de dona Eslair, além da história do galo, obteve-se outros relatos de manifestações sobrenaturais ocorridas nesse cerro:

Beto: A Maria viu, o Manoel viu uns quantos cara viram o galo. O galo mais lindo. Aqui nessa volta uns quantos viram o Leopoldo viu. Um dia o Leopoldo foi campear o galo. Deixou o cavalo na estrada e foi campeando o galo e o galo se sumiu na pedra. Aí ele meteu a faca e tinha uma abelha. E nos fomo lá campear a abelha e ele disse, tem abelha nessa pedra. Só uma boquinha assim nessa pedra e eu meti a faca lá e não saiu bicho nenhum.

Edemar: Houve uma manifestação pra ele, maior. E bem ali entra o galo. E as mulher foi ali, bem naquela volta ali né?

Beto: As mulher foram reto estrada a fora e dobraram naquela curvinha, de quem pega pra cima, às três hora e um sol tchê.

Edemar: Passaram no costado deles, que coisa engraçada né mãe, o Henrique da Cleni, chegou apavorado.

Eslair: Correndo, tudo suado. Pensaram que era gente.

Edemar: Nem adeus dão, bem de branquinha, duas mulher. Não, ali tem dinheiro, aquilo ali é muito falado né mãe?

Eslair: Ah é, é.

Edemar: Maneavam os cavalos tchê e saltava o garupa, o tal de garupa, que saltava né, aquilo é um assombro. O garupa tu ia a cavalo e pulava o cara na tua garupa e aí o cavalo saía quando o garupa queria. Acho que era um cara que mataram aí.

Ronaldo: O finado Ariano passava muito trabalho, que trabalhava com o Crioulo ali, passou muito trabalho, às vezes tinha que largar o cavalo ali e vir a pé.

Edemar: Onde maneavam os cavalos, os cara, tudo. O finado pai contava que era coisa muito séria né mãe? Onde maneavam os cavalos e louqueavam os cavalos, coisa muito séria né?

Eslair: Ah é.

Edemar: Os cavalos ficam presos ali né, o Cerro da Maneia, todo mundo conhece por Cerro da Maneia.

Elias: Por que eles maneavam os cavalos?

Edemar: Maneavam os cavalo ali. O pai vivia nessas estancias domando né mãe? Vinha horas morta da noite.

Eslair: É, ah é.

Edemar: Ali o cachorrão, no bueiro, atacou o finado pai.

Eslair: Ali a Mosa, minha filha mais velha, também, uma vez veio cruzando por ali, no caminho velho, pelo lado de dentro. Ali tinha um mundo de soldado, tudo em pontaria, com a arma em pontaria.

Edemar: Bem ali Gil, bem no coqueiro só que no barranco da pedra, do lado da pedra.

Eslair: Ela disse que era gente, mas não era nada, não era gente, tudo em pontaria, tudo soldado, tudo de amarelo.

Edemar: Tudo amarelinho.

Eslair: Coisa mais horrível, tudo em pontaria, com os revolver em pontaria.

Edemar: Na beirada da pedra. Coisa mais engraçada né?

Beto: Às vezes pode ser dinheiro enterrado ali.

Edemar: Ali tem dinheiro.

Eslair: Pode ser mais ali, mais aqui, tem.

Edemar: E é grande aquilo ali, ali não é pequeno. Nós vimo aquela bola de fogo, coisa mais séria, aquela bola de fogo ela baixou ali. Mas olha lá, olha lá, eu vou lá ver. Mas bota bola de fogo, tipo uma lua, mas bem baixinho. E sabe lá se não tá nas cacimba né.

Eslair: É, pode tá na cacimba, ali onde canta o galo, naquela estrada que vai por dentro, onde cantava o galo.

Edemar: É eu mostrei pro Gil ali onde era a estrada velha.

Eslair: Quanto mais nos dava laço nos cavalos, vinha até as coxilha pra quem que dobrar pra cá, o galo velho cantando atrás de nós. O galo com uma cantiga tão triste, mas uma canga bonita né. (Entrevista realizada em 11/10/2014).

Como foi possível observar nessa entrevista, esse cerro guarda muitas histórias. O ideal seria realizar um trabalho de prospecção arqueológica intensiva nesse local.

3.2.3 O mito do dinheiro enterrado nas três restingas da Serra das Asperezas

Em uma roda de mate, na casa da anciã da comunidade, conversando sobre a Serra das Asperezas, com a presença de Edemar, Beto, Ronaldo, Elias, Dona Eslair e o arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira, os quilombolas relataram o mito de que há dinheiro enterrado em três restingas dessa serra, conforme pode ser visto num trecho, apresentado a seguir, dessa conversa:

Edemar: Só na volta desse cerro aí [Serra das Asperezas], só numa voltinha acho que tem cinco ou seis taperas né Beto?

Eslair: É, na volta da serra.

Edemar: Tudo na volta da serra aí, na ponta da serra. É linho tchê. Fui fazer um roçado com um cara, nós só enxergava tapera. E eu digo, mas o que é isso aí. De tanta tapera e forno velho.

Eremites: De pedra?

Ronaldo: É forno velho de pedra.

Edemar: Tijolo, alicerce.

Beto: Ué a mãe, lá onde vocês moravam, a senhora diz que lá, também no cerro, lá a mãe diz que lavrando virava os boi bem cima do dinheiro.

Edemar: Desse dinheiro que tiraram.

Eslair: Ah é. Em cima do dinheiro.

Edemar: O finado pai não via.

Eslair: Quantas vezes virei os boi num banhado horrível e eu defendendo de me molhar né, e aquele banhado horrível vertendo água. E onde tava um tonelão desses grandão de dinheiro. Foram lá e tiraram. E eu quantas veiz, as vez me arrepiava me assombrava, lá solita naquilo, na beira lá da costa da serra, muito sujo né. E tinha uma lavoura e lá tiraram o dinheiro. Chegou com o aeroprano acho que foi né?

Edemar: É, foi com o avião.

Eslair: Ficou só sinal, o buracão.

Edemar: Diz que é alabanco

Beto: A mãe diz que quando tava lavrando ouvia dizer, vamo boi.

Eslair: Mas na serra ainda tem, nas quatro restinga da serra tem dinheiro.

Edemar: Tem um alabanca, o marco é uma alabanca.

Eslair: É um tonelão pesa cento e tantos quilo, esses grande antigamente.

Edemar: Nas três restinga.

Eslair: É, é nas três restinga, tem um tonelão de dinheiro, mas não se sabe.

Edemar: Tá cravado a alabanca e é marca, nessa serra aí.

Beto: O finado pai e a mãe diz que dizia que o finado pai via quando o homem vinha descer de carroça com os boi no cerro pra baixo.

Eslair: Cansei de ver carroça, nuns peral horrível, que nem sei, coisa muita mais alta que essa casa aí, só de pedra, que essa casa nova aí, os peral de pedra pra descer pra baixo e eu ouvia bem direitinho grita: Eta boi. E a carroça veia batendo serra a baixo né, nas pedra. (Entrevista realizada no dia 11/10/2014).

Dona Eslair já morou no local onde foi encontrado um desses tonéis cheios de dinheiro, que teria sido encontrado e levado por um avião. Tal local já foi mapeado e pode ser visto no mapa onde aparecem as antigas taperas, no pé da serra, onde estão localizadas as taperas da Rosa, da Ana, do Carlos e do seu Valdemar e Eslair. Segundo a presidente da associação, tal lugar também é assombrado.

3.2.4 Mapeando o imaterial

Embora os sonhos de tesouros enterrados, visões e sentimentos da presença de assombrações não possam ser materializados, se pode, sim, mapear os locais onde ocorreram essas visões ou o ouvir de vozes e barulhos estranhos, assim como, os locais revelados através dos sonhos dos quilombolas, indicando a presença de tesouros enterrados.

Em seguida, será apresentado o *Mapa 15 – Sonhos, escravidão, guerras, fantasmas e tesouros*. Esse mapa localiza todas as ocorrências de indicações dos sonhos dos quilombolas sobre assombrações. Nesse mapa, também são destacados dois locais de achados quilombolas, um referente a uma adaga do tempo da guerra e outro referente à aliança de ouro encontrada pela Dona Eslair. Também foi mapeado o local onde o quilombola Odair, falecido marido de Chinoca, se suicidou, enforcando-se numa árvore. Esse local foi mapeado porque, depois do suicídio, os quilombolas o consideraram mal assombrado e, inclusive, derrubaram a árvore.

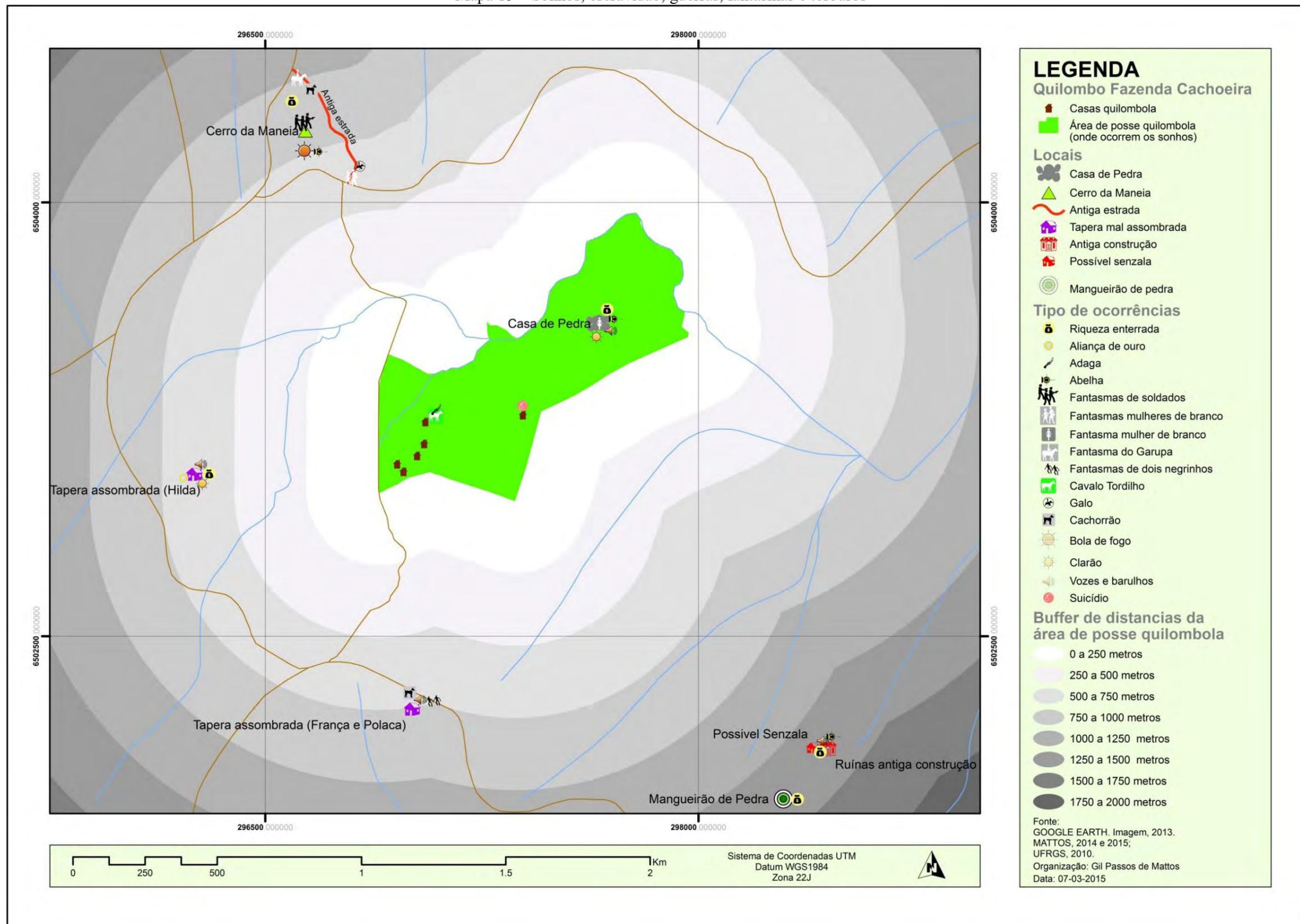
O Cerro da Maneia foi o local que apresentou o maior número de manifestações ligadas ao imaginário das assombrações: o garupa, as duas mulheres de branco, os soldados, o cachorrão, o galo e a bola de fogo. O local é associado, também, ao imaginário dos tesouros enterrados. A presença de abelhas, inclusive, seria um indicativo, para os quilombolas, da presença de dinheiro e tesouros.

A Casa de Pedra aparece como outro local muito presente nos relatos relacionados a assombros e sonhos. Nessa foram mapeados as ocorrências de vozes, clarões, o fantasma de uma mulher de branco e, também, de enterramento de tesouros. Destacam-se, também, as duas taperas assombradas, com relatos envolvendo vozes, barulhos e clarões.

O mapa localiza, ainda, o mangueirão de pedra e a antiga construção, ambos relacionados a sonhos com tesouros enterrados. Por fim, o mapa apresenta outro local considerado mal assombrado: a área entre a antiga construção e uma possível senzala.

Por uma questão de escala esse mapa não mostra a Serra das Asperezas, nem o Passo da Cruz, locais indicados como cenários de guerra, assombrados ou com tesouros enterrados.

Mapa 15 – Sonhos, escravidão, guerras, fantasmas e tesouros



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

3.3 O SIGNIFICADO DAS PEDRAS

Existe uma série de locais de uso tradicional quilombola. Alguns já foram apresentados, como é o caso dos cercados quilombolas, dos locais de caça e coleta, dentre outros. Esses locais ajudam a compreender o modo de vida dos quilombolas e o padrão de ocupação desse espaço tradicionalmente utilizado. O estudo desses lugares auxilia tanto no resgate da história dessa comunidade, como na valorização de um modo especial de se relacionar com o meio material e com a natureza.

Um aspecto que chamou atenção nessa pesquisa é o modo como os quilombolas de Fazenda Cachoeira incorporaram alguns afloramentos rochosos, dando-lhes significado. A seguir, serão apresentados alguns locais com essa característica, cada um com um tipo de uso específico. São eles: o lajeado, o curral cercado de pedra, horta cercada de pedra, eira de pedra e a pedra de sangrar porcos que também funciona como uma espécie de mesa de pedra.

3.3.1 O lajeado

O lajeado (Fotografia 73) é tradicionalmente utilizado como um mirante. Nesse local, se tem uma visão panorâmica de vários locais das redondezas, inclusive da RS-702, que é a rodovia que dá acesso ao quilombo, ficando a cerca de dez quilômetros de distância da comunidade. Esse lajeado é um local estratégico, uma vez que permite avistar qualquer movimentação em direção ao quilombo.

Além dessa utilidade como mirante, esse lajeado é um importante lugar de convivência para o grupo. É comum no quilombo, quando as pessoas querem ter certa privacidade para conversar, ir a esse local. Também foi observado, algumas vezes, que as mulheres e meninas do quilombo gostam de ir nesse local para conversar e fazer poses para registros fotográficos com a câmera do celular, proporcionando, assim, um momento feminino nesse espaço. Dona Eslair é que já faz algum tempo que não vai a esse local, segundo a mesma, em função de um problema no joelho. Pois o local, que atualmente está na área da empresa, apesar de não ser muito longe, a cerca de 150 metros da casa da anciã da comunidade, possui um relevo bem íngreme até a sua chegada.

Osmar Rodrigues da Silva, um dos principais interlocutores nessa pesquisa, relatou, no dia 26 de julho de 2014, que esse local já foi utilizado, também, como lugar de reuniões, inclusive, já tendo ocorrido um baile sobre essa área que, em boa parte, conta com uma superfície plana, conforme pode ser visto na imagem a seguir:

Fotografia 73 – O lajeado



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014.

Legenda: Na imagem registrada de cima do lajeado, aparecem os quilombolas admirando a paisagem e indicando para os arqueólogos a localização de locais relevantes para o grupo. Da esquerda para direita aparecem os quilombolas Ronaldo, Edegar, Derli, Beto, o arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira e o quilombola Giovane.

Outro aspecto relevante é que o lajeado se configura na paisagem em relação à questão hídrica, como um divisor de águas. Boa parte da água que chega às principais cacimbas e aguadores para animais são provenientes das águas que percolam pelo terreno obedecendo a lei da gravidade, fluindo do ponto mais alto, o lajeado, em direção às áreas mais baixas, na sanga no limite nordeste, em direção às terras da tia Chinoca, no limite atual da área de posse do quilombola com a área da empresa.

Além dessa água proveniente do lajeado servir para o consumo dos quilombolas, segundo Edegar, ela também é utilizada para realização de uma simpatia realizada no próprio lajeado e que serve para curar frieiras nos pés. Ao conversar com Edegar a respeito de tal simpatia, no dia oito de dezembro de 2014, seu sobrinho Elias, que a desconhecia, interessou-se pelo assunto, pois estava com um machucado em um dos pés:

Gil: Tá, então Edegar é só lavar os pés ali [no lajeado] e não tem mais frieira?

Edegar: É, passa a frieira e aí não te lava mais.

Gil: E é uma vez só?

Edegar: É uma vez só.

Elias: Aonde é que tem que lavar os pés?

Edegar: Ali no lajeado, onde tem aquela vertente com uma graminha verde. Mas só quem tem frieira.

Elias: E que não tem?

Edemar: Quem não tem não precisa.

Elias: E quem não tem da pra lavar os pés ali né?

Edemar: Aquilo ali é só pra quem tem fricira tchê. (Entrevista realizada dia 08/12/2014).

No dia seguinte, em visita ao lajeado com Beto e Elias, esse último, mesmo sabendo que tal simpatia era somente para frieiras, lavou os pés em tal vertente (Fotografia 74), na esperança de ajudar na cura mais rápida de um ferimento em seu pé.

Fotografia 74 – A simpatia para curar frieira de lavar os pés na água que verte do lajeado



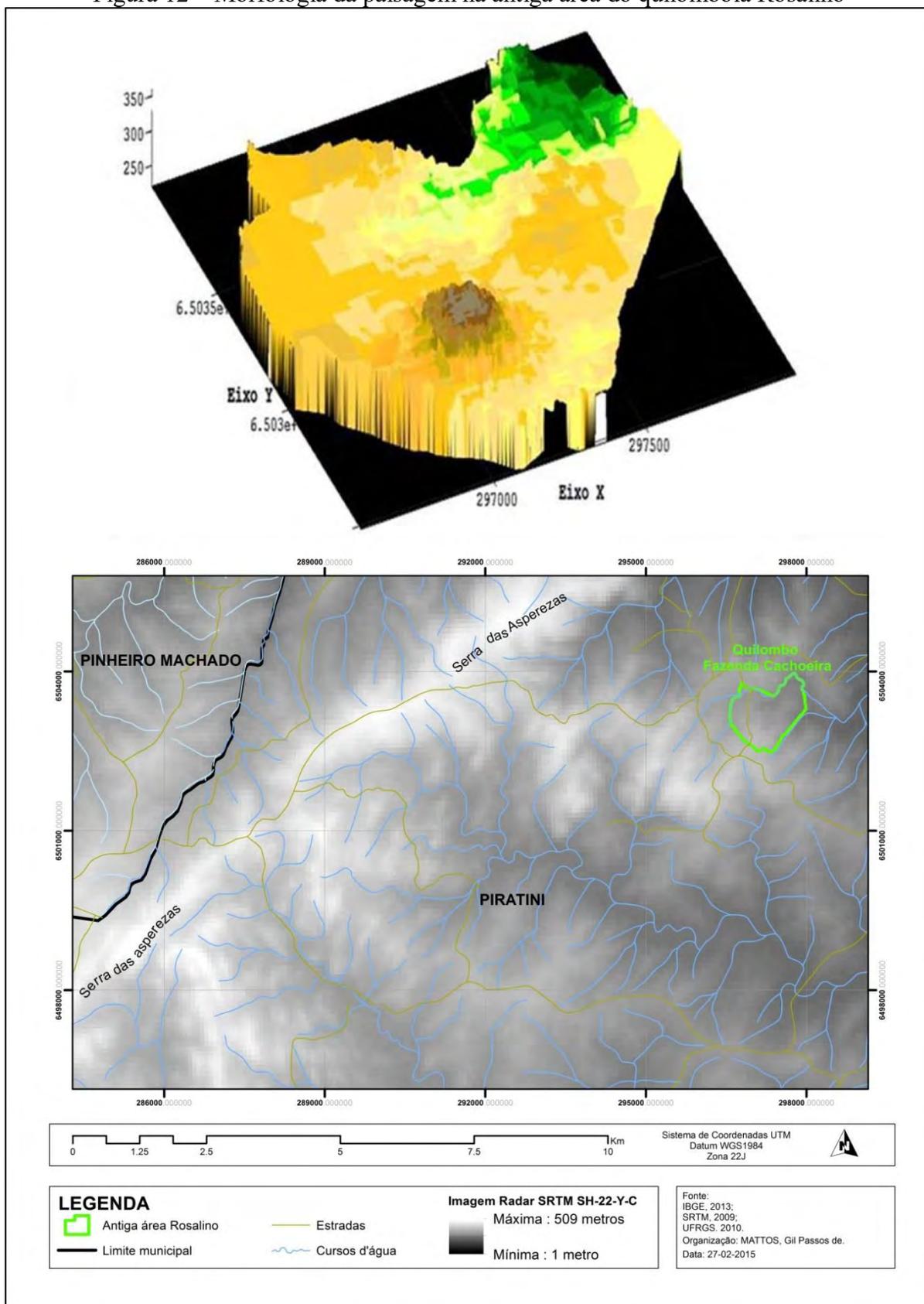
Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/12/2014.

Legenda: Seguindo a orientação da simpatia, Elias lava seus pés na vertente do lajeado, na esperança de curar um machucado no pé.

Esse lajeado fazia parte da antiga área do falecido quilombola Rosalino. Tomando por base essa área, o relevo é inclinado culminando no lajeado, sendo este o ponto mais alto dentro dessa antiga área, com estimativa de 360 metros de altitude, e a cota mais baixa fica por volta dos 260 metros. Esses dados altimétricos foram levantados tomando por base uma imagem do radar SRTM, carta SH-22-Y-C, interpolados com pontos adquiridos em lócus com base nos dados altimétricos registrados com GPS.

Então, além do valor simbólico que esse local tem para o grupo, ele é importante para a sustentabilidade hídrica da comunidade quilombola Fazenda Cachoeira. Esse fato reforça ainda mais a necessidade de anexação desse local como área formal do território da comunidade. A seguir, é apresentado na (Figura 12) uma imagem do radar SRTM com altimetria, destacando essa antiga área quilombola e a simulação 3D da mesma, também evidenciando a altimetria, porém com mais detalhe.

Figura 12 – Morfologia da paisagem na antiga área do quilombola Rosalino



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

Legenda: Na imagem de cima aparece uma simulação 3D da antiga área de Rosalino. Na de baixo, aparece uma imagem do radar SRTM, carta SH-22-Y-C, destacando a área quilombola e a Serra das Asprezas.

3.3.2 A horta e o curral cercados de pedras

Outros locais que chamaram a atenção foram o curral cercado de pedra e a horta cercada de pedra. São lugares que, atualmente, estão em desuso, mas foram historicamente destinados, como os próprios nomes sugerem, para serem curral e horta. Esses podem ser novamente utilizados, já que suas características favorecem àqueles usos. Esses dois lugares, de uso tradicional, se localizam bem próximos um do outro e estão a aproximadamente uns cinquenta metros de distância da casa do quilombola Ronaldo Rodrigues da Silva. Em conversa realizada com Ronaldo, no dia treze de julho de 2014, esse diz que sempre plantou na horta com cercado de pedras (Fotografia 75). Já tendo cultivado nesse local almeirão, couve, cebolinha e batata inglesa.

Fotografia 75 – Horta com cercado de pedras arranjadas naturalmente



Foto: Gil Passos de Mattos, em 13/07/2014.

Legenda: Imagem do interior da área do local historicamente utilizado como horta com cercado de pedras.

É importante ressaltar que o arranjo de pedras utilizado como cerca é natural, e não artificial. Já o curral possui pedras com arranjo natural e artificial, isto é, os quilombolas deslocaram algumas rochas para construí-lo. Utilizaram, ainda, madeira e arame.

Segundo o Ronaldo, no dia da visita a esse local, trata-se de um ótimo lugar pra manter os porcos, pois tem sombra e umidade. Disse, também, que estava pensando em comprar uns leitões para criar ali nesse curral (Fotografia 76).

Fotografia 76 – Curral cercado de pedra



Foto: Gil Passos de Mattos, em 13/07/2014.

Legenda: Local tradicionalmente utilizado como chiqueiro de porcos.

3.1.3 A pedra de carnear porcos

Destaca-se na área quilombola uma rocha semelhante a uma mesa circular e com a superfície extremante plana. Segundo o quilombola Ronaldo, em relato feito no dia treze de julho de 2014, esse afloramento é tradicionalmente utilizado como mesa de carnear porco, mas também pode ter outras funções, como, por exemplo, secagem ou manejo de algum material (Fotografia 77). Esta rocha se localizada a uns dez metros à frente do domicílio de Ronaldo, dentro de seu cercado. Na figura a seguir, pode-se ver tal formação rochosa, com dois objetos metálicos a secar em sua superfície.

Fotografia 77 – Pedra estilo mesa, para carnear porco



Foto: Gil Passos de Mattos, em 13/07/2014.

Legenda: Pedra de carnear porcos, também utilizada como mesa.

3.3.3 A eira natural de pedra, para bater e secar grãos

Outra formação rochosa usada pelos quilombolas é uma pedra com a superfície plana que, tradicionalmente, é utilizada para bater e secar grãos (Fotografia 78). Localizada numa área que faz a divisa interna entre a área dos quilombolas da associação com a dos quilombolas fora da associação, segundo Osmar, em conversa no dia 26 de julho de 2014, os tipos de grão que eram batidos e secos nesse local eram de milho e de feijão.

Fotografia 78 – Eira de pedra



Foto: Gil Passos de Mattos, em 26/07/2014.

Legenda: Na imagem, aparece Elias sobre esse afloramento rochoso.

3.4 A CASA DE PEDRA

Dentre os diversos locais de potencial para a prática arqueológica em Fazenda Cachoeira, talvez o mais expressivo seja a Casa de Pedra (Fotografia 79). Esse afloramento rochoso está localizado nas terras mais baixas do quilombo, na área dos quilombolas que não fazem parte da associação. Segundo o quilombola Edemar Rodrigues da Silva, não existe local em Piratini como essa Casa de Pedra. O local é repleto de mitos e histórias, tendo um alto valor histórico e sociocultural para a comunidade. Não só pelo seu valor simbólico e funcional, mas também, do ponto de vista geológico-geomorfológico, trata-se de um impressionante local.

Fotografia 79 – A Casa de Pedra



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014.

Legenda: No interior da Casa de Pedra, estão Elias e Giovane, netos de Dona Esclair, Beto, filho da presidente da associação e o arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira. Eles estão tentando identificar algumas palavras pintadas no interior do afloramento rochoso.

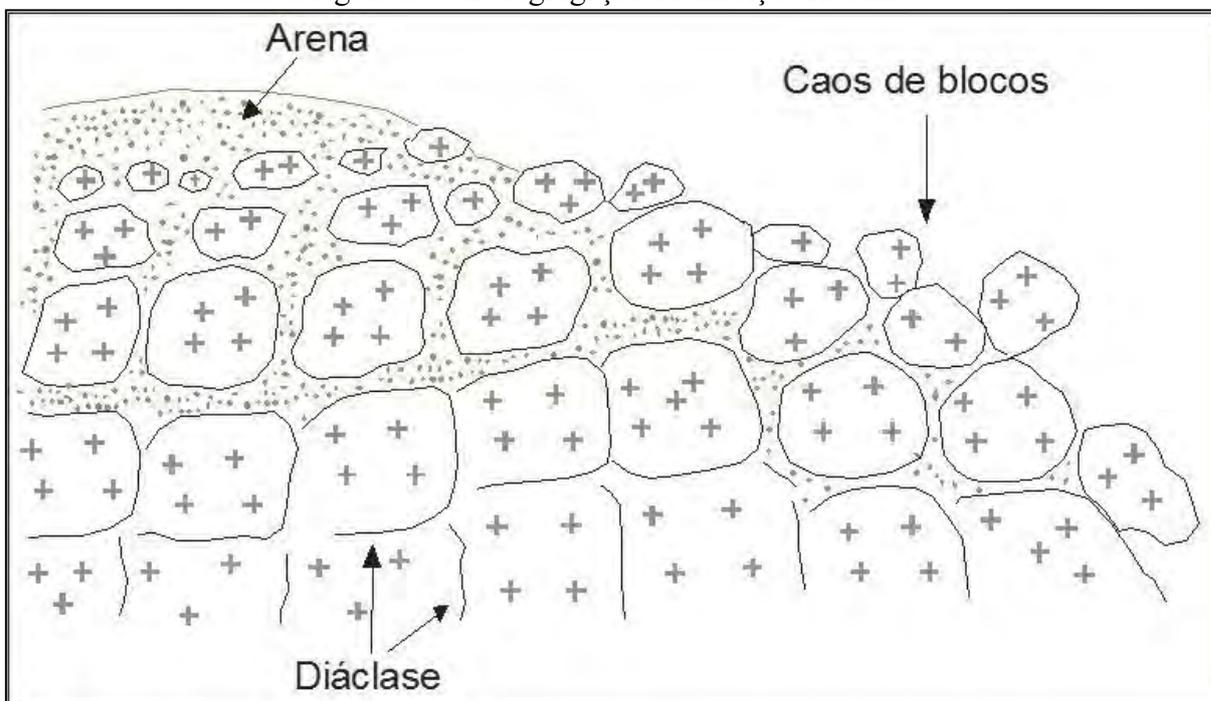
A formação geológica da Casa de Pedra é caracterizada como Suíte granítica Serra do Erval e Fácies da Suíte Intrusiva Dom Feliciano, com rochas formadas entre 575 e 600 milhões de anos atrás. É formada, ainda, por granito rosado de textura equigranular, rico em feldspato róseo e quartzo, com pouca presença de feldspato branco e mica (HOLZ et al, 2000).

Os blocos de rochas estão espalhados por boa parte da área da comunidade, muitos com função de uso específico. Com ocorrências em boa parte dessa região, são chamados, na geomorfologia, de matacões, também conhecido por seu nome em inglês *boulder*. São grandes blocos arredondados, de diâmetro maior que 256 mm, produzidos pelo processo de intemperismo químico, conhecido como esfoliação esferoidal. Trata-se de um tipo de desintegração e decomposição química da rocha que, atuando de fora para dentro, provoca o surgimento de várias crostas em diversos graus de alteração.

Este processo de desagregação do maciço cristalino (Figura 13) é muito atuante em climas tropicais e subtropicais e leva à formação de blocos arredondados no solo. Esse intemperismo é mais ativo nas áreas onde duas ou mais fraturas se encontram, o que paulatinamente leva à produção de núcleos arredondados e não alterados (rocha sã), envoltos por rocha em vários níveis de alteração. Portanto, é um processo que ocorre abaixo da

superfície do solo, de forma a que os matacões são trazidos à superfície pela erosão do terreno.

Figura 13 – Desagregação do maciço cristalino



Fonte: Modificado de BIGARELLA, 1994, pág. 351.

Em áreas de clima tropical ou subtropical, onde são comuns mantos de alteração com até dezenas de metros de espessura, pode-se encontrar blocos de muitas toneladas totalmente ou parcialmente imersos no solo, como a Casa de Pedra que há no quilombo. Esses matacões, marcos de territorialidade da Fazenda Cachoeira, são autóctones, ou seja, formados ou originados no local onde são encontrados, tendo sofrido pouco transporte, estando mais sujeito à ação da gravidade e do rastejamento do solo onde se formaram.

Os quilombolas têm conhecimento desse processo e consciência de que esses matacões vão aparecendo à superfície conforme vai ocorrendo o processo de erosão do solo. Inclusive, à frente da Casa de Pedra, há um sistema de pequenos blocos de rochas articuladas como uma barreira para conter esse processo erosivo. Em visita a esse local, no dia onze de outubro de 2014, com os quilombolas Beto Giovane e Elias e, também, com o arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira, Beto relatou ter sido seu falecido tio que articulou tal sistema de barramento da erosão do solo (Fotografia 80). Aspecto esse que demonstra a preocupação dos quilombolas em preservar esse patrimônio da comunidade.

Fotografia 80 – Sistema de barramento articulado de rochas para conter a erosão do solo em frente à Casa de Pedra



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014. Editado em 2015.

Legenda: Sistema de barramento de rochas articuladas em frente à Casa de Pedra, tal barramento é destacado na imagem por uma linha editada. Na imagem também aparece o quilombola Giovane.

Segundo o relato do quilombola Beto, seu falecido tio, Odair, marido de Chinoca, teria ficado, certa época, obcecado por esse lugar, supostamente depois de ter avistado o fantasma da mulher de branco sobre essa formação rochosa. Odair teria, inclusive, feito uma horta bem em frente à Casa de Pedra, justamente para poder ficar mais tempo próximo desse local no intuito de encontrar novamente essa assombração da mulher de branco. Como já mencionado anteriormente, para os quilombolas, tal local é assombrado, mas ainda assim, muito frequentado pela comunidade, além de ser incontestavelmente um motivo de orgulho para eles. Representa um importante demarcador territorial e elemento ativo na formação da identidade coletiva dessa comunidade remanescente de quilombos.

Em entrevista realizada no dia nove de julho de 2014, com os quilombolas Edeimar Rodrigues da Silva e seu sobrinho Giovane Valdemar Barcelos da Silva, filho de Osmar, procurou-se saber mais algumas histórias sobre essa Casa de Pedra.

Gil: Então Edeimar tu acha que essa Casa de Pedra era utilizada antigamente?

Edeimar: Essa casa de pedra é um mistério, já teve gente escavando aqui atrás de ouro, vamo olhar ali.

Gil: Olha só, andaram mexendo aí mesmo, quem será?

Edeimar: Isso eu não sei.

Gil: Da próxima vez que eu vier vou tentar trazer um detector de metais pra ver se a gente encontra alguma coisa.

Edemar: Mais traz mesmo Gil, traz que nós vamos achar Gil, e nós vamo lá no cerro da maneia também.

Gil: Ok, vamos sim. E antigamente tu acha que usavam esse local, como esconderijo?

Edemar: Mas claro, escravo, índio, gente da guerra. Aqui já teve até uma festa de noivado de uma prima. Mas eu não, pois naquele tempo nós era muito pobre, mal tinha roupa pra vestir. Era aquela festa, venho um horror de gente pra aí. Olha lá em cima, banana do mato.

Gil: Ali, ah, estou vendo. E vocês usam pra que:

Edemar: Pra fazer xarope. Olha aqui, aqui fiz tipo uma escada pra subir lá em cima.

Gil: Pô que legal.

Giovane: A vó disse que tem uma fantasma, uma noiva de branco que aparece toda ensanguentada lá em cima.

Gil: Em cima da Casa de Pedra?

Giovane: Isso.

Edemar: A mãe disse que só viu aquela voz e um clarão, ela e a Chinoca. Mais dispararam pras casa de volta. Meu finado tio, marido da Chinoca, coitado se suicidou, fez até uma horta ali em baixo, pra encontrar a tal noiva de branco.

(Entrevista realizada no dia 12/07/2014).

Num breve trecho dessa entrevista, somando-se a outros relatos vistos em seções anteriores desse trabalho, pode-se constatar como a Casa de Pedra é rica em histórias, desde local de esconderijo para índios, escravos e soldados até histórias de assombração e de tesouros enterrados nesse local. Além de ser, também, um ponto de socialização para os quilombolas, como no caso da festa de noivado ocorrida no local.

3.5 LUGARES E MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO

Em relação ao passado relacionado à escravidão no quilombo em Fazenda Cachoeira, ainda há muito por se descobrir. Em razão do pequeno número de interlocutores que se tem atualmente no local, ainda não se conseguiu o volume de informações esperado referente ao período da escravidão nesse quilombo formado no pós-abolição. Mesmo tendo sido formado num período posterior à escravidão, muitos ascendentes dos quilombolas passaram por esse período da história, como foi visto nesse próprio trabalho, ainda que de maneira sucinta, no subcapítulo 2.3 do segundo capítulo.

A respeito do mapeamento baseado nas memórias relacionadas à escravidão, já foram apresentados alguns locais. Os quilombolas relacionam, por exemplo, a Casa de Pedra e o Cerro da Maneia à escravidão. Inclusive, as assombrações, anteriormente mencionadas, advém, segundo os quilombolas, do período. Em seguida, serão apresentados mais alguns

lugares e artefatos relacionados às memórias do período da história. O primeiro a ser destacado, é o mangueirão de pedra. Próximo dali, a quase duzentos metros de distância, há os resquícios de uma antiga construção e de uma possível senzala. E, por fim, também dessa época, o local onde há um eucalipto muito antigo, o qual possuía uma mangueira estilo uma vala em seu entorno.

3.5.1 A mangueira de pedra

Um local muito presente na memória dos quilombolas é uma antiga mangueira de pedra. Como já relatado anteriormente, Rosalino e Valdemar, duas lideranças de duas gerações quilombolas diferentes, já trabalharam nesse mangueirão, o qual pertencia à família Gastucci. Dona Eslair, atual liderança e presidente da associação quilombola de Fazenda Cachoeira, e seu filho Edemar, em conversa no dia onze de outubro de 2014, segundo as histórias que os mais antigos lhes contavam, relataram que essa mangueira de pedra é do tempo da escravidão:

Edemar: Porque naquela época o negro era escravo.

Eslair: Esse mangueirão, esse mangueirão que tá aí é do tempo dos escravo, do tempo da guerra.

Edemar: Aquele lá Gil.

Gil: Sim, o mangueirão de pedra.

Eslair: Tu via as pedra que alevantavam né.

Edemar: Acorrentavam os escravos.

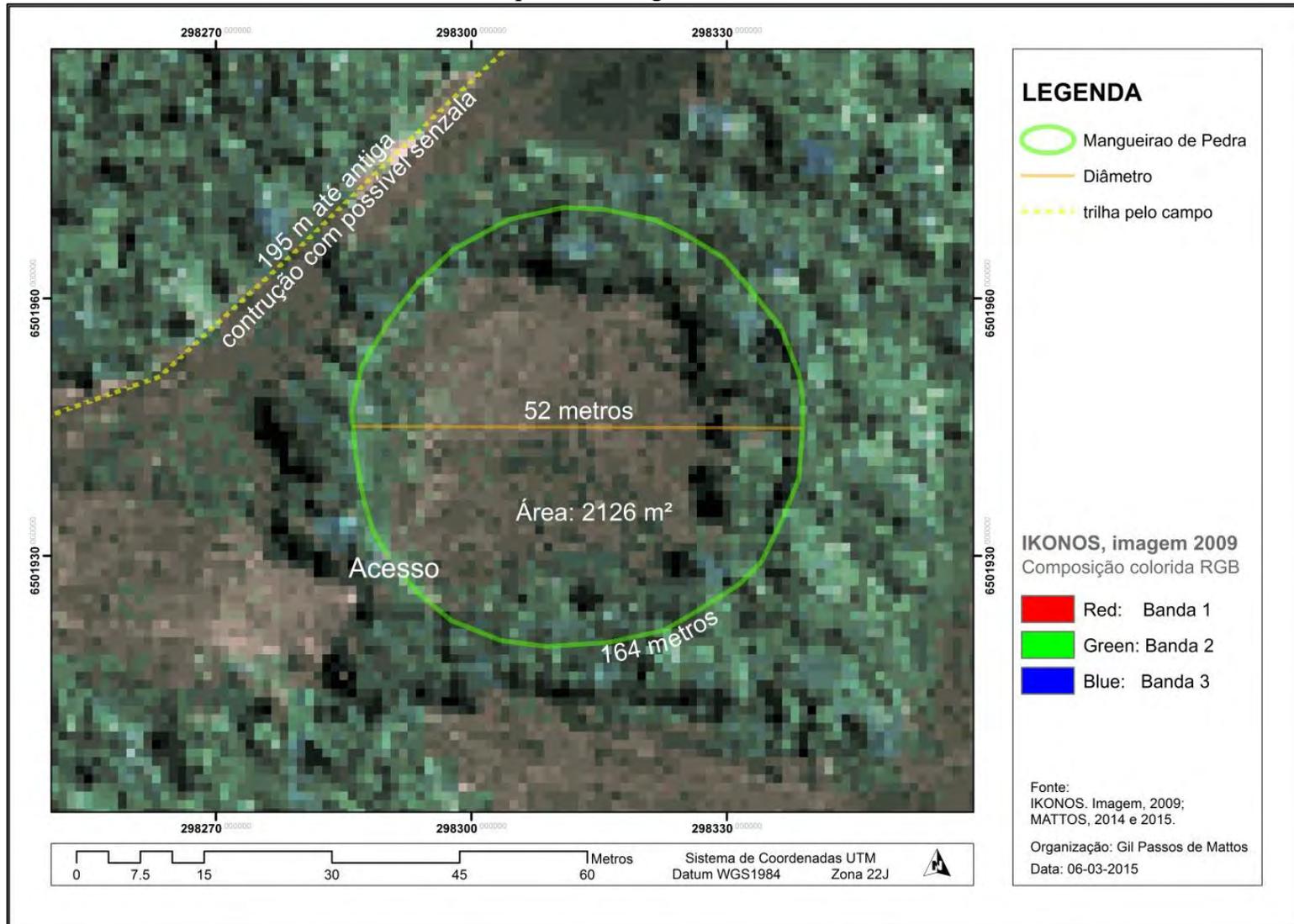
Eslair: Como é que levantavam aquelas pedras né?

Edemar: Os escravos né. Ali acorrentaram muita gente.

(Entrevista realizada no dia 11/10/2014).

A seguir, é apresentado o Mapa 16, realizado com base na imagem do satélite IKONOS, do ano de 2009, onde é possível ver a forma circular desse imponente artefato. Ela possui uma única abertura de aproximadamente três metros de largura. A área total perfaz 2116 m², com diâmetro de 52 metros e perímetro com circunferência de 160 metros.

Mapa 16 – Mangueirão de Pedra



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

Em visita realizada nesse local, no dia nove de agosto de 2014, junto com o colega geógrafo Anderson Pinheiro e com os quilombolas de Fazenda Cachoeira, Edemar e seus dois sobrinhos, Elias e Giovane, filhos de Osmar, pode se contatar a exuberância da referida construção (Fotografia 81). Embora seja uma construção imponente e de consideráveis medidas, atualmente, não possui uma visibilidade muito boa, já que seu entorno está cercado por uma vegetação arbustiva.

Fotografia 81 – Interior da mangueira de pedra



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/08/2014.

Legenda: Registro fotográfico realizado do centro da área da mangueira de pedra.

Esse artefato se compõe a partir da sobreposição de rochas do tipo graníticas (Fotografia 82). Nesse mesmo dia, durante a visita ao local, o quilombola Edemar relatou que a mangueira apresentaria uma data grafada nas pedras. Porém, apesar de procurar, não a encontrou-se, devido a densa vegetação arbustiva que encobre o artefato.

Fotografia 82 – Estrutura da mangueira de pedra



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/08/2014.

Legenda: Estrutura de blocos de rochas sobrepostas que formam a mangueira de pedra.

A seguir, apresenta-se um trecho da conversa realizada com os quilombolas Edemar, Beto e Eslair, em que eles falam a respeito das marcas na mangueira de pedras:

Edemar: Naquelas pedras do mangueirão tudo marcada né. Cheio de numeração naquelas pedra lá.

Beto: É eu sei, pelo lado de fora eu sei, acho que tá lá as letras ainda.

Edemar: Pelo lado de dentro no canto de baixo da mangueira não tinha mato lá.

Gil: Beto tu diz pelo lado de fora ali?

Beto: É

Gil: Diz de quando foi feito, é isso será?

Beto: É acho que é.

Edemar: É o número na pedra. Mas não é um é muitas pedras que eles colocaram aquilo ali, não é todas que eles botaram aquilo ali, naquela parte de baixo tem, tem número ali. Quantos anos deve de marcar ali né? Há quantos anos que eles botaram aqueles desenho ali nas pedra, cheio de número?

Eslair: Ah, de certo deve tá marcando a era, marcando a era de certo.

(Entrevista realizada no dia 11/10/2014).

Cabe salientar o fato de que todos os adultos moradores do quilombo são analfabetos, por isso talvez a dificuldade em identificar o que de fato continham essas inscrições nas pedras do mangueirão.

Seguindo dali para a direção norte, a cerca de 200 metros, se encontram mais duas impactantes edificações construídas de pedra. Entre o mangueirão e esse local, há uma

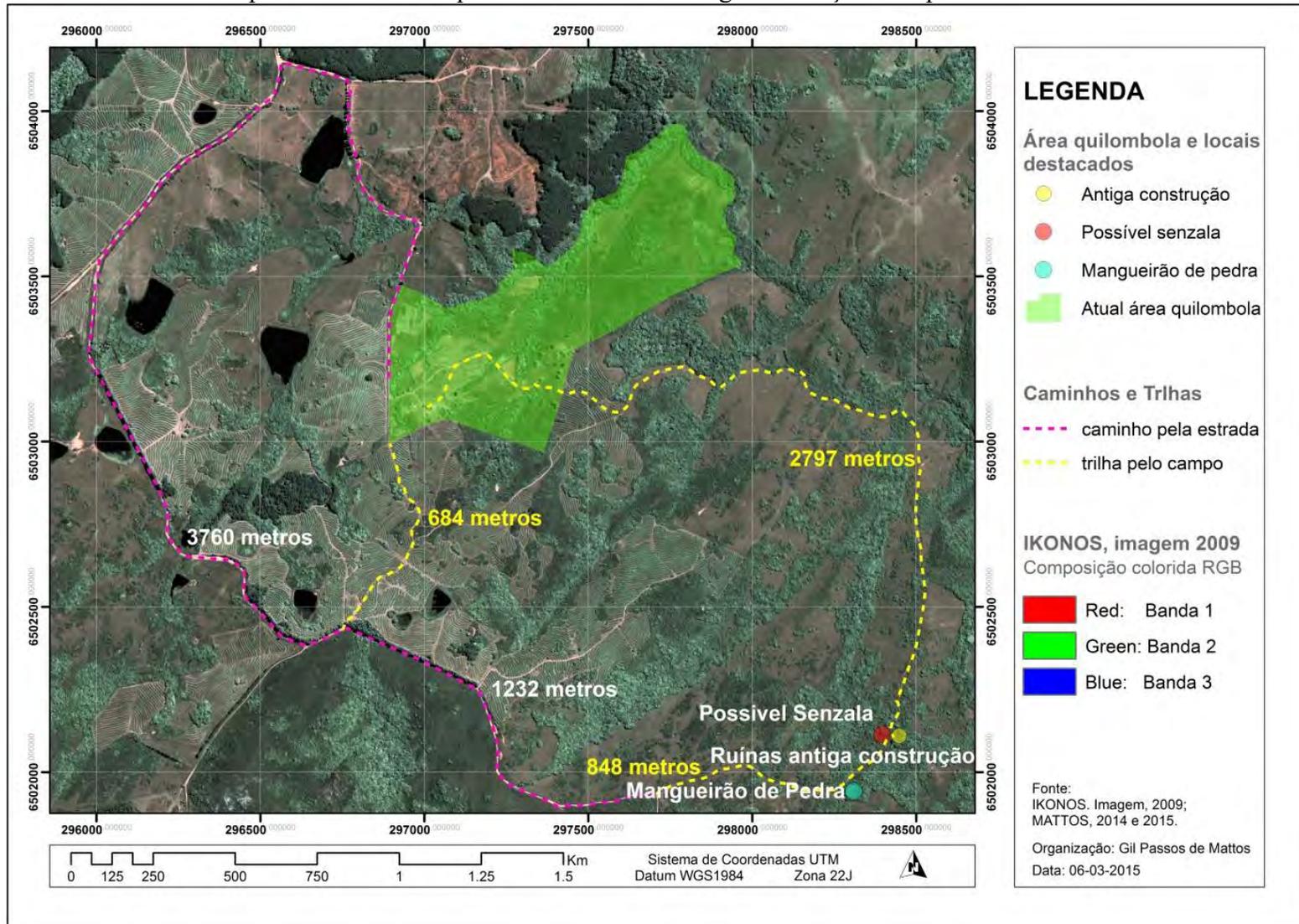
acentuada queda de relevo. E seguindo nessa mesma direção norte, a altimetria cai ainda mais, chegando-se, a cerca de um quilômetro adiante, à cachoeira das antigas taperas. Há, inclusive, uma trilha no campo, ligando esses locais.

3.5.2 Antiga construção com possível senzala

Esse local, onde está situada essa antiga construção, com uma possível senzala, situa-se na área tradicional utilizada pelos quilombolas. Mais especificamente, situa-se a aproximadamente 1,7 km de distância, em linha reta, das casas dos quilombolas. Há, em geral, dois caminhos principais de acesso a esse local. Um deles é pelas terras mais baixas do quilombo, próximo ao curso d'água da cachoeira das antigas taperas. O outro caminho, e mais longo, é pela estrada do acesso ao cemitério dos Gastucci, num percurso de quase seis quilômetros. Porém, percorrendo-se o caminho a pé ou a cavalo, há um atalho que reduz esse percurso em mais de dois quilômetros. Ao sair da estrada, entrando numa porteira, antes de chegar a essas edificações, se passa pelo mangueirão de pedra.

Conforme pode ser visto no Mapa 17, realizado com base na imagem de 2009 do satélite IKONOS, as distâncias ficam maiores seguindo os caminhos. É importante destacar que esses foram registrados com base nos caminhos armazenados no GPS durante as caminhadas e percursos realizados com veículos motorizados. E, muitas vezes, esses percursos foram realizados com o objetivo de visitar vários lugares, logo, pode haver caminhos mais curtos do que os evidenciados no mapa a seguir.

Mapa 17 – Caminhos quilombolas até uma antiga construção com possível senzala



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

Em uma das visitas a esse local, realizada no dia nove de agosto de 2014, acompanhada dos quilombolas Edemar, Giovane e Elias, foram identificadas três estruturas: uma tapera de tijolos parecendo ser antiga, pois os tijolos parecem ser coloniais; e outras duas edificações de pedra.

Nessa visita, Edemar informou que seus pais teriam lhe contado que nessa área teria existido uma venda muito antiga. Fato esse, mais tarde, no retorno a comunidade, confirmado por Dona Eslair. A seguir, apresenta-se uma imagem em que se pode visualizar a parede de pedra dessa edificação (Fotografia 83). Os vestígios ligados à construção se irradiam num contexto espacial de trinta metros. O tamanho da estrutura e imponência dessas paredes, em função da altura e espessura das mesmas, sugere que era um local de opulência, por isso se suspeita, também, que esse local pudesse ser uma antiga sede de estância, antes de se tornar uma venda.

Fotografia 83 – Estrutura de uma antiga venda



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/08/2014.

Legenda: O quilombola Edemar observando o que sobrou das paredes do local.

Como pôde ser visto na imagem, algumas partes dessa parede, não estão mais revestidas pelo reboco, tornando possível a visualização de alguns grandes blocos de rochas

que compõem essa estrutura. Ajudando, assim, a dar uma ideia da dimensão dessas paredes, as quais possuem, em média, sessenta centímetros de espessura.

A seguir, transcreve-se um trecho de uma conversa registrada com os quilombolas, onde estavam presentes, Eslair, Edemar, Beto e Elias e, também, o arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira. Nessa oportunidade, os quilombolas relatam a grandeza e os mistérios dessa construção. Destacando uma estrutura, que assemelha-se a uma catacumba, na parte externa dessa edificação:

Edemar: Eu entrei com o Gil ali, sabe que há muito tempo a gente mora aí e eu nunca tinha investigado tanto como nós investigamos aquele dia. Tchê, aqueles tamanhão de parede, eu me apavorei daquilo, que mistério.

Gil? É aquele lugar tem alguma coisa estranha ali mesmo.

Eslair: É

Edemar: Que mistério, que mistério aquilo ali.

Beto: Tem.

Edemar: Em Gil, e aquela pedra pra baixo, o que será que tem ali Gil? Uma hora vamo vira aquela pedra.

Gil: [Risos] Pô é pesado aquilo ali hein.

Edemar: Que mistério. É uma pedra que vai como daqui, lá a mesa, por baixo e é um troço quadrado né, o que será que tem ali?

Beto: Ah, tipo uma catacumba né?

Edemar: É impressionante aquilo ali.

Gil: O que será aquilo ali Beto?

Beto: Tchê, eu não sei, o finado pai também não sabia. Uma vez aí eu andei por lá cameliando e eu disse pro finado pai: Tem até um troço diferente aqui. Tinha até umas roupas lá.

Edemar: Quadrado, bem quadradinho.

Beto: Eu e o finado pai olhamo, parecia tipo uma catacumba, um negócio engraçado. Aí olhamo e deixemo

Eremites: Não é um cemitério?

Edemar: Não sei o que é aquilo ali

Beto: Mas diz que cavaram aquilo lá.

Edemar: É andaram cavando, mas só nas beirada, não sei o que é aquilo lá, um troço engraçado. Tudo de pedra coisa mais linha aquilo ali.

Beto: Amanhã o Elias vai lá com o Gil.

Elias: Não, não vou mais, muito obrigado [risos].

(Entrevista realizada no dia 11/10/2014).

Ao fim desse trecho da conversa, como pode ser observado, havia o plano de no dia seguinte retornar ao local, mas não foi possível em função do mal tempo. E o jovem Elias que, em planejamento prévio, teria mostrado interesse em retornar a esse local, após saber que tal local era assombrado, recuou.

Cerca de vinte metros de distância dessa estrutura, na visita realizada no dia nove de agosto de 2014, indo em direção à edificação que se suspeita ser uma antiga senzala, foi encontrado na superfície, parcialmente soterrado, um fragmentado de material (Fotografias 84 e 85). Trata-se de um fragmento de uma garrafa em grês cerâmico ou louça vitrificada.

Fotografias 84 e 85– Duas fâcies de um fragmento de material em grês encontrado próximo a possível senzala



Fotos: Gil Passos de Mattos, em 09/08/2014.

Legenda: À esquerda, a face interna da garrafa, à direita, a face externa da garrafa.

De acordo com Zanettini (1986), a origem da cerâmica grês é alemão, e o início de sua fabricação data do final do século XV. Segundo ele, essas cerâmicas apresentam uma composição de contextura muito forte, densa e impermeável, de grão fino, cozidos a alta temperatura e levada à vitrificação total. Zanettini afirma, também, que as primeiras ocorrências desse tipo de material no Brasil datam o século XVII. Mas é possível, segundo colegas do LÂMINA, que esses fragmentos sejam do século XIX.

Na visita realizada no dia nove de agosto de 2014 a esse local, o quilombola Edemar relata que nessa antiga venda havia um local só para os escravos. Próxima aos vestígios dessa edificação de grande porte, a aproximadamente quarenta metros de distância, encontra-se a estrutura dessa possível senzala.

Cerca de dois meses depois, em conversa realizada com Eslair e Edemar, ambos, mãe e filho, reiteraram o relato de que essa estrutura foi uma senzala. E esse local, segundo eles, também seria assombrado:

Edemar: Ali acorrentavam muita gente, tem uma peça só de acorrentado, como é que diz é? O tronco né que diziam?

Gil: Uma senzala?

Edemar: Isso a senzala, isso mesmo a senzala. Ali era uma senzala onde nós tivemos... [referindo-se a uma visita realizada dois meses antes em tal local].

Eslair: É. Aquilo ali era terrível de assombrado.

Edemar: Era a senzala ali né, era a senzala.

Eslair: Agora quer dizer, que agora ninguém fala mais nada, não mora mais ninguém lá, ninguém sabe né.

Edemar: Mas o cara se apavora, até de dia mesmo o cara se apavora daquilo ali.

Eslair: Muito assombrado aquilo ali.

(Entrevista realizada no dia 11/10/2014).

Essa estrutura de uma possível senzala possui uma área retangular com aproximadamente 30m², com duas faces medindo 3,80 metros e as outras duas faces medindo 7.80 metros. As paredes são bem robustas, com 66 centímetros de espessura. Essa estrutura não tem mais cobertura, e as paredes possuem cerca de 1,80 de altura, porém, pode ter sido mais alta, pois como não há forro na estrutura, fica difícil precisar a altura dessa edificação na época em que essa estava completa. De pé, praticamente, restam somente duas das faces dessa estrutura retangular, em uma delas há uma pequena abertura, onde seria uma janela. A porta, provavelmente, estaria em uma dessas faces que desmoronou, a norte ou leste. A seguir, é apresentado um registro fotográfico dessa estrutura (Fotografia 86), onde aparecem os quilombolas Edeimar e Elias.

Fotografia 86 – Possível senzala de uma antiga venda

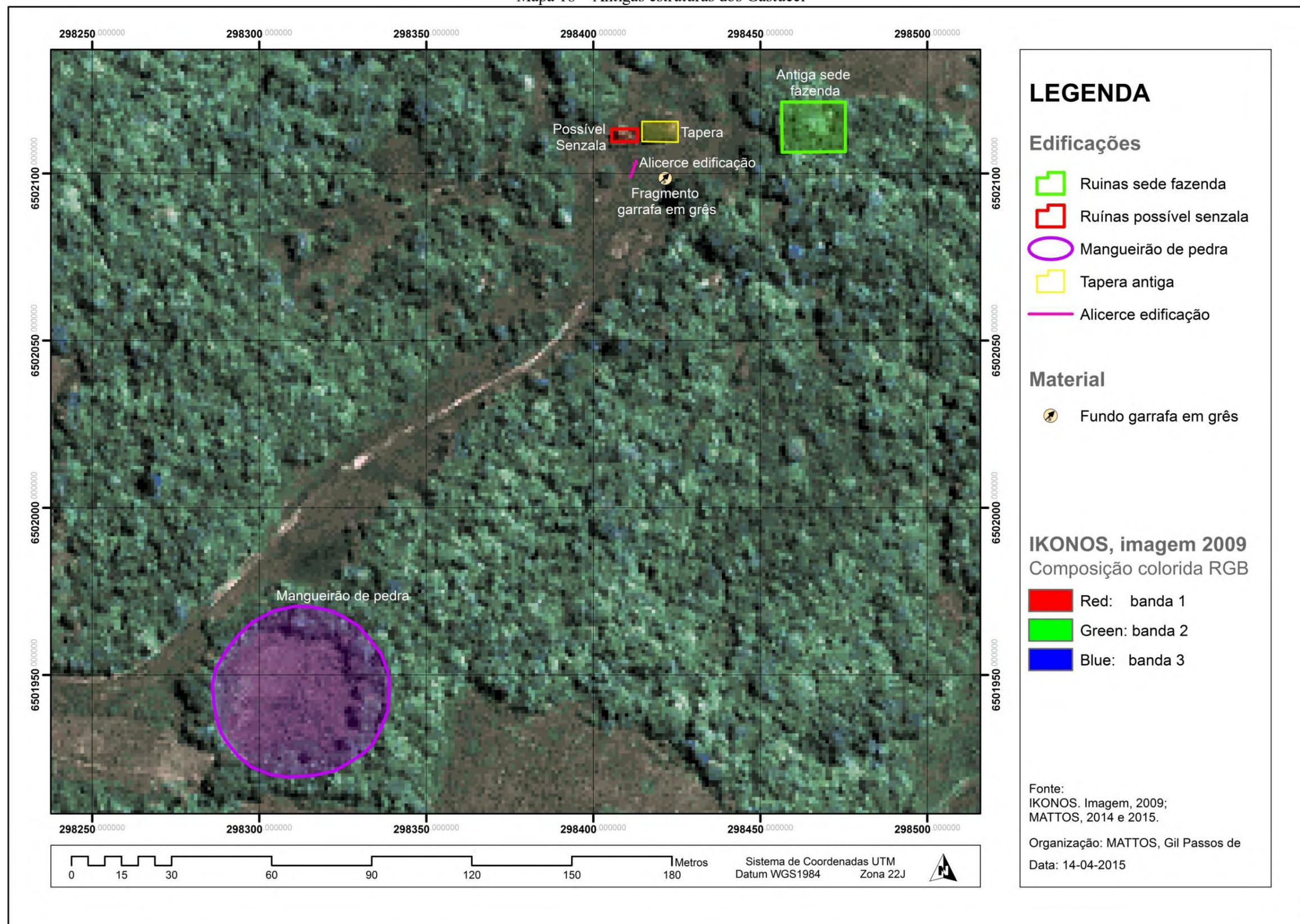


Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/08/2014.

Legenda: Face oeste da estrutura que se suspeita que fosse uma senzala, na imagem, também aparecem os quilombolas Elias e Edeimar.

Próximo dali, a cerca de dez metros, foi encontrado vestígios da fundação de outra edificação. A seguir, é apresentado o Mapa 18, com uma imagem do satélite IKONOS, com a distribuição espacial da cultura material identificada, nesse antigo complexo dos Gastucci.

Mapa 18 – Antigas estruturas dos Gastucci



Em relação à senzala, levando-se em conta as discussões sobre arqueologia da escravidão nesse trabalho, a área da edificação classificada pelos quilombolas como tal apresenta dimensões semelhantes às senzalas do tipo cabana.

Outro aspecto relevante, que reforça a possibilidade dessa estrutura ser uma senzala, é em relação aos dados apresentados na Tabela 3, relativa ao tamanho dos plantéis de escravos. Como pôde ser visto, com base nesses dados, 85 % dos plantéis possuíam até seis escravos. Considerando que a estrutura encontrada possui uma área de 30m², acredita-se que essa seria capaz de abrigar esse número de indivíduos, isto é, comportaria seis escravos.

O interlocutor Edemar também conta a história de que havia grandes roças no entorno dessa área, sendo que havia uma escrava responsável por cuidar esse local e que a mesma ficava acorrentada enquanto cuidava a plantação. Procurou-se saber um pouco mais desse caso, em conversa com Dona Eslair, numa outra visita realizada no dia onze de outubro de 2014:

Eslair: No tempo da Chinoquinha, no tempo do finado Verli, lá nas tapera.

Edemar: Lá na tapera que nós fomo Gil [referindo-se as edificações de pedra].

Eslair: Tem um baixo, numa horta pra baixo das casa, num baixão assim.

Edemar: Nós tivemos bem pertinho lá nas tapera, da cachoeira lá em baixo.

Eslair: Ali davam uma tunda de laço na Chinoquinha e atou ela na acorrente, no galho da árvore na beira do mato. Naquele tempo, nem era o meu tempo ainda. Numa corrente bem atada que ela não podia se soltar, pra ela cuidar as léguas pros bichos não vierem comer o feijão.

Edemar: Coisa muito séria isso ai.

Eslair: E ela chorava e gritava e davam cada tunda de laço que era a coisa mais séria e ela na corrente. Passava ali de noite e dia na corrente, coisa amais horrível, acorrentada.

Edemar: Passou muito trabalho, a mãe e o finado pai contando... (mudança de tópico).

Eslair: Diz que quando ela fugia, era pra cá, pras terra do quilombo. (Entrevista realizada no dia 11/10/2014).

Como pode ser visto na fala dos quilombolas, principalmente de Dona Eslair, as memórias das histórias dessa época da escravidão são de que esse foi um período muito duro e sofrido para a população negra. Mas, de certo modo, por mais duro que tenha sido, hoje atua na formação de uma identidade coletiva por parte desses quilombolas, do sentimento de um passado em comum, e ainda que sofrido, representa a resistência. Um aspecto importante, observado na fala da anciã da comunidade, é em relação a essa escrava, a qual fugia em direção as terras do quilombo, o que sugere que naquela época, o local já era utilizado como um espaço de resistência.

3.5.3 O eucalipto centenário e o mangueirão de vala do tempo da escravidão

Outro local associado pela comunidade à escravidão é onde há um eucalipto centenário. Segundo os quilombolas Edemar e Beto, esse eucalipto possuía uma enorme mangueira no seu entorno, feita de vala. Embora não tenham visto o local em pleno funcionamento, eles relatam que quando eram bem jovens, ainda havia as marcas dessa mangueira no solo. Mas, com o passar dos anos, com muita atividade agrícola da empresa nessa área, atualmente, não se consegue mais avistar na superfície tais evidências desse antigo mangueirão de vala, do tempo da escravidão, restando ali só esse eucalipto centenário.

A seguir, é apresentado um trecho de uma conversa, realizada no dia onze de outubro de 2014, com os quilombolas Beto e Edemar, em que eles falam um pouco sobre esse sistema de valas, que era tanto usado pra divisa de campo, quanto para a delimitação de mangueiras, como a que existia a poucos metros das casas dos quilombolas, porém, do outro lado da estrada, nas terras que hoje são da empresa Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda..

Edemar: Os valetão que eles abriam né? Não existia arame eu acho.

Beto: É cada coisa, que a gente fica parado olhando.

Gil: Aqui tem?

Beto: Ué aqui mesmo tem.

Edemar: Era valetão, ainda tem sinal desses valetão, us campo eram dividido com valetão!

Beto: Naquele eucalipto aquele, mas agora não com esse negócio do lavrado.

Edemar: Eu perguntei oque que era isso aí que eu não sabia também. “Meu filho isso era a divisa do campo”.

Beto: Coisa mais engraçada, não havia arame, não havia nada. Cavavam como né? Acho que botam os animais ali

Edemar: Iam fazendo Beto. Se iam embora, até chegar as divisa os escravo cavando. (Entrevista realizada no dia 11/10/2014).

A seguir, é apresentada uma imagem onde é possível ver esse eucalipto muito antigo, segundo os quilombolas, centenário. O que se pôde perceber nesse local é o fato do eucalipto estar, em relação ao terreno de seu entorno, ainda que de maneira suave, com uma maior elevação. Fato esse, que em certa medida, também pode ser observado na fotografia apresentada a seguir (Fotografia 87).

Fotografia 87 – Eucalipto do tempo da escravidão



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/12/2014.

Legenda: Eucalipto do tempo da escravidão, em registro fotográfico obtido da estrada que faz divisa a leste, da área de posse quilombola com a área da empresa.

3.5.4 Considerações sobre o mapeamento dos marcos das memórias da escravidão no quilombo Fazenda Cachoeira

A comunidade de remanescentes de quilombos Fazenda Cachoeira possui importantes marcos territoriais relacionados às memórias da escravidão. Eles comprovam o uso de um território tradicional ocupado e que atuam na consolidação de uma identidade coletiva por parte desse grupo.

No total, dentro da área tradicionalmente ocupada pelos quilombolas, foram mapeados seis locais relacionadas às memórias da escravidão. Há as antigas edificações de pedra: a casa grande, a senzala e o mangueirão. Há também o Cerro da Maneia e a Casa de Pedra, dois lugares apropriados simbolicamente pela comunidade, inclusive como suportes de memórias da escravidão. E o eucalipto antigo, também, simbolicamente apropriado como materialidade da escravidão, devido à mangueira do tipo vala em seu entorno.

Nesse mapa, também é destacada a área atual em posse da comunidade, assim como os domicílios no interior desse território de posse dos quilombolas. E com função didática, para auxiliar no melhor entendimento das distâncias e proximidades entre esses elementos da cultura material e o território de posse quilombola, foi utilizado um buffer de distâncias, de cem em cem metros até quinhentos metros e um último buffer de quinhentos metros até um quilômetro. Esses buffers foram criados no ambiente de um SIG, dentro da *categoria temática*, através da operação *mapa de distâncias*.

A seguir é apresentado o Mapa 19, onde é possível visualizar a distribuição espacial de todos esses elementos da cultura material relacionados às memórias da escravidão.

Mapa 19 – Marcos das memórias da escravidão

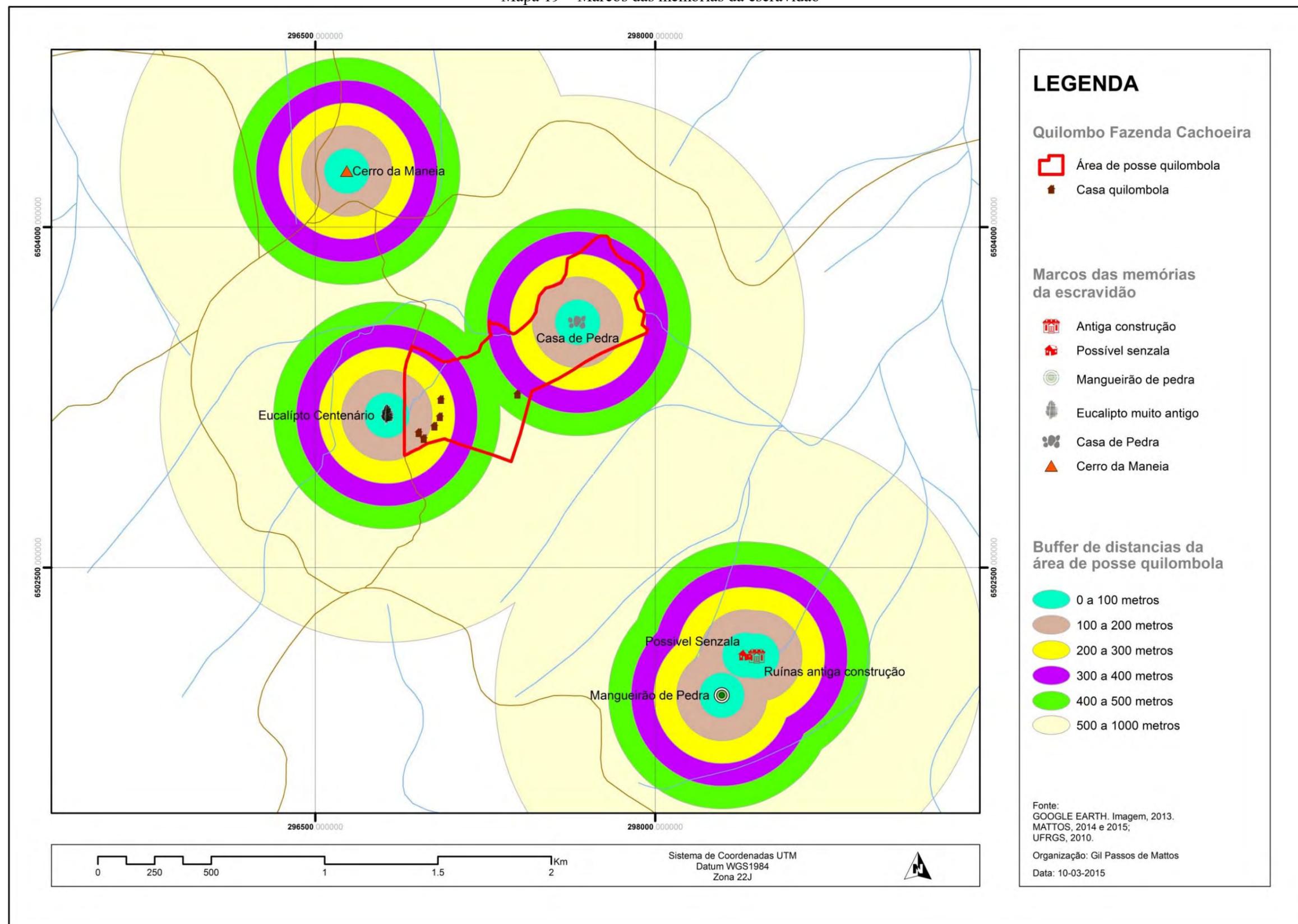


Foto: Gil Passos de Mattos, 2015.

4. ENSAIO PARA A ANTROPOLOGIA DA IMAGEM: “JUNTO COM NOSSOS AMIGOS AONDE TEM CHURRASCO E CHIMARRÃO EU SOU GAÚCHO DE CORAÇÃO”, ETNOARQUEOLOGIA E MEMÓRIA DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAZENDA CACHOEIRA

Ao longo dessa pesquisa na comunidade quilombola Fazenda Cachoeira, num total de trinta dias de atividade de campo, registrou-se uma série de imagens que não se considerou justo ficarem fora desse trabalho. Procurou-se retratar os quilombolas Dona Eslair Rodrigues da Silva, anciã da comunidade, seus filhos, Edeimar, Beto Osmar e Ronaldo com sua esposa Fernanda, os jovens e crianças da comunidade e seu cotidiano. Trata-se de pessoas especiais, extremamente cativantes, não há pessoa que vá a esse local e não saia comovida.

Muitos locais se destacam na paisagem de Fazenda Cachoeira, a Casa de Pedra o principal, pela beleza e pelo valor sociocultural que tem para essa comunidade, guardando uma série de histórias e mitos. Tem-se as cachoeiras, importantes locais de lazer para os quilombolas, espaços de convivência coletiva, como o local das duas figueiras e o agrupamento de rochas com grafismos. Nesse local, também está o antigo forno de barro e pedra, feito pelo falecido Valdemar, ancião e antiga liderança da comunidade. O lajeado, também um importante local de sociabilidade, mirante e divisor de águas que abastece as cacimbas das casas quilombolas.

Procurou-se destacar, também, as atividades agropecuárias dos quilombolas, seus cercados e a lida com os animais, com o trato com os cavalos e as ovelhas, essa última, que parece ser a principal vocação de trabalho dessa comunidade, até mesmo, em função do pouco espaço de terra para a produção. A venda da lã, assim, torna-se uma boa alternativa de renda para a comunidade. Os mais jovens da comunidade, desde cedo, já procuram participar das atividades de plantio, assim como, na lida com os animais. Destacam-se as carneadas, onde praticamente todos os quilombolas participam.

Um local que tem papel essencial, para a coletividade desse grupo, é a casa da atual presidente da associação, dona Eslair. Nesse espaço, destacam-se as rodas de mate e os contos de causos em frente ao fogão a lenha.

A seguir, é apresentado um grupo de vinte e nove imagens do dia a dia dos quilombolas, obtidas ao longo dessa grata e inesquecível experiência, registradas de um smartphone. Eis as dimensões das fotos: 1440 por 2560 pixels e resolução de 72 DPI.

Fotografia 88 – Eslair Rodrigues da Silva



Foto: Gil Passos de Mattos, em 21/02/2015.

Fotografia 89 – Edemar Rodrigues da Silva



Foto: Gil Passos de Mattos, em 07/12/2014.

Fotografia 90 – Ronaldo Rodrigues da Silva



Foto: Gil Passos de Mattos, em 07/12/2014.

Fotografia 91 – Roberto Rodrigues da Silva (Beto)



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014.

Fotografia 92 – Osmar Rodrigues da Silva



Foto: Gil Passos de Mattos, em 07/12/2014.

Fotografia 93 – Elias Osmar Barcelos da Silva



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Fotografia 94 – Giovane Valdemar Barcelos da Silva



Foto: Gil Passos de Mattos, em 08/12/2014.

Fotografia 95 – Rebeca Barcelos da Silva



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Fotografia 96 – O casal Ronaldo e Fernanda



Foto: Gil Passos de Mattos, em 21/03/2015.

Fotografia 97 – A dupla inseparável: Beto e seu sobrinho Elias



Foto: Gil Passos de Mattos, em 07/12/2014.

Fotografia 98 – Dona Eslair e seus netos, Meridiane e Elias



Foto: Gil Passos de Mattos, em 07/12/2014.

Fotografia 99 – Beto contando casos sobre o quilombo para a geração mais nova



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014.

Fotografia 100 – Arrumando o cercado



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Fotografia 101 – O esticador de arame



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/12/2014.

Fotografia 102 – A troca de olhares entre a Evinha e a ovelha

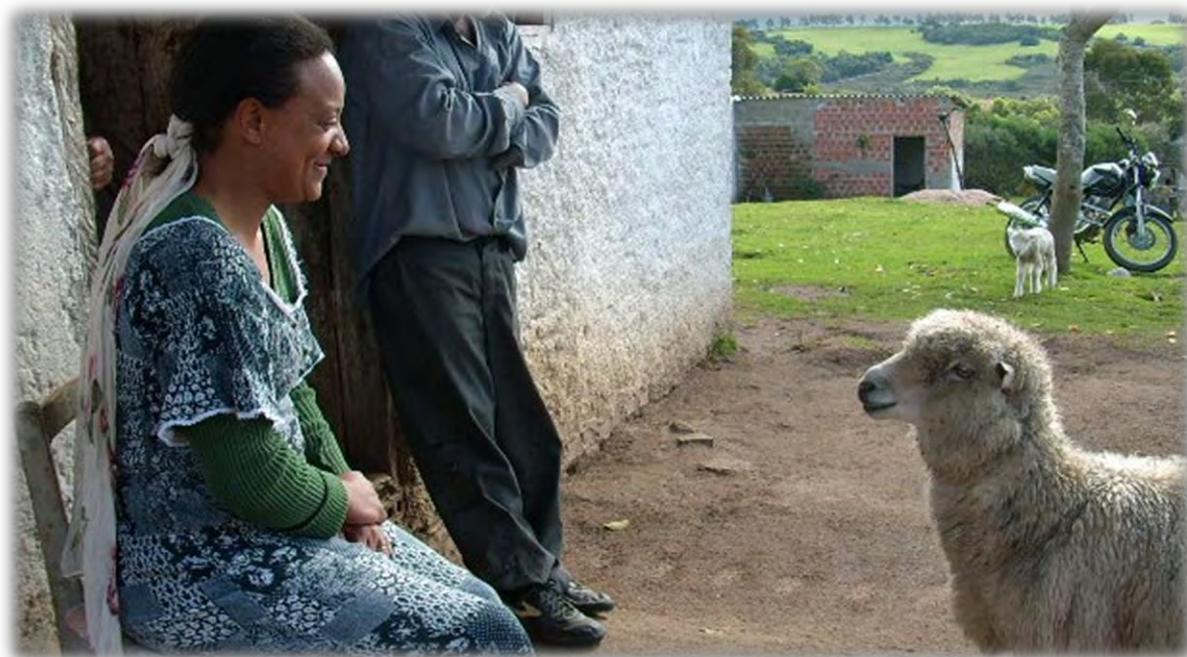


Foto: Gil Passos de Mattos, em 14/07/2014.

Fotografia 103 – O trato com o cavalo



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Fotografia 104 – A lida com as ovelhas



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Fotografia 105 – A retirada do pelego na carneada de ovelha



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Fotografia 106 – Limpando os miúdos da ovelha



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Fotografia 107 – Balança utilizada para pesagem de carne e lã



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Fotografia 108 – O plantio do milho com plantadeira manual



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/12/2014.

Fotografia 109 – Plantando abóboras



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/12/2014.

Fotografia 110 – A vista do lajeado



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Fotografia 111 – O lazer na cachoeira das antigas taperas



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/12/2014.

Fotografia 112 – Explorando a Casa de Pedra



Foto: Gil Passos de Mattos, em 11/10/2014.

Fotografia 113 – As figueiras e rochas centrais do quilombo



Foto: Gil Passos de Mattos, em 10/12/2014.

Fotografia 114 – O forno de barro e pedra e antiga roda de junta de boi



Foto: Gil Passos de Mattos, em 12/07/2014

Fotografia 115 – Ronaldo em frente às pinturas rupestres



Foto: Gil Passos de Mattos, em 21/03/2015.

Fotografia 116 – Roda de mate e conto de causos ao cair da noite



Foto: Gil Passos de Mattos, em 09/12/2014.

CONCLUSÃO

A inscrição rupestre, grifada na rocha em um importante local de socialização quilombola, com a frase: “junto com nossos amigos aonde tem churrasco e chimarrão eu sou gaúcho de coração”, a qual faz parte do título dessa dissertação, de certo modo, retrata o sentimento de acolhida existente nessa comunidade quilombola. Praticamente em todas as atividades de campo realizadas em Fazenda Cachoeira, se observou a constante visita de amigos e parentes à comunidade, o que demonstra como esse território é acolhedor. Fato esse, que segundo os próprios quilombolas, não vem de hoje, historicamente esse local sempre acolheu amigos e parentes nas mais variadas circunstâncias.

Embora o ambiente seja extremamente acolhedor, é praticamente impossível não constatar as dificuldades que esse grupo vem enfrentando. Desde o primeiro contato com a comunidade quilombola Fazenda Cachoeira, percebeu-se o quão preocupante é a situação de seus membros. Ao longo dessa pesquisa, detectou-se uma série de situações que mostra o alto grau de suscetibilidade social em que se encontra.

Como já salientado, todos os adultos moradores da comunidade remanescente de quilombos Fazenda Cachoeira, são analfabetos, o que também dificulta o acesso a emprego. Outro problema em relação ao analfabetismo na comunidade diz respeito ao andamento da associação quilombola, pois, por não saberem ler e escrever, eles dependem de apoio externo para acessar as políticas de assistência a comunidades remanescentes de quilombos.

Depois da saída de Maria, esposa de Osmar, a situação em relação à associação e acesso a projetos se complicou, uma vez que era ela a liderança política da comunidade. Outro agravante em relação à saída de Maria é que ela afirma que, depois de se estabilizar na nova cidade de moradia, Flores da Cunha, virá buscar os seis filhos que teve com Osmar. Considerando o fato de que os quilombolas Ronaldo e Fernanda perderam, ainda que provisoriamente, a guarda das três filhas e que não é garantida a recuperação das meninas e que Maria pretende levar seus filhos, fica ameaçada a renovação da comunidade pelas novas gerações.

Atualmente, a questão que mais aflige os quilombolas é a questão da terra, da pequena porção que possuem para produzir. Ainda que esses utilizem alguns locais de plantio fora dessa área, tratam-se de pontos isolados, escondidos. E essa falta desencadeia outra série de questões preocupantes na comunidade. Embora tenha sido realizado um RTID para a regularização fundiária e posse do território tradicionalmente ocupado, o processo no INCRA

corre muito vagarosamente, sem previsões de término, além do agravante de não garantia de ganho de propriedade.

Como já salientado, a falta de terra acarreta uma série de problemas, gera conflitos dentro da comunidade por espaços de plantio, causa insegurança quanto à questão alimentar e esgotamento dos nutrientes do solo em função do uso excessivo.

Outra situação que envolve a necessidade do direito e posse do território tradicionalmente utilizado é em relação à questão da segurança hídrica, uma vez que o lajeado, que é o divisor de águas que abastece as cacimbas da comunidade, está nas terras da empresa Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda., logo, essa é uma questão extremamente preocupante, em função de uma possível contaminação ou uso indevido desse recurso natural.

A falta de transporte público na região onde está situada a comunidade é outro agravante, pois acaba causando o isolamento desses quilombolas e dificultando o acesso à cidade para a compra de produtos, medicamentos e etc.. O que acaba levando a uma situação de dependência da “venda” localizada próxima à comunidade, a qual, além de vender muitas vezes produtos e gêneros alimentícios de baixa qualidade, possui preços abusivos.

Esse isolamento, consequência da falta de transporte público e, também, em função da vasta extensão de terra adquirida pela empresa Farroupilha Agricultura e Pecuária Ltda., que desestruturou toda uma rede de relacionamentos e solidariedade na região, são razões que influenciam na falta de oportunidade de trabalho. A empresa, logo de sua instalação, proporcionava empregos na safra do pêssego principalmente, porém, em função das mudanças na produção e modernização do trabalho no campo, atualmente, dispõe de poucos funcionários e a maioria dos empregos exige certa qualificação.

Cabe ressaltar que não se tinha portaria do IPHAN para realizar um trabalho de prospecção arqueológica com intervenções no solo. Na falta de trabalho arqueológico mais aprofundado, que poderia revelar sítios ligados ao período escravista ou associados ao final do século XIX, a hipótese provisória é que os quilombolas vêm ocupando, desde a época da escravidão, um território que tem como espectro geográfico a oeste, a Serra das Asperezas; ao limite norte, as imediações do Passo do Alfaiate e da estância da família dos Santos; ao sul e a leste, os arredores das estruturas construídas de pedra dos Gastucci.

Considera-se, também, que, embora a propriedade da terra da comunidade quilombola Fazenda Cachoeira tenha ocorrido após a abolição da escravatura, provavelmente, esse local já servia de refúgio para afrodescendentes no período da escravidão. Chega-se a essa conclusão em função do relato de Dona Eslair sobre a escrava que fugia para essa área,

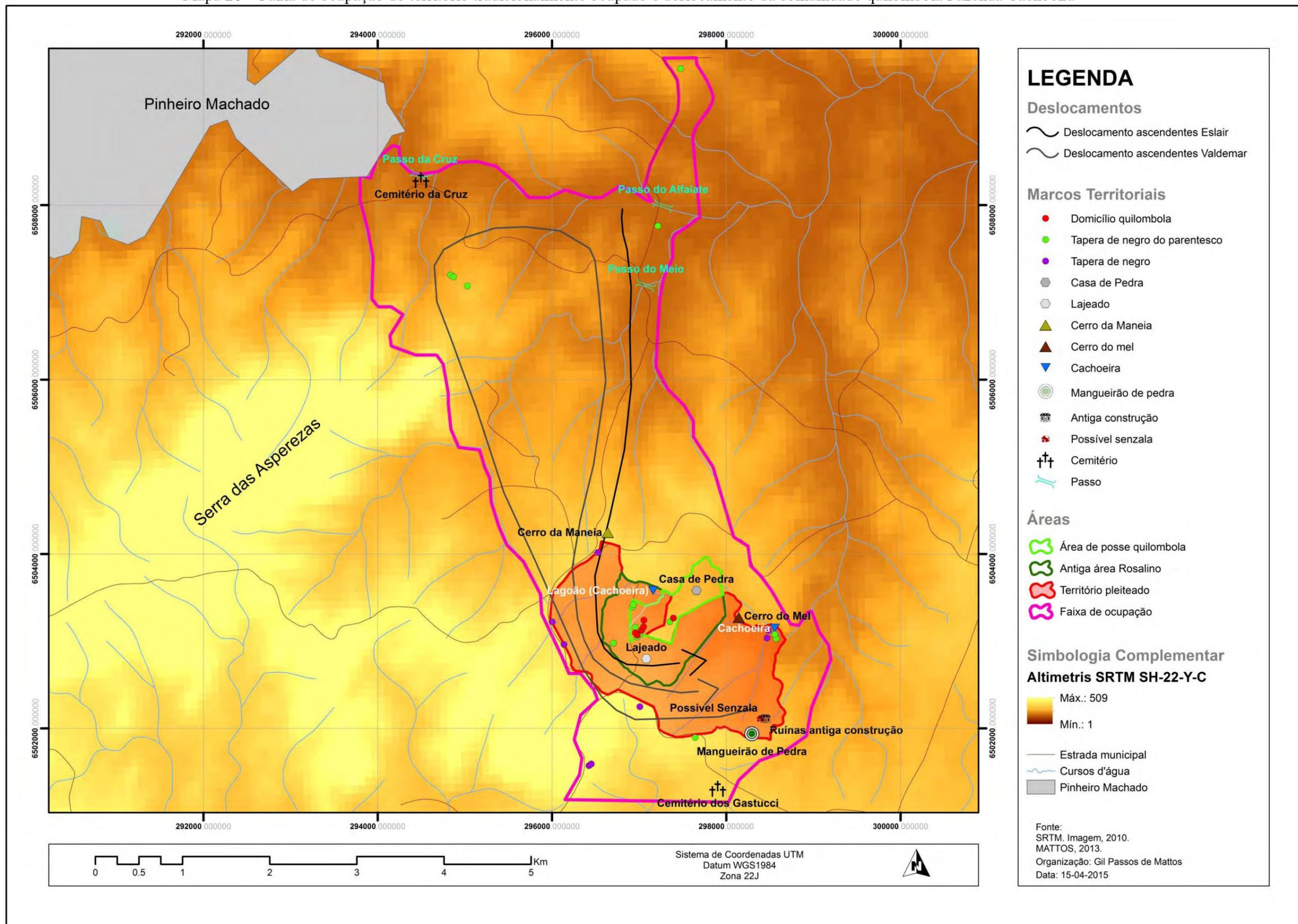
que hoje está em posse da comunidade, e, também, a partir da análise da paisagem, pois, nesse local, têm-se condições propícias para a formação de um quilombo. O lajeado possuía uma excelente visualização das movimentações na região; a Casa de Pedra poderia ser utilizada como abrigo; e a cachoeira, garantia de água e de lazer.

Acredita-se, também, que esse local, por conter muitos afloramentos rochosos e relevo íngreme, foi menosprezado pelos fazendeiros da época, embora houvesse boas terras para o plantio, justamente, a parcela de terra que foi perdida pelos quilombolas de Fazenda Cachoeira.

Com base nos dados levantados, identificam-se dois grandes deslocamentos nessa área. Primeiro, a dos ascendentes de Valdemar da Silva, que partiram das imediações dos Gastucci em direção ao Rio Piratini, na proximidade com a Serra das Asperezas. Depois retornam, novamente, para as imediações dos Gastucci. O segundo deslocamento que se observa é dos ascendentes de Eslair Rodrigues da Silva. Esses partem dos arredores do Passo do Alfaiate e estância da família dos Santos, em direção a área onde atualmente está fixada a comunidade, também, próxima às imediações da família Gastucci.

A seguir, é apresentado o Mapa 20, de modo a auxiliar no entendimento do deslocamento e ocupação dos quilombolas de Fazenda Cachoeira nessa região.

Mapa 20 – Faixa de ocupação do território tradicionalmente ocupado e deslocamento da comunidade quilombola Fazenda Cachoeira



Autor: Gil Passos de Mattos, 2015.

Considera-se ter atingido o objetivo desse trabalho, que foi de realizar a análise da materialidade e o mapeamento de marcos territoriais e de interesse arqueológico da comunidade quilombola Fazenda Cachoeira. O método etnográfico e o uso da ferramenta SIG se mostraram eficientes instrumentos na realização dessa pesquisa.

Mapeou-se, ao longo desse trabalho, uma série de evidências materiais que comprovam a ocupação de um território tradicionalmente utilizado pela comunidade remanescente de quilombos Fazenda Cachoeira. Esses se apresentam no mapa anterior, considerados significativos no que diz respeito à delimitação de uma faixa de ocupação e deslocamento sobre esse território. Nesse, também, foram apresentadas, além dessa faixa de ocupação, a área atual de posse quilombola, a antiga área de Rosalino e o território pleiteado pela comunidade.

Como pode ser visto, a Casa de Pedra, o maior símbolo sócio cultural desse grupo, não foi incluso na área reivindicada, em função dela pertencer aos quilombolas fora da associação, respeitando um antigo acordo de família. Porém, considera-se isso um erro, uma vez que poderia ter sido realizado um acordo entre os quilombolas da associação e os de fora da associação, pois, assim, garantiria a permanência desse importante local para a identidade desse grupo.

A anexação das áreas tradicionalmente ocupadas é de essencial importância para que a comunidade possa ter as condições necessárias para sua reprodução física, social, econômica e espiritual.

Os quilombolas têm um modo especial de se relacionar com a natureza, respeitando seus ciclos, fato constatado por meio da pesquisa etnoarqueológica, principalmente, quando observadas as atividades de caça e de coleta, sempre realizadas de maneira sustentável.

O problema é, justamente, a falta de terras para o plantio e criação de animais. Os moradores da comunidade mostraram que têm vocação, tanto para a agricultura como para pecuária, com destaque para a criação de ovelhas. Porém, como já observado, as condições são adversas. Mas a comunidade continua resistindo à opressão e guarda, na esperança da anexação das terras de seu território tradicionalmente utilizado, o sonho de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Nota do Comitê Quilombos/ABA sobre a ADI 3239. Brasília, 17 de março de 2015. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_Comit%C3%AA_Quilombos_sobre_ADI_3239.pdf.
- AGOSTINI, Camilla. Entre senzalas e quilombos: “comunidades do mato” em Vassouras do oitocentos. In: Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul. A. Zarankin e M. X. Senatore (org.). Ed. Del Tridente, 2002.
- AGOSTINI, Camilla. “A vida encantada das coisas” Um novo olhar sobre quatro pesquisas em Arqueologia da Diáspora Africana. Apresentação oral. In: I Seminário de Arqueologia da Diáspora Africana nas Américas. UFPEL, Pelotas, 2012.
- AGOSTINI, Camilla. À sombra da clandestinidade: práticas religiosas e encontro cultural no tempo do tráfico ilegal de escravos. Vestígios: Revista latino-americana de arqueologia histórica, v. 7, p. 75-105. 2013.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berna de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2ª ed. 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Apresentação, in: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, p. 10-14, 2010.
- ALMEIDA, Davi. Pequeno Roteiro Histórico e Sentimental do Município de Piratini. 2.ed. CEAJ. Piratini, 1997.
- AMARAL, Giana Lange. O negro no contexto social da primeira capital farroupilha. Revista da UCPel, Pelotas, v.3, n.2, p.61- 71, 1999.
- ANJOS, Giullia Calda dos e DOMANSKI, Andressa. Sítio “Charqueada Santa Bárbara”: Um Projeto de Arqueologia Pública em Pelotas. Revista Thema, v.8, 2011.
- BAKOS, Margaret Marchiori. Regulamento sobre o serviço de criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). Revista Brasileira de História, 1983. Disponível em: http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1860
- BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: BARTH, Fredrik(Org.). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Organização de Tomke Lask. Tradução de John C. Comerford. Rio de Janeiro, 2000.

BEZERRA, Marcia. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, jan.-abr. p. 57-70, 2011.

BEZERRA, Marcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. . Revista de Arqueologia Pública n. 7, Campinas-São Paulo, p. 107-122, 2013.

BIGARELLA, J. J. et alii. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais. Florianópolis: UFSC, 1994.

BINFORD, L. Willow smoke and dogs’ tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. American Antiquity, 45 (1), p. 4-20, 1980. (tradução para o português de Marcelo Severo).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF\Senado, 1988.

BRASIL. Decreto de lei Nº 4.887, Brasil, 2003.

CAPA, Revelando os Quilombos de Sul. Pelotas, RS, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Editora UnB. Cap. 6 – “A noção de colonialismo interno na etnologia”. 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARLE, Claudio B.. A organização dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX. Porto Alegre: PUC-RS (Tese Doutorado). 2005.

CARLE, Claudio B.. Construindo itans de assentamentos de afrodescendentes no sul do Brasil. Koan: Revista de Educação e Complexidade, n.2, jan. p. 63-83, 2014.

CARRION, Raul. Os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://www.raulcarrion.com.br/lanceiros.pdf>.

CARVALHO, Patrícia Marinho. Vila Bela e seus quilombos: etnoarqueologia aplicada aos estudos da diáspora africana. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

CONAQ. Carta Aberta da CONAQ, Brasília, 2015. Disponível em http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/CARTA_ABERTA_DA_CONAQ_ADI-1.pdf

CPT NACIONAL. Conflitos no campo – 2013. Or. CANUTO, Antônio e et al. Goiânia, 2013.

DA ROSA, Estefânia Jaekel. Paisagens negras; Arqueologia da Escravidão nas charqueadas de Pelotas (RS/Brasil). Dissertação de Mestrado, PPGMP/ICH/UFPEL. Pelotas, 2012.

DALLA VECCHIA, Agostinho Mario. Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravos da região meridional do Rio Grande do Sul. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 1994.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Tellus*, Campo Grande, 12(22): 27-48. 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge e PEREIRA, Levi M.. “Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas”. In: AGUIAR, Rodrigo Luiz S. et al. (org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados, Editora UFGD, p. 185-208. 2010.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge e PEREIRA, Levi M.. Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul. Dourados, Editora UFGD. [Considerações Indiciais e Primeira Parte: Perícia Arqueológica, p.9-121]. 2012.

FARINATTI, L. A. E. Relações parentais de escravos, libertos e indígenas na fronteira. In: 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (Anais Eletrônicos). 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Lúcio M. O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888). Projeto de pesquisa. UFPEL, 2009.

FERREIRA, L. M.. Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas Interfaces. *Vestígios*. Revista latino-americana de arqueologia histórica, v. 3, p. 7-23. 2009.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. *MÉTIS: história e cultura* – v. 8, n. 16, p. 167-275, jul./dez. 2009.

FERREIRA, Lúcio M.. “Essas coisas não lhes pertence: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades”. *Revista de Arqueologia Pública* n. 7, Campinas-São Paulo, p. 87-106, 2013.

FOX, Jeferson, et al. O poder de mapear efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ASELRAD, Henri (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, p. 71-84. 2008.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

FUNARI, Pedro. Paulo. 3ed. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL DOS PALMARES. Acessado em http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=RS, no dia 13 de maio de 2012, às 14h00m.

GNECCO, Cristóbal. “Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a larelacionalidad”. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas, Belém, 4 (1). P. 15-26, 2009.

GOMES, F. dos Santos. História, Protesto e Cultura Política no Brasil Escravista. In: Sousa, J. P. (org.). Escravidão: Ofícios e Liberdade. Rio de Janeiro: APERJ, p. 65-97, 1998.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. “Colonialismo interno (uma redefinição)”. In: BORON, Atílio A. et al. (Org.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires, CLACSO, pp. 395-419, 2006.

GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Hacia outra arqueología: diez propuestas. Complutum, 2012,

GUTIERREZ, E. J. B.. Negros, Charqueadas e Olarias. Um estudo sobre o espaço pelotense. 2 ed. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2001.

HODDER, I. Thinking about Things Differently. In: Entangled: An Archaeology of the Relationships between Humans and Things. p. 1-14, 2012.

HOLZ, M.; ROS, L.F. Geologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CIGO/UFRGS, 2000.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/entorno/>>. Acesso em 29 de maio de 2012.

IPHAN. Lanceiros Negros: histórias, memórias e identidades no sul do Brasil. Porto Alegre, 2007.

LATOURET, Bruno. Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades Insurgentes: Conflitos E Criminalização Dos Quilombos. In: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, p. 17-40, 2010.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. Vestígios: Revista latino-americana de arqueologia histórica, v. 7, p. 178-207, 2013.

MAESTRI, Mário. O Escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. EST/Porto Alegre; UCS/ Caxias do Sul, 1984.

MARQUES, Carlos Eduardo. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico REVISTA DE ANTROPOLOGIA V. 52 Nº 1, SÃO PAULO, USP, 2009.

MATHEUS, Marcelo Santos. Escravidão, pecuária e liberdade: o Livro de classificação de escravos (Alegrete, década de 1870). História Unissinos, p. 24-36, 2013.

MORAES, I. P. Dissertação de Mestrado, Do tempo dos Pretos d'antes aos Povos de Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA). Belém do Pará, 2012.

MONQUELAT, A. F.; MARCOLLA, Valdinei. Desfazendo mitos: notas à história do continente de São Pedro. Pelotas (RS): Editora Livraria Mundial, 2010.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Seduções, boatos e insurreições escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos. In: 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (Anais Eletrônicos). 2011.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, n. 28. São Paulo: dez.-fev. 1995-1996.

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-dez. 2007.

O'DWYER, Eliane C. Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

O'DWYER, Eliane C.. Os Quilombos e as Fronteiras da Antropologia. Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Solange; CARLE, Claudio Baptista. Comunidade quilombola de Maçambique: memória, marcadores territoriais e processos de resistência. In anais do evento: 5º Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional. UFRGS, Porto Alegre – RS, 2011.

ORSER JR, Charles e FUNARI, Pedro P.. Arqueologia da Resistência Escrava. In: Cadernos de LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. UFPEL, Pelotas, RS. 2004.

PEREIRA, Deborah Macedo Duprat de Brito. Breves Considerações Sobre o Decreto No 3.912/01 in: Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 283, 2002.

PIOVESAN, Flávia e SOUZA, Douglas M. de.. Quilombos na perspectiva da igualdade étnico-racial: raízes, conceitos, perspectivas. Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial. SEPPPIR, Brasília, 2006.

POLITIS, Gustavo G.. Aplicaciones de la Etnoarqueología para interpretar el registro: arqueológico de los cazadores-recolectores del pasado: três ejemplos de América del Sur. In: AGUIAR, Rodrigo Luiz S. et al. (org.). Arqueologia, Etnologia e Etno-história em

Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação. Dourados, Editora UFGD: p. 275-317, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. e CUIND. P.. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013) Expropriação, violência e r-existência. In: Conflitos no campo – 2013. CPT NACIONAL, org. CANUTO, Antônio e et al. Goiânia, 2013.

PRICE, Richard. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. Afro-Ásia. Londres, n. 23, p. 241-265, 2000.

REIS, J. J; GOMES, F dos S. Introdução. In: REIS, J. J; GOMES, F. dos S. (eds.). Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 9-25, 1996.

RENFREW, Colin e BAHN, Paul. Dónde? Prospección y Excavación de yacimientos y Estructuras, in: Arqueologia, Teorias, Métodos y Práctica. Thames and Hudson Ltd. 1991, p. 65-105. Ed. Akal, 3ª ed. Madrid, Espanha, 2007.

RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO. Imagem Lenço Farroupilha. Disponível em: <http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2012/11/simbolos-civicos-em-exposicao-no-museu-julio-de-castilhos>

ROCHA, M. Garcia. Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS). Dissertação de Mestrado, PPGMP/ICH/UFPEL. Pelotas, 2014.

RUBERT R, A, et al. Relatório antropológico de caracterização histórica, geográfica, econômica e sociocultural da comunidade remanescente de quilombos de Fazenda Cachoeira (Piratini-RS), 2013.

SILVA, Fabíola A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. Métis: História e Cultura, Caxias do Sul, 8(16):121-139. 2009.

SILVA, Marina Osmarina. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. Inclusão Social, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

SINGLETON, T.. The Archaeology of Slavery in North America. Annual Review of Anthropology, (24): p.119-140. 1995.

SINGLETON, T; SOUZA, M. A. T. de. Archaeologies of African Diaspora: Brazil, Cuba, and United States. In: MAJEWSKI, T; GAIMSTER, D (eds.). International Handbook of Historical Archaeology. New York: Springer, p. 449-469. 2009.

SOUZA, M. A. T. de. Uma Outra Escravidão: a Paisagem Social no Engenho de São Joaquim, Goiás. Vestígios: Revista latino-americana de arqueologia histórica, v. 1, n. 1, p. 59-92, 2007.

SOUZA, M. A. T. de. Introdução: Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil. Vestígios: Revista latino-americana de arqueologia histórica, v. 7, p. 07-19, 2013.

STORCHI, Ceres e ROMAN, Vlademir. Centro histórico de Piratini: preservação e valorização. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012.

SYMANSKI, L. C.. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural. p. 1-29, 2009.

SYMANSKI, L. C. e GOMES, Flávio. Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em arqueologia e história. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p, 293-338, 2013.

SYMANSKI, L. C. e HIROOKA, Suzana. Engenho Bom Jardim: Cultura Material e dinâmica identitária de uma comunidade escravizada do Mato Grosso. Vestígios: Revista latino-americana de arqueologia histórica, v. 7, p. 21-72, 2013.

SYMANSKI, L. C. e SOUZA, M. A. T. O registro arqueológico de grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. Revista do Patrimônio Artístico Nacional (33). 215 – 244, 2007.

THOMAS, J. A. Materialidade e o Social. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, Suplemento, p.15-20, 1999.

TRIGGER, B. G. História do Pensamento Arqueológico. São Paulo: Odysseus, 2004.

VIANNA, Aurélio. Apresentação In: Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, p 05-07, 2008.

ZENETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas em sítios históricos. Curitiba, 1986.